

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

LUÍS FERNANDO SANTOS CORRÊA DA SILVA

PERCURSOS DESIGUAIS

Trajetórias ocupacionais dos trabalhadores no setor
de telecomunicações no período pós-privatização

**Porto Alegre
Março de 2011**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LUÍS FERNANDO SANTOS CORRÊA DA SILVA

PERCURSOS DESIGUAIS

Trajetórias ocupacionais dos trabalhadores no setor
de telecomunicações no período pós-privatização

Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor em
Sociologia, Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientadora
Profa. Dra. Sônia Maria Karam Guimarães

Porto Alegre
Março de 2011

DEDICATÓRIA

Para meus pais, Fernando e Valda, que estiveram comigo em todos os momentos do percurso. Para meu filho Lucas e minha esposa Roselaine, que tornaram o percurso agradável e interessante.

AGRADECIMENTOS

Diversas pessoas e instituições colaboraram para a realização dessa tese. Sou imensamente grato!

Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, muito obrigado pela oportunidade de realizar um curso de doutorado.

Capes e CNPq, obrigado pelo auxílio financeiro.

Ministério do Trabalho e Emprego, equipe do PDET e, especialmente, José Antônio Tavares, obrigado pelo apoio operacional na utilização da base de dados RAIS Migra.

Regiane Accorsi, obrigado pelo interesse e agilidade no encaminhamento das questões burocráticas que envolveram a realização do meu doutorado.

Professora Sônia Guimarães, muito obrigado por ter aceitado o desafio de me orientar. Entre a graduação, o mestrado e o doutorado foram dez anos de orientação, sempre de forma incentivadora, cuidadosa e qualificada. Minha dívida de gratidão é incalculável!

Professor Juan Mario Fandiño Marino, muito obrigado por ter me incentivado a utilizar ferramentas estatísticas na pesquisa sociológica. Tive a oportunidade de ser seu aluno em quatro magistrais disciplinas de métodos quantitativos durante o doutorado.

Daniel Gustavo Mocelin, muito obrigado pela parceria, que vem de quase uma década e rendeu publicações, viagens a eventos e muitos debates em sala de aula e no Bar do Antônio.

Leandro Raizer, obrigado pela amizade e pelas inúmeras conversas sobre a carreira e as perspectivas de futuro.

Fernando Michelotti e Francinei Bentes, obrigado por dividir comigo muito mais do que angústias no momento mais difícil do doutorado para nós. Vocês não fazem ideia da importância da ajuda naquele momento.

Thiago Ingrassia Pereira, muito obrigado por compartilhar comigo a moradia e as angústias inerentes à construção da Universidade Federal da Fronteira Sul no último

ano. Nossas conversas, sobre as especificidades do “fazer” sociológico e sobre a profissão docente foram um excelente combustível na reta final da tese.

Fábio Bayer, muito obrigado pelos inúmeros esclarecimentos sobre regressão logística multivariada, bem como pela atenção às diferentes dúvidas que foram surgindo na interpretação dos coeficientes de regressão.

Fernando e Valda, meus pais. Nancy e Irene, meus avós. Patrícia, minha irmã. Dona Sila, minha sogra. Obrigado pelo afeto e apoio, bem como por terem tomado conta do Lucas em incontáveis momentos dessa jornada.

Rose e Lucas, obrigado pela compreensão de minha ausência e pelas inúmeras renúncias feitas por conta do meu doutorado. Daqui por diante pretendo recompensá-los!

A sociedade não é uma simples soma de indivíduos, mas o sistema formado pela associação deles representa uma realidade específica que tem seus caracteres próprios. Certamente, nada de coletivo pode se produzir se consciências coletivas particulares não são dadas; mas essa condição necessária não é suficiente. É preciso também que essas consciências estejam associadas, combinadas, e combinadas de certa maneira; dessa combinação resulta a vida social e, por conseguinte, é essa combinação que a explica.

Émile Durkheim

RESUMO

Este estudo aborda as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores de um segmento de mercado profundamente afetado, desde meados da década de 1990, por transformações tecnológicas, institucionais e organizacionais: o setor de telecomunicações no período pós-privatização no Brasil. Em termos teóricos, as perspectivas que permitem interface com o tema das trajetórias ocupacionais de trabalhadores têm discutido quais são as possibilidades de se promover segurança no mercado de trabalho ao trabalhador, tendo em vista que há, na atualidade, uma maior heterogeneidade nas situações de emprego e tendência de fragmentação das categorias sócio-ocupacionais antes homogêneas. Mediante a análise longitudinal do mercado de trabalho do setor de telecomunicações, foi realizada a reconstituição das trajetórias ocupacionais de duas coortes de trabalhadores: a) primeiro período pós-privatização, coorte de 1998 (trajetória de 1998 a 2002); b) segundo período pós-privatização, coorte de 2003 (trajetória de 2003 a 2007). Para tanto, foram utilizados dados agregados disponíveis nas Bases RAIS e RAIS Migra, do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil. Em síntese, foi possível concluir que a passagem do primeiro período pós-privatização, marcado por reestruturação tecnológica e gerencial, para o segundo período pós-privatização, caracterizado por maior concorrência inter-empresarial, resultou em índices mais elevados de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal. Entretanto, padrões de desigualdades entre os perfis sócio-ocupacionais se mantiveram presentes, aprofundando-se no segundo período no que tange à permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações e reduzindo-se no que diz respeito à permanência no mercado de trabalho formal. O aspecto que perpassa os dois períodos pós-privatização analisados sustenta-se no fato de que os níveis mais elevados de segurança no mercado de trabalho foram observados entre os trabalhadores que supostamente encontram-se em melhores condições de lidar com as oscilações do mercado de trabalho, ou seja, jovens, com remuneração e escolaridade elevadas, inseridos em ocupações situadas no topo da estrutura ocupacional do setor e possuidores de qualificação valorizada no mercado de trabalho formal como um todo.

PALAVRAS-CHAVE:

Trajетórias ocupacionais; Segurança no mercado de trabalho;
Perfis sócio-ocupacionais; Setor de telecomunicações; Privatizações

ABSTRACT

This study approaches the occupational paths of workers in a market segment deeply affected, since the mid-1990s, by technological, institutional and organizational changes: the telecommunications sector in the post-privatization in Brazil. In theoretical terms, the perspectives that allows interface with the theme of the occupational paths of workers have discussed what the possibilities to promote security in the job market to workers, in view of that currently a greater heterogeneity in employment situations and propensity to fragment the socio-occupational classes, that was homogeneous before. By means of the longitudinal analysis of the job market in the telecommunications sector, a reconstitution of the occupational paths of two cohorts of workers was performed, to identify their levels of security in the job market: a) the first post-privatization period, cohort of 1998 (history from 1998 to 2002); b) the second post-privatization period, cohort of 2003 (history from 2003 to 2007). For that purpose, aggregated data bases available in RAIS and RAIS Migra of the Brazilian Ministry of Labor and Employment were used. In summary, the conclusion drawn here is that the passing of the first post-privatization period, marked by technological and managerial reorganization, for the second post-privatization period, characterized by greater inter-firm competition, resulted in higher abundance rates on the job market telecommunication sector and the formal job market. However, patterns of inequality between socio-occupational profiles remained present, going deep into the second period when it comes to staying in the job market of the telecommunications sector and decreasing in respect to staying in the formal job market. The aspect that crosses the two analyzed periods post-privatization is sustained in the fact that the highest levels of security in the job market have been observed among workers who supposedly are better able to cope with oscillations in the labor market, in other words, young workers, with high pay and education, placed in jobs on the top of the occupational structure of the sector and possessors of qualification valued in the formal job market as a whole.

KEYWORDS:

Occupational paths; Security in the job market; Socio-occupational profiles;
Telecommunications Sector; Privatizations.

SUMÁRIO

Lista de Figuras

Lista de Quadros

Lista de Tabelas

Siglas e Abreviações

Resumo

Abstract

INTRODUÇÃO	18
Procedimentos metodológicos	29

CAPÍTULO I – A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA SOCIOLÓGICA PARA A ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE TRABALHADORES.

1.1 Zygmunt Bauman e a fluidez da modernidade privatizada	38
1.2 Robert Castel e a crise da sociedade salarial	41
1.3 Ulrich Beck e o conceito de sociedade de risco	45
1.4 Manuel Castells e a sociedade informacional	49
Conclusão	54

CAPÍTULO II – TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS E SEGURANÇA NO MERCADO DE TRABALHO: DIMENSÕES CONCEITUAIS.

2.1 Trajetórias ocupacionais	59
2.2 (In)segurança laboral, flexibilidade, e flexisegurança	67
2.3 Empregabilidade	78
Conclusão	81

CAPÍTULO III – OS NOVOS CONTORNOS DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL.

3.1 Mudanças nas telecomunicações: o Brasil e o contexto internacional	83
3.2 Mudanças no perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores	89
3.3 Estudos sobre o setor de telecomunicações	98
Conclusão	102

CAPÍTULO IV – TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS NO PRIMEIRO PERÍODO PÓS-PRIVATIZAÇÃO (1998 – 2002).

4.1 O primeiro período pós-privatização e as trajetórias dos trabalhadores	105
4.2 Chances de permanência no setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal no primeiro período pós-privatização	133
Conclusão	146

CAPÍTULO V – TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS NO SEGUNDO PERÍODO PÓS-PRIVATIZAÇÃO (2003 – 2007).

5.1 O segundo período pós-privatização e as trajetórias dos trabalhadores	151
5.2 Chances de permanência no setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal no segundo período pós-privatização	181
5.3 Análise comparada dos períodos pós-privatização	192
Conclusão	198

CONCLUSÃO	201
Bibliografia	210
Apêndice A	218
Apêndice B	230

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Perspectivas teóricas segundo capacidade de operacionalização e conteúdo propositivo p. 56
- Figura 2** – Total de telefones, telefones fixos instalados, telefones celulares e densidade telefônica total, no Brasil (anos selecionados) p. 86
- Figura 3** – Receita operacional líquida e produtividade por trabalhador, setor de telecomunicações, 2000 – 2007 p. 87
- Figura 4** – Distribuição dos empregados no setor de telecomunicações, segundo o sexo, 1998 - 2008 p. 90
- Figura 5** – Número de empregos, participação percentual dos serviços administrativos no mercado de trabalho das telecomunicações e o percentual das mulheres nos serviços administrativos (anos selecionados) p. 92
- Figura 6** – Distribuição dos empregados no setor de telecomunicações, segundo a faixa etária, 1998 – 2008 p. 93
- Figura 7** – Distribuição dos empregados no setor de telecomunicações, segundo a faixa de escolaridade, 1998 – 2008 p. 94
- Figura 8** – Distribuição dos empregados no setor de telecomunicações, segundo a faixa salarial, 1998 - 2008 (em salários mínimos) p. 95
- Figura 9** – Distribuição dos empregados no setor de telecomunicações, segundo a faixa de tempo de emprego, 1998 – 2008 p. 96
- Figura 10** – Distribuição dos empregados no setor de telecomunicações, segundo o tamanho do estabelecimento, 1998 – 2008 p. 97
- Figura 11** – Distribuição dos empregados no setor de telecomunicações, segundo a região, (anos selecionados) p. 98
- Figura 12** – trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, coorte 1998 p. 108
- Figura 13** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por sexo - coorte 1998 p. 110

- Figura 14** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa etária - coorte 1998 p. 112
- Figura 15** – Número total de aposentadorias e percentual de aposentadorias no total de desligamentos de trabalhadores com 50 anos ou mais (anos selecionados) – coorte 1998 p. 113
- Figura 16** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa de escolaridade - coorte 1998 p. 115
- Figura 17** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa de tempo de emprego - coorte 1998 p. 117
- Figura 18** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa salarial - coorte 1998 p. 118
- Figura 19** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa de tamanho da empresa - coorte 1998 p. 120
- Figura 20** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por região do Brasil - coorte 1998 p. 122
- Figura 21** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por natureza da ocupação - coorte 1998 p. 124
- Figura 22** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por ocupações específicas (Grupo base CBO 94) - coorte 1998 p. 125
- Figura 23** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por ocupações não-específicas selecionadas (Grupo base CBO 94) - coorte 1998 p. 127
- Figura 24** – Participação percentual no mercado brasileiro das principais empresas prestadoras de serviços de telefonia celular (anos selecionados) p. 152
- Figura 25** – Crescimento real do PIB e crescimento do emprego formal no Brasil – anos selecionados (%) p. 153
- Figura 26** – Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, coorte 2003 p. 154
- Figura 27** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por sexo - coorte 2003 p. 156
- Figura 28** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa etária - coorte 2003 p. 157
- Figura 29** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa de escolaridade - coorte 2003 p. 159

- Figura 30** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa de tempo de emprego - coorte 2003 p. 160
- Figura 31** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa salarial - coorte 2003 p. 162
- Figura 32** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa de tamanho da empresa - coorte 2003 p. 164
- Figura 33** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por região do Brasil - coorte 2003 p. 165
- Figura 34** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por natureza da ocupação - coorte 2003 p. 167
- Figura 35** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por ocupações específicas (Famílias ocupacionais CBO 2002) - coorte 2003 p. 168
- Figura 36** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por ocupações específicas (Famílias ocupacionais CBO 2002) - coorte 2003 p. 170
- Figura 37** - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por nível de competência (CBO 2002) - coorte 2003 p. 173

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** - Acompanhamento longitudinal das *coortes* p. 32
- Quadro 2** - Modelo de análise p. 35
- Quadro 3** - Classes de trabalhadores nas sociedades ocidentais modernas p. 47
- Quadro 4** - Tarefas básicas e seus realizadores no processo de trabalho informacional ... p. 51
- Quadro 5** - Situações relativas ao emprego p. 68
- Quadro 6** - Medidas que colaboram para o crescimento da insegurança laboral nos países da Europa Ocidental p. 70
- Quadro 7** – Características do setor de telecomunicações nos períodos pós-privatização p. 197

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – Evolução das 7 categorias ocupacionais que mais perderam postos de trabalho entre os anos de 1996-2002, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações p. 88
- Tabela 2** - Evolução das 7 categorias ocupacionais que mais cresceram entre os anos de 1996-2002, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações p. 89
- Tabela 3** – Perfis sócio-ocupacionais analisados, indicadores e frequência – coorte 1998 p. 109
- Tabela 4** – Ocupações específicas do setor de telecomunicações - coorte 1998 p. 123
- Tabela 5** – Ocupações não-específicas do setor de telecomunicações selecionadas, coorte 1998 p. 126
- Tabela 6** – Distribuição percentual dos indicadores de permanência no setor de telecomunicações, migração para outro setor de atividade e migração para fora do mercado de trabalho formal ao final da trajetória considerada, indicadores selecionados – coorte 1998 p. 129
- Tabela 7** - Coeficientes de colinearidade estatística das variáveis independentes – coorte 1998 p. 136
- Tabela 8** – Coeficientes de regressões logísticas multivariadas para chances de permanência no setor de telecomunicações – coorte 1998 p. 138
- Tabela 9** – Coeficientes de regressões logísticas multivariadas para chances de permanência no mercado de trabalho formal – coorte 1998 p. 142
- Tabela 10** – Perfis sócio-ocupacionais analisados, indicadores e frequência – coorte 2003 p. 155
- Tabela 11** – Ocupações específicas do setor de telecomunicações, coorte 2003 p. 166
- Tabela 12** – Ocupações não-específicas do setor de telecomunicações selecionadas, coorte 2003 p. 169
- Tabela 13** – Grandes grupos ocupacionais e nível de competência – CBO 2002 p. 172
- Tabela 14** – Distribuição percentual dos indicadores de permanência no setor de telecomunicações, migração para outro setor e migração para fora do mercado de trabalho formal ao final da trajetória considerada, indicadores selecionados – coorte 2003 p. 175

Tabela 15 - Coeficientes de colinearidade estatística das variáveis independentes – coorte 2003 p. 181

Tabela 16 – Coeficientes de regressões logísticas multivariadas para chances de permanência no setor de telecomunicações – coorte 2003 p. 183

Tabela 17 – Coeficientes de regressões logísticas multivariadas para chances de permanência no mercado de trabalho formal – coorte 2003 p. 189

SIGLAS E ABREVIACOES

Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações

AT&T - *American Telephone and Telegraph*

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econmicas

CRT - Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

LGT - Lei Geral de Telecomunicações

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PDET - Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PDI - Programa de Desligamento Incentivado

PDV - Programa de Desligamento Voluntário

PGMU - Plano Geral de Metas de Universalização

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SMS - *Short Message Service*

SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*

UIT - União Internacional de Telecomunicações

INTRODUÇÃO

A tentativa de controlar os riscos inerentes à condição humana acompanha o homem desde os primórdios da história e, por isso, a noção de segurança estabelece uma profunda relação com a noção de sociedade. No entanto, a noção de segurança está sempre vinculada a um contexto social de referência, bem como se articula a valores e a demandas de cada período e lugar. À noção de segurança aliam-se outras expressões que denotam o caráter contingente da existência humana, tais como ameaça, confiança e risco.

Em termos históricos, a modernidade estabeleceu as bases para uma vida mais segura, sobretudo quando comparada ao período histórico pré-moderno. Contudo, o desenvolvimento social moderno foi marcado por descontinuidades que culminaram na produção de novos riscos, dessa feita, não somente de natureza individual, mas de natureza coletiva, que em determinados casos acometem grandes contingentes de pessoas ou grupos sociais por inteiro (GIDDENS, 1991:16-42).

Na perspectiva de Giddens (2010), o conceito de risco possui conotação histórica, visto que na modernidade, configura-se de modo distinto aos riscos próprios das sociedades tradicionais, comumente derivados da tradição ou da natureza. O autor considera que o crescente conhecimento humano sobre o mundo está produzindo “riscos fabricados”, que são opostos aos “riscos externos” que penetram todas as áreas da existência humana. Para Giddens, o risco está intimamente ligado à segurança nas sociedades modernas, dado o caráter de oposição que denotam tais conceitos (GIDDENS, 2010).

Giddens define o conceito de segurança como:

(...) uma situação na qual um conjunto específico de perigos está neutralizado ou minimizado. A experiência de segurança baseia-se geralmente num equilíbrio de confiança e risco aceitável. Tanto em seu sentido factual quanto em seu sentido experimental, a segurança pode se referir a grandes agregações ou coletividades de pessoas – até incluir a segurança global – ou de indivíduos (GIDDENS, 1991:43).

A definição que Giddens propõe para o conceito de segurança permite vislumbrar algumas de suas nuances. Por exemplo, a segurança pode remeter a uma dimensão subjetiva ou objetiva, geral ou particular, mesmo que sempre articulada com seus opostos, como a insegurança, o risco e a ameaça.

Para efeito de análise, o conceito de segurança está fortemente relacionado ao conceito de trajetória. Na análise dos mercados de trabalho, considera-se que é por meio da trajetória ocupacional que se torna possível acessar os níveis de segurança que os trabalhadores experimentam. Nesse estudo, importa investigar as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores de um segmento de mercado profundamente afetado, a partir de meados da década de 1990, por transformações tecnológicas, institucionais e organizacionais: as telecomunicações brasileiras no seu período pós-privatização.

No Brasil, o setor de telecomunicações viveu um profundo processo de reestruturação, especialmente, a partir da metade da década de 1990. A desregulamentação do setor, ocorrida em 1995, abriu caminho para a quebra do monopólio do Estado sobre os serviços de telecomunicações e, em 1998, por ocasião da privatização, desencadeou-se uma profunda modificação na base tecnológica do setor. Em um contexto caracterizado por pesados investimentos privados, as antigas plantas operacionais, tecnologicamente defasadas, deram lugar às modernas plantas digitais de transmissão de voz e dados, que permitiam o tráfego de maior quantidade de informações em menor espaço de tempo. Em consequência, novos produtos foram disponibilizados ao consumidor final, como conexão à Internet por banda larga, serviços de identificação de chamadas, chamada em espera, secretária eletrônica, entre outros (LARANGEIRA, 2001).

Um dos efeitos mais significativos da reestruturação relaciona-se à expansão e diversificação do acesso aos serviços de telecomunicações no Brasil. Se até meados da década de 1990, o telefone era tido como um bem, acessível apenas a uma pequena parcela da população, após a privatização os indicadores de abrangência indicam que o mesmo se tornou um serviço, acessível à parcela considerável da população. No ano de 2009, segundo dados da

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), 84,3% dos domicílios brasileiros possuíam acesso telefônico, seja na modalidade fixo ou móvel celular. Em termos absolutos o Brasil contava, no mesmo período, com 174 milhões de telefones celulares e 41,7 milhões de telefones fixos em operação.

Dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT) apontam que, em 2009, o Brasil ocupava a quinta posição no ranking mundial dos países com maior número de terminais telefônicos em operação, totalizando 215 milhões de linhas, atrás de China, Índia, Estados Unidos e Rússia. A participação do Brasil no contexto da América Latina é ainda mais significativa. Dados do ano de 2008 indicam que 40,1% dos telefones fixos instalados e 33,7% dos celulares em operação na América Latina estavam localizados no Brasil.

Entretanto, as transformações nas telecomunicações não se restringiram aos aspectos institucionais, tecnológicos e de abrangência acima mencionados; o mercado de trabalho interno ao setor também foi profundamente modificado. Postos de trabalho relacionados à antiga base tecnológica foram eliminados, assim como novos postos de trabalho foram criados, sobretudo intensivos em tecnologias digitais de informação. Este processo foi acompanhado, por um lado, de redução dos postos de trabalho no segmento de serviços de telecomunicações, devido ao aumento da produtividade do trabalho provocado pela reestruturação gerencial, e por outro, de crescimento do emprego em obras em telecomunicações, reflexo direto da ampliação da infra-estrutura de acesso aos serviços. Neste contexto, o perfil da força de trabalho também sofreu modificação: a mão-de-obra do setor se tornou mais jovem e com escolaridade mais elevada e o salário médio dos trabalhadores diminuiu¹.

Além de alterar os contornos gerais do mercado de trabalho do setor, a privatização do antigo monopólio estatal das telecomunicações também ocasionou modificações nas trajetórias ocupacionais dos trabalhadores. Em termos contratuais, por exemplo, a maioria dos trabalhadores do setor passou de uma situação de estabilidade, proporcionada pelo emprego público, para uma situação de instabilidade, relacionada ao novo tipo de vínculo contratual, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Cabe destacar que, por ocasião da privatização, parte significativa dos trabalhadores do período estatal não permaneceu no emprego, pois foram desligados ou se desligaram por motivos diversos, como: aposentadoria, Programas de Desligamento Voluntário (PDV), promovidos antes e após a privatização e,

¹ Tais aspectos foram examinados e debatidos por investigadores como: Rudit, (2001); Lorangeira, (2001 e 2002); Silva, (2006); Mocelin, (2006).

também, em consequência da reestruturação gerencial pela qual passaram as empresas recém-privatizadas (SILVA, 2003).

O Brasil não foi o único país a reestruturar seu setor de telecomunicações. A partir do início da década de 1980, muitos países passaram por processo semelhante, dando fim a monopólios estatais ou privados. Logo, a influência da reestruturação no setor de telecomunicações sobre o emprego passou a ser objeto de análise de muitos estudos internacionais.

Autores como Batt (2000) ressaltam aspectos que são específicos à nova realidade do trabalho no setor de telecomunicações, sobretudo quando comparados ao emprego industrial. A autora argumenta que a qualidade dos serviços prestados é de fundamental importância para que sejam criados laços de fidelidade entre as empresas e seus clientes. Segundo Batt, quanto maior a necessidade por qualidade nos serviços, maiores as chances de adoção de formas participativas de trabalho, baseadas em princípios de autonomia e recrutamento de mão-de-obra qualificada (BATT, 2000 apud LARANGEIRA, 2002).

No que concerne ao mercado de trabalho do setor de telecomunicações, autores como Katz e Darbishire (2000) destacam que a reestruturação internacional do setor teria possibilitado a reconfiguração das situações de emprego. Tal reconfiguração está situada não somente no contexto da concorrência inter-empresarial, mas também no interior de uma mesma empresa. Segundo os autores, o mercado de trabalho interno às empresas passou a ser estruturado em subdivisões que atendem a segmentos de mercado que se diferenciam segundo sua capacidade de produzir valor agregado. Neste contexto, quanto mais elevado o valor agregado pelo segmento, melhores são as condições de trabalho e maiores as chances do trabalhador permanecer no emprego (KATZ e DARBISHIRE, 2000:125 apud LARANGEIRA, 2001:08).

Não obstante a importância dos estudos já realizados sobre o emprego no setor de telecomunicações, no exterior e no Brasil, é necessário propor novos modelos de análise que incorporem os perfis sócio-ocupacionais dos trabalhadores como elemento explicativo das trajetórias ocupacionais. Portanto, analisar as trajetórias ocupacionais de modo articulado à diversidade de perfis de trabalhadores permite superar um possível entendimento generalizado do mercado de trabalho das telecomunicações, visto que tal empreendimento permitirá identificar distintas formas de permanência e de transição ocupacional no mercado de trabalho em geral e interno ao setor.

Por outro lado, em termos conceituais, trajetória ocupacional pode ser definida como o movimento através do qual são construídos os percursos dos trabalhadores no mercado de trabalho, durante sua vida produtiva. As trajetórias ocupacionais são antes de tudo um fenômeno diacrônico, pois se desenvolvem através do tempo, mediante continuidades e rupturas, assim como também possuem forte condicionamento social, que é derivado de aspectos estruturais, institucionais e subjetivos (SILVA, 2003; VALENDUC ET AL., 2008).

No âmbito da teoria sociológica, as perspectivas que permitem interface com o tema das trajetórias ocupacionais de trabalhadores têm discutido quais são as possibilidades de se promover segurança social ao trabalhador, tendo em vista que, na atualidade, ocorre uma maior heterogeneidade nas situações de emprego e tendência de fragmentação das categoriais sócio-ocupacionais antes homogêneas. Cabe também destacar que algumas dessas perspectivas teóricas (Beck, 2000 e Castel, 2005, por exemplo) não se restringiram ao desvendamento dos problemas que decorreram da ruptura com o modelo industrial de desenvolvimento, que possuía o emprego no setor produtivo como forma padrão de inserção na estrutura ocupacional, mas também assumiram posicionamento propositivo, ao apontar possíveis saídas ao regime de insegurança que, segundo argumentam, atingiu a sociedade do trabalho a partir das duas últimas décadas do século XX.

No caso do presente estudo, pretende-se reconstituir as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores a partir dos dados agregados disponíveis nas Bases RAIS e RAIS Migra, do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil (MTE), utilizando-se para tanto metodologia quantitativa de tratamento e análise de dados. Neste sentido, acredita-se que será possível, através da análise longitudinal do mercado de trabalho das telecomunicações, entre os anos de 1998 e 2007, identificar que tipos de trajetórias realizaram os trabalhadores ocupados no setor durante esse período, levando em consideração seu perfil sócio-ocupacional.

Presume-se que esta dimensão explicativa, ou seja, o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores, em termos das suas características pessoais - sexo, faixa etária, faixa de escolaridade, faixa de tempo de emprego, faixa salarial, tamanho da empresa, região do Brasil e natureza da ocupação que desempenha - permitirão compor um mapa acerca das suas possibilidades em permanecer no mercado de trabalho interno ao setor e no mercado de trabalho formal como um todo. A análise baseada nestes termos possibilitou reconstituir as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores abarcando atributos sócio-demográficos e *status* ocupacional, este último entendido como dimensão objetiva relacionada ao valor atribuído no mercado de trabalho das telecomunicações a cada ocupação que compõe o setor.

Nesse sentido, o problema de pesquisa proposto é o de saber de que modo as transformações recentes no mercado de trabalho das telecomunicações influenciam as trajetórias dos trabalhadores, sobretudo, no que concerne às novas formas de inserção no emprego e suas conseqüências em termos da segurança dos trabalhadores no mercado de trabalho formal. No âmbito da teoria sociológica, autores como Zygmunt Bauman, Robert Castel, Ulrich Beck e Manuel Castells² têm abordado este tema a partir de diferentes enfoques.

Bauman, por exemplo, argumenta que as trajetórias no período histórico atual, que ele chama de “modernidade líquida”, são orientadas por pressupostos de flexibilidade, pois os indivíduos têm que conceber seus projetos de vida em um cenário instável e de curto prazo. (BAUMAN, 2001).

Em outra perspectiva, Robert Castel afirma que as bases do que ele chama de “sociedade salarial” está em crise. Segundo o autor, a imprevisibilidade se tornou a principal característica das trajetórias dos trabalhadores, visto que os percursos ocupacionais passaram a ser construídos por intensa mobilidade no decorrer da vida produtiva dos indivíduos. (CASTEL, 2005).

A perspectiva de Robert Castel se aproxima dos argumentos do sociólogo alemão Ulrich Beck (1999), que também aborda a relação entre tecnologia e mercado de trabalho. Segundo Beck, os novos postos de trabalho, criados em decorrência do surgimento e expansão das tecnologias informacionais, no segmento de prestação de serviços, não permitem prever uma expansão do emprego a ponto de garantir a inclusão do grande contingente de excluídos do mercado de trabalho na atualidade. Para o autor, os postos de trabalho surgidos até então, no segmento de processamento de dados, não contemplam o trabalho mais qualificado e a elevação da remuneração, como previram alguns analistas (BECK, 1999).

Cabe ressaltar que tanto a análise de Robert Castel, quanto à de Ulrich Beck, incorporam transformações que são muito particulares do contexto social europeu, no qual a inserção em uma atividade laboral representava a possibilidade de usufruir do Estado de Bem-Estar Social. Assim, destacam-se os limites desse tipo de abordagem para a análise do mercado de trabalho no Brasil, visto não ter aqui ocorrido experiência similar, tampouco o

² As teses dos autores, aqui brevemente examinadas, serão detalhadas e analisadas adiante, no Capítulo I, destinado ao referencial teórico que dará suporte ao estudo.

mercado de trabalho se estruturou de forma semelhante, conforme indicam as altas taxas de informalidade nas relações de trabalho que acompanham por anos a realidade do País.

Uma quarta abordagem sobre o tema é apresentada por Manuel Castells. Para o autor, as sociedades contemporâneas estão presenciando o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento capitalista, por ele chamado de informacionalismo, no qual as mudanças recentes na estrutura de emprego são os principais indicadores desse processo de transição histórica.

No informacionalismo, Castells considera que não há um percurso único a ser seguido por todas as sociedades, tendo em vista que aspectos culturais, institucionais e de natureza política influenciam as suas escolhas. Em relação ao mercado de trabalho, o autor argumenta que há tendência de aumento na participação de ocupações tidas como informacionais como, administradores, profissionais especializados e técnicos, na composição da estrutura ocupacional, bem como de ocupações relacionadas aos serviços de escritório (CASTELLS, 2000).

Contudo, Castells discorda que esteja ocorrendo crescimento da polarização da estrutura ocupacional nas sociedades informacionais, como também discorda de certa “imagem popular” de que o informacionalismo é produtor de um significativo número de ocupações de baixa qualidade, inseridas principalmente no setor de serviços. Para Castells, a polarização social e econômica nas sociedades avançadas pode ser explicada por especificidades setoriais, territoriais, étnicas, de sexo e de faixa etária, visto que são fontes mais evidentes de polarização social do que a diferenciação profissional (CASTELLS, 2000).

Analisando comparativamente as perspectivas de Bauman, Castel, Beck e Castells, considera-se a abordagem de Castells mais apropriada ao que ocorre na realidade, pois possibilita incorporar dimensões ausentes nos outros três autores. Na medida em que rejeita a ideia de um modelo hegemônico de desenvolvimento no informacionalismo, o autor também assume uma postura não-determinista na análise das transformações que vêm ocorrendo no trabalho e nos mercados de trabalho. Nesse sentido, a teoria de Manuel Castells apresenta-se como mais adequada à interpretação das estruturas de emprego e trajetórias de trabalhadores nas sociedades contemporâneas, visto que introduz o conceito de heterogeneidade para a análise dos mercados de trabalho, seja em nível nacional, setorial ou no interior de uma mesma empresa.

No que concerne ao objeto de investigação desse estudo, cabe ressaltar que apesar da importância e da qualidade dos estudos sobre a nova realidade no setor das telecomunicações, considera-se necessário elaborar novas questões sobre o mercado de trabalho do setor, visto que o mesmo se situa numa realidade distinta da predominante nas sociedades industriais do século XX. Conforme já referido, as mudanças tecnológicas, institucionais e gerenciais vivenciadas no setor de telecomunicações impõem novos desafios a quem deseja compreender como se estrutura o mercado de trabalho do setor e que possibilidades estão reservadas para os trabalhadores nele inseridos.

No quadro das transformações na realidade do trabalho e nos mercados de trabalho acima mencionadas, situa-se o problema de pesquisa que guia esse estudo. As seguintes questões orientaram a investigação:

Que fatores e particularidades condicionam a trajetória ocupacional dos trabalhadores nas telecomunicações, no Brasil, no período pós-privatização? É possível afirmar que as características relativas ao perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores influenciam suas chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações ou no mercado de trabalho formal como um todo? Que perfis sócio-ocupacionais são mais vulneráveis/menos vulneráveis em termos de suas possibilidades de permanência no mercado de trabalho interno às telecomunicações ou nos demais segmentos de atividade que compõem o mercado de trabalho formal?

Por seu turno, os objetivos desse estudo podem ser resumidos nos seguintes termos:

- Investigar que perfis sócio-ocupacionais contam com maior probabilidade de permanecer no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, bem como saber quais suas possibilidades, em termos qualitativos, de permanecer no mercado de trabalho mercado de trabalho formal como um todo.
- Analisar o mercado de trabalho das telecomunicações em termos gerais, segundo: perfil da força de trabalho; participação de cada categoria ocupacional no mercado de trabalho das telecomunicações; e nível salarial.

- Comparar as trajetórias ocupacionais de duas *coortes*³ de trabalhadores demitidos do setor de telecomunicações, nos anos de 1998 e 2003, em termos dos seus destinos empregatícios.
- Avaliar a influência de aspectos como, sexo, faixa etária, escolaridade, tempo de emprego, faixa salarial, tamanho da empresa, região do Brasil e natureza da ocupação, nas possibilidades de permanência do trabalhador no setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal.
- Investigar quais os destinos empregatícios dos trabalhadores demitidos do setor de telecomunicações, segundo o perfil sócio-ocupacional.

O exame de tais questões e a consecução de tais objetivos justificam-se devido à necessidade de aprimorar a compreensão sobre as mudanças recentes no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, mediante a identificação dos perfis sócio-ocupacionais mais e menos sujeitos a manter o emprego, bem como a percorrer trajetórias ocupacionais de permanência no mercado de trabalho interno ao setor e no mercado de trabalho formal.

No Brasil, embora os estudos de trajetórias ocupacionais tenham contemplado quase que somente o emprego industrial, a análise longitudinal do mercado de trabalho formal, através da base de dados RAIS Migra do Ministério do Trabalho e Emprego, constitui-se em instrumento privilegiado para a investigação dos processos de permanência, mudança e transição na estrutura ocupacional, porque possibilita acompanhar o percurso de grandes contingentes de trabalhadores no mercado de trabalho durante um determinado período de tempo. Ressalte-se a relevância de um estudo longitudinal sobre o mercado de trabalho das telecomunicações, visto que a reestruturação em seu interior, além de profundas mudanças tecnológicas, contou também com opções políticas de caráter institucional (desregulamentação e privatização do antigo monopólio estatal).

A realização de estudos sobre o setor de telecomunicações também se justifica devido à importância do mesmo para o desenvolvimento econômico e social na atualidade. Como é sabido, o setor de serviços, no qual o setor de telecomunicações está inserido, assume na

³ Ver procedimentos metodológicos adotados.

atualidade papel de destaque na geração de novos postos de trabalho, contribuindo para a redução dos índices de informalidade no Brasil⁴.

Cabe ainda destacar a relevância da realização de estudos sobre a segurança do trabalhador no mercado de trabalho, visto que se trata de tema presente nas agendas governamentais e de organismos supranacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O estudo sobre trajetórias ocupacionais situadas em determinado intervalo de tempo permite apreender padrões de seguridade/inseguridade no mercado de trabalho, assim como as nuances que estes mesmos processos assumem quando se incorpora, ao modelo de análise, variáveis relativas ao perfil dos trabalhadores. Neste sentido, considera-se que a pesquisa sociológica mais rigorosa pode oferecer contribuições que vão além do diagnóstico generalizante baseado em impressões, para alcançar análises mais precisas, que demonstrem empiricamente quais grupos sociais estariam em situação de maior vulnerabilidade laboral.

Ademais, esse estudo também pretende contribuir para o alargamento da compreensão da nova realidade do mercado de trabalho na sociedade brasileira, tendo em vista que o estudo sobre o emprego em setores intensivos em tecnologias de informação é um dos temas que se destaca entre os que se preocupam com as transformações da realidade social da atualidade.

O argumento central que orienta esse estudo pode ser expresso nos seguintes termos: as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores do setor de telecomunicações no período pós-privatização, no Brasil, tendem a ser condicionadas por múltiplos aspectos, tais como: o ambiente macroeconômico geral, as estratégias empresariais e os projetos pessoais dos trabalhadores. Contudo, as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores, bem como os níveis de segurança no mercado de trabalho que experimentam, não podem ser entendidas como categorias sociológicas genéricas, passíveis de generalização para todos os indivíduos e grupos sócio-ocupacionais de uma determinada época, região ou setor da economia. Ao contrário, as trajetórias ocupacionais e a segurança no mercado de trabalho sofrem variação segundo o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores. Especificamente no mercado de trabalho do setor de telecomunicações pós-privatização, a passagem de um período de reestruturação (primeiro período pós-privatização, entre os anos de 1998 e 2002), para um período de maior concorrência inter-empresarial (segundo período pós-privatização, entre os anos de 2003 e 2007), resultou em maior segurança no mercado de trabalho do setor e no

⁴ A criação de postos formais de trabalho tem crescido de modo sustentável nos últimos anos, contribuindo assim para a progressiva redução da informalidade.

mercado de trabalho formal para os trabalhadores que fizeram parte do estudo. Entretanto, desigualdades entre os perfis sócio-ocupacionais se mantiveram presentes, aprofundando-se em alguns casos e reduzindo-se em outros. Os níveis mais elevados de segurança no mercado de trabalho das telecomunicações podem ser observados entre os trabalhadores que supostamente encontram-se em melhores condições para lidar com trajetórias fragmentadas, ou seja, adultos jovens com remuneração e escolaridade elevadas, inseridos em ocupações situadas no topo da estrutura ocupacional do setor e possuidores de qualificação valorizada no mercado de trabalho.

Este estudo está dividido em cinco capítulos. O Capítulo I discute a contribuição da teoria sociológica para o entendimento das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores. A partir da revisão da literatura sobre o tema, pretende-se reunir elementos que sustentem os conceitos empregados no estudo.

No Capítulo II, apresenta-se o debate em torno dos conceitos de segurança no mercado de trabalho, trajetórias ocupacionais e empregabilidade. São discutidas as potencialidades e os limites da utilização de tais conceitos para o exame dos percursos que os trabalhadores realizam ao longo de sua vida produtiva.

O Capítulo III apresenta as transformações recentes no setor de telecomunicações no Brasil. São apresentados dados gerais do setor de telecomunicações no período pós-privatização, bem como indicadores relativos ao perfil sócio-ocupacional dos Trabalhadores. São discutidos os achados de pesquisas realizados sobre o setor na última década, de modo a esclarecer as especificidades do presente estudo, comparativamente aos conhecimentos acumulados sobre o período em discussão.

Já os Capítulos IV e V apresentam a análise das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores do setor de telecomunicações no primeiro e no segundo períodos pós-privatização. Mais especificamente, interessa saber como o perfil sócio-ocupacional do trabalhador influencia a trajetória ocupacional e, conseqüentemente, a segurança no mercado de trabalho. São apresentadas as estatísticas descritivas das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores do setor de telecomunicações, segundo seu perfil sócio-ocupacional, e a seguir, empreende-se regressões logísticas multivariadas na população dos anos de coorte em estudo, de modo a identificar, segundo o perfil sócio-ocupacional do trabalhador, quais as chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações e de permanência no mercado de trabalho formal como um todo.

Nas considerações finais, resumem-se os principais resultados encontrados, mediante debate com os aspectos teóricos que guiaram o estudo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme já referido, o estudo propõe-se a analisar a trajetória ocupacional dos trabalhadores no setor de telecomunicações do Brasil, no período pós-privatização. Para que tal empreendimento alcance seus objetivos, são adotados procedimentos metodológicos de natureza quantitativa, a partir de dados secundários do mercado de trabalho formal do setor.

Como ferramenta operacional, a análise de trajetórias ocupacionais permite desvendar os processos de inserção, reinserção e migração de trabalhadores, em contextos setoriais, na totalidade do mercado de trabalho ou, ainda, comparativamente, em estudos internacionais. Portanto, a análise de trajetórias possibilita refletir não somente sobre os fatores determinantes das migrações ocupacionais, mas também sobre seus efeitos em termos dos destinos profissionais dos trabalhadores demitidos (GUIMARÃES, 2004:237-243).

Dentre os métodos utilizados nas análises longitudinais do mercado de trabalho, Guimarães argumenta que abordagens de natureza quantitativa se constituem em instrumentos privilegiados para a caracterização das formas de uso da força de trabalho, visto que permitem reunir, em categorias, uma série de eventos de desligamento e reinserção no mercado de trabalho:

Ao resumirem massas significativas de eventos de mobilidade individual, expressando-as sinteticamente em um número muitas vezes menor de percursos típicos (porque recorrentes), elas facultam identificar grupos de indivíduos cujas diferentes experiências de trânsito ocupacional podem vir a ser, em seguida, objeto de análise qualitativa, que focalizaria os significados construídos no curso dessas experiências (GUIMARÃES, 2004:246).

Por outro lado, como se trata de análise de natureza longitudinal, o estudo de trajetórias ocupacionais possui a virtude de analisar o “tempo como uma variável endógena aos modelos de explicação” (GUIMARÃES, 2004:247). Portanto, nos estudos longitudinais de trajetórias é possível incorporar o tempo como categoria central de análise, tendo em vista que interessa o caráter processual dos percursos no mercado de trabalho.

Nesse estudo, empreendeu-se análise longitudinal das trajetórias ocupacionais dos empregados nas telecomunicações, no período de tempo que compreende os anos de 1998 até 2007. Em relação ao referido intervalo temporal, cabe ressaltar que 1998 se configura como um ano chave para as telecomunicações, no Brasil, por ter sido o ano da privatização do antigo monopólio estatal que controlava o setor. Em consequência, o ano de 1998 foi escolhido como o início da série temporal do estudo. Já o ano de 2007 foi definido como último a ser analisado por encerrar os primeiros 10 anos de período pós-privatização, bem como por se tratar do último ano disponível na base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e RAIS Migra, do MTE, quando do início do estudo.

As bases de dados RAIS e RAIS Migra derivam dos registros administrativos do MTE e reúnem informações prestadas pelas empresas anualmente. A RAIS⁵ abrange todo o mercado de trabalho formal do País e foi criada para suprir as necessidades de informações na área social. Por meio da RAIS, que cobre cerca de 97% do mercado de trabalho formal, é possível acompanhar as características do emprego em um ano específico ou em séries históricas (BRASIL, 2010).

Cabe ressaltar que a base de dados RAIS, utilizada no Capítulo III para subsidiar a apresentação dos indicadores relativos às modificações no perfil sócio-ocupacional dos empregados no setor de telecomunicações, organiza-se a partir dos registros dos trabalhadores ocupados em 31 de dezembro de cada ano. Já a base RAIS Migra, que é derivada da RAIS, visa o acompanhamento geográfico, setorial e ocupacional da trajetória dos trabalhadores ao longo do tempo. Cabe esclarecer que a RAIS Migra:

Está organizada longitudinalmente, permitindo a realização de estudos de mobilidade, duração e reinserção de indivíduos no mercado de trabalho, o que não é permitido pela RAIS convencional, que está organizada por ano de referência da declaração dos vínculos (BRASIL, 2010).

Nesse estudo, os dados disponíveis nas bases de dados RAIS e RAIS Migra serviram de suporte empírico para a realização da pesquisa. A utilização desses instrumentais é viabilizada pelo Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET), do MTE,

⁵ Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, “originalmente a RAIS foi criada para conter informações destinadas ao controle de entrada da mão-de-obra estrangeira no Brasil e os registros relativos ao FGTS, para subsidiar o controle de arrecadação e concessão de benefícios pelo Ministério da Previdência Social e para servir de base de cálculo do PIS/PASEP. Atualmente, em observância a dispositivo constitucional, viabiliza a concessão do pagamento do abono salarial e se constitui no único instrumento de governo para esse fim” (BRASIL, 2010).

que disponibiliza informações relativas aos registros administrativos da Relação Anuais de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Os dados da RAIS Migra⁶ foram analisados por meio de tabulações especiais de CD-ROM, confeccionado pelo MTE especialmente para essa pesquisa. Assim, foi possível a obtenção de frequências agregadas, assim como estabelecer relação entre variáveis e recuperar micro-dados para tratamento estatístico.

Apesar de reunir potencialidades inegáveis, as bases de dados RAIS e RAIS Migra apresentam limites em relação à abrangência e à qualidade dos dados disponibilizados. O primeiro limite reside na sua cobertura, que abrange somente o mercado de trabalho formal⁷. Como o MTE depende das informações prestadas pelas empresas, por meio do número do Programa de Integração Social (PIS) do trabalhador, o mercado de trabalho informal não se torna passível de representação. Do mesmo modo, a qualidade das informações fornecidas pelas empresas não pode ser cotejada. Fica-se subordinado à qualidade das informações prestadas por milhares de departamentos de recursos humanos de empresas brasileiras (CARDOSO, 2000: 219).

Outro limite específico da base de dados RAIS Migra diz respeito ao momento em que um trabalhador, até então empregado, é demitido e não mais retorna ao mercado de trabalho formal. Perde-se a informação sobre a trajetória desse indivíduo, o que impossibilita a identificação de sua situação empregatícia imediata, se desempregado, inativo, aposentado, falecido, ou outra condição equivalente (CARDOSO, 2000: 220).

Mesmo que os limites acima referidos não sejam passíveis de mensuração e controle, as bases de dados RAIS e RAIS Migra destacam-se como ferramentas privilegiadas para o acompanhamento estatístico e a análise do mercado de trabalho formal do Brasil.

Nos Capítulos IV e V desse estudo, a plataforma RAIS Migra foi utilizada para determinar os percursos ocupacionais dos trabalhadores do setor de telecomunicações⁸, no que diz respeito às suas trajetórias ocupacionais a partir de dois anos de *coorte*⁹: 1998, que

⁶ A RAIS Migra é disponibilizada em dois formatos: “Painel” e “Vínculo”. O presente estudo utilizou-se da RAIS Migra Painel, que possibilita o acompanhamento da mobilidade dos indivíduos no mercado de trabalho, antes e depois de um ano selecionado (BRASIL, 2006).

⁷ Estudos realizados por Larangeira (2002) e Mocelin (2006) indicam que a informalidade é praticamente inexistente no setor de telecomunicações.

⁸ O setor de telecomunicações consta nas bases de dados RAIS e RAIS Migra como “Grupo 642” da Classe de Atividade Econômica segundo a classificação CNAE/95 (563 categorias). Tal grupo incorpora somente os serviços de telecomunicações.

⁹ Entre os diferentes tipos de análise longitudinal, os estudos de *coorte* são os que acompanham uma mesma população, ou amostra dessa população, durante um período de tempo determinado.

reflete o primeiro período após a privatização; e 2003, ano da liberalização do mercado, no qual as empresas que cumpriram o Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) foram liberadas das restrições até então vigentes, permitindo ampliar sua atuação, em termos comerciais e territoriais. Neste sentido, o ano de 2003 reflete um segundo período pós-privatização para o mercado de telecomunicações, devido ao aumento na concorrência entre as empresas do setor.

Quadro 1 – Acompanhamento longitudinal das coortes.

	Coorte 1 (N = 138.811)	Coorte 2 (N = 120.361)
Anos	1998	
	1999	
	2000	
	2001	
	2002	
		2003
		2004
		2005
		2006
		2007

 Anos de coorte

Desse modo, a seleção de duas *coortes* permitiu verificar tendências recorrentes nos destinos ocupacionais dos trabalhadores, pois tornou possível comparar as trajetórias ocupacionais de dois grupos distintos, em dois períodos diferentes, no mercado de trabalho interno ao setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal como um todo.

Já os dados obtidos por meio da base de dados RAIS permitiram a realização de estudo longitudinal de tendências¹⁰, de modo a analisar o mercado de trabalho das telecomunicações em termos do perfil dos trabalhadores, ao final de cada ano. Através dos dados da RAIS foi possível reconstituir as características do mercado de trabalho do setor, na década analisada.

Concomitantemente à análise das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores, foi também realizada a reconstituição da macro-trajetória do setor de telecomunicações no período pós-privatização. Cabe destacar que se considera esse procedimento de fundamental importância, visto que a trajetória setorial pode se constituir em um dos principais fatores explicativos do fluxo (em termos de inserção, reinserção e migração) da força de trabalho. Para tanto, foram consultados livros, artigos, leis e relatórios técnicos, elaborados por pesquisadores, pela Anatel e pelas principais empresas do setor, bem como notícias, estatísticas e depoimentos em revistas impressas e *sites* da Internet especializados, tendo como propósito a obtenção de informações sobre as condições do mercado de telecomunicações no Brasil, nos anos que compreendem o período analisado.

Os dados populacionais obtidos por meio da base RAIS Migra foram submetidos à análise de regressão logística múltipla, tendo por finalidade estabelecer o efeito combinado das variáveis independentes (que constituem o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores) sobre cada variável dependente (permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações e permanência no mercado de trabalho formal). Os modelos de regressão logística múltipla foram realizados com o auxílio do programa de análise estatística *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 11.

A regressão logística múltipla é indicada nas situações em que a variável dependente é de natureza binária ou dicotômica¹¹. Assim como na regressão linear múltipla, interessa “predizer ou explicar valores de uma variável dependente em função de valores conhecidos das variáveis independentes” (FILHO e CORRAR, 2009:281). Contudo, a regressão logística difere da regressão linear, dado que fornece coeficientes que são interpretados em termos de probabilidades.

¹⁰ Neste tipo de estudo uma população pode ser estudada várias vezes em um período de tempo determinado, mesmo que pessoas diferentes sejam estudadas em cada oportunidade, pois representam uma mesma população (BABBIE, 2001:102).

¹¹ A regressão linear não se aplica quando a variável dependente do estudo é dicotômica, visto que a realização de tal empreendimento viola a normalidade estatística.

Para a obtenção dos coeficientes de regressão logística, utilizou-se o método da “entrada forçada” (*enter*, na *interface* do SPSS), no qual “todas as variáveis independentes são incluídas no mesmo modelo de regressão em um único bloco e as estimativas de parâmetros são calculadas para cada bloco” (FIELDS, 2009: 227).

Dentre os coeficientes estimados no modelo de regressão logística múltipla, o **Exp(b)** é o mais importante, visto que expressa a razão de chances de mudança na variável dependente, segundo a variação em uma unidade na variável dependente. A razão de chances, nesse caso, é a probabilidade de um evento ocorrer em um grupo comparado com outro. Nesse estudo, trata-se de estimar as chances comparadas de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal segundo as variáveis que compõem o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores (FIELDS, 2009: 226-227).

Desse modo, decidiu-se que somente os coeficientes de **Exp(b)** serão apresentados no trabalho, juntamente com a sua expressão em percentuais, o que facilita a compreensão e é expresso por: **[Exp (b) – 1] x 100**. Todas as regressões logísticas multivariadas realizadas e toda a gama de coeficiente estimados nos modelos estão disponíveis no apêndice desse trabalho.

Por fim, apresenta-se o modelo de análise empregado no estudo:

Quadro 2 – Modelo de análise

(X)	(Y)
Perfil Sócio-Ocupacional	Trajетórias Ocupacionais
Variáveis Independentes	Variáveis Dependentes
Relativas ao Perfil Sócio-Ocupacional do Trabalhador: <ul style="list-style-type: none"> • Sexo; • Faixa etária; • Faixa de escolaridade; • Faixa de tempo de emprego; • Faixa salarial; • Faixa de tamanho da empresa empregadora; • Região do Brasil; • Natureza da ocupação. 	Relativas ao percurso do trabalhador no mercado de trabalho: <ul style="list-style-type: none"> • Permanência ou não-permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações; • Permanência ou não-permanência no mercado de trabalho formal.

Fonte: Elaborado pelo autor.

CAPÍTULO I

A contribuição da teoria sociológica para a análise das trajetórias ocupacionais de trabalhadores

Este capítulo discute a contribuição da teoria sociológica para o entendimento das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores. Buscam-se elementos que sustentem o uso do conceito de segurança no mercado de trabalho. Desde já, é necessário mencionar que é por meio da análise das trajetórias ocupacionais que se torna possível constatar os níveis de segurança no mercado de trabalho que experimentam os trabalhadores.

O trabalho constituiu-se em um dos principais valores das sociedades modernas, seja como atividade direcionada ao progresso socioeconômico, seja como *locus* de emergência da emancipação humana, como argumenta a teoria marxiana. Na modernidade, o trabalho esteve relacionado a uma essência humana, pois se idealizava que o ser humano contribuiria, por meio de sua inserção no processo produtivo, para a efetivação de uma nova lógica societal, previsível e controlável, visando a aumentar as riquezas e eliminar a miséria de modo definitivo (BAUMAN, 2001:157-158).

O debate sobre o papel do trabalho na conformação das sociedades humanas perpassa grande parte da produção teórica da Sociologia. Na Sociologia Clássica, por exemplo, o trabalho assumiu importância central como categoria de análise explicativa das sociedades modernas, por meio de uma leitura que privilegia a análise das estruturas sociais e sua coercitividade, como em Karl Marx e Émile Durkheim, ou através da perspectiva compreensiva que orienta o pensamento de Max Weber.

Em Marx, o trabalho é concebido como categoria central para a compreensão da sociedade capitalista. Segundo a teoria de Marx, a sociedade capitalista estrutura-se em torno de duas classes sociais antagônicas, mas complementares, diferenciadas de acordo com a posição que ocupam no processo produtivo. Cabe a uma das classes fundamentais do capitalismo, o proletariado, a venda da sua força de trabalho na esfera do mercado. O processo de trabalho é compreendido por Marx como atividade que estabelece relação entre o homem e a natureza, tendo como propósito a produção de valores de uso (MARX, 1986).

Na obra de Durkheim, a divisão social do trabalho surge como forma de estabelecer uma diferenciação entre as sociedades tradicionais e a sociedade moderna. A divisão do trabalho, para Durkheim, produz efeito moral mais importante que os efeitos econômicos por ela engendrados, visto que cria um sentimento coletivo de solidariedade social. Neste contexto, a diferenciação das profissões se constitui como fonte de equilíbrio e de integração social (DURKHEIM, 2008).

Por seu turno, Weber procura estabelecer relação entre o surgimento do capitalismo e de uma moral religiosa protestante, alicerçada em padrões ascéticos de conduta. Weber desenvolve a tese de que o racionalismo econômico que emergiu na moderna civilização européia sustenta-se por meio de uma ética do trabalho tributária da noção de vocação. Ademais, o autor também analisa o surgimento do aparato burocrático como característica marcante da modernidade, em que a divisão do trabalho se apresenta como ação racional com relação a fins (WEBER, 1999; WEBER, 2001).

No contexto das sociedades contemporâneas, em que são questionados os pressupostos que deram consistência à noção de modernidade, teve início um intenso debate sobre o papel do trabalho na conformação da vida social. A centralidade do trabalho passou a ser questionada em seus aspectos sociais, econômicos, subjetivos e também como fundamento chave da explicação sociológica¹².

As interpretações correntes, sobre a natureza das transformações sociais em curso, argumentam que estaríamos presenciando a passagem para um novo tipo de sociedade desde as últimas décadas do século passado. No âmbito da teoria sociológica, autores como Zygmunt Bauman, Robert Castel, Ulrich Beck e Manuel Castells têm buscado interpretar a

¹² O debate sobre centralidade do trabalho pode ser encontrado em autores como Offe, (1989; 1991); Habermas, (1987); Schnapper, (1998) e Méda, (1999).

nova realidade do trabalho e do emprego, enfatizando os efeitos que as mudanças em cursos acarretam sobre as trajetórias dos trabalhadores.

A nova sociedade do trabalho está no centro da produção teórica de Castel, enquanto que para Bauman, Beck e Castells, o trabalho é um segmento da nova sociedade que sofre modificações decorrentes de mudanças sociais mais amplas. Mesmo assim, os autores mencionados atribuem destacada importância aos objetos abordados nesse estudo, quais sejam, as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores e a segurança no mercado de trabalho. Nesse fato reside a escolha de tais autores para integrar a revisão teórica que sustenta o estudo.

Nesse estudo, considera-se que o conceito de “segurança no mercado de trabalho” apresenta um poder analítico mais elevado vis-à-vis o conceito de estabilidade no emprego: enquanto a noção de estabilidade se restringe à permanência num determinado emprego, a noção de segurança no mercado de trabalho relativiza a importância do vínculo atual do trabalhador, visto que interessa apreender o caráter processual das trajetórias ocupacionais.

A seguir, apresentam-se as perspectivas dos referidos autores, procurando enfatizar a contribuições e os limites de suas teorias para a compreensão da trajetória ocupacional dos trabalhadores. O objetivo foi o de, a partir dos subsídios por eles oferecidos, elaborar o conceito de segurança no mercado de trabalho a ser utilizado neste estudo.

1.1.Zygmunt Bauman e a fluidez da modernidade privatizada

Como já referido na Introdução, para Bauman (2001), a fluidez é a principal característica do atual estágio da modernidade. Segundo o autor, os projetos coletivos tidos como referência na “modernidade sólida” estão em crise, fato que acarreta a emergência de uma versão privatizada da modernidade, caracterizada pela individualização e pelo enfraquecimento dos laços sociais (BAUMAN, 2001:7-22).

No contexto da modernidade líquida, as trajetórias individuais passam a ser guiadas pela lógica da flexibilidade e os projetos de vida são concebidos em um cenário de curto prazo. Bauman considera que o trabalho substantivo, projeto partilhado por toda humanidade, está se transformando em “episódios de trabalho”, isolados do resto da vida dos indivíduos (BAUMAN, 2001:157-161).

Segundo o autor, a “modernidade sólida” instaurou a relação de complementaridade entre o capital e o trabalho, baseada em compromissos mútuos e necessários para o desenvolvimento sustentado. O emprego industrial, típico do período, se constituía em relação de longo prazo, dada a expectativa do emprego para toda a vida. Contudo, a emergência da modernidade fluída provocou a derrocada do “emprego como o conhecemos”. Para Bauman, a nova lógica do mercado de trabalho, fundamentada no emprego por tempo determinado, sem contrato e sem proteção social, tem tornado a vida no trabalho cheia de incertezas (BAUMAN, 2001:166-169).

Bauman ressalta que a “modernidade líquida” provocou a divisão dos mercados de trabalho em dois pólos: no primeiro, constituído por “trabalhadores de rotina” que são de fácil substituição, destaca-se a falta de vínculos sólidos entre o trabalho realizado e os projetos de vida de quem o realiza; e no segundo, constituído por trabalhadores situados no topo da pirâmide ocupacional, são enfatizadas qualidades como leveza e volatilidade: a instabilidade, a hibridez e a desorientação são tomadas como valores primordiais e seus ocupantes agem como “caçadores de oportunidades” (BAUMAN, 2001:174-178).

Por outro lado, um dos principais conceitos utilizados por Bauman para analisar as sociedades modernas é o de ambivalência. Segundo Bauman, a ambivalência é:

(...) a possibilidade de conferir a um objeto ou um evento mais de uma categoria, é uma desordem específica da linguagem, uma falha da função nomeadora (segregadora) que a linguagem deve desempenhar. O principal sintoma da desordem é o agudo desconforto que sentimos quando somos incapazes de ler adequadamente a situação e optar entre ações alternativas (BAUMAN, 1999:09).

Bauman argumenta que a modernidade atribuiu a si a tentativa de combater a ambivalência, por meio da instauração da ordem e da negação do caos. Entretanto, segundo o autor, esta tarefa é impossível, dado que a ordem e a ambivalência são produto da modernidade. Assim, na medida em que a atividade ordenadora possui como um dos seus elementos fundamentais a produção polissêmica de discursos sobre um mesmo objeto, ela própria se constitui como prática ambivalente¹³ (BAUMAN, 1999:14-26).

¹³ Exemplo disso seria a ciência, que ao mesmo tempo contribui para o ordenamento do mundo, mediante a produção de conhecimento, e também está imersa em discursos múltiplos e dissensos inerentes ao campo científico.

Nos dias atuais, segundo Bauman, o problema da ambivalência está se tornando uma questão pessoal, porque abandona a esfera coletiva e migra para a privada. Em consequência, está ocorrendo um processo de privatização da ambivalência, demandando dos indivíduos a capacidade de obter respostas às suas necessidades e inquietações por meio do conhecimento especializado (BAUMAN, 1999:207).

Bauman argumenta que o “especialista”, nos termos em que a expressão foi utilizada por Anthony Giddens (1991), é o indivíduo capaz de realizar a mediação entre o conhecimento científico, dotado de legitimidade, e as necessidades subjetivas de outros indivíduos. Para Bauman, o especialista “é definido não tanto pelas qualidades e posses que o caracterizam, mas pela função que os receptores dos seus serviços entendem que está desempenhando” (BAUMAN, 1999:209-211).

Na medida em que o relacionamento entre o indivíduo e o entorno social torna-se mediado por competências especializadas, como também pelas tecnologias que lhes dão suporte, os detentores de tais competências são os que comandam as atividades socialmente mais valorizadas (BAUMAN, 1999:225).

Considerando os argumentos apresentados por Bauman, é possível supor que a valorização das competências especializadas influencia também os mercados de trabalho, tornando ocupações com conteúdos especializados ainda mais centrais no processo de criação de valor. Dessa forma, os trabalhadores que exercem atividades laborais especializadas têm maiores chances de percorrer trajetórias ocupacionais menos marcadas pela incerteza, visto que possuem um capital qualificacional valorizado no mercado de trabalho. No quadro de polarização laboral das sociedades ocidentais contemporâneas, como enfatizado por Bauman, o especialista está situado no topo da estrutura de emprego.

Contudo, considera-se que o principal limite da perspectiva de Bauman relaciona-se a sua generalidade. Ao propor uma análise em termos das consequências da modernidade, processo de transformação histórica de longo alcance, Bauman deixa de incorporar supostas diferenças oriundas dos contextos sociais específicos. Aspectos sublinhados pelo autor, como crescente individualização do trabalho e fragmentação dos laços sociais, merecem ser analisados no quadro de cada contexto particular, abarcando especificidades nacionais, regionais ou setoriais.

Do mesmo modo, a teoria da modernidade de Bauman mostra-se de difícil operacionalização, principalmente por sua generalidade, mas também por seu caráter descritivo.

1.2. Robert Castel e a crise da sociedade salarial

Examinando, como Bauman, a condição dos indivíduos na modernidade, Robert Castel (2005) considera que segurança e insegurança sociais são lados de uma mesma moeda. Segundo Castel, as sociedades ocidentais modernas – leiam-se países da Europa Ocidental e Estados Unidos – estão situadas entre as mais seguras da história da humanidade. Entretanto, tem surgido na atualidade um sentimento de insegurança coletivamente partilhado, produzido na própria busca por segurança. Castel argumenta que, nas sociedades modernas, em que os sistemas de proteção social não podem ser plenamente cumpridos, estão em conflito as expectativas de segurança socialmente construídas, e a capacidade real das sociedades em provê-la. Para o autor, o sentimento de insegurança vivenciado na atualidade não está vinculado às ameaças reais, mas é resultado do deslocamento ininterrupto das exigências por proteção, na medida em que demandas anteriores foram atendidas (CASTEL, 2005:7-11).

A noção de insegurança desenvolvida por Castel remete à incapacidade dos indivíduos em garantir, através de seus próprios meios e recursos, a subsistência. Dessa forma, surgiu, concomitantemente à constituição do Estado liberal no século XVIII, a noção de que a propriedade privada, atrelada a um Estado de direito, são condições necessárias à segurança dos cidadãos. Neste contexto, também surgiu a questão de como garantir a segurança dos demais membros da sociedade, os não proprietários. Castel argumenta que tal impasse foi solucionado atribuindo considerável proteção ao trabalho, por meio de um novo tipo de propriedade, de natureza social:

Primeiramente, atribuir proteções e direitos à condição do próprio trabalhador. O trabalho deixa então de ser uma relação puramente comercial retribuída no quadro de uma relação pseudocontratual (o “contrato de arrendamento” do Código Civil) entre um empregador todo-poderoso e um assalariado desprovido. O trabalho tornou-se emprego, isto é, um Estado dotado de um estatuto que inclui garantias não comerciais, como o direito a um salário mínimo, as proteções do direito do trabalho, a cobertura dos acidentes, da doença, o direito à aposentadoria, etc. (CASTEL, 2005:32).

A propriedade social, assim como a propriedade privada, passou a ser direcionada para a segurança dos indivíduos, condição necessária para a coesão social. Erigiu-se assim a sociedade salarial, fortemente hierarquizada, mas também fortemente protetora. Castel argumenta que capital e trabalho têm se articulado como parceiros sociais para estabelecer a agenda do futuro, mediante a tarefa de eliminar a insegurança social. Em consequência, sistemas de regulação coletiva, como o direito do trabalho e a proteção social, passaram a reduzir as desigualdades inerentes à relação capital e trabalho (CASTEL, 2005:35).

Segundo Castel, a sociedade salarial se originou da concertação social entre capital, trabalho e Estado, com o propósito de alavancar o desenvolvimento econômico e social. Como contrapartida ao engajamento da classe trabalhadora neste projeto, houve a implantação de um amplo conjunto de direitos trabalhistas, bem como de novas formas de proteção social, de modo a garantir a melhor repartição das oportunidades e suprir o déficit de integração de determinados grupos na estrutura social, verificado no advento da era industrial (CASTEL, 1998:419-493).

Entretanto, a crise que afetou a sociedade salarial no último quarto de século tem posto em xeque o sistema de proteção social característico do período pós-segunda guerra. Como símbolos visíveis dessa crise, Castel cita o crescimento do desemprego, a precarização das relações de trabalho e as formas atípicas de contratação, aspectos que em conjunto acarretam em graus mais elevados de vulnerabilidade social (CASTEL, 1998:513-518).

Neste contexto, também se alterou o que Castel chama de “função integradora da empresa”. Segundo o autor, na sociedade salarial, a empresa atuou como lócus no qual se reproduziram grupos sociais relativamente estáveis, que se diferenciam segundo o tipo de atividade que desempenham. O crescimento econômico constante possibilitou conciliar o interesse patronal, por elevação das taxas de lucratividade, e os interesses dos trabalhadores, assegurando aos últimos algum nível de progressão nos salários e nos benefícios sociais, bem como agindo como facilitador da mobilidade profissional e da promoção social. Castel argumenta que a crise da sociedade salarial tende a reduzir essa função integradora da empresa, visto que o imperativo da eficiência máxima passou a contribuir para a exclusão dos trabalhadores de idade mais elevada ou não possuidores de um nível médio de escolarização que permita a constante reciclagem, demandada pelas recorrentes transformações tecnológicas (CASTEL, 1998:513-519).

Por outro lado, a crise que envolveu a sociedade salarial ocorreu em paralelo à fragmentação das categorias socioprofissionais homogêneas, sustentáculo do sistema coletivo

de proteção social. Segundo Castel, o cenário surgido desse processo aponta para a diversificação das categorias profissionais e das desigualdades, que também são significativas no interior de uma mesma categoria profissional, bem como entre trabalhadores portadores de um nível similar de qualificação. Em suma, Castel considera que o mundo do trabalho passou a se estruturar em relações individualizadas e instáveis:

Com um pouco de recuo começa-se a perceber que o que está em jogo (...) é fundamentalmente a instauração de uma mobilidade generalizada das relações de trabalho, das carreiras profissionais e das proteções ligadas ao estatuto do emprego. Dinâmica profunda que é, simultaneamente, de descoletivização, de reindividualização e de insegurização (CASTEL, 2005:45).

Segundo Castel, neste contexto, as trajetórias ocupacionais tem se tornado móveis e as carreiras constroem-se em diversas inserções e reinserções no mercado de trabalho, ao longo da vida produtiva. Mesmo atingindo a todos os grupos profissionais, o impacto do imperativo da mobilidade os afeta desigualmente: Castel considera que maior instabilidade pode ser observada em segmentos de atividades relacionadas às tecnologias informacionais (CASTEL, 2005:47-48).

Por outro lado, para Castel, os privilégios da crescente individualização do trabalho estão distribuídos de modo desigual entre os grupos profissionais:

Há os que ganham com a mudança, que podem aproveitar-se das novas oportunidades e realizar-se através delas no plano profissional e no plano pessoal. Mas há também todos aqueles que não podem enfrentar esta redistribuição das cartas e se acham inválidos pela nova conjuntura (CASTEL, 2005:48).

Castel considera que as possibilidades individuais estão cada vez mais subordinadas às redes de suporte e aos recursos objetivos que cada indivíduo pode contabilizar para enfrentar a nova realidade. Portanto, a indisponibilidade de recursos de origem econômica, cultural ou social acarreta em maiores riscos de insegurança social para uma elevada parcela da sociedade, especialmente para quem “as proteções são coletivas ou não existem” (CASTEL, 2005:48).

O autor considera que as políticas de proteção social necessitam de revisão, em face da freqüente mobilidade no mercado de trabalho a que os trabalhadores estão sujeitos. Para Castel, a alternância entre períodos de emprego e desemprego é a regra do mercado de

trabalho na atualidade. Nesse caso, o autor afirma que é necessário “transferir os direitos do estatuto do emprego à pessoa do trabalhador”, para que haja continuidade dos direitos sociais apesar da descontinuidade das trajetórias ocupacionais (CASTEL, 2005:85).

Aliado ao novo regime de direitos sociais, Castel sustenta a necessidade de assegurar aos trabalhadores mais vulneráveis o direito à formação profissional condizente com as flutuações do mercado de trabalho, de modo que possibilite a aquisição de qualificações e conhecimentos que os tornem preparados para enfrentar a mobilidade ocupacional (CASTEL, 2005:87).

Por fim, Castel argumenta que as perspectivas para o futuro do trabalho não devem ser examinadas na dualidade de visões otimistas ou pessimistas, visto que ainda resta saber se as sociedades contemporâneas vivenciam um período de transição entre um capitalismo industrial e outro capitalismo, ou se estamos presenciando um período de consolidação do novo capitalismo. As perspectivas para o mundo do trabalho dependem da definição sobre a natureza dos novos tempos. Para o autor, cabe primeiramente assumir a imprevisibilidade do futuro, contudo, sem abandonar a importância da proteção social em qualquer configuração de presente que esteja emergindo (CASTEL, 2005:88).

Diante dos argumentos e do foco estabelecidos por Castel para a compreensão das sociedades salariais européias do período posterior ao Estado de bem-estar social, cabe avaliar em que medida tal abordagem possibilita compreender a realidade do mercado de trabalho no Brasil. Considera-se que apesar de baseada na realidade européia, que vivenciou a sociedade salarial em seus fundamentos, a teoria de Castel aborda processos sociais que compreendem todas as sociedades ocidentais contemporâneas. Se, por um lado, determinadas categorias de análise utilizadas pelo autor, como as de sociedade salarial e estatuto do trabalho, abrangem apenas um *locus* de reprodução situado no tempo e no espaço (neste caso, a Europa Ocidental), outras, como as de vulnerabilidade social, segurança/insegurança sociais e individualização do trabalho, abrangem aspectos da realidade social que não dependem de um contexto específico e podem ser observados em sociedades que apresentam trajetórias históricas distintas à européia. Contudo, a apropriação da teoria de Castel para o entendimento do mercado de trabalho brasileiro deve ter presente as singularidades locais que condicionariam tipos distintos de trajetórias vivenciadas pelos trabalhadores, como por exemplo, o alto nível de informalidade – o que significa estar à margem da segurança.

1.3. Ulrich Beck e o conceito de sociedade de risco

Assim como Castel, o sociólogo alemão Ulrich Beck atribui centralidade analítica ao regime de insegurança que acomete as sociedades ocidentais na atualidade. Para o autor, as sociedades ocidentais contemporâneas estão vivenciando a diversificação de formas precárias, imprecisas, descontínuas e informais de emprego. Beck argumenta que o modo de vida presente nos países do sul do planeta, caracterizado por múltiplas formas de inserção laboral e insegurança no emprego, estão se generalizando por todo ocidente. (BECK, 2000:9).

Beck desenvolve a tese da “Brasileirização do Ocidente”¹⁴, para designar as mudanças no emprego observadas nos países da Europa central a partir das duas últimas décadas do século XX, e que, em seus principais aspectos, segundo o autor, reproduzem as condições do mercado de trabalho brasileiro. Para Beck, o exemplo do Brasil torna-se emblemático, devido à desvinculação entre crescimento econômico e melhoria nas condições laborais, visto que a estabilização econômica da década de 1990 não acarretou efeitos positivos sobre o mercado de trabalho (BECK, 2000:104-108).

Beck considera que a “Brasileirização do Ocidente” está inserida em um processo mais amplo, definida por ele como “economia política da insegurança”, sendo caracterizada pelos seguintes aspectos: as relações de poder passam a se estruturar entre agentes vinculados a um território (governo, parlamento, sindicatos) e agentes econômicos desterritorializados (o capital, as finanças e o comércio); a capacidade dos Estados em gerir as questões relativas à pobreza e ao desemprego diminui; o trabalho remunerado torna-se ameaçado pela introdução de tecnologias informacionais nos processos produtivos; o trabalho se torna precário, as biografias pessoais se tornam frágeis e o Estado assistencial diminui sua efetividade; e a economia transfere os riscos aos indivíduos, na medida em que os contratos são de curta duração e podem facilmente ser rescindidos (BECK, 2000:11).

Segundo Beck, quanto mais as relações de trabalho estão sujeitas à desregulamentação e à flexibilização, maior a intensidade em que a sociedade laboral se torna uma sociedade de risco:

¹⁴ Brasileñización de Occidente na tradução espanhola.

Em qualquer caso, há uma coisa bem clara: a insegurança endêmica será o traço distintivo que caracteriza o destino futuro da vida da maioria dos seres humanos, mesmo a classe média, aparentemente bem situada! (BECK, 2000:11 - Tradução livre).

Outro aspecto destacado por Beck refere-se à individualização crescente do trabalho presenciada após os trinta anos gloriosos do pós-guerra na Europa. Segundo o autor, a individualização laboral tem ocasionado a indiferenciação de pares essenciais para a manutenção da coesão social, como: capital e trabalho, empresa e mercado, trabalho doméstico e trabalho profissional. Beck considera que a fragmentação do trabalho regular, tanto do ponto de vista contratual quanto temporal, tem contribuído para a desagregação da vida social na família e nas localidades. Em relação às trajetórias individuais, o autor aponta a emergência de dois modelos de ação: por um lado, surgem novos espaços de liberdade na escolha e conformação do próprio trabalho e da própria vida; e, por outro lado, estão em evidência novas formas de exclusão e de riscos, que o Estado e a economia desvinculam da esfera coletiva e remetem aos indivíduos. O que resta dessa nova configuração societal são oportunidades e riscos articulados, conformando trajetórias contingentes (BECK, 2000:63-64).

Beck argumenta que os contornos gerais das sociedades são profundamente alterados no contexto da “economia política da insegurança”, na medida em que as ambigüidades situam-se também no interior dos estratos sociais. Conforme enfatiza o autor, a insegurança generalizada presenciada na atualidade coloca em xeque as possibilidades de conceber-se as sociedades em termos duais. O autor considera que emergem na atualidade “formas combinadas de existência”, porquanto os pólos superior e inferior da estrutura social, bem como as camadas médias, estão cada vez mais entremesclados, tendo em vista a instabilidade das trajetórias individuais (BECK, 2000:11-12).

Para o autor, diferentemente do que argumentam os teóricos da sociedade da informação, os novos postos de trabalho surgidos no setor de prestação de serviços não possibilitam a expansão do emprego de modo que contemple a grande quantidade de excluídos do mercado de trabalho, mesmo porque, segundo Beck, no contexto atual os postos de trabalho podem ser facilmente deslocados em termos territoriais (BECK, 1999:115).

Neste sentido, Beck considera equivocadas as abordagens que vislumbram um futuro virtuoso para o emprego, baseado em ocupações intensivas em tecnologias informacionais,

visto que os postos de trabalho surgidos no segmento de processamento de dados, segundo o autor, estão relacionados a atividades que não contemplam trabalho mais qualificado e remuneração mais elevada:

Contradizendo os profetas da sociedade de informação, que prevêem uma abundância de empregos bem-remunerados até para pessoas com formação limitada, está se impondo a humilde verdade de que mesmo os inúmeros postos de trabalho do ramo de processamento de dados tornar-se-ão atividades rotineiras e mal-remuneradas (BECK, 1999:115).

Segundo Beck, caso persista a tendência de insegurança observada no presente, tornar-se-á possível observar quatro grupos distintos de trabalhadores nas sociedades ocidentais. O quadro abaixo apresenta essas categorias:

Quadro 3 - Classes de trabalhadores nas sociedades ocidentais modernas

Classes	Definição
“Colombos” ¹⁵ da era global	São os ganhadores da globalização, proprietários de capital que se movem globalmente e atuam em cargos de direção. São também as elites econômicas e do conhecimento.
Qualificados precários	São trabalhadores temporários, possuidores de ótimo currículo e bem remunerados, mas estão inseridos em contextos sócio-ocupacionais instáveis.
“Trabalhadores pobres” ¹⁶	São trabalhadores pouco qualificados, constantemente ameaçados pela globalização e pela possível automatização de seus postos de trabalho.
Pobreza localizada	Os pobres localizados têm tempo de sobra, mas estão localizados a um espaço fixo.

Fonte: Adaptado de Beck, (2000:117-118).

Segundo Beck, as mulheres estão mais sujeitas às formas inseguras e precárias de emprego. Para o autor, a força de trabalho feminina é mais afeta pela imprecisão das

¹⁵ “Clase de colón” no texto em espanhol. Beck compara essa classe a Cristóvão Colombo em sua jornada por novas conquistas territoriais.

¹⁶ “Working poor” no texto original.

fronteiras entre emprego e não-emprego, vis-à-vis aos homens. Entretanto, o autor também reconhece que é possível constatar um número cada vez maior de homens sujeitos a trajetórias ocupacionais fragmentadas e instáveis (BECK, 2000:103).

Para a realidade dos países europeus, Beck considera necessária a implementação de um modelo alternativo à sociedade centrada no trabalho, que seria a instauração de uma nova sociedade política. A noção de “trabalho cívico” é então desenvolvida pelo autor para caracterizar a nova configuração societal que deveria emergir em oposição à sociedade laboral (BECK, 2000:136-137).

O trabalho cívico, segundo Beck, representa a possibilidade de integrar atividade remunerada e direitos cívicos, na medida em que estaria voltado para a prestação de serviços básicos à comunidade. Beck argumenta que os recursos financeiros para o custeio do trabalho cívico poderiam ser obtidos através da realocação das verbas públicas destinadas aos programas sociais, como auxílio-desemprego, e às famílias carentes. Entretanto, Beck ressalta que o trabalho cívico não deve ser compulsório, mas voluntário:

Portanto, não se deve confundir o trabalho cívico com a pressão a que estão expostos em todos os lugares os beneficiários da assistência social para realizar um trabalho comunitário. O trabalho cívico é um trabalho voluntário e organizado pessoalmente, no qual o que (e de que maneira) se deve fazer está em mãos dos que o realizam. Ao confundir trabalho cívico com trabalho obrigatório se comete o erro do século, ou seja, se mata o espírito democrático que deve ser incentivado pelo trabalho cívico e pela sociedade de indivíduos autônomos (BECK, 2000:139).

Além de possuir caráter voluntário, o trabalho cívico também assume características empresariais, no sentido etimológico da palavra, contudo direcionado ao bem-estar coletivo. Os agentes integrados nesse projeto passariam da condição de trabalhadores à condição de “empresários sociais do bem comum”, tendo como propósito gerir grupos e formas de trabalho não-excludentes, mas de inclusão (BECK, 2000:141-142).

A análise dos argumentos apresentados por Beck permite concluir que há um déficit explicativo na teoria do autor, principalmente no que concerne à utilização do conceito de “brasileirização do ocidente”. Nos anos recentes, o mercado de trabalho brasileiro apresentou redução do seu nível de informalidade¹⁷, devido à melhora nos indicadores de crescimento

¹⁷ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) apontam que a informalidade teria diminuído no mercado de trabalho brasileiro, passando de 57% no ano de 2001 para 49% no ano de 2007 (OIT, 2009).

econômico e conseqüente expansão do mercado de trabalho formal. Neste sentido, a reversão da tendência histórica de crescimento da informalidade, no Brasil, não permite a generalização das condições presentes do mercado de trabalho brasileiro para o resto do mundo. Por outro lado, também devem ser ressaltados os limites de uma possível generalização da experiência histórica brasileira, seja pelo caráter etnocêntrico dessa empreitada, seja porque as experiências singulares sofrem a influência de fatores econômicos, sociais, culturais e políticos específicos, que dificilmente são reproduzidos nos mesmos moldes.

Por outro lado, a tipologia na qual Beck segmenta, em quatro grupos distintos, os trabalhadores das sociedades ocidentais contemporâneas, apresenta uma lacuna não preenchida entre as duas primeiras posições. Neste sentido, torna-se importante contemplar a categoria ausente dos trabalhadores qualificados não-precários, principalmente técnicos de nível médio e superior, que não se situam na categoria “Colombos”, tampouco entre os qualificados precários, visto que os mesmos compõem uma parcela do mercado de trabalho que não pode ser desprezada.

1.4. Manuel Castells e a sociedade informacional

Uma quarta abordagem sobre as modificações nas esferas do trabalho e do emprego é introduzida por Manuel Castells (2000). Segundo o autor, as sociedades contemporâneas assistem à emergência de uma nova estrutura social, associada a um novo modo de desenvolvimento, por Castells chamado de “Informacionalismo”. Castells considera que o “Informacionalismo” é produto da reestruturação capitalista observada no final do século XX e possui como fonte de produtividade a combinação entre a geração de conhecimento, os processos de informação e a comunicação por símbolos (CASTELLS, 2000:50-54).

Segundo Castells, a difusão das tecnologias de informação no processo produtivo tem levado à adoção de novas práticas organizacionais, com o objetivo de reestruturar os processos de trabalho e os padrões de emprego. Tais transformações alteram fortemente as estruturas organizacionais vigentes, fundadas nos princípios da integração vertical e da divisão técnica do trabalho, bem como possibilitam obter maior integração entre todas as atividades desempenhadas pela empresa e oferecem supostamente ao trabalhador maior capacidade de intervir nos processos decisórios (CASTELLS, 2000:210 – 214).

Castells considera que a transformação da estrutura de emprego é um dos principais indicadores dos grandes processos de transição histórica. Entretanto, não há um percurso único a ser seguido por todas as sociedades, tendo em vista que aspectos culturais, institucionais e de natureza política influenciariam suas escolhas. No informacionalismo, segundo Castells, há tendência de aumento da participação relativa de ocupações tidas como informacionais, tais como administradores, profissionais especializados e técnicos, na composição da estrutura ocupacional, bem como de ocupações relacionadas aos serviços de escritório.

Desse modo, Castells discorda que esteja ocorrendo crescimento da polarização da estrutura ocupacional nas sociedades informacionais¹⁸, bem como também não concorda com certa “imagem popular” de que o informacionalismo seria produtor de um significativo número de ocupações de baixa qualidade, inseridos especialmente no setor de serviços. Para Castells, a polarização social e econômica nas sociedades avançadas pode ser explicada sobretudo por especificidades setoriais, territoriais, étnicas, de sexo e de faixa etária, visto que são fontes mais evidentes de polarização social do que a diferenciação profissional:

As sociedades informacionais com certeza são sociedades desiguais, mas as desigualdades originam-se menos na estrutura ocupacional relativamente valorizada que nas exclusões e discriminações que ocorrem dentro e em torno da força de trabalho (CASTELLS, 2000:285).

A partir dos resultados de estudo realizado, Castells ressalta aspectos comuns aos países do G7, que são característicos das sociedades informacionais: crescente diversificação das atividades do setor de serviços como fonte de emprego; declínio do emprego industrial; rápida elevação do emprego para administradores, profissionais especializados e técnicos; formação de um proletariado de escritório, composto por pessoal administrativo e de vendas; crescimento simultâneo dos níveis superior e inferior da estrutura ocupacional; valorização relativa da estrutura ocupacional ao longo do tempo, com crescente participação das profissões que requerem qualificações mais especializadas e nível avançado de instrução em proporção maior que o aumento das categorias inferiores (CASTELLS, 2000: 293-294).

¹⁸ Castells analisa as variações do emprego nos países que compõem o G7, considerados em estágio avançado de transição para o informacionalismo.

Em relação ao processo de trabalho informacional, Castells ressalta as seguintes peculiaridades: o valor agregado passa a ser gerado predominantemente pela inovação, nos produtos e nos processos; a inovação depende da geração de novos conhecimentos e de sua aplicabilidade; a tecnologia de informação tornar-se o principal fator do processo de trabalho informacional, visto que possibilita grandes níveis de inovação, correção de erros e ainda fornece a infra-estrutura para “flexibilidade e adaptabilidade ao longo do gerenciamento do processo produtivo” (CASTELLS, 2000:305 - 308).

Para evidenciar as transformações ocorridas na estrutura ocupacional das sociedades em transição para o informacionalismo, Castells desenvolveu uma tipologia relativa ao processo produtivo organizado com base na tecnologia. Tal tipologia visa a articular as tarefas básicas do processo de trabalho informacional e seus respectivos realizadores:

Quadro 4 - Tarefas básicas e seus realizadores no processo de trabalho informacional

Tarefa	Realizador
Tomada de decisão estratégica e planejamento	Dirigentes
Inovação em produtos e processo	Pesquisadores
Adaptação e definição dos objetivos da inovação.....	Projetistas
Gerenciamento das relações entre a decisão, a inovação, o projeto e a execução	Integradores
Execução das tarefas sob a própria iniciativa e entendimento.....	Operadores
Execução de tarefas auxiliares, que não foram ou não podem ser automatizadas	Dirigidos

Fonte: Adaptado de Castells, (2000:308).

A tipologia relativa às funções (acima) está articulada com outras duas tipologias: a primeira, relativa aos cargos, é representada pelos a) **trabalhadores ativos na rede**, que estão conectados à rede e possuem autonomia para navegar pelas rotas da empresa em rede, b) **trabalhadores passivos na rede**, que estão conectados à rede, mas não possuem autonomia de decisão, e c) **trabalhadores desconectados**, que exercem suas atividades fora da rede e permanecem presos às suas tarefas, definidas pelos níveis hierárquicos superiores; e a segunda, relativa à capacidade de atuar nos processos decisórios, que são: a) **os que dão a última palavra**, que decidem em última instância b) **os participantes**, que estão incluídos

nos processos decisórios, e c) **os executores**, que colocam em prática as decisões (CASTELLS, 2000:308).

Castells argumenta que as tipologias de tarefas e seus realizadores, de cargos e de atuação nos processos decisórios das empresas, não são um tipo ideal, tampouco uma “paisagem futurística” (CASTELLS, 2000:309). Tais tipologias têm sido criadas de acordo com os resultados de estudos empíricos sobre a influência das tecnologias informacionais nas organizações e nas relações de trabalho. Entretanto, conforme argumenta o autor, mesmo que tais tipologias sejam adequadas para evidenciar as transformações do trabalho na sociedade informacional, não é possível reduzir a heterogeneidade dos processos de trabalho às suas definições.

Por outro lado, uma das principais teses desenvolvidas por Castells refere-se à individualização do trabalho nas sociedades ocidentais contemporâneas, possibilitada pelas tecnologias informacionais e estimulada pela concorrência global. Segundo o autor:

Estamos testemunhando o reverso da tendência histórica da assalariação do trabalho e socialização da produção que foi característica predominante da era industrial. A nova organização social e econômica baseada nas tecnologias da informação visa a administração descentralizadora, trabalho individualizante e mercados personalizados e com isso segmenta o trabalho e fragmenta as sociedades (CASTELLS, 2000:330).

No contexto da sociedade informacional, dois modelos de força de trabalho são predominantes, segundo Castells: uma **permanente**, constituída por administradores e “analistas simbólicos”, que atuam com base na informação, e outra **disponível**, que está sujeita à automatização de seus postos de trabalho, bem como às variações da demanda e dos custos do trabalho. Segundo Castells, a ausência de acordos socialmente estabelecidos sobre as múltiplas dimensões do trabalho pode acarretar generalização de diferentes formas de flexibilidade, seja para trabalhadores pouco ou muito especializados (CASTELLS, 2000:344-345).

Castells considera que o surgimento de um padrão flexível de emprego tem levado ao desaparecimento da ideia de carreira previsível, com contrato de trabalho em tempo integral, por longo período e mediado por direitos e obrigações comuns a todos os trabalhadores. Segundo Castells:

Flexibilidade no trabalho, padrões variáveis de emprego, diversidade das condições de trabalho e individualização das relações de trabalho são características sistêmicas dos negócios eletrônicos. A partir desse núcleo da nova economia, práticas de trabalho flexíveis tendem a se difundir por todo o mercado de trabalho, contribuindo para a nova forma de estrutura social que caracterizei sob o conceito de sociedade em rede (CASTELLS, 2003:82).

Em relação às trajetórias ocupacionais propriamente ditas, a teoria de Castells sugere que as possibilidades de inserção, permanência e reinserção no mercado de trabalho são condicionadas pela posição que o trabalhador ocupa na estrutura ocupacional, bem como pelos contextos geográficos, institucionais, culturais e setoriais. Portanto, a natureza da ocupação a qual está inserido o trabalhador (relacionada ou não às qualificações mais valorizadas no mercado de trabalho), assume importância destacada para configurar as trajetórias ocupacionais na sociedade informacional. Neste sentido, é possível supor que quanto maior o conhecimento agregado à ocupação, maiores as possibilidades do trabalhador que a exerce integrar o que Castells chama de força de trabalho **permanente**, em oposição à força de trabalho **disponível**.

Analisando o modelo finlandês de sociedade informacional, Manuel Castells, juntamente com o filósofo finlandês Pekka Himanen, defendem a tese de que o informacionalismo, como modelo sócio-técnico de desenvolvimento, não exclui a possibilidade de implementação de um Estado de bem-estar social. Nesse sentido, os autores demonstram os limites da tese que vincula as transformações ocasionadas pelo surgimento da nova economia à iminente liberalização dos mercados e dissociação entre o setor público e a sociedade. Para Castells e Himanen, não há um modelo único de sociedade informacional, mas modelos diversos que emergiriam da articulação entre as dimensões sociais, econômicas e tecnológicas próprias de cada sociedade (CASTELLS E HIMANEN, 2002:19-20).

Os autores argumentam que o modelo finlandês de sociedade informacional combina trabalho flexível com proteção coletiva dos trabalhadores, por meio de um processo dual que permite a utilização dos padrões flexíveis de emprego, necessários para o funcionamento da economia informacional, oferecendo, como contrapartida, benefícios sociais que independem da situação laboral sob a qual o trabalhador se encontra (CASTELLS E HIMANEN, 2002:100).

Contudo, os autores ressaltam que, no mercado de trabalho finlandês, os trabalhadores que menos necessitam de proteção seriam os mais protegidos e, por consequência, os trabalhadores mais vulneráveis tendem a possuir menor proteção social. Assim, profissionais

empregados na área de tecnologias de informação desfrutam de emprego mais protegido comparativamente ao restante do mercado de trabalho (CASTELLS E HIMANEN, 2002:173).

O fenômeno observado por Castells e Himanen na sociedade finlandesa não é novo na história do capitalismo. Há grande probabilidade de que quanto mais central uma ocupação para o padrão de desenvolvimento vigente no período histórico, maior a sua valorização no mercado de trabalho e, conseqüentemente, maiores níveis de segurança e proteção social desfrutam seus ocupantes.

Considera-se que a principal virtude da teoria de Castells reside na sua capacidade de operacionalização. Os conceitos de força de trabalho **permanente** e **disponível** estabelecem uma profunda relação com a discussão sobre segurança no mercado de trabalho, objetos de investigação desse estudo. Do mesmo modo, as tipologias de perfis de trabalhadores contemplam uma vasta gama de possibilidades de inserção no processo produtivo, bem como demonstram a heterogeneidade de situações de emprego que se apresentam como a realidade dos mercados de trabalho na atualidade.

Conclusão

Face ao exposto, considera-se necessário destacar dois aspectos relevantes sobre as abordagens teóricas revisadas. Em primeiro lugar, como as perspectivas de Bauman, Castel, Beck e Castells tomam por base a realidade do centro capitalista, referindo-se, especialmente, à Europa, seu potencial explicativo para a sociedade brasileira e, mais particularmente, para o mercado de trabalho brasileiro, deve ser relativizado. Diferentemente do que ocorreu na Europa Ocidental, o Brasil não contou com um Estado de bem-estar social consolidado e o emprego industrial, característico do período, nunca representou mais que uma quinta parte do emprego total. Entretanto, convém dizer que esse diagnóstico não invalida a utilização dessas perspectivas para a análise do mercado de trabalho no Brasil, visto que permanece fundamental relacionar os grandes processos de transformação histórica do ocidente, como os examinados por Bauman, Castel, Beck e Castells, às especificidades da realidade brasileira. Cabe então decidir quais conceitos se mostram capazes auxiliar a interpretação das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores.

Nesse sentido, e em segundo lugar, considera-se que a abordagem de Castells ofereça melhores recursos para a análise das trajetórias ocupacionais, visto que possui um caráter menos generalizante comparativamente às demais. Tendo em vista as especificidades do mercado de trabalho brasileiro, torna-se necessário que os estudos de trajetórias ocupacionais contemplem a heterogeneidade dos perfis sócio-ocupacionais como pressuposto fundamental nos modelos de análise. Somente esse tipo de análise permite compor um panorama acerca das possibilidades de permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho do setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal, autorizando reconstituir trajetórias ocupacionais por meio de variadas dimensões de análise. Neste sentido, a teoria de Castells justifica-se como mais adequada porque reconhece e incorpora especificidades dos contextos sociais nos quais se desenvolve a ação humana: mais que diagnosticar um padrão único de desenvolvimento no informacionalismo, importa para Castells as singularidades produzidas nos contextos nacionais, regionais, setoriais e locais.

A **Figura 1** apresenta uma síntese das perspectivas teóricas analisadas, segundo a capacidade de operacionalização e o conteúdo propositivo que possuem.

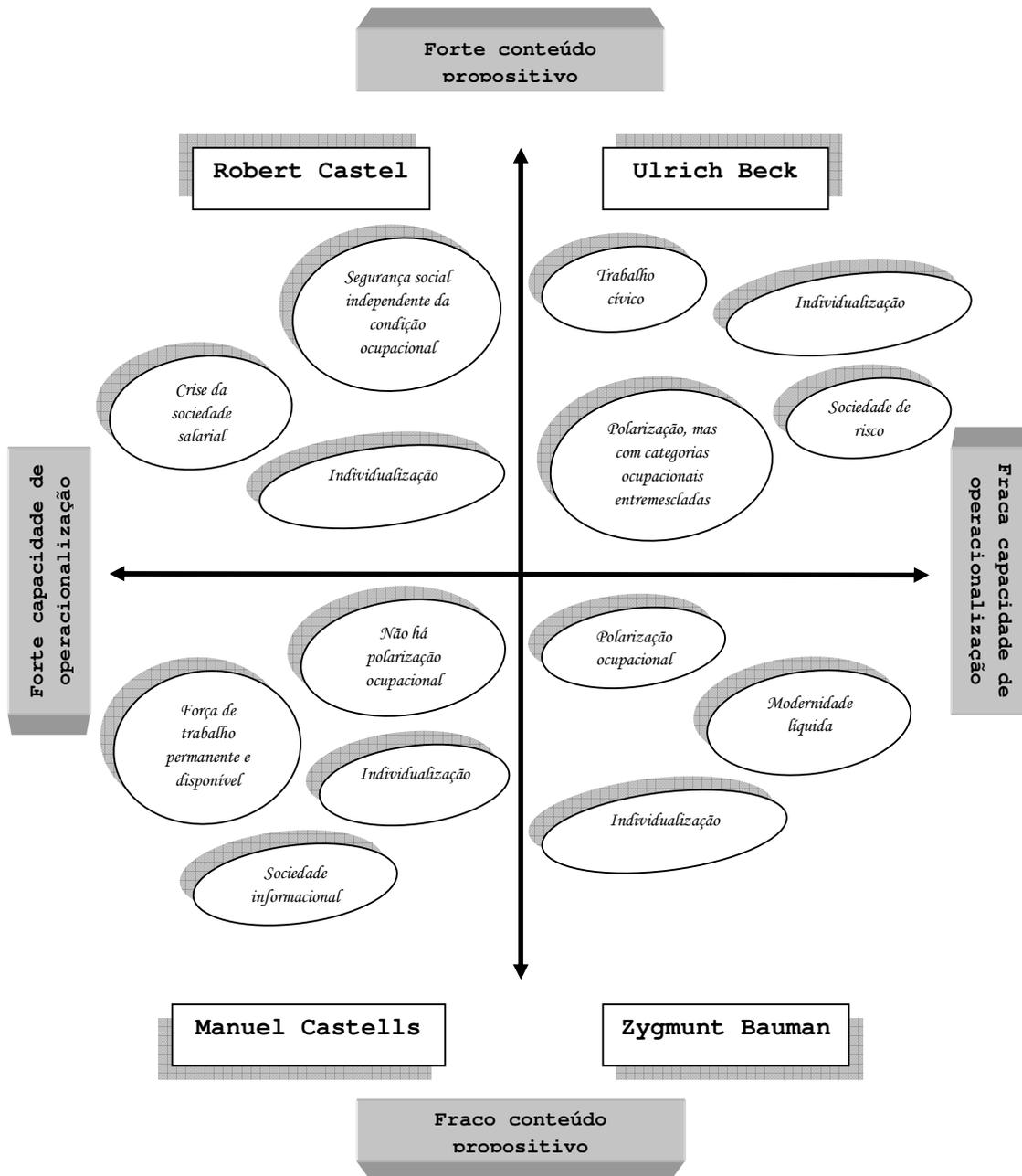


Figura 1 – Perspectivas teóricas segundo capacidade de operacionalização e conteúdo propositivo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em termos operacionais, a teoria de Manuel Castells também permite compor, de modo mais abrangente, um quadro de análise que incorpore a importância dos perfis sócio-

ocupacionais como aspecto diferenciador da trajetória ocupacional do trabalhador. Já em termos conceituais, a perspectiva de Castells auxilia na operacionalização do conceito de segurança no mercado de trabalho, visto que permite estabelecer um recorte na força de trabalho entre trabalhadores **permanentes** ou **disponíveis**, ou seja, trabalhadores que permanecem no mercado de trabalho analisado e trabalhadores que migram para outro setor de atividade ou para fora do mercado de trabalho formal.

Assim como observado em relação a Manuel Castells, a perspectiva de Robert Castel também apresenta forte capacidade de operacionalização. Apesar de apresentar conceitos que se relacionam particularmente à realidade européia, como os de sociedade salarial e estatuto do trabalho, considera-se o conceito de **vulnerabilidade social** apropriado para analisar a transição do mercado de trabalho formal para a informalidade, fornecendo subsídios para pensar a segurança no mercado de trabalho.

As teorias de Robert Castel e Ulrich Beck, além de realizarem o diagnóstico dos problemas relacionados à crise do emprego estável, apresentam também forte conteúdo propositivo. Por um lado, Castel considera que a possibilidade de prover segurança social em um quadro de mobilidade desenfreada no mercado de trabalho pode ser realizada através de mudanças nas políticas sociais, que, segundo ele, deveriam contemplar a condição de indivíduo e não a de trabalhador. Já Ulrich Beck acredita que somente o trabalho cívico, compreendido como projeto de reativação da cidadania, poderia suprir a carência por empregos seguros.

A individualização crescente do trabalho nas sociedades ocidentais contemporâneas é o único ponto de convergência entre as quatro perspectivas teóricas analisadas. Entretanto, a teoria de Castells tende a apresentar leitura mais equilibrada desse processo, pois, segundo o autor, a individualização acarreta problemas, como a fragmentação das sociedades, mas também possibilita a emergência de novas formas de emprego, relacionadas ao trabalho em rede. Em sentido oposto, cabe destacar que a individualização é uma das principais problemáticas analisadas por Bauman, visto que se constitui em um dos símbolos visíveis da modernidade líquida: provoca ruptura acentuada dos laços sociais, desencadeando, em última análise, a impossibilidade de se conceber projetos coletivamente partilhados.

Por fim, é necessário destacar que, segundo Castells, as alterações na estrutura ocupacional de sociedades em transição para o informacionalismo observam-se sobretudo em segmentos da economia intensivos na utilização de tecnologias informacionais. Nesse caso, setores como o de telecomunicações são emblemáticos, visto que se constituem em insumo

fundamental na nova economia e são vitais para o desenvolvimento das sociedades informacionais. O desvendamento de aspectos como a dinâmica da destruição/criação de ocupações no setor, as possibilidades de permanência ou transição ocupacional dos trabalhadores, bem como saber que perfis sócio-ocupacionais possuem nível mais elevado de segurança no mercado de trabalho interno às telecomunicações, possibilitam identificar especificidades do setor de telecomunicações que, no futuro, podem se disseminar no mercado de trabalho brasileiro, caso o informacionalismo torne-se uma realidade também no Brasil, como ocorreu com a industrialização.

CAPÍTULO II

Trajетórias ocupacionais e segurança no mercado de trabalho: dimensões conceituais

Esse capítulo discute os conceitos de trajetórias ocupacionais e de segurança no mercado de trabalho, apresentando o debate sobre suas diferentes interpretações. Do mesmo modo, são apresentados estudos que abordaram os temas das trajetórias ocupacionais de trabalhadores e da segurança no mercado de trabalho, realizados no Brasil e no exterior.

2.1. Trajetórias ocupacionais

Nas últimas duas décadas, a Sociologia do Trabalho passou a analisar os efeitos da reestruturação produtiva sobre os processos de trabalho e padrões de emprego, incorporando diferentes perspectivas, sejam relacionadas às alterações nas formas de gestão e de uso do trabalho nas empresas ou nos segmentos afetados, sejam em termos dos novos perfis sócio-ocupacionais requeridos e dos novos requisitos de qualificação necessários à execução do trabalho (POCHMANN, 1999).

Guimarães, por exemplo, argumenta que as pesquisas realizadas sobre a influência da reestruturação produtiva sobre o trabalhador mantiveram-se centradas na figura dos “sobreviventes” desse processo, visto que os estudos realizados não contemplaram, segundo a autora, os excluídos dos setores em transformação (GUIMARÃES, 2004:332-335).

Para que as questões relativas aos trabalhadores excluídos tornem-se presentes na agenda de pesquisas da atualidade, Guimarães considera necessária a realização de uma Sociologia do Desemprego. Para a autora, a Sociologia do Desemprego deve compor um quadro de análise que contemple tanto as dimensões institucionais e normativas do desemprego, quanto suas dimensões subjetivas, produzidas nos transcurso das trajetórias dos trabalhadores. Nesse sentido, cabe ressaltar a especificidade dos estudos de trajetórias ocupacionais, porque permitem investigar os percursos dos trabalhadores no mercado de trabalho em um determinado espaço de tempo, abarcando tanto os trabalhadores que permanecem em seus empregos - os sobreviventes - quanto os que vivenciam a situação de desemprego - os excluídos (GUIMARÃES, 2004:347-354).

Em termos conceituais, a noção de trajetória ocupacional remete à construção processual do percurso de um indivíduo no mercado de trabalho, seja por um período de tempo pré-definido, seja por toda uma vida. Silva, por exemplo, considera que trajetórias ocupacionais são:

(...) resultado de estratégias de obtenção de postos de trabalho e características ligadas aos trabalhadores articuladas com as estratégias de abertura ou fechamento de postos de trabalho, de preenchimento de vagas e das condições de trabalho oferecidas por parte do empregador, ambas condicionadas por fatores econômicos e culturais (SILVA, 2003:38).

Portanto, o conceito de trajetória ocupacional articula aspectos estruturais do mercado de trabalho, como: a influência de fatores macro-econômicos, locais e globais; a natureza das estratégias empresariais para um determinado segmento de mercado e as demandas por determinados perfis de trabalhadores; fatores inerentes aos projetos pessoais dos trabalhadores, bem como os capitais, econômicos e simbólicos, que os mesmos mobilizam para sua inserção ou mobilidade no mercado de trabalho.

Autores como Valenduc et al. argumentam que as trajetórias ocupacionais podem ser entendidas como eventos de inserção, mobilidade e transição no mercado de trabalho. Segundo os autores:

Trajетória é a palavra chave em um curso de pesquisas relacionadas com o mercado de trabalho. O foco desses estudos situa-se na inserção, mobilidade, transições e trajetórias profissionais. Nestes estudos, diversos outros aspectos são também privilegiados: aumento da flexibilidade do mercado de trabalho; evolução das

habilidades e da formação profissional; criação de empregos e segurança; destruição de empregos e precariedade. (VALENDUC ET AL., 2008:12-13 – Tradução livre).

Os autores também consideram que é necessário diferenciar as noções de carreira e de trajetória. Para Valenduc et. al., carreira pressupõe progressão, enquanto que trajetória fundamenta-se num cenário de descontinuidade, mantendo assim certa neutralidade no que diz respeito ao percurso do indivíduo no mercado de trabalho (VALENDUC ET AL., 2008:13).

Ainda no plano conceitual, considera-se também de fundamental importância estabelecer as principais diferenças entre os conceitos de trajetória e mobilidade ocupacionais. Os estudos sobre mobilidade ocupacional pressupõem, como tema de fundo, as possibilidades de mobilidade social dos atores investigados. Picanço, por exemplo, argumenta que as noções de mobilidade ocupacional e de mobilidade social são indissociáveis, visto que, nas sociedades capitalistas, as possibilidades de ascensão social para a maioria dos indivíduos dependem da inserção do indivíduo na estrutura ocupacional, bem como de sua posição nessa estrutura (PICANÇO, 2007). A ideia de articulação entre as trajetórias dos trabalhadores e os processos de mobilidade social é correta, mas considera-se que se tratam de dois aspectos que podem ser analisados de forma separada. Deve-se mencionar que, diferentemente dos estudos sobre mobilidade social, os estudos de trajetórias ocupacionais possuem caráter processual: nos estudos sobre trajetórias, importam menos os eventos isolados que compõem os percursos dos trabalhadores e mais a sua construção no decorrer de um período de tempo previamente definido. Nesse sentido, estudos sobre mobilidade social tomam como objeto de análise os eventos situados no tempo e no espaço, enquanto que os estudos sobre trajetórias ocupacionais, como o que se pretende realizar, tomam o tempo como “elemento endógeno ao modelo de análise” (GUIMARÃES, 2004).

Paralelamente às questões conceituais que envolvem a noção de trajetória ocupacional, desenvolveram-se, nos últimos anos, estudos empíricos sobre o tema no âmbito da Sociologia do Trabalho, caracterizando especialmente os efeitos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho na década de 1990. A questão geral que guiou os estudos de pesquisadores como Adalberto Cardoso e Nadya Guimarães, principais referências nos estudos sobre trajetórias ocupacionais no Brasil, tratava das possibilidades, em termos de reinserção profissional, dos trabalhadores demitidos dos segmentos de mercado afetados pela reestruturação produtiva (CARDOSO, 2000; GUIMARÃES, 2004).

Em estudo sobre a influência da reestruturação produtiva nas trajetórias profissionais dos trabalhadores da indústria metalúrgica do Estado de São Paulo, Cardoso (2000) examinou as chances de emprego e desemprego de grupos de trabalhadores no decorrer da década de 1990. Cardoso argumenta que, até então, os estudos longitudinais realizados no Brasil enfatizaram a mobilidade ocupacional, social e entre gerações, em perspectiva comparada, assim como foram conduzidos buscando evidenciar aspectos subjetivos inerentes às trajetórias dos indivíduos no mercado de trabalho, fato que impossibilita a inferência dos resultados obtidos para grupos específicos ou populações. Comparativamente aos modelos de análise adotadas até então, o estudo de Cardoso foi realizado por meio de uma nova possibilidade analítica, de natureza quantitativa, visando a identificar os movimentos de uma mesma população no mercado de trabalho, ao longo de um período de tempo pré-determinado (CARDOSO, 2000:194-195).

As questões centrais que nortearam o estudo realizado por Cardoso remetiam aos destinos profissionais dos trabalhadores afetados pela reestruturação produtiva do setor metal-mecânico e aos tipos de trajetórias que permitiam a manutenção ou ampliação das habilidades e qualificações do trabalhador ou a exclusão do mesmo do emprego industrial. O estudo também investigou o papel de características do perfil dos trabalhadores, como tipo de ocupação, escolaridade e idade na conformação das chances de permanência ou reinserção, em quaisquer condições, no mercado de trabalho (CARDOSO, 2000:195).

Tendo como referência a análise de dados agregados disponíveis nas bases de dados RAIS e RAIS Migra, do Ministério do Trabalho e Emprego, Cardoso argumenta que a rotatividade apresenta-se acentuada nas trajetórias dos trabalhadores da indústria metalúrgica. Entretanto, os trabalhadores que permaneciam por maior intervalo de tempo em um mesmo emprego, assim como os que possuíam níveis mais elevados de qualificação, tinham maiores dificuldades de reinserção profissional no mercado de trabalho formal. Portanto, os trabalhadores mais submetidos à rotatividade também eram os mais “empregáveis”, visto que, paradoxalmente, estavam inseridos nas ocupações de pior qualidade. A qualificação, nesse contexto, configurava-se ambigualmente em fator garantidor de permanência no emprego por maior espaço de tempo, mas também em problema para efeito de reinserção profissional (CARDOSO, 2000:200-202).

Na mesma linha de Cardoso e também se utilizando da base de dados RAIS Migra, do Ministério do Trabalho e Emprego, o estudo realizado por Guimarães (2004) examinou os efeitos da reestruturação da indústria químico-petroquímica brasileira, ocorrida também na

década de 1990, sobre a ocupação no setor. O estudo de Guimarães analisou as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores no contexto das transformações que se sucederam nas indústrias da Bahia e de São Paulo.

Segundo Guimarães, as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores, bem como as suas possibilidades de reinserção profissional, foram influenciadas por fatores como: características do mercado de trabalho do qual o trabalhador se desligou e no qual pretende se inserir; e características e atributos pessoais dos trabalhadores, dentre as quais se destaca a sua qualificação. Para o estudo do complexo químico-petroquímico da Bahia, a autora desenvolveu a hipótese de que quanto mais sistêmica¹⁹ é a transformação de um determinado setor produtivo, menores são as chances de reinserção dos trabalhadores demitidos, tendo em vista que as unidades produtivas que compõem o setor se tornam menos heterogêneas (GUIMARÃES, 2004:285).

A análise dos dados relativos aos trabalhadores demitidos da indústria químico-petroquímica da Bahia, no ano de 1989, levou Guimarães a identificar três tipos de trajetórias ocupacionais distintas: trajetória de exclusão; trajetória de preservação e trajetória de reconversão. Cabe destacar que a trajetória de exclusão do mercado de trabalho formal foi a mais observada no estudo de Guimarães, atingindo praticamente a metade dos trabalhadores demitidos no período que compreendia os anos de 1989 e 1997. Em contrapartida, somente uma décima parte dos demitidos percorreu trajetória de preservação, ou seja, retornaram ao emprego formal na indústria químico-petroquímica, mantendo seu capital de qualificação. Os demais 40% dos trabalhadores demitidos experimentaram trajetória de reconversão, tendo em vista que sua reinserção no mercado de trabalho formal ocorreu em segmento de atividade diferente daquele de origem, “depredando o capital de qualificação que acumularam na sua experiência anterior de trabalho” (GUIMARÃES, 2004:293-294).

Cabe destacar que o aspecto comum que perpassa os estudos de Cardoso (2000) e de Guimarães (2004) refere-se à ênfase na qualificação profissional como capital adquirido pelo trabalhador, constituindo-se em aspecto intrínseco à sua trajetória ocupacional. Portanto, para ambos os autores, a troca de ocupação é entendida como dilapidação da qualificação construída no decorrer da trajetória.

¹⁹ Guimarães define por *sistêmica* a reestruturação ocorrida na indústria químico-petroquímica na década de 1990 tendo como propósito contrapô-la às mudanças que tiveram origem, na década de 1980, no mesmo segmento. Segundo a autora, a reestruturação da década de 1990, ao contrário da de 1980, teria ultrapassado as dimensões relativas ao processo de trabalho nas empresas-mãe, provocando alterações de natureza tecnológica e organizacional nos mais variados níveis da cadeia produtiva (Guimarães, 2004:283-284).

Se por um lado a qualificação constitui-se em capital do trabalhador, por outro, a reconversão desse capital não parece possuir caráter obrigatoriamente negativo. A reconversão profissional pode, inclusive, ser utilizada como estratégia deliberada do trabalhador, atendendo aos seus projetos pessoais e possibilitando reinserção ocupacional em melhores condições. Parece importante que os efeitos da reconversão profissional sobre as trajetórias dos trabalhadores sejam identificados por meio da análise de aspectos como: segmento de mercado de origem e de destino do trabalhador; perfil sócio-ocupacional do trabalhador (a reconversão profissional pode ser mais traumática para trabalhadores de idade mais elevada, por exemplo); e a natureza da qualificação, se restrita ou não a um determinado segmento de mercado.

Todavia, é importante ressaltar o caráter avassalador da reestruturação produtiva sobre o emprego, tanto na indústria metal-mecânica de São Paulo, como na indústria química da Bahia, o que justifica uma abordagem das reconversões ocupacionais sob um prisma negativo.

Assumindo uma perspectiva de análise distinta da utilizada por Cardoso e Guimarães, Brynin e Longhi (2007) examinaram as trajetórias ocupacionais de trabalhadores oriundos de onze países da comunidade européia²⁰, inseridos em diversas categorias ocupacionais. O referido estudo foi realizado no âmbito do *Works Project*, projeto de pesquisas desenvolvido por países da Europa e com o objetivo de compreender as mudanças do trabalho nas sociedades baseadas em conhecimento. O estudo examinou aspectos como: divisão do trabalho, qualificação profissional, trajetórias ocupacionais e carreiras, qualidade do emprego, formas de flexibilidade laboral, identidades ocupacionais, entre outros.

Em seu estudo, Brynin e Longhi argumentam que trajetórias ocupacionais mais estáveis foram observadas entre trabalhadores relacionados às ocupações que demandam maior qualificação, como profissionais especializados, técnicos de nível médio e trabalhadores qualificados da indústria. Segundo os autores, entre os países analisados, a Bélgica possuía os menores índices de estabilidade profissional, embora tivesse as mais elevadas taxas de mobilidade ascendente no mercado de trabalho. Em contrapartida, a França possuía elevada estabilidade profissional, mas menos mobilidade no mercado de trabalho, seja ascendente ou descendente (BRYNIN E LONGHI, 2007 apud VALENDUC ET AL., 2008:27).

²⁰ Compõem o estudo os seguintes países: Alemanha, Bélgica, Holanda, França, Irlanda, Grécia, Reino Unido, Itália, Espanha, Portugal e Dinamarca.

Os autores também destacam aspectos comuns relativos às trajetórias ocupacionais nos países analisados: trabalhadores com salários mais elevados estavam menos sujeitos à mudança de ocupação; qualificação elevada estava associada à mobilidade ascendente no mercado de trabalho; e trabalhadores sobrequalificados para a atividade que exerciam, estavam mais sujeitos a trajetórias marcadas por mobilidade descendente. Cabe ressaltar que muitos desses trabalhadores sobrequalificados estavam inseridos em empregos precários e tinham como projeto de vida mudar de ocupação (BRYNIN E LONGHI, 2007 apud VALENDUC ET AL., 2008:28-29).

Em relação às categorias ocupacionais, Brynin e Longhi afirmam que, nos países analisados, as trajetórias ocupacionais de gestores, profissionais da área de software e design, pesquisadores em TIC, trabalhadores da indústria de vestuário e profissionais da área de logística eram caracterizadas por transições lineares de emprego, ou seja, esses profissionais possuíam elevada probabilidade de lograr nova inserção mantendo sua posição atual. Por seu turno, trabalhadores em *call centers* tendiam a considerar o seu trabalho como uma fase de transição, visto que muitas vezes são sobrequalificados para o tipo de atividade que realizam (BRYNIN E LONGHI, 2007 apud VALENDUC ET AL., 2008:29).

O estudo de Brynin e Longhi representa novidade no que tange aos estudos de trajetórias ocupacionais, uma vez que realiza análise comparativa internacional, abrangendo onze diferentes países. O estudo possui como mérito o fato de incluir os perfis de trabalhadores como objeto de análise, renunciando a explicação dos mercados de trabalho nacionais como uma totalidade homogênea. Mesmo apresentando resultados que se relacionam à realidade europeia, sem permitir generalização para outros contextos, o estudo de Brynin e Longhi pode contribuir para o desenvolvimento de pesquisas semelhantes em outros países, permitindo testar seus achados como hipóteses de trabalho.

Por outro lado, o sociólogo francês Bruno Lautier considera que há um “consenso frouxo” acerca de suposta homogeneização dos processos e mercados de trabalho em decorrência da globalização. Para o autor, um dos principais aspectos da globalização é a maior diversidade nas formas de inserção no trabalho, que, por sua vez, acarretam em uma maior heterogeneidade do trabalho (LAUTIER, 1999:7-13).

Segundo Lautier, estudos realizados em países do terceiro mundo, durante as décadas de 1980 e 1990, demonstram que as trajetórias profissionais dos trabalhadores são influenciadas por distintas racionalidades, bem como decorrem de objetivos diversos, que

emergem tanto no espaço laboral como em ambientes exteriores ao trabalho. Esses estudos, conforme o autor, confirmam:

(...) uma extrema diversidade de histórias e trajetórias profissionais de uma dada categoria de trabalhadores. O postulado da Sociologia do Trabalho segundo o qual se pode pressupor que uma empresa, ao implementar técnicas e instaurar uma divisão do trabalho e uma hierarquia, “encontra” no mercado de trabalho os conjuntos de trabalhadores que apresentem as características que ela requer, torna-se insustentável. As trajetórias dos trabalhadores de uma mesma firma, de uma mesma oficina, de uma mesma equipe, e sua relação com o fora-do-trabalho são totalmente diferentes, e essa diversidade impõe-se à organização da produção. O momento da inserção no trabalho torna aparentemente homogêneo um conjunto de indivíduos que têm histórias e pertencimentos muito diversos, diversidade com a qual é necessário compor (LAUTIER, 1999:27-28).

A abordagem de Lautier sugere analisar as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores em suas múltiplas dimensões, de modo a considerar a interação entre o espaço do trabalho e do não-trabalho²¹ na conformação de percursos mais ou menos fragmentados, por iniciativa tanto das empresas, em decorrência das condições de mercado e concorrência, como dos próprios trabalhadores e de suas motivações individuais.

Portanto, destacam-se as potencialidades de incorporar aos estudos de trajetórias os eventos que decorrem das estratégias particulares dos trabalhadores. Nesse caso, mostra-se também necessário a realização de estudos qualitativos que possibilitem o diagnóstico dos aspectos subjetivos que influenciam as trajetórias dos trabalhadores.

A abordagem, proposta por Lautier, não foi empregada neste estudo. Desde o primeiro momento, as questões que orientaram a realização da pesquisa tiveram como objetivo investigar os percursos dos trabalhadores segundo suas características pessoais e ocupacionais. Nesse sentido, o perfil sócio-ocupacional foi empregado como dimensão de análise por permitir o acesso a variáveis como sexo, faixa de idade, faixa de escolaridade, faixa salarial, entre outras.

O tipo de método escolhido para dar suporte a este estudo não se configura como a única possibilidade de pesquisa que permite o conhecimento das trajetórias ocupacionais de trabalhadores. As opções metodológicas feitas fundamentaram-se nas questões previamente construídas que orientaram o desenvolvimento da pesquisa.

²¹ “... objetivos econômicos diferentes daqueles da profissão aparente, objetivos residenciais, matrimoniais, estatutários (quer se trate de modificar sua posição num grupo étnico ou religioso, ou de se tornar presidente de uma associação)” (Lautier, 1999:27).

É importante ressaltar que este estudo não pretende reinventar os estudos sobre trajetórias ocupacionais. Considera-se que as categorias de análise propostas por pesquisadores como Cardoso e Guimarães são essenciais para qualquer modelo de investigação que tenha por objetivo analisar trajetórias ocupacionais a partir da base de dados RAIS Migra, do Ministério do Trabalho e Emprego.

A novidade do estudo que ora se apresenta reside na possibilidade de considerar as trajetórias ocupacionais não como um todo homogêneo, mas a partir das supostas diferenças e similitudes que possam ser observadas entre os mais distintos perfis de trabalhadores, num período histórico de consolidação das transformações, sobretudo, tecnológicas, ocorridas no período anterior. Torna-se possível, por meio da realização de um estudo como este, identificar trajetórias múltiplas em um mesmo segmento de mercado, neste caso, abrangendo a heterogeneidade nas formas de inserção e reinserção ocupacional, bem como padrões de mobilidade que obedeceriam a lógicas distintas, segundo variáveis como a posição ocupada pelo indivíduo na estrutura ocupacional do setor de telecomunicações e suas características em termos de sexo, faixa etária, escolaridade, rendimentos, entre outros.

2.2. (In)segurança laboral, flexibilidade e flexisegurança

Se as trajetórias ocupacionais são o movimento de construção dos percursos laborais dos trabalhadores, os padrões atuais de gestão e de uso da força de trabalho oferecem muitas das respostas para as questões relativas à permanência ou à exclusão do mercado de trabalho.

Kovács (2002) argumenta que, no quadro das mudanças recentes nas formas de gestão e de uso da força de trabalho, determinados perfis de trabalhadores estão mais sujeitos a percorrer trajetórias ocupacionais instáveis. Segundo a autora, os maiores riscos podem ser observados entre minorias étnicas, portadores de deficiências, mulheres, jovens com baixa escolaridade, grupos etários com idade superior aos 45 anos e trabalhadores com qualificações pouco valorizadas no mercado de trabalho. Tais perfis de trabalhadores possuem maiores dificuldades em manter seus empregos, assim como são mais susceptíveis ao desemprego de longa duração (KOVÁCS, 2002:85-86).

Nesse sentido, a autora considera que as perspectivas do trabalhador em relação à manutenção de seu posto de trabalho são condicionadas por fatores como os níveis de formação e qualificação exigidos na ocupação. No **Quadro 5**, apresenta-se uma tipologia

proposta por Kovács, que contempla quatro situações relativas ao emprego e à capacidade do trabalhador em se manter empregado:

Quadro 5 – Situações relativas ao emprego

Qualificação	+	<p>Situação 3: Flexibilidade qualificante</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situação por opção (escolhida); - Trabalho altamente qualificado (profissional); - Posição e capacidade de negociação; - Forte mobilidade profissional no mercado de trabalho externo (entre empresas); - Atividade intensa e qualificante, ligada a uma série de empresas sem vínculos estáveis. 	<p>Situação 4: Estabilidade profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> - Trabalho variado e interessante; - Forte interesse por parte da empresa em investir em formação; - Posição e capacidade de negociação; - Forte possibilidade de mobilidade horizontal e/ou no mercado de trabalho interno e externo. 	
	-	<p>Situação 1: Flexibilidade precarizante</p> <p>A) Flexibilidade precária transitória</p> <ul style="list-style-type: none"> - Jovens com nível de formação elevado/médio; - Trabalho pobre em conteúdo; - Falta de capacidade de negociação; - procura de situação de trabalho melhor. <p>B) Flexibilidade precária estável</p> <ul style="list-style-type: none"> - Forte mobilidade lateral, sobre todo o mercado de trabalho externo; - Forte probabilidade de um percurso profissional marcado pela precariedade e ameaça de desemprego. 	<p>Situação 2: Estabilidade ameaçada</p> <ul style="list-style-type: none"> - Trabalho pobre em conteúdo; - Posição de negociação individual frágil; - Mobilidade lateral no mercado de trabalho interno, mobilidade ascendente limitada; - Melhoria da qualificação para uma minoria; para a maioria, falta de perspectivas e ameaça de precariedade e de desemprego. 	
	+	Estabilidade no emprego		-

Fonte: Extraído de Kovács, 2002:87

A partir da leitura das quatro situações relativas ao emprego acima apresentadas, supõe-se que Kovács concebe a qualificação como principal elemento estruturador das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores. Em consequência, nas situações 1 e 2, de flexibilidade precarizante e estabilidade ameaçada, estão situados trabalhadores com perfis e qualificações facilmente encontrados no mercado de trabalho, podendo ser substituídos a qualquer momento sem que com isso seja comprometida a qualidade dos serviços prestados aos clientes ou consumidores. Por outro lado, nas situações 3 e 4, de flexibilidade qualificante

e estabilidade profissional, se situam os trabalhadores que ocupam posição estratégica aos objetivos das empresas, pois possuem qualificações escassas no mercado de trabalho, contribuindo dessa forma para agregar valor aos serviços e produtos que são disponibilizados pelas empresas.

Por seu turno, Standing argumenta que, no século passado, a ideia de segurança laboral se constituiu numa medida de garantia ao trabalhador, sobretudo como atenuante à demissão injustificada e levada a cabo por meio de mecanismos estatais que objetivavam a proteção dos trabalhadores em situação de desemprego. Contudo, o autor considera que esse tipo de segurança foi também uma forma de controle e estratificação social, visto que acarretava em contrapartidas de natureza implícita ou explícita. O discurso sobre a necessidade de promover segurança laboral ao trabalhador também foi incorporado por países da periferia capitalista, por mais que sua efetividade fora do Estado de bem-estar social possa ser considerada contraditória (STANDING, 2000).

Segundo Standing, a segurança laboral possui duas dimensões: uma objetiva e a outra subjetiva. O autor argumenta que a segurança laboral:

Pode refletir o estado de ânimo ou os temores dos trabalhadores, e pode refletir características do emprego. Desse modo, um indicador objetivo da segurança laboral é a proporção de empregados com contratos de emprego regulares e estáveis; e um indicador subjetivo é a proporção de empregados que acreditam que a continuidade de seu emprego está assegurada (STANDING, 2000:48 – Tradução livre).

Utilizando-se de dados estatísticos de pesquisas de opinião realizadas na Europa, o autor afirma que a percepção subjetiva de insegurança laboral está aumentando nos países industrializados, por mais que em muitos desses países a segurança laboral se constitua em uma das principais características valorizadas numa ocupação. Entretanto, Standing considera que ao relacionar a insegurança laboral unicamente à perda do emprego, pode-se incorrer num erro de interpretação. Segundo o autor, nas referidas pesquisas, o sentimento subjetivo de segurança laboral sempre apresenta índices mais elevados do que dos que afirmam possuir um emprego seguro. Assim, o sentimento de segurança laboral não pode ser vinculado de modo direto à segurança no emprego atual, visto que aspectos como as condições do mercado de trabalho no qual está inserido o trabalhador, a natureza da sua ocupação e a sua capacidade de adaptação às mudanças na carreira influenciam a sua percepção subjetiva (STANDING, 2000).

Dada a necessidade de não atribuir peso demasiado à percepção subjetiva do trabalhador sobre a sua segurança laboral, Standing enumera uma série de indicadores que representam a dimensão objetiva desse conceito: o índice de rotatividade da força de trabalho; a quantidade de trabalhadores com contrato de trabalho regular; a existência de leis e normas de proteção laboral, entre outros. Segundo o autor, ao tomarmos esses indicadores como fonte de seguridade laboral, constata-se que o auge do emprego seguro ocorreu em alguns países industrializados na metade do século XX, abrangendo apenas uma pequena percentagem da população economicamente ativa, sobretudo homens com elevada qualificação e inseridos em empregos de tempo integral (STANDING, 2000).

Segundo o autor, a Europa Ocidental tem presenciado um processo de redução da segurança laboral, mediante a retirada de direitos nas reformas das legislações trabalhistas. Algumas das medidas referidas pelo autor encontram-se sistematizada no **Quadro 6**:

Quadro 6 - Medidas que colaboram para o crescimento da insegurança laboral nos países da Europa Ocidental

Medidas	Normas que excluem certos grupos sociais do sistema de proteção laboral ou permitem que o empregador realize contratações sem proteção social.
	Normas que limitam as indenizações por demissão.
	Normas que aumentam o período de emprego antes que o trabalhador tenha direito a algum tipo de proteção laboral
	Normas que aumentam o número de condições para conferir proteção ao trabalhador.
	Acordos nacionais para reduzir a proteção laboral.

Fonte: Adaptado de STANDING, 2000:52

Segundo Standing, o crescimento da insegurança laboral também está relacionado a relações de trabalhos mais flexíveis. O autor considera que, na atualidade, há uma tendência no mercado de trabalho que envolve crescimento dos vínculos irregulares, rebaixamento de salários, menor segurança de representação e perda de direitos sociais. Nesse contexto, as empresas passaram a adotar vínculos de trabalho fundamentados em contratos por tempo parcial, bem como realizam a contratação de trabalhadores temporários e subcontratados, por

intermédio de processos de terceirização, o que contribuiu para a diminuição dos níveis objetivos e subjetivos de segurança laboral (STANDING, 2010).

Standing também considera que a segurança laboral é uma “variável polarizada do mercado de trabalho”, visto que alguns trabalhadores possuem vínculos de trabalho de curto prazo e outros de longo prazo, separando os poucos que logram uma inserção no mercado de trabalho de modo permanente da grande maioria que está submetida a vínculos frágeis e carreiras fragmentadas. Contudo, segundo o autor:

O aumento da insegurança laboral pode levar a exageros. A segurança laboral nunca foi muito grande para a maioria. Isso é assim porque a maioria das empresas tem uma vida mais curta do que a vida laboral possível de um trabalhador típico. Não é casual que o debate se tornasse atual quando o setor público começou a reduzir sua atuação, quando as grandes empresas começaram a se parecer no que se refere a suas políticas de emprego e quando uma maior proporção de pessoas começaram a aceitar contratos de curta duração (STANDING, 2000:48 – Tradução livre).

Ademais, o autor afirma que a segurança laboral é um direito negociável, pois o trabalhador estabelece uma relação instrumental com ela. Segundo Standing, alguns trabalhadores abririam mão da segurança laboral caso outras formas de segurança, que garantam ingressos monetários, sejam adotadas em seu lugar (STANDING, 2010).

Como forma de esclarecer as diversas dimensões que compõem a noção de insegurança laboral, Standing divide o alcance do conceito em quatro diferentes níveis: 1) a insegurança do emprego; 2) a insegurança das condições de trabalho; 3) a insegurança da reprodução da força de trabalho e das qualificações; e 4) a insegurança da representação.

Primeiramente, o autor afirma que o conceito de segurança do emprego comumente é confundido com o conceito de segurança laboral, por mais que esse último seja mais abrangente. Standing define a segurança do emprego como o produto de normas legais e práticas que permitem ao trabalhador se inserir e permanecer numa ocupação. Em contrapartida, a segurança laboral é mais ampla, visto que envolve dimensões subjetivas e objetivas, dentre as quais os aspectos concernentes à legislação trabalhista apresentam suma importância (STANDING, 2010).

A insegurança do emprego implica em maiores riscos e incertezas, pois promove a instabilidade nas carreiras e, conseqüentemente, nas trajetórias dos trabalhadores. Standing também argumenta que a insegurança do emprego está fortemente relacionada com a lógica

da flexibilidade, que valoriza características como a adaptabilidade do trabalhador, capacidade de comunicação e habilidades interpessoais (STANDING, 2010).

Por seu turno, a insegurança das condições de trabalho se relaciona à capacidade do sistema produtivo e das empresas em fornecer condições adequadas de trabalho, de modo a garantir a segurança física e a saúde do trabalhador. Segundo o autor, a lógica da flexibilidade do sistema produtivo, atualmente em voga, também contribui de modo destacado para o crescimento da insegurança das condições de trabalho:

Com a produção flexível, a proliferação de empresas menores, níveis mais baixos de sindicalismo e um *ethos* que considera as normas legais como custos do trabalho, as pressões impostas sobre as firmas para que promovam condições de trabalho mais seguras tem se reduzido (STANDING, 2000:73 – Tradução livre).

No contexto europeu, Standing argumenta que certas reformas objetivavam flexibilizar o tempo de trabalho e acabaram por produzir maior insegurança das condições de trabalho. Conforme o autor, a realização de longas jornadas de trabalho contribui para o surgimento de debilidades físicas e problemas médicos, que por sua vez acarretaram em afastamentos do emprego e, em muitos casos, em demissão do empregado logo após o retorno ao trabalho. O autor também considera que a priorização do trabalho, em detrimento de outras esferas da vida, assim como a pressão exercida pelas formas de organização do processo de trabalho predominantes na modernidade, ocasionaram o aumento dos casos de estresse entre os trabalhadores (STANDING, 2000).

A segurança da reprodução da força de trabalho e das qualificações, segundo Standing, envolve direitos básicos, como os de formar uma família, de ter acesso aos serviços públicos de saúde, de educação e de formação profissional, para que seja possível a inserção no mercado de trabalho. O autor argumenta que, na Europa do período posterior à segunda guerra mundial, houve um considerável avanço nas formas de proteção social do trabalhador, sobretudo em decorrência da implementação do Estado de bem-estar social. Nesse contexto, a escolarização era considerada um bem público, visto que a mesma era associada ao desenvolvimento civilizatório e à produção de coesão social. Mesmo assim, o autor afirma que a segurança da reprodução das qualificações nunca foi experimentada pela maioria da força de trabalho. Segundo Standing:

No Estado de bem-estar social, a definição de segurança da reprodução da força de trabalho que melhor descreve o caráter da época era o compromisso do Estado de garantir os custos da instrução e o desenvolvimento das qualificações, e de aumentar a produtividade social da força de trabalho real e potencial, mediante subsídios educativos, pré-emprego, capacitação nos locais de trabalho, subsídios aos estabelecimentos de saúde, etc. (STANDING, 2000:80 – Tradução livre).

Standing argumenta que, com a crise do Estado de bem-estar social, os gastos em valores absolutos com educação e formação profissional declinaram nos países europeus, o que acarretou diminuição do nível geral da qualificação da força de trabalho, visto que, nas últimas três décadas, o ingresso de jovens no ensino superior diminuiu na Europa. O autor considera que a proliferação de formas flexíveis e informais de emprego também ocasionou insegurança na reprodução das qualificações, pois o emprego típico - formal e com jornada de tempo integral - garantia a permanente qualificação da força de trabalho, por meio de aportes financeiros das empresas na formação continuada (STANDING, 2000).

Por fim, a segurança da representação que se relaciona às instituições de representação dos trabalhadores e que organizam a ação coletiva. Segundo Standing, os sindicatos assumiram esse papel no século XX, ao organizar os trabalhadores e promover estratégias de resistência ao controle e à repressão. O autor considera que os sindicatos e o sindicalismo estiveram na vanguarda dos processos sociais no século passado, por ser um instrumento na luta por justiça distributiva e por representar os interesses da classe social predominante do capitalismo (STANDING, 2000).

Contudo, os sindicatos perderam representatividade nas últimas décadas do século XX, seja em decorrência da fragmentação ocupacional causada pelo imperativo da flexibilidade, seja devido ao ataque ideológico do qual foram objeto. Na atualidade, segundo Standing, os sindicatos tradicionais não parecem fornecer uma sensação de comunidade, aspecto que contribui para o surgimento da insegurança da representação:

Chegou o tempo de repensar as bases institucionais da representação. O que constitui uma voz legítima? Que tipo de voz seria mais eficaz em termos do mercado de trabalho? Estas são perguntas incômodas, que muitos prefeririam que não fossem formuladas; porém, se não forem respondidas, essa forma de insegurança persistirá. Reviver a segurança de representação deve formar parte fundamental de uma estratégia destinada a fortalecer a justiça distributiva e a sociedade baseada no trabalho (STANDING, 2000:97 – Tradução livre).

Segundo Standing, há uma interatividade entre as formas de insegurança supracitadas: os diferentes níveis que assume a insegurança laboral se interconectam no transcurso das

trajetórias ocupacionais dos trabalhadores, visto que derivam de um mesmo processo histórico. Entretanto, o autor afirma que um grande grupo de trabalhadores especializados está sobrevivendo à insegurança generalizada do mercado de trabalho. Standing argumenta que as empresas também contribuem para preparar os trabalhadores para a mobilidade laboral, por meio de benefícios salariais, capacitação e assessoramento. Assim, ressalta-se novamente o imperativo da empregabilidade, que impõe responsabilidades individuais para permanência no mercado de trabalho (STANDING, 2000).

Segundo Freyssinet (2007), a flexibilização dos mercados laborais pode ser observada em quase todos os países europeus durante as décadas de 1990 e 2000, mas é equivocado considerar que esse se trata de um fenômeno geral e homogêneo. Segundo o autor, os mercados de trabalho na Europa mostram-se cada vez mais heterogêneos e segmentados, fato que contribui para o crescimento das desigualdades entre categorias de trabalhadores.

Freyssinet toma a experiência de alguns países do norte europeu para argumentar que a flexibilidade do sistema produtivo não acarreta necessariamente precarização das relações de trabalho e aumento das desigualdades. Para explicar essa realidade, surge então o conceito de flexisegurança. Segundo o autor, a flexisegurança:

Trata-se tipicamente de um desses termos voluntariamente imprecisos que permitem iniciar o diálogo social num terreno em que todos os atores sociais podem esperar encontrar vantagens graças a compromissos equilibrados. Eles têm que aceitar esta ambiguidade na medida em que é condição necessária para a abertura de negociação (FREYSSINET, 2007:76 – Tradução livre).

O conceito de flexisegurança foi utilizado pela primeira vez por Withagen et al. (2003), em estudo sobre as relações laborais em quatro países europeus: Alemanha, Bélgica, Dinamarca e Holanda. Os autores analisaram as especificidades dos mercados de trabalho locais, para evidenciar como a flexibilidade dos sistemas produtivos se articula com estratégias políticas de promoção de segurança no emprego. O estudo constatou que cada país adota formas singulares de flexisegurança, de modo a contemplar as especificidades contextuais relativas aos Estados-Nação e ao estabelecer relação entre diferentes formas de flexibilidade e segurança (WITHAGEN ET AL., 2006; PEDROSO, 2005).

No ano de 2006, a Comissão das Comunidades Europeias²² trouxe novamente à tona o debate sobre a flexisegurança, por ocasião da publicação do Livro Verde²³ intitulado “Modernizar o direito do trabalho para enfrentar os desafios do século XXI”. No documento, a flexisegurança foi apresentada nos moldes propostos no estudo de Withagen et al. (2006), como a uma forma de articular a flexibilidade do mercado de trabalho com o desenvolvimento de políticas de proteção social e de inclusão. Segundo o documento:

No contexto da globalização, da reestruturação em curso e da transição para uma economia do conhecimento, os mercados laborais europeus devem ser simultaneamente mais inclusivos e mais reactivos à inovação e à mudança. Os trabalhadores potencialmente vulneráveis devem ter a possibilidade de progredir para melhorar a sua mobilidade e conseguir transições com êxito no mercado do trabalho. Os quadros jurídicos em que se baseia a relação de trabalho tradicional podem não garantir suficiente margem de manobra nem incentivo aos trabalhadores contratados através de contratos sem termo clássicos para explorar oportunidades de maior flexibilidade no trabalho (LIVRO VERDE, 2006:9-10).

O Livro Verde propõe que a legislação laboral europeia seja modificada, de modo a tornar as empresas do continente mais competitivas. O foco da proposta é a desregulamentação da legislação no que tange à duração dos contratos de trabalho. Entretanto, a flexibilização dos contratos pode ter efeito lesivo para uma parcela do mercado de trabalho, sobretudo trabalhadores pouco qualificados, que estariam mais sujeitos a vivenciar situações de vulnerabilidade social, decorrentes da instabilidade do vínculo empregatício (LIVRO VERDE, 2006).

Apesar das diferenças contextuais entre os Estados-Membros da União Europeia, dados concernentes aos quinze países membros fundadores indicam que aproximadamente 60% dos trabalhadores com contratos atípicos em 1997 possuíam contratos típicos em 2003. Contudo, 20% destas pessoas foram excluídas do mercado de trabalho e 16% ainda trabalhavam com contratos atípicos. Segundo o documento, determinados grupos sociais seriam mais vulneráveis comparativamente a outros, como mulheres, pessoas mais velhas e jovens com vínculo contratual atípico, visto que foram identificados como os que possuíam menos chances de mobilidade ascendente no mercado de trabalho (LIVRO VERDE, 2006).

²² A Comissão das Comunidades Europeias consiste em entidade ligada a União Europeia. Dentre suas funções destaca-se a de propor legislação ao Conselho e ao Parlamento Europeu, administrar e desenvolver políticas comunitárias, fiscalizar o cumprimento da legislação comunitária e negociar acordos internacionais, sobretudo nas áreas de cooperação e comércio (Disponível em: http://ec.europa.eu/about_pt.htm).

²³ O Livro Verde é um documento que tem como objetivo fomentar a discussão sobre temas específicos relacionados à União Europeia.

Segundo Freyssinet, não há consenso sobre a eficácia das políticas de emprego fundamentadas na noção de flexisegurança, visto que, para alguns especialistas, a flexisegurança seria uma forma de legitimar as políticas de flexibilização das relações laborais, mediante práticas assistencialistas compensatórias. No entanto, a experiência dos países nórdicos mantém vivo o debate sobre as potencialidades da flexisegurança (FREYSSINET, 2007).

Dado tal quadro, Freyssinet propõe a seguinte pergunta: é possível tornar compatíveis a flexibilidade do sistema produtivo e a segurança no emprego para todos os trabalhadores? Para responder a tal pergunta, o autor identifica três modelos de flexisegurança: a) a flexisegurança organizada a partir do vínculo com o empregador; b) a flexisegurança organizada a partir da transferência de qualificações e; c) a flexisegurança organizada a partir da cooperação no território (FREYSSINET, 2007).

A flexisegurança orientada a partir do vínculo com o empregador está relacionada à reconversão profissional no âmbito do mercado de trabalho interno à empresa. Tal modelo de ação está ligado, por um lado, à estabilidade do vínculo contratual, e por outro, à adaptabilidade em termos da requalificação profissional (FREYSSINET, 2007:77).

Entretanto, a dinâmica atual do desenvolvimento tecnológico e as flutuações produtivas decorrentes da competição inter-empresarial em contexto de economia globalizada, que alteram a alocação da mão-de-obra, apresentam-se como pontos que originaram críticas ao modelo. Segundo Freyssinet, a possibilidade de construção de um modelo de flexisegurança fundamentado na lógica da reconversão profissional no interior da empresa está subordinada a aspectos como: desenvolvimento de uma política de formação continuada mais ampla que a demanda específica da empresa; obrigação da empresa em garantir a realocação do trabalhador em atividade condizente a sua qualificação ou, em último caso, inseri-lo em outra empresa e; compromisso da empresa que demite em fomentar o mercado laboral do segmento no qual está inserida.

Por seu turno, a flexisegurança organizada mediante a transferência de qualificações fundamenta-se no direito de acesso à formação continuada, permitindo ao trabalhador permanente reciclagem de sua qualificação profissional. Neste modelo, instituições que envolvam sindicatos patronais e de trabalhadores, bem como o estado, são responsáveis pelos custos desta formação continuada (FREYSSINET, 2007:78).

Já a flexisegurança organizada a partir da cooperação no território está alicerçada na capacidade dos atores sociais circunscritos em uma determinada região de promover a mobilidade dos trabalhadores de modo compatível com a segurança do emprego. Neste caso, Freyssinet argumenta que uma dificuldade encontrada para a efetivação do modelo relaciona-se à heterogeneidade dos atores sociais, que estabelecem vínculos diferenciados com o território. Deve-se ter presente que os trabalhadores situados no topo da pirâmide ocupacional e que são possuidores de qualificações valorizada no mercado de trabalho estão sujeitos a maior mobilidade espacial, enquanto que trabalhadores semi-qualificados ou não-qualificados tendem a se fixar num determinado território de modo permanente (FREYSSINET, 2007:79-80).

Freyssinet considera que as políticas de emprego não devem privilegiar um dos três modelos de flexisegurança em detrimento dos demais, visto que, em cada caso concreto, é necessário analisar suas potencialidades e deficiências, bem como a possibilidade de articulação entre elas, levando em conta as especificidades do contexto social no qual se pretende aplicá-las.

O exame da literatura realizado nesse tópico conduz à discussão sobre qual modelo de proteção social seria mais adequado para acompanhar as transformações recentes nos padrões de gestão e de uso da força de trabalho. Tal debate, sem dúvida, encontra maior acolhida na Europa do que nos demais países do ocidente, tendo em vista a memória recente do Estado de bem-estar social. Entretanto, mesmo em muitos países periféricos, o debate sobre proteção social encontra-se na ordem do dia, visto que a flexibilidade nas formas de contratação está em voga de modo disseminado.

O exame da literatura realizado até aqui permite visualizar as múltiplas dimensões do conceito de segurança laboral. Se em um primeiro olhar tal conceito pode ser dividido em duas dimensões, subjetiva e objetiva, essa última se mostra profundamente multifacetada, pois envolve desde a segurança das condições de trabalho até a segurança da representação sindical.

A seguir, realiza-se a apresentação do conceito de empregabilidade, buscando evidenciar seus limites para utilização como sinônimo de segurança no mercado de trabalho. Apesar do destaque que esse conceito tem merecido na atualidade, sobretudo, no discurso empresarial, mas também, no âmbito acadêmico, sua utilização atribui ao indivíduo todo o ônus de sua condição empregatícia.

2.3. Empregabilidade

A noção de empregabilidade pode ser entendida como a capacidade do trabalhador em se manter empregado ou, em caso de demissão, de retornar ao mercado de trabalho. Assim, o desemprego passa a ser atribuído a uma condição inerente ao trabalhador de baixa empregabilidade, visto que o mesmo possui uma qualificação pouco compatível com as exigências do mercado de trabalho (LEITE, 1997).

Caruso e Pero argumentam que a noção de empregabilidade deve ser substituída por conceitos como “trabalhabilidade” ou “ocupabilidade”, visto que o emprego formal, por contrato de trabalho e por longo período, tem se tornado cada vez mais incerto para a maioria dos trabalhadores. Segundo os autores, a empregabilidade deve ser compreendida como:

(...) uma construção social, decorrente da interação de estratégias de diferentes atores sociais que contribuem para que o trabalhador mantenha-se na situação de empregado, ou saia da condição de desempregado. Desse modo, não se pode pensar empregabilidade sem levar em consideração a demanda por trabalho, as informações profissionais e, em casos de políticas de deslocamento, a assistência técnica e financeira (CARUSO e PERO, 1997: 72-73).

Em estudo sobre a indústria de transformação brasileira da década de 1990, Caruso e Pero identificaram que o grau de empregabilidade do trabalhador era influenciado por aspectos como: a demanda relativa por emprego; a reestruturação produtiva do período; o tipo de indústria na qual o trabalhador estava empregado, se tradicional ou moderna; e, em caso de demissão, o período de tempo fora do mercado de trabalho. Para aquela realidade, os autores consideravam necessário o desenvolvimento de programas de reconversão profissional que assegurassem a empregabilidade do trabalhador, de modo que fosse possível a reinserção no emprego industrial, ou a inserção em atividades vinculadas ao setor de serviços ou mesmo exteriores ao mercado de trabalho formal (CARUSO E PERO, 1997).

Autores como Castro et al. consideram que os estudos sobre a reestruturação produtiva no Brasil relegaram a um segundo plano a questão da empregabilidade dos trabalhadores. Segundo os autores, isso ocorreu devido ao foco analítico na realidade industrial e não no mercado de trabalho como um todo, em termos da demanda por emprego e do fluxo de postos de trabalho (CASTRO ET AL., 1997).

Castro et al. também sustentam que a realização de estudos de trajetórias ocupacionais permite desvendar as chances de empregabilidade individuais dos trabalhadores. Neste sentido, estabelece-se uma relação intrínseca entre os percursos empregatícios dos trabalhadores e as suas chances de manter o emprego, ou de se inserir numa nova ocupação em caso de demissão, expressos no conceito de empregabilidade. Entretanto, os autores sustentam que a noção de empregabilidade deve ser entendida como uma construção social, visto que para a análise das trajetórias ocupacionais:

(...) não importa em assumir um individualismo ingênuo, que imagine as chances de empregabilidade do trabalhador como resultando exclusivamente das suas próprias tentativas de formar um capital profissional e de, com base nele, negociar as suas condições de inserção no mercado de trabalho; ou, o que não é muito distinto disso, que figure este mercado como regido por princípios de transferência de informação, universalismo no recrutamento e pelo culto ao voluntarismo de tipo individual, numa sorte de um individualismo meritocrático (CASTRO ET AL., 1997: 13).

Os autores argumentam que a noção de empregabilidade permite compreender a relação que se estabelece entre a ação dos indivíduos, no processo de busca por emprego, e as estratégias dos empregadores de preenchimento das vagas de emprego (CASTRO ET AL., 1997).

Assumindo uma perspectiva crítica em relação ao conceito, Leite (1997) considera que o uso da noção de empregabilidade tende a encobrir a dimensão macroeconômica que regula os mercados de trabalho, ou seja, o saldo que resulta da diferença entre o número de vagas de emprego disponível num determinado mercado de trabalho e da população economicamente ativa que demanda essas vagas. Conforme a autora, a noção de empregabilidade assume o pressuposto de que o desemprego é um problema individual, pois:

(...) implica a suposição de que há oferta de trabalho para toda a população economicamente ativa e que se trata, portanto, de adaptar a demanda de emprego por parte dos trabalhadores às exigências da oferta. Ou seja, parte-se do princípio de que os trabalhadores que estão desempregados encontram-se nessa situação não porque haja falta de emprego, mas porque não se adequariam às novas exigências de qualificação das empresas ou, em outras palavras, porque não apresentariam o perfil de qualificação exigido pelos novos conceitos de produção (LEITE, 1997:65).

A autora considera que, ao responsabilizar o trabalhador pelo desemprego, a noção de empregabilidade reforça de modo acrítico a tendência de precarização das relações de trabalho, pois se o problema do desemprego ocorre devido à inadequação da qualificação dos trabalhadores aos requisitos do mercado de trabalho, supõe-se que o trabalhador deve aceitar qualquer condição de trabalho como forma de inserção laboral (LEITE, 1997).

Segundo Hirata, a noção de empregabilidade relaciona-se à noção de competência. A autora afirma que ambas as noções foram adotadas pelo discurso patronal para designar processos relativos à condição dos indivíduos no mercado de trabalho (HIRATA, 1997).

O surgimento da noção de “competência” relaciona-se às alterações organizacionais ocasionadas pela introdução de tecnologias informacionais no processo produtivo, mediante a revisão crítica do conceito de qualificação. Tal revisão conceitual originou a noção de competência, que abrange tanto capacidades relativas ao comportamento do trabalhador, tidas como sociais (por exemplo, autonomia e comunicação), como também as especificidades relativas às necessidades do posto de trabalho. Segundo Zarifian, apesar de coexistirem simultaneamente, “a competência exigida pelo cargo continua a determinar a competência adquirida pelo indivíduo” (ZARIFIAN, 1998:23).

Mello e Silva argumenta que dentre as críticas à noção de competência destaca-se a que sustenta a pretensa individualização dos sistemas de avaliação do trabalhador, o que tende a acarretar em aumento no poder das gerências e enfraquecimento da negociação coletiva. Nesse ponto reside o dissenso entre os autores que sustentam uma perspectiva de avaliação voltada para a qualificação profissional, e os defensores da noção de competência, para quem a ruptura com a lógica do posto de trabalho proporciona níveis mais elevados de autonomia, tanto ao indivíduo, como aos coletivos de trabalho. Nesse sentido, a diferenciação individual contempla as reivindicações históricas do movimento operário, pois possui um potencial emancipador ausente no taylorismo como forma de organização do processo de trabalho. O autor ressalta que há certa resistência por parte das empresas em aplicar a noção de competência plenamente, o que, em última análise, ocasiona uma fusão da lógica do posto de trabalho com a lógica da competência (MELLO e SILVA, 2002:108-112).

Ao comparar as noções de empregabilidade e competência, Hirata argumenta que apesar do uso patronal que ambas assumiram no final da década de 1990, elas surgiram em contextos diferentes. Enquanto a noção de empregabilidade surgiu no âmbito dos estudos econômicos sobre desemprego, buscando estabelecer uma diferenciação entre os trabalhadores inaptos ao emprego e os trabalhadores regulares, a noção de competência surgiu

no âmbito dos departamentos de recursos humanos das empresas, de modo a caracterizar atributos individuais que não se encontravam contemplados na noção de qualificação (HIRATA, 1997).

Segundo Hirata, a noção de empregabilidade, do modo como é utilizada na França, relaciona-se aos processos de seleção de mão-de-obra no âmbito dos setores de recursos humanos das empresas e visa a repassar a responsabilidade do desemprego ao trabalhador. A autora argumenta que:

Um trabalhador “não empregável” é um trabalhador não formado para o emprego, não competente, etc. O acesso ou não ao emprego aparece como dependendo da estrita vontade individual de formação, quando se sabe que fatores de ordem macro e meso economias contribuem decisivamente para essa situação individual (HIRATA, 1997: 33).

Portanto, o uso da noção de empregabilidade para designar a capacidade de o indivíduo manter-se empregado ou sair da situação de desemprego possui uma conotação política que não pode ser desprezada. Mesmo que a noção de empregabilidade possa assumir o conjunto de relações sociais que a produzem, sua utilização se mostra inadequada devido ao uso corrente que se faz desse termo, normalmente, vinculando a condição de desemprego a um déficit de predicados do trabalhador. Portanto, considera-se que o uso do conceito de segurança no mercado de trabalho permite compor um quadro mais amplo dos aspectos que cercam a condição empregatícia do trabalhador, visto que pode abranger as dimensões normativas e institucionais do emprego, as condições macroeconômicas gerais de um determinado período e as estratégias individuais do trabalhador e seus atributos pessoais.

Conclusão

A exposição das teses de diferentes autores levou-nos a consolidar as noções a serem utilizadas neste estudo. No que se refere a trajetórias ocupacionais, são definidas como o movimento por meio do qual são construídos os percursos dos trabalhadores no mercado de trabalho, durante um período de tempo pré-definido. As trajetórias ocupacionais são concebidas como fenômeno diacrônico, que se desenvolvem através do tempo abrangendo

continuidades e rupturas, resultando de condicionamentos sociais derivado de aspectos estruturais, institucionais e subjetivos.

Em termos analíticos, propõe-se a análise das trajetórias ocupacionais por meio do uso do conceito de segurança no mercado de trabalho, porque o mesmo se mostra mais efetivo que seus homônimos, como os conceitos de segurança laboral, segurança no emprego e empregabilidade. O conceito de segurança no mercado de trabalho estabelece uma relação mais adequada com o conceito de trajetórias ocupacionais, porque permite compreender os percursos dos trabalhadores como um evento que se desenvolve ao longo do tempo. Enquanto, do ponto de vista semântico, o conceito de segurança no emprego remete ao vínculo empregatício atual do trabalhador, o conceito de segurança laboral pode conduzir ao entendimento de que se resume à segurança física e mental do trabalhador no ambiente de trabalho. Por seu turno, o conceito de empregabilidade também se mostra insuficiente, na medida em que superdimensiona o voluntarismo individual na composição das estratégias de emprego.

Segurança no mercado de trabalho é concebida como a permanência do trabalhador no mercado de trabalho formal, ao longo da trajetória ocupacional analisada. Assim, um trabalhador seguro é o que permanece no mercado de trabalho formal, independentemente dos efeitos de mudanças conjunturais mais amplas.

A investigação ora apresentada não teve como objetivo avaliar a qualidade do emprego ou a qualidade das transições ocupacionais. Não foi examinada a manutenção ou não das condições econômicas gerais e do capital qualificacional dos trabalhadores desligados do setor de telecomunicações que migraram para outro setor de atividade. De fato, importa para a realização dos objetivos desse estudo, o vínculo de trabalho formal²⁴, como suporte social e determinante do acesso aos programas de proteção social e benefícios vinculados ao emprego formal, tais como previdência social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), férias, representação sindical, entre outros.

²⁴ Sem dúvida, a permanência no mercado de trabalho formal não representa proteção social para todos os grupos sócio-ocupacionais. Trabalhadores que possuem recursos financeiros e conhecimentos especializados podem se tornar empreendedores, sem abdicar de proteção social. Contudo, tal possibilidade é muito distante da realidade da imensa maioria dos trabalhadores brasileiros, para os quais o assalariamento representa o principal suporte social disponível.

CAPÍTULO III

Os novos contornos do setor de telecomunicações no Brasil

Este capítulo apresenta as transformações recentes no setor de telecomunicações, no Brasil. São analisados dados gerais do setor de telecomunicações no período pós-privatização, bem como indicadores relativos ao perfil sócio-ocupacional dos empregados. Discutem-se também os achados de pesquisas sobre o setor na última década, de modo a esclarecer as especificidades do presente estudo, comparativamente aos conhecimentos acumulados sobre o período pós-privatização.

3.1. Mudanças nas telecomunicações: o Brasil e o contexto internacional

Internacionalmente, as telecomunicações passaram por um amplo processo de transformação nas últimas décadas, seja em termos tecnológicos, seja em decorrência das novas condicionantes econômicas globais. A desregulamentação e a privatização dos monopólios, estatais ou privados, podem ser compreendidas como aspectos decisivos na definição dos contornos que as telecomunicações assumem na atualidade. Nesse contexto, em

termos tecnológicos, a telemática²⁵ passou a fornecer suporte aos fluxos econômicos globais, tornando as telecomunicações um dos principais sustentáculos do processo de desenvolvimento capitalista.

A primeira experiência internacional de desregulamentação do setor de telecomunicações ocorreu nos Estados Unidos, onde os serviços eram explorados na forma de monopólio privado pela mega-corporação *American Telephone and Telegraph* (AT&T). Pressões internas exercidas por empresas transnacionais, interessadas na redução dos valores das tarifas para chamadas de longa distância, conjuntamente ao interesse da indústria de equipamentos eletrônicos para telecomunicações em ampliar sua participação no mercado, colaboraram para a quebra do antigo monopólio privado.

Na Europa, a Inglaterra foi o primeiro país a privatizar seu setor de telecomunicações, que assim como nos Estados Unidos, se constituía em monopólio, entretanto, de natureza estatal. A privatização na Inglaterra ocorreu no ano de 1984, durante o governo da primeira-ministra Margareth Thatcher. No caso inglês, a quebra do monopólio estatal foi influenciada, por um lado, pela política liberalizante desenvolvida pelo governo naquele período e, por outro, pela pressão exercida por atores internos e externos ao país, como o setor financeiro inglês e as empresas multinacionais norte-americanas. Apesar de pioneira na Europa, a experiência de reestruturação das telecomunicações na Inglaterra não foi tomada como modelo para o continente, visto que França e Alemanha reestruturaram seus respectivos setores de telecomunicações de forma mais lenta, sob pressão dos sindicatos na negociação dos direitos dos trabalhadores (LARANJEIRA, 1998; RUDUIT, 2001).

Na América Latina, antes da privatização o mercado de telecomunicações estruturou-se como monopólio estatal. A partir de meados da década de 1980, até o início da década de 1990, países como o Chile, a Argentina e o México deram início à reestruturação. A experiência Latino-Americana foi fortemente influenciada pela demanda reprimida, decorrente dos escassos investimentos estatais em infra-estrutura de telecomunicações. Assim como nos Estados Unidos e na Europa, empresas multinacionais interessadas em expandir seus negócios, bem como atores externos (Como o Banco Mundial e o Fundo Monetário

²⁵ A telemática pode ser entendida como a conexão entre o computador e o telefone, o que possibilita o processamento de grande quantidade de dados e de informação em curto prazo de tempo, entre usuários localizados em qualquer ponto do planeta.

Internacional), exerceram forte pressão a favor da liberalização dos mercados (RUDUIT, 2001).

Na década de 1990, o setor de telecomunicações brasileiro, que até então se constituía em monopólio do Estado, foi submetido a um amplo processo de reestruturação. Defasada em quase uma década em relação às experiências de outros países da América Latina, a desregulamentação e a privatização do antigo monopólio estatal das telecomunicações tinham como objetivo ampliar o acesso aos serviços, bem como atrair novos investimentos ao país, fornecendo infra-estrutura necessária à competição entre grandes grupos empresariais globais (WOHLERS, 1999:58).

Em agosto de 1995, foi aprovada no Brasil a alteração constitucional que permitiu a quebra do monopólio público dos serviços de telecomunicações, autorizando, mediante concessão ou permissão, a exploração dos serviços por empresas privadas. Entre 1995 e 1998, ano da privatização, as empresas estatais de telecomunicações foram aglutinadas em três empresas regionais (Telesp, Tele Centro-Sul e Tele Norte/Nordeste/Leste), assim como foram instituídas oito operadoras regionais de telefonia móvel celular e a Embratel, que ficou encarregada dos serviços de longa distância (WOHLERS, 1999:58-59).

Após a desregulamentação e a privatização do setor, as telecomunicações, no Brasil, passaram por um amplo processo de modernização tecnológica. Os antigos sistemas analógicos de transmissão foram substituídos por sistemas digitais, possibilitando a transmissão de maior quantidade de informação em um menor espaço de tempo. Portanto, a digitalização das plantas operacionais possibilitou a expansão do acesso e a oferta de novos serviços, como transmissão eletrônica de voz, conexões por redes de banda larga, envio de arquivos contendo sons, imagens e textos, entre outros (LARANGEIRA, 2001).

No período pós-privatização, o acesso aos serviços de telefonia móvel celular foi o que mais cresceu. Como é possível observar na **Figura 2**, o mercado de telefonia fixa atingiu seu ápice de expansão no ano de 2002, mantendo uma tendência que oscilou entre a estagnação e o crescimento moderado até o ano de 2008. Em contrapartida, o mercado de telefonia celular logrou índices acentuados de crescimento entre os anos de 1998 e 2008. Ademais, entre os anos de 2002 e 2004, o número de linhas móveis ultrapassou o número de telefones fixos instalados, dando novos contornos ao mercado de telecomunicações no Brasil.

Além dos aspectos que condicionam a demanda por serviço de telefonia móvel, como a facilidade de comunicação em deslocamento, a possibilidade de enviar mensagens SMS²⁶ e os serviços convergentes que o aparelho celular possibilita, como câmera fotográfica digital, rádio, reproduzidor de música, condicionaram a expansão do acesso ao serviço os subsídios oferecidos pelas operadoras para a compra do aparelho, bem como a possibilidade de acesso a planos pré-pagos.

A telefonia móvel também contribuiu para que a teledensidade no Brasil atingisse o patamar de aproximadamente uma linha telefônica por habitante. Levando-se em consideração o período posterior à privatização, a teledensidade no país passou de 16,8, em 1998, para 99,4 acessos por 100 habitantes, em 2008, o que representa um incremento de 82,6 acessos por habitantes em dez anos.

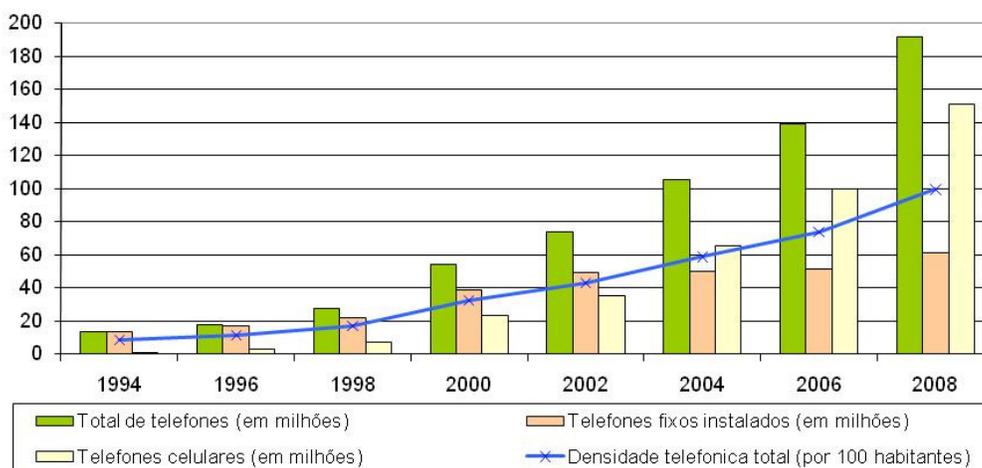


Figura 2 – Total de telefones, telefones fixos instalados, telefones celulares e densidade telefônica total, no Brasil (anos seleccionados).

Fonte: Anatel

Outro dado que merece destaque é o que relaciona a receita operacional líquida do setor à produtividade por trabalhador, conforme mostra a **Figura 3**. Dados disponibilizados pela pesquisa anual de serviços, do IBGE, indicam que a receita operacional líquida do setor obteve crescimento relativamente constante entre os anos de 2000 e 2007. Contudo, a produtividade por trabalhador no setor, que apresentou crescimento entre os anos de 2000 e 2003, tendeu à estagnação entre os anos de 2004 e 2007. Grande parte da explicação desse

²⁶ SMS é a sigla em língua inglesa de “Short Message Service” (em português “Serviço de Mensagem Curta”).

fenômeno reside na importância do ano de 2003 para o mercado das telecomunicações, no período pós-privatização. Em 2003, ocorreu o primeiro movimento de liberalização do mercado de telecomunicações no Brasil. Nesse ano, as empresas que cumpriram o Plano Geral de Metas de Universalização – (PGMU), elaborado pela agência que regulamenta o setor²⁷, foram liberadas do conjunto de restrições impostas quando da privatização, permitindo ampliar sua área de abrangência, bem como a carteira de produtos disponibilizados aos clientes.

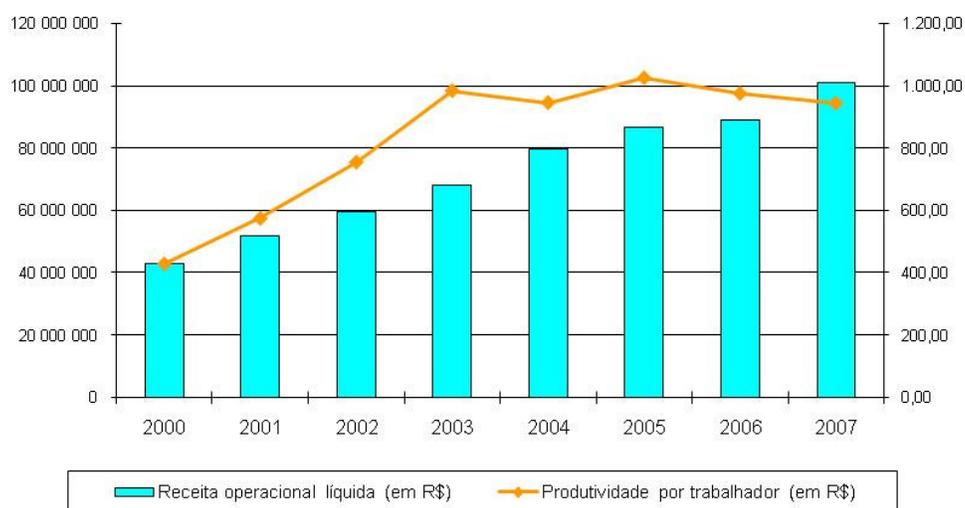


Figura 3 – Receita operacional líquida e produtividade por trabalhador, setor de telecomunicações, 2000 – 2007.

Fonte: IBGE – Pesquisa Anual de Serviços, diversos anos.

O ano de 2003 foi um marco para o setor de telecomunicações, no Brasil, pois surgiu naquele ano um segundo momento para o mercado no período pós-privatização, devido ao aumento na concorrência entre as empresas do setor. O aumento da concorrência inter-empresarial no setor tende a valorizar determinados perfis sócio-ocupacionais, sobretudo os que possuem qualificações imprescindíveis para o desenvolvimento dos negócios. Tal processo pode, por exemplo, acarretar em valorização salarial de empregados com formação técnica em áreas estratégicas, devido à disputa por esses profissionais no mercado de trabalho. Todavia, no que concerne às influências da liberalização sobre o mercado de trabalho do

²⁷ Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

setor, são ainda necessários estudos que analisem as supostas mudanças nos contornos gerais do mercado de trabalho das telecomunicações, após 2003.

Por outro lado, a privatização do antigo monopólio estatal das telecomunicações, juntamente com as mudanças tecnológicas, contribuíram para a modificação da estrutura ocupacional interna ao setor. Ocupações foram eliminadas e criadas, assim como outras reduziram ou aumentaram sua participação relativa na composição do emprego. Do mesmo modo, outras ocupações tiveram seu conteúdo alterado, redefinindo o conjunto de qualificações e competências necessárias à execução do trabalho. Em relação à base tecnológica, houve a substituição de soluções técnicas, relativas à engenharia, por soluções em tecnologias de informação, que demandam competências de caráter abstrato, aspecto que contribuiu para o surgimento de uma força de trabalho de perfil sócio-ocupacional distinto ao predominante no período anterior à privatização (GUIMARÃES, 2006).

A **Tabela 1** apresenta as ocupações que mais perderam postos de trabalho nos primeiros anos pós-privatização. A análise dos dados obtidos na base de dados RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego, indica que atividades profissionais vinculadas ao antigo paradigma tecnológico das telecomunicações, tais como as desenvolvidas por engenheiros, eletricitas eletrônicos, telefonistas e outras atividades técnicas, assim como trabalhadores em serviços administrativos, economistas e agentes da administração pública, apresentaram as maiores perdas percentuais de postos de trabalho entre os anos de 1996 e 2002.

Tabela 1 – Evolução das sete categorias ocupacionais que mais perderam postos de trabalho entre os anos de 1996-2002, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações.

Categoria ocupacional	Ano		Variação (%)
	1996	2002	
Agentes de administração pública	12343	10971	- 11,11
Engenheiros arquitetos e trabalhadores assemelhados	6791	5610	- 17,39
Economistas e técnicos de administração	6146	5040	- 17,99
Telefonistas, telegrafistas e trabalhadores assemelhados	12540	9758	- 22,18
Trabalhadores em serviços administrativos	15199	10770	- 29,14
Eletricitas eletrônicos e trabalhadores assemelhados	17495	9645	- 44,87
Técnicos, desenhistas técnicos e trab. assemelhados	28284	15318	- 45,84

Fonte: RAIS/MTE - CBO

A explicação para a redução de empregos nas referidas categorias ocupacionais origina-se na reestruturação tecnológica e gerencial das telecomunicações no período pós-privatização, quando havia a necessidade de tornar a mão-de-obra capaz de lidar com a nova realidade que surgia no setor.

Por outro lado, as ocupações que mais cresceram percentualmente em postos de trabalho estão relacionadas às atividades de vendas, profissionais das ciências e cargos de direção, gerência e chefia. A segmentação de serviços prestados por uma mesma empresa e a concorrência entre empresas prestadoras de serviços de mesma natureza, seja na telefonia fixa, móvel ou transmissão de dados, fomentaram o surgimento de novos postos de trabalho no topo da estrutura ocupacional, tendo em vista enfrentar os desafios impostos pela reestruturação tecnológica e gerencial.

Tabela 2 - Evolução das sete categorias ocupacionais que mais cresceram entre os anos de 1996-2002, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações.

Categoria ocupacional	Ano		Variação (%)
	1996	2002	
Diretores de empresa	189	527	+ 178,80
Chefes intermediários administrativo de contabilidade e finanças	689	1997	+ 189,84
Supervisores de compras e de vendas, compradores	438	2650	+ 505,02
Profissionais da ciência	404	2704	+ 570,30
Trabalhadores de serviços de contabilidade	895	7070	+ 689,94
Vendedores e empregados de comercio	298	2370	+ 695,53
Gerentes de empresa	758	6658	+ 778,34

Fonte: RAIS/MTE - CBO

As mudanças acima referidas, na estrutura ocupacional do setor, foram acompanhadas por mudanças no perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores. A seguir, são apresentados os dados relativos ao perfil sócio-ocupacional da força de trabalho no período pós-privatização.

3.2. Mudanças no perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores

No primeiro período pós-privatização – de 1998 a 2002 - foi possível observar o aumento do contingente feminino na composição do emprego no setor de telecomunicações. Em 2002, as mulheres passaram a representar 42% da força de trabalho do setor, reduzindo a diferença entre os sexos na composição do emprego. Entretanto, em 2003, a participação masculina voltou a crescer, visto que muitas empresas promoveram a redução do quadro de pessoal, ao alcançarem as metas de universalização no segmento de telefonia fixa. Percebe-se que nesse processo as mulheres foram as mais afetadas negativamente. Em 2004 e 2005, a diferença entre os sexos na composição do emprego retornou ao patamar de 2002, com participação das mulheres correspondendo a 41% do emprego no setor, mas em 2006 voltou a aumentar.

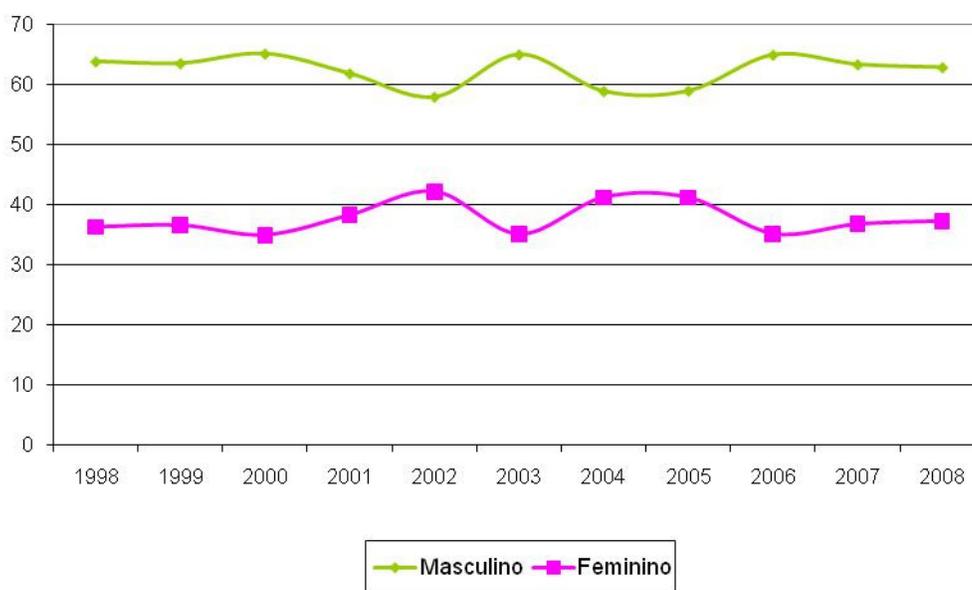


Figura 4 – Distribuição dos empregados no setor de telecomunicações, segundo o sexo, 1998 - 2008²⁸.

Fonte: RAIS/MTE, diversos anos.

A **Figura 5** apresenta a variação do emprego no setor de telecomunicações no período pós-privatização, bem como o percentual dos serviços administrativos na composição dos postos de trabalho e o percentual de mulheres nos serviços administrativos. O setor de

²⁸ Os gráficos relativos ao perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores não apresentam dados dos anos recentes (2009 e 2010), visto que a confecção dos CD-ROM's utilizados no estudo, realizada pelo MTE, ocorreu em meados de 2009. Como o estudo examina as trajetórias ocupacionais no período de 1998 a 2007, a ausência de dados dos anos de 2009 e 2010 não acarretou em prejuízo analítico.

telecomunicações vivenciou um significativo crescimento do emprego entre 1998 e 2002. Diversos aspectos contribuíram para o crescimento do emprego no período: diversificação do mercado; surgimento de novas empresas e desenvolvimento de novos produtos; necessidade das empresas em atingir as metas de universalização impostas pela Anatel. Em 2003, prazo final para que as empresas cumprissem as metas impostas pela agência reguladora do setor, houve uma queda significativa no emprego do setor.

A diminuição de postos de trabalho foi especialmente significativa nos serviços administrativos, como demonstra a linha de cor laranja na **Figura 5**. A participação dos serviços administrativos, que se encontrava próxima dos 40% até 2002, diminuiu para aproximadamente 28%, em 2003. Essa queda é revertida em 2004, quando a participação dos serviços administrativos no emprego retorna ao patamar dos 40%, até 2005, caindo novamente em 2006 e mantendo-se até 2008.

Por outro lado, a **Figura 5** também apresenta o predomínio das mulheres nos serviços administrativos. O percentual de participação das mulheres nesse segmento nunca é inferior a 59%, nos anos selecionados. Como a redução no número de postos de trabalho no setor, em 2003, foi mais intensa no segmento de serviços administrativos, as mulheres foram mais afetadas por essa redução. Tais dados indicam o motivo da inversão de tendência de diminuição na diferença entre os sexos na composição do emprego. Se até 2002, os dados sugeriam que o setor atingiria nos anos seguintes uma divisão equilibrada dos postos de trabalho entre homens e mulheres, a partir de 2003, com a diminuição dos postos de trabalho em serviços administrativos, houve um retorno aos patamares de desigualdade de 1998.

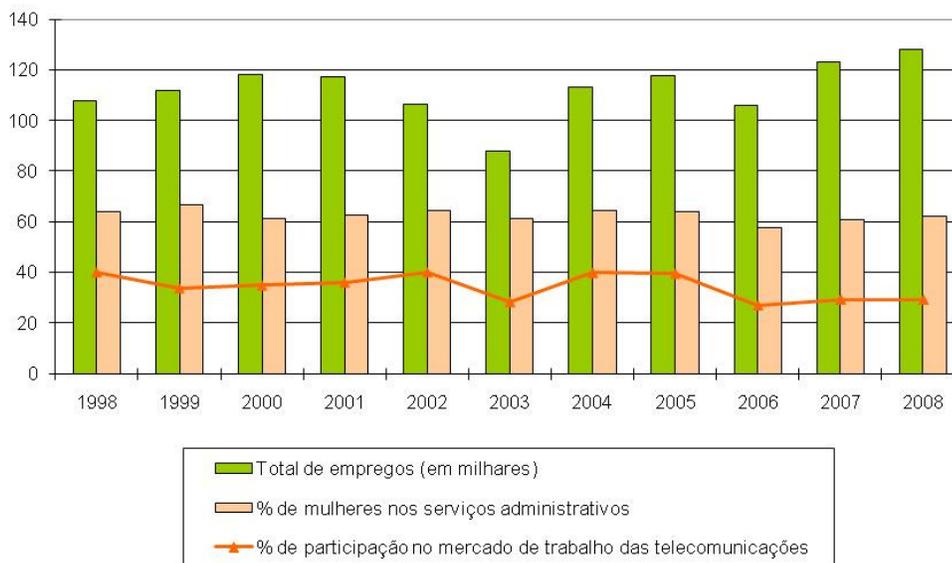


Figura 5 – Número de empregos, participação percentual dos serviços administrativos no mercado de trabalho das telecomunicações e o percentual das mulheres nos serviços administrativos²⁹, 1998 - 2008.

Fonte: RAIS/MTE, diversos anos.

Apesar de apresentar variações no decorrer do período, a idade dos trabalhadores do setor de telecomunicações, expressa em faixas etárias na **Figura 6**, diminuiu de modo significativo no período pós-privatização. A faixa etária que apresentou o maior declínio de participação relativa foi a que congrega trabalhadores de idade entre 40 e 49 anos. A faixa etária que abrange os trabalhadores de idade entre 25 e 29 anos cresceu até o ano de 2003, quando atingiu certa estabilidade até o ano de 2008. Observa-se também que a faixa etária que abarca os trabalhadores mais jovens foi a que sofreu maior redução no ano de 2003, que, conforme referido anteriormente, apresentou queda no número de trabalhadores empregados no setor. Tais dados sugerem que os jovens, assim como as mulheres, foram fortemente afetados nos ajustes realizados pelas empresas em face do cumprimento das metas de universalização dos serviços.

²⁹ Segundo o grande grupo de ocupação da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Na CBO95 é denominado “Grande grupo 3 – Trabalhadores em serviços administrativos e trabalhadores assemelhados”, e na CBO2002 sua denominação se altera para “Grande grupo 4 – Trabalhadores de serviços administrativos”.

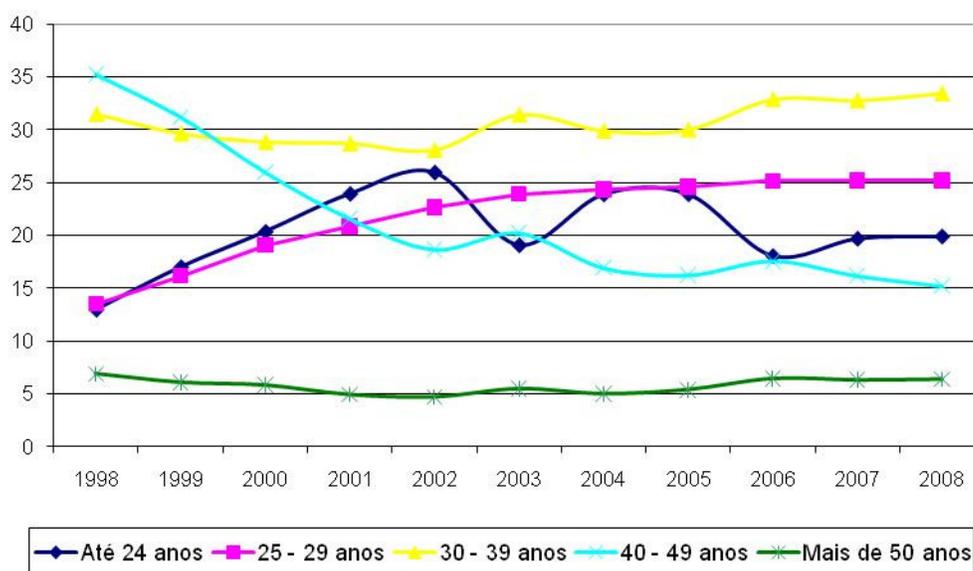


Figura 6 – Distribuição dos empregados no setor de telecomunicações, segundo a faixa etária, 1998 - 2008.

Fonte: RAIS/MTE, diversos anos.

Em termos de escolaridade, é possível observar o crescimento do percentual de trabalhadores com curso superior no setor de telecomunicações. A partir de 2003, os trabalhadores com ensino superior completo e incompleto somados passaram a representar mais de 50% da força de trabalho do setor. Esse aumento veio acompanhado da diminuição dos percentuais de trabalhadores com escolaridade menor que o ensino médio completo. Muitos dos trabalhadores que possuíam baixa escolarização eram remanescentes do antigo monopólio estatal e foram demitidos nos primeiros anos após a privatização do setor de telecomunicações. Devido à mudança tecnológica e gerencial do setor, ocupações que demandavam níveis mais elevados de escolaridade foram criadas, contribuindo para o aumento dos níveis gerais de escolaridade no setor.

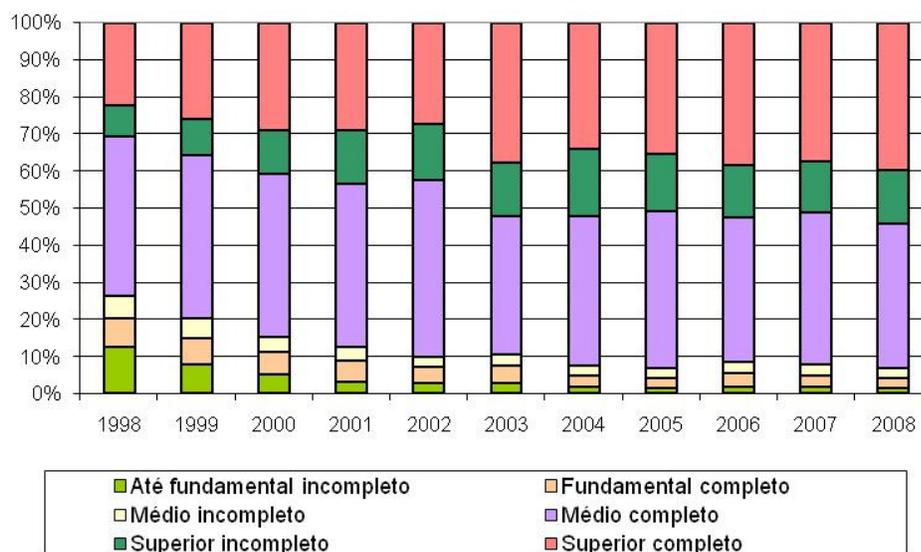


Figura 7 – Distribuição dos empregados no setor de telecomunicações, segundo a faixa de escolaridade, 1998 - 2008.

Fonte: RAIS/MTE, diversos anos.

Paradoxalmente, o aumento dos níveis gerais de escolaridade não foi acompanhado por aumento do rendimento médio dos trabalhadores. A faixa salarial mais elevada, que representa as remunerações superiores a quinze salários mínimos sofreu uma redução progressiva no período pós-privatização. Processo inverso pode ser observado entre as remunerações de até quatro salários mínimos, que abrangiam apenas 16% das remunerações em 1998 e passaram a abarcar 50% dos salários pagos no setor de telecomunicações em 2008. No mesmo período, as faixas intermediárias de remuneração também sofreram uma significativa redução, visto que os rendimentos entre quatro e quinze salários mínimos representavam 53% da remuneração em 1998 e dez anos depois passaram a representar 37%.

Assim como no caso do crescimento do número de jovens, a redução dos níveis gerais de remuneração pode ser explicada devido à demissão de trabalhadores oriundos do antigo monopólio estatal das telecomunicações nos primeiros anos pós-privatizações. Por outro lado, como o salário mínimo foi escolhido como indicador para avaliar a variação salarial, cabe destacar que o mesmo, no Brasil, passou por um processo de valorização real nos últimos

anos, sobretudo a partir do ano de 2002, fato que pode ter influência sobre os números encontrados³⁰.

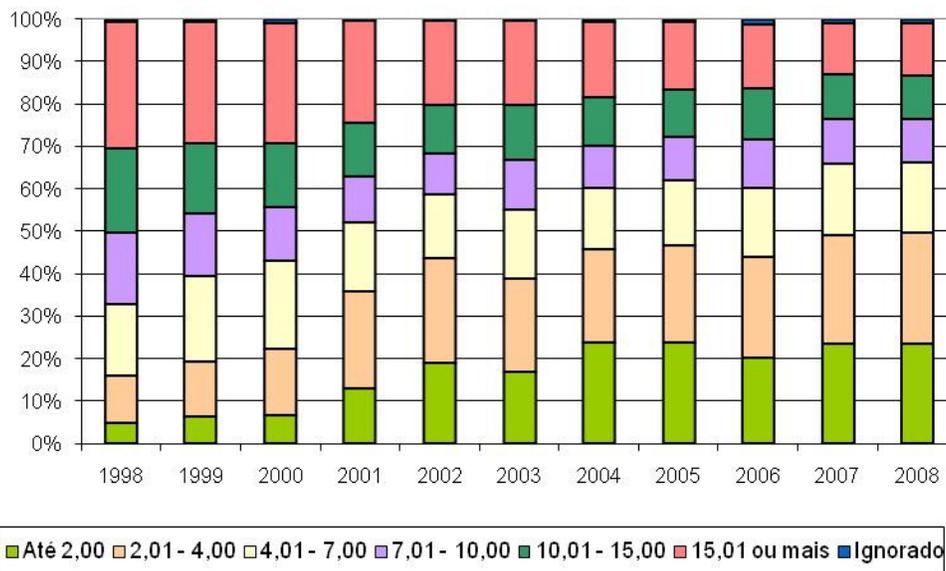


Figura 8 – Distribuição dos empregados no setor de telecomunicações, segundo a faixa salarial, 1998 – 2008 (em salários mínimos).

Fonte: RAIS/MTE, diversos anos.

Assim como a remuneração, o tempo de emprego da força do trabalho também sofreu uma considerável redução ao longo do período pós-privatização. A faixa de tempo de emprego superior a 120 meses reduziu sua participação na composição do emprego de 47%, em 1998, para apenas 5%, em 2008. Paralelamente, houve o crescimento das faixas de tempo de emprego que congregam trabalhadores com até 24 meses de emprego, visto que as mesmas alcançaram conjuntamente o percentual de 60% da força de trabalho, no ano de 2000, e desse modo se mantiveram até 2008.

A redução do tempo de emprego no setor de telecomunicações pós-privatização se vincula ao contingente de remanescentes do antigo monopólio estatal que foram demitidos nos primeiros anos analisados. É possível afirmar que aspectos como a reestruturação gerencial, o ingresso de trabalhadores jovens, a mudança da estrutura ocupacional, e a diminuição do tempo de emprego dos trabalhadores, encontram-se fortemente articulados nas

³⁰ Entre os anos de 2002 e 2008 o salário mínimo sofreu valorização de 107,5%, enquanto a inflação acumulada do período foi de 59,6%. Cabe destacar que o índice de inflação é utilizado como base para as negociações dos reajustes salariais de diversas categorias de trabalhadores.

mudanças por que passou o perfil dos trabalhadores do setor de telecomunicações no período pós-privatização.

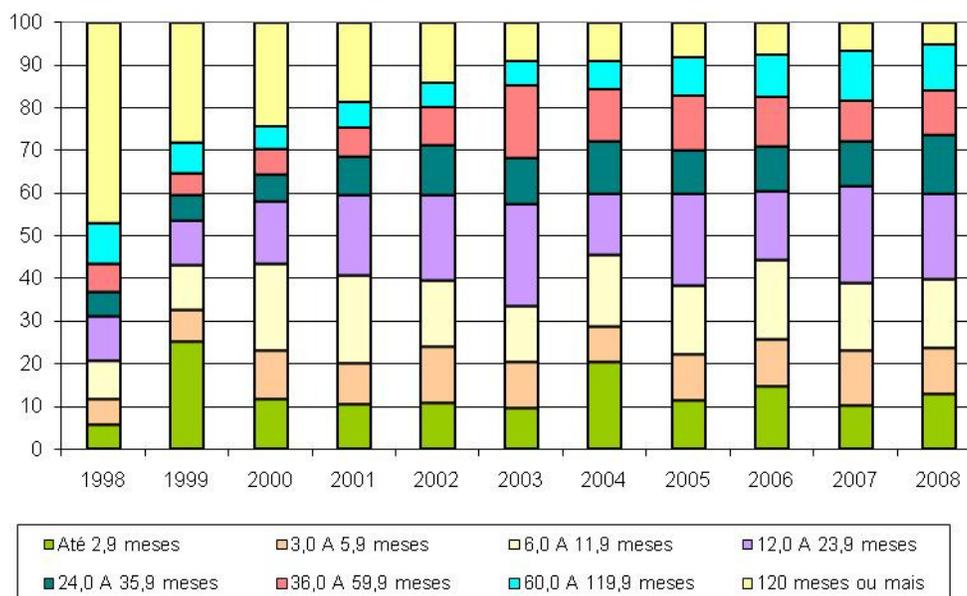


Figura 9 – Distribuição dos empregados no setor de telecomunicações, segundo a faixa de tempo de emprego, 1998 – 2008.

Fonte: RAIS/MTE, diversos anos.

Outro indicador importante para descrever o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores é o que diz respeito ao tamanho da empresa no qual eles predominantemente exercem suas atividades. Como expresso na **Figura 10**, as empresas de grande porte empregavam a maior parte da força de trabalho do setor. As empresas de menor porte, (com até 99 empregados) não superaram os 30% de participação na composição do emprego, em qualquer dos anos selecionados. As variações encontradas sugerem certa estabilidade na participação de cada faixa de tamanho do estabelecimento na composição do emprego. Ademais, é importante mencionar que o emprego predominante, em empresas de grande porte que oferecem planos de carreira, parece não ter contribuído para o crescimento do tempo médio de emprego no setor, visto que o mesmo declinou ao longo da década analisada. Isso se explica em razão do processo de privatização ter envolvido especialmente as grandes empresas do setor, que possuíam o monopólio dos serviços de telecomunicações.

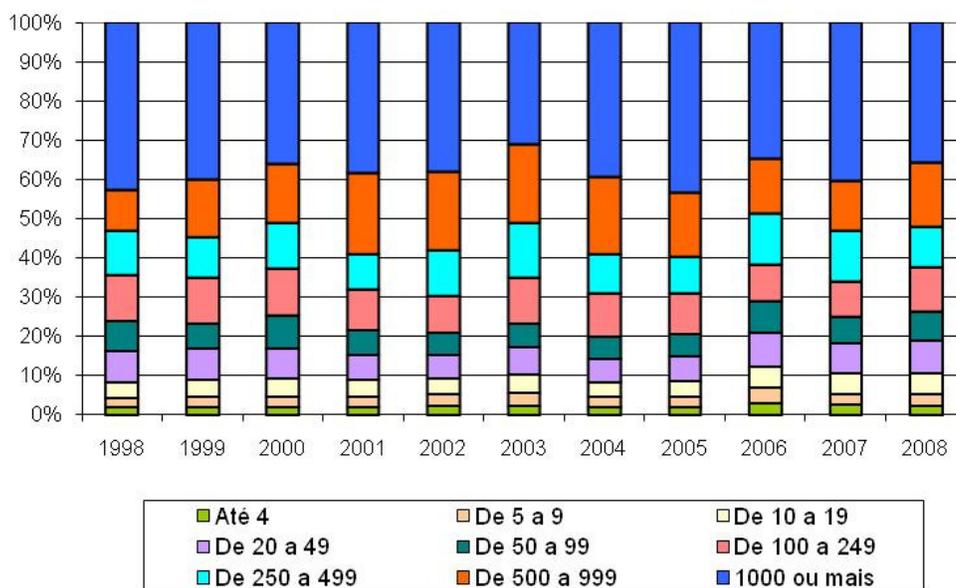


Figura 10 – Distribuição dos empregados no setor de telecomunicações, segundo a faixa de tamanho do estabelecimento, 1998 - 2008.

Fonte: RAIS/MTE, diversos anos.

Do mesmo modo, procurou-se saber a participação de cada Região geográfica do País na composição do emprego. A Região Sudeste, por ser a mais populosa, reúne a maioria dos trabalhadores do setor. No período pós-privatização, a região aumentou sua participação relativa no conjunto do emprego, passando de 56%, em 1998, para 66%, em 2008. Cabe ressaltar que grande parte das principais empresas do Brasil possui sede nos estados da Região Sudeste, bem como os estados que a compõe possuem forte demanda por serviços de telecomunicações. A Região Nordeste apresentou o maior índice de retração em termos da participação na composição do emprego, ao passar de 14%, em 1998, para 8% em 2008.

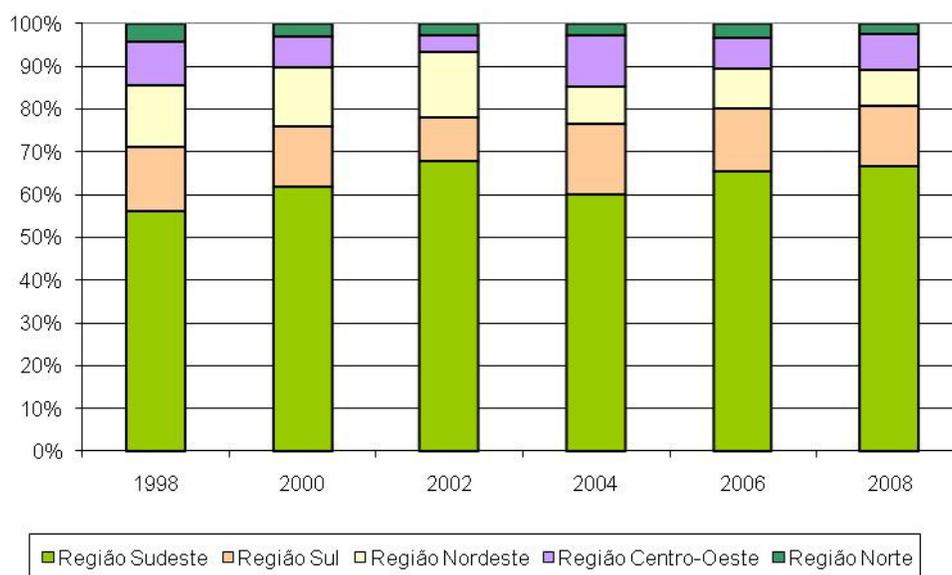


Figura 11 – Distribuição dos empregados no setor de telecomunicações, segundo a Região do Brasil, (anos selecionados).

Fonte: RAIS/MTE, diversos anos.

Ao final desse tópico, pode-se concluir que o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores do setor de telecomunicações foi profundamente alterado no período pós-privatização. A força de trabalho do setor se tornou mais jovem e mais escolarizada, ao passo que as diferenças entre os sexos na composição do emprego sofreram oscilações, mas retornaram ao patamar de 1998 ao final de 2008. Os salários médios, em salários mínimos, sofreram uma sensível redução, o tempo de emprego diminuiu, o emprego em empresas de grande porte manteve-se predominante e o Sudeste ampliou sua participação como a principal região geográfica empregadora do País.

3.3. Estudos sobre o setor de telecomunicações

Desde a privatização, o setor de telecomunicações tem sido objeto de diversos estudos, acadêmicos ou institucionais. Tais estudos abordaram as consequências da desregulamentação e da privatização do setor em suas diversas nuances, dos quais se destacam os que buscaram compreender as implicações das transformações para o mercado de trabalho do setor e para os trabalhadores nele inseridos (PROCHNIK ET AL., 2006, MOCELIN, 2006; SILVA, 2003).

Pesquisa realizada por investigadores da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro e do IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, examinou as semelhanças e diferenças entre empresas privatizadas e as que nasceram privadas, no setor de telecomunicações, no que concerne a emprego e a salários, entre os anos de 1998 e 2002. O estudo foi realizado por meio de dados coletados da RAIS, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (PROCHNIK ET AL., 2006).

Em termos salariais, o estudo constatou que nas empresas privatizadas houve maior incentivo para os trabalhadores que possuíam maior qualificação. Já nas empresas que nasceram privadas, observou-se o pagamento de adicionais salariais para trabalhadores que permaneciam por maior tempo no emprego (PROCHNIK ET AL., 2006:497).

Através da análise dos dados da RAIS, o estudo também constatou que o setor de telecomunicações, no período que compreende os anos de 1998 e 2002, apresenta intenso fluxo de desligamentos e admissões. Os autores argumentam que, nesse período, as empresas tinham como objetivo atingir as metas de universalização impostas pela Anatel e, nesse sentido, tornava-se necessária a racionalização do processo de trabalho e a alteração do perfil dos trabalhadores, não mais condizente com o predominante no período estatal (PROCHNIK ET AL., 2006:481).

Prochnik et al. enfatizam que, paralelamente ao crescimento dos índices de rotatividade da mão-de-obra, ocorreu o crescimento da participação relativa às ocupações de nível superior no conjunto do emprego, seja de natureza técnica ou administrativa (PROCHNIK ET AL., 2006:482-483).

Segundo o estudo, os trabalhadores com os mais elevados salários possuíam menores chances de permanência em ambos os tipos de empresas, sejam privatizadas ou nascidas privadas. No caso específico das operadoras privatizadas, trabalhadores com maior escolaridade tinham maiores chances de permanência no emprego, assim como o desligamento mostrou-se mais presente entre trabalhadores jovens e com menor tempo de emprego (PROCHNIK ET AL., 2006:498).

Entretanto, é possível observar certa incompatibilidade nos resultados encontrados na pesquisa, visto que, na maior parte das vezes, trabalhadores com melhor remuneração (que segundo a pesquisa tinham maior probabilidade de serem demitidos), são também os que possuem maior escolaridade (que segundo a pesquisa tinham maior probabilidade de permanecer no emprego).

Por outro lado, no contexto das mudanças recentes nas telecomunicações, os serviços de telefonia móvel celular configuram-se como um dos segmentos que mais cresceram após a privatização³¹. A ampliação do acesso aos serviços de telefonia móvel foi possibilitada tanto pelos efeitos da acentuada demanda reprimida, como pelo novo modelo de mercado, que apresenta concorrência entre as empresas desse segmento. Convém ressaltar que a significativa expansão da telefonia móvel celular levou ao surgimento de um novo mercado de trabalho, influenciado pela entrada de novas empresas prestadoras de serviços.

Estudo realizado por Mocelin (2006), sobre a qualidade do emprego nas telecomunicações, mas especialmente no segmento de telefonia móvel, apresenta dados empíricos que demonstram acentuada rotatividade da força de trabalho no setor de telecomunicações como um todo. Segundo o autor, nos primeiros anos pós-privatização os trabalhadores vivenciaram uma situação de forte mobilidade no emprego, refletindo em trajetórias marcadas pela instabilidade laboral. Mocelin argumenta que, devido às dificuldades de ascensão em uma mesma empresa, os trabalhadores tendem a buscar novas oportunidades em empresas concorrentes do atual empregador, assim como também estão sujeitos à demissão devido às pressões concorrenciais por aumento da produtividade (MOCELIN, 2006:98).

Entretanto, no que concerne exclusivamente às operadoras de telefonia móvel celular, Mocelin sustenta que é possível observar redução nos índices de rotatividade da mão-de-obra no decorrer dos anos posteriores à privatização. Segundo o autor, tal fato está relacionado à consolidação das empresas no novo mercado (MOCELIN, 2006:154).

Conforme Mocelin, a mobilidade de trabalhadores entre as operadoras de telefonia móvel celular tem sido elevada desde os primeiros anos após a desregulamentação das telecomunicações. Empresas ingressantes no mercado buscavam profissionais qualificados na concorrência, para suprir necessidades técnicas e administrativas, oferecendo, como contrapartida, salários acima dos praticados no mercado. Contudo, após meados da década de 2000, as empresas passaram a formar seus quadros internamente, tendo em vista a grande disponibilidade de mão-de-obra jovem e qualificada no mercado de trabalho (MOCELIN, 2006:160-161).

³¹ Segundo dados da Anatel, em 1998, o Brasil contava com aproximadamente 7,4 milhões de acessos instalados na telefonia celular. Em junho de 2008, esse número ultrapassava os 125 milhões de acessos instalados.

Segundo o autor, níveis de qualidade do emprego mais elevados em segmentos marcados por expansão comercial e competição, como o mercado de telefonia móvel celular, podem ser observados quando há compatibilidade entre as condições de emprego objetivamente estruturadas e as aspirações dos trabalhadores. Neste sentido, a qualidade do emprego no segmento de telefonia móvel celular somente pode ser compreendida a partir das estratégias individuais de inserção profissional dos trabalhadores: enquanto trabalhadores jovens, no início de suas trajetórias ocupacionais, percebem os seus empregos como de qualidade, relativizando aspectos como intensificação do trabalho e instabilidade, em detrimento de uma remuneração mais elevada, os trabalhadores de faixa etária mais elevada e com maior tempo de emprego percebem a sua ocupação como de menor qualidade (MOCELIN, 2006:178-179).

Sob outra perspectiva, o estudo realizado por Silva (2003), de natureza qualitativa, teve por objetivo reconstituir os percursos profissionais dos trabalhadores da Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT) que aderiram ao Plano de Desligamento Voluntário (PDV), no ano de 1996. O estudo examinou a trajetória dos referidos trabalhadores no período que compreende os anos de 1996 e 2002.

O estudo de Silva examinou as trajetórias ocupacionais de indivíduos que exerciam ocupações específicas do setor de telecomunicações, instaladores/reparadores de redes e engenheiros. Por meio da análise de entrevistas realizadas com uma amostra de 20 trabalhadores (10 instaladores/reparadores de redes e 10 engenheiros), que aderiram ao PDV, Silva concluiu que os instaladores lograram percursos ocupacionais menos virtuosos no mercado de trabalho comparativamente aos engenheiros.

Neste sentido, Silva ressalta que a qualificação profissional apresentou-se como aspecto decisivo para o destino ocupacional dos trabalhadores, seja no próprio mercado de trabalho das telecomunicações ou fora dele. Desde que dispusessem de maior qualificação, mesmo os trabalhadores com idade mais elevada lograram trajetórias virtuosas após o desligamento voluntário (SILVA, 2003:130).

Como exemplo, Silva cita o caso dos trabalhadores que se adequaram à nova realidade tecnológica do setor: instaladores/reparadores que investiram em requalificação profissional para o manuseio de cabos de fibra óptica, assim como engenheiros com qualificação relacionada à elaboração de projeto, tenderam a percorrer trajetória mais virtuosa do que os trabalhadores que não investiram em qualificação. Contudo, Silva destaca que outros aspectos também influenciaram positivamente as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores, como: o

papel da família, entendida nesse caso como suporte social no momento de ruptura do contrato de emprego; e as redes de contatos pessoais dentro do mercado de trabalho das telecomunicações (SILVA, 2003:131).

Portanto, segundo Silva, a possibilidade de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações decorreu, por um lado, de aspectos estruturais, derivados das mudanças institucionais ocorridas no setor e da consequente mudança na base tecnológica sob a qual o trabalho é realizado, bem como, por outro, da capacidade dos indivíduos em se adequar a essa nova realidade, por meio de ações como a realização de cursos de requalificação, ou ainda, sustentados por suportes familiares ou de redes de relações pessoais.

Apesar da qualidade dos estudos realizados até o presente momento sobre o mercado de trabalho do setor de telecomunicações, considera-se que são necessários estudos que se proponham a analisar de maneira mais pormenorizada os perfis sócio-ocupacionais dos trabalhadores. Ademais, a utilização de estratégias metodológicas que permitam a inferência dos resultados obtidos para o universo do setor permite aprofundar a compreensão das transformações que ocorreram na última década.

Portanto, estudos sobre as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores do setor de telecomunicações, no período pós-privatização, são de fundamental importância para o desvendamento das formas recentes de inserção e permanência no mercado de trabalho, bem como contribuem para o desenvolvimento da Sociologia do Trabalho como campo de conhecimento, tendo em vista a importância do emprego em atividades com elevado conteúdo tecnológico para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

Conclusão

Nesse capítulo, apresentou-se o panorama geral das modificações recentes no setor de telecomunicações, no exterior e, especialmente, no Brasil. O setor de telecomunicações do País, que até meados da década de 1990 encontrava-se sob controle estatal, passou por mudanças institucionais, tecnológicas e gerenciais profundas, que alteraram seus contornos de

modo indelével. Nesse contexto, a privatização do setor,³² juntamente com as mudanças tecnológicas, se situam como marcos das mudanças.

No que concerne ao período pós-privatização, constatou-se que o mesmo encontra-se dividido em duas fases: a) o primeiro período, que vai de 1998 até 2003, no qual os efeitos da reestruturação estavam fortemente presentes; e b) o segundo período pós-privatização, que teve início em 2003, ano da liberalização do mercado, e foi caracterizado pelo aumento da concorrência entre as empresas do setor. Tal divisão passa a ser incorporada ao modelo de análise daqui por diante, visto que permitirá a comparação de dois períodos diferentes que se situam no interior de um mesmo espaço temporal.

Em relação ao perfil sócio-ocupacional predominante no setor de telecomunicações pós-privatização, constatou-se o rejuvenescimento da força de trabalho do setor, bem como o aumento expressivo do percentual de trabalhadores com ensino superior. Por outro lado, os salários e o tempo de emprego sofreram uma sensível redução ao passar dos anos. De todo modo, a análise dos dados da base RAIS permitiu compor um primeiro quadro sobre o perfil dos trabalhadores que estiveram empregados nas telecomunicações durante o período investigado. Contudo, mantém-se a indagação sobre os seus percursos ocupacionais, que será objeto de análise nos próximos dois capítulos.

Por outro lado, cabe ressaltar novamente que o presente estudo pretende contribuir para que seja conhecida a influência das variáveis relativas ao perfil sócio-ocupacional sobre a probabilidade de o trabalhador percorrer trajetórias ocupacionais com níveis mais ou menos elevados de segurança no mercado de trabalho. Nesse sentido, esse estudo se distingue dos estudos realizados por Prochnik et al. (2006) e Silva (2003) por incorporar variáveis relativas ao perfil do trabalhador como principal fator diferenciador das trajetórias ocupacionais. Ademais, o período a ser estudado, entre os anos de 1998 e 2007, é mais abrangente do que o analisado tanto por Prochnik et al., como por Silva, permitindo compor um quadro mais amplo acerca da influência das variáveis em questão sobre as trajetórias dos trabalhadores.

Desse modo, considera-se que é necessário constatar a quais perfis sócio-ocupacionais se referem os resultados obtidos, visando esclarecer em que medida variáveis como remuneração e escolaridade, centrais no estudo de Prochnik et al., bem como as demais, condicionam maiores ou menores chances de permanência no emprego.

³² O estudo não tem como objetivo fortalecer posições favoráveis ou contrárias ao processo de privatização do setor. Por outro lado, o estudo também não se arroga neutro com relação à privatização, mas, antes de tudo, tomada-a como um dado de pesquisa.

CAPÍTULO IV

Trajetórias ocupacionais no primeiro período pós-privatização (1998 – 2002)

Esse capítulo apresenta a análise das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores do setor de telecomunicações no primeiro período pós-privatização. Para tanto, foram selecionados os trabalhadores com vínculo empregatício no setor de telecomunicações no ano de 1998 (*coorte* de 1998). Interessa saber que tipos de trajetórias ocupacionais percorreram tais trabalhadores, entre os anos de 1998 e 2002, segundo as características que compõem seus perfis sócio-ocupacionais. Pretende-se investigar como o perfil sócio-ocupacional do trabalhador condiciona a sua trajetória ocupacional e, conseqüentemente, a sua permanência no mercado de trabalho do setor e a sua segurança no mercado de trabalho formal como um todo.

Primeiramente, são apresentadas as estatísticas descritivas das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores do setor de telecomunicações, segundo seu perfil sócio-ocupacional. Tal empreendimento foi realizado por meio da análise de dados populacionais da coorte de 1998 de todos os empregados no setor de telecomunicações neste ano. Os dados são provenientes da base RAIS Migra, do MTE. Posteriormente, foi empreendida regressão logística na população da coorte em estudo, de modo a identificar, segundo o perfil sócio-ocupacional do trabalhador, quais as chances comparadas de:

- Permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações;
- Permanência no mercado de trabalho formal como um todo.

Tais procedimentos estatísticos foram acompanhados da reconstituição da trajetória do setor de telecomunicações ao longo dos primeiros anos após a sua privatização.

4.1. O primeiro período pós-privatização e as trajetórias dos trabalhadores

Os primeiros anos após a privatização do monopólio estatal do setor de telecomunicações foram marcados pela implementação da política nacional de telecomunicações, definida na Lei 9.472 - Lei Geral de Telecomunicações (LGT), e promulgada em 16 de julho de 1997. Tal legislação alterou a estrutura do mercado de telecomunicações no Brasil, mediante a privatização do monopólio estatal sobre a exploração dos serviços. Em termos gerais, a privatização do setor de telecomunicações fundamentava-se em dois princípios: a) introdução da competição no âmbito da exploração dos serviços; b) universalização dos serviços básicos, como a telefonia fixa e a telefonia móvel celular.

Segundo a proposta política que resultou na LGT, a reestruturação do setor de telecomunicações fortaleceria o papel regulador do estado brasileiro sobre os serviços, ao mesmo tempo em que eliminaria seu papel de empresário. Outro aspecto considerado fundamental naquele momento era o aumento da oferta de serviços de telecomunicações para todas as camadas da população, mediante a universalização dos serviços e práticas tarifárias consideradas mais justas, visto que, antes da privatização, a Telebrás adotava política de subsídios cruzados, o que favorecia os pequenos usuários. Havia também a preocupação em elevar os padrões de qualidade na prestação dos serviços de telecomunicações, considerados insuficientes de acordo com critérios internacionais.

No âmbito da política econômica do governo vigente à época, ressaltava-se também a necessidade de atrair investimentos externos ao País, de modo a estimular a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, o governo sustentava a necessidade de preparar as estatais brasileiras de telecomunicações para a privatização, tornando-as atraentes aos futuros possíveis compradores, na mesma medida em que se tratava de maximizar seus valores de venda.

No contexto da discussão sobre a privatização do setor de telecomunicações, no Brasil, a discussão sobre os direitos trabalhistas dos servidores públicos foi realizada de modo relativamente discreto. A LGT, por exemplo, não incorporou o tema em seu Livro IV, que tratou da reestruturação e da privatização das empresas federais de telecomunicações³³. Por seu turno, o governo federal, já em 1997, havia promulgado a Lei 9.468, que instituiu o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) no poder executivo federal. Tal programa visava a enxugar o quadro de pessoal das empresas que seriam objeto de privatização, dentre as quais as telecomunicações.

Apesar da grande abrangência do PDV no período, não existem dados quantitativos disponíveis que comprovem a influência do programa nas demissões do setor de telecomunicações. Contudo, todas as estatais do Sistema Telebrás realizaram programas semelhantes ao proposto para os trabalhadores do serviço público federal. Algumas empresas iniciaram tal processo de modo antecipado, como foi o caso da Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT) que, em meados do ano de 1996, disponibilizou um primeiro PDV.

Se o PDV foi uma prática largamente utilizada no período anterior à privatização, nos primeiros anos pós-privatização diversas empresas privadas do setor de telecomunicações, vencedoras das concorrências públicas, mantiveram programas semelhantes, dessa feita como Programas de Desligamento Incentivado (PDI).

Nesse período, já não havia pressão por tornar as empresas atrativas para a privatização, mas sim, preparadas para atuar em mercados concorrenciais. Outro aspecto que influenciou o amplo processo de reestruturação do setor de telecomunicações pós-privatização foi o Decreto Presidencial 2.592, de 15 de maio de 1998, que instituiu o Plano Geral de Metas para a Universalização³⁴ do Serviço Telefônico Fixo (PGMU). Segundo o PGMU, até o ano de 2003, todas as cidades com mais de seiscentos mil habitantes deveriam ter acesso à telefonia fixa individual e o prazo de instalação dos terminais não poderia exceder duas semanas, a contar da data da solicitação.

Como contrapartida, após 31 de dezembro de 2003, as empresas poderiam solicitar autorização para atuação fora da sua região original de concessão, bem como poderiam

³³ Na LGT, a única referência aos trabalhadores do setor de telecomunicações consta no Art. 192 do Livro IV, assegurando que: “Na desestatização das empresas a que se refere o art. 187, parte das ações poderá ser reservada a seus empregados e ex-empregados aposentados, a preços e condições privilegiados, inclusive com a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS”.

³⁴ O Decreto entende por universalização “o direito de acesso de toda pessoa ou instituição, independentemente de sua localização e condição sócio-econômica, ao Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral, prestado no regime público” (Decreto 9.592 de 15 de maio de 1998).

pleitear a prestação de novos serviços, como telefonia móvel celular, televisão a cabo, entre outros. Em caso de antecipação das metas para 31 de dezembro de 2001, as empresas privatizadas passariam a receber autorização para prestar novos serviços já no ano de 2002.

Nesse contexto, de ampla reestruturação, ingresso no mercado concorrencial e necessidade de cumprimento de metas de universalização, passaram-se os primeiros anos pós-privatização. Não se pretende aqui retomar o quadro geral das modificações no perfil dos trabalhadores do setor de telecomunicações, visto que tal apresentação foi realizada no Capítulo III, mas, cabe destacar que nesse contexto desenvolveram-se as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores da coorte selecionada.

A **Figura 12**³⁵ apresenta a trajetória ocupacional geral dos trabalhadores do setor de telecomunicações para o ano de coorte de 1998. Os dados permitem identificar o percentual de trabalhadores que permaneceu no setor entre os anos considerados, bem como os percentuais dos que migraram para outros setores de atividade ou para fora do mercado de trabalho formal³⁶.

A análise dos dados permite constatar o intenso movimento de migração para fora do mercado de trabalho do setor de telecomunicações neste período. Os elevados percentuais de trabalhadores que migram do setor de telecomunicações para outros setores ou para fora do mercado de trabalho formal relacionam-se fortemente com a reestruturação tecnológica e gerencial vivenciada no período. Naquele contexto, evidencia-se intenso fluxo de demissões e admissões de trabalhadores, devido à realidade de competição e inovação que passou a caracterizar o setor de telecomunicações. Considerando o ano de 2002 como o final da trajetória analisada, percebe-se que o primeiro momento pós-privatização reservou três percursos possíveis, que incorporaram de modo equilibrado os trabalhadores do ano de coorte selecionado, visto que 34,4% permaneceram no setor de telecomunicações, 32,4% migraram para outro setor de atividade e 33,2% migraram para fora do emprego formal.

³⁵ Os indicadores de permanência no setor de telecomunicações, migração para outro setor de atividade e migração para fora do mercado de trabalho formal foram organizados em gráficos de área organizados com um eixo de tempo e outro de percentual. Tal iniciativa tem como objetivo a melhor visualização das trajetórias ocupacionais ao longo do tempo. Na figura 12 e em todas as demais, relativas aos perfis sócio-ocupacionais dos trabalhadores, a área intitulada “telecomunicações” faz menção à permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, a área “fora do sistema” agrega os trabalhadores que migraram para fora do mercado de trabalho formal e as demais áreas, refletem a migração para outros setores de atividade.

³⁶ Na base de dados RAIS Migra os trabalhadores demitidos que “somem” do mercado de trabalho formal recebem o *status* de “ignorado”. A base de dados identifica que o trabalhador não mais exerce atividade no mercado de trabalho formal quando o número do seu PIS não consta nas informações enviadas pelas empresas na declaração anual.

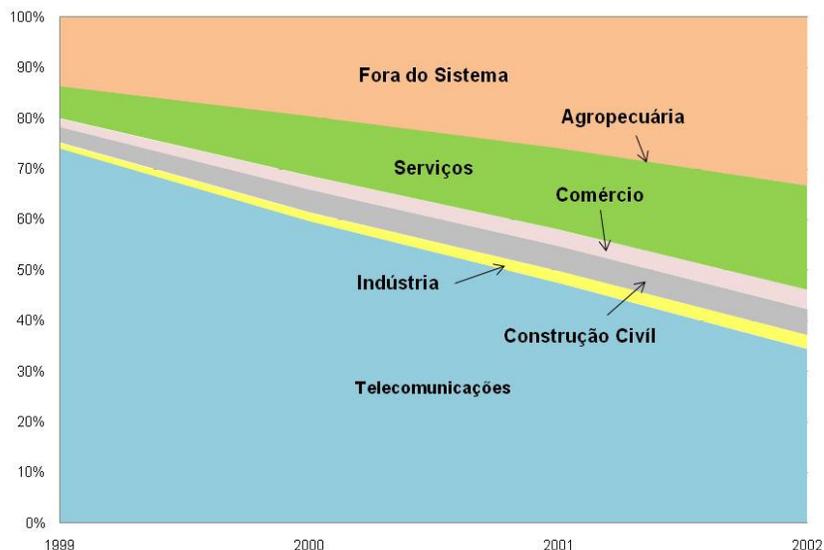


Figura 12 – Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, corte 1998.

N = 138.811

Fonte: RAIS Migra/MTE

Entre os trabalhadores que migraram para outro setor da atividade econômica, percebe-se que o destino mais recorrente foi o setor de serviços, seguido pela construção civil e o comércio ³⁷. A migração mais recorrente para os serviços explica-se pelo fato de as telecomunicações situarem-se nesse setor, possuindo estrutura ocupacional semelhante aos demais segmentos que compõem os serviços.

Apesar dos dados apresentados na **Figura 12** demonstrarem uma tendência geral para as trajetórias ocupacionais do setor de telecomunicações, considera-se que a sua contribuição para o entendimento dos percursos empregatícios dos trabalhadores se mostra limitada, na medida em que fornece somente um panorama geral que pouco esclarece sobre as nuances dos grupos sociais na composição do emprego. Por isso, a seguir realiza-se a reconstituição das trajetórias ocupacionais segundo os perfis sócio-ocupacionais dos trabalhadores, de modo a compreender que percurso cada grupo realiza majoritariamente no mercado de trabalho. Tal empreendimento permite constatar eventuais desigualdades na distribuição de segurança no mercado de trabalho, bem como identificar perfis sócio-ocupacionais socialmente mais ou menos vulneráveis.

³⁷ A migração para a Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca não apresentou percentual significativo, por isso não será apresentado nos gráficos relativos aos perfis sócio-ocupacionais específicos.

As características dos perfis sócio-ocupacionais analisados estão dispostas na **Tabela 3**, bem como seus indicadores e frequência.

Tabela 3 – Perfis sócio-ocupacionais analisados, indicadores e frequência – coorte 1998

Perfil Sócio-ocupacional	Indicadores	Frequência
Sexo	Masculino	88.542
	Feminino	50.269
Faixa etária	Até 24 anos	18.281
	25 a 29 anos	17.540
	30 a 39 anos	39.109
	40 a 49 anos	49.184
	50 anos ou mais	14.659
	Ignorado	38
Faixa de escolaridade	Até ensino fundamental completo	30.840
	Ensino médio incompleto e completo	68.833
	Ensino superior incompleto ou mais	39.028
	Ignorado	110
Faixa de tempo de emprego	Até 23,9 meses	41.785
	24 a 59,9 meses	16.616
	60 a 119,9 meses	11.568
	120 meses ou mais	68.733
	Ignorado	109
Faixa salarial	Até 2 salários mínimos	8.346
	De 2,01 a 5 salários mínimos	23.702
	De 5,01 a 10 salários mínimos	38.342
	De 10,01 a 20 salários mínimos	41.639
	20,01 salários mínimos ou mais	25.187
	Ignorado	1.595
Faixa de tamanho da empresa	Até 49 empregados	26.000
	50 a 249 empregados	25.997
	250 a 999 empregados	29.196
	1000 empregados ou mais	57.618
Região do Brasil	Norte	6.026
	Nordeste	20.366
	Sudeste	79.394
	Sul	19.482
	Centro-Oeste	13.541
	Ignorado	2
Natureza da ocupação	Ocupações específicas	47.528
	Ocupações não-específicas	87.223
	Ignorado	4.060

Fonte: RAIS Migra/MTE.

Considerando o final da trajetória analisada, observa-se que o índice de permanência no setor de telecomunicações foi superior entre os homens do que entre as mulheres. O percentual de permanência entre os homens foi de 36,3% e o das mulheres de 31,1%. De modo inverso, as mulheres estiveram mais sujeitas à migração para fora do mercado de trabalho formal, visto que 36% da mão-de-obra feminina estavam fora do sistema RAIS ao final do ano de 2002, frente a 31,6% dos homens.

Por outro lado, homens e mulheres migraram em proporções semelhantes para outros setores de atividade, respectivamente 32,1% e 32,9%. Apesar do setor de serviços ser o destino mais recorrente para homens e mulheres, ao analisar a **Figura 13** constata-se que a construção civil recebeu uma parcela significativa dos homens que migraram. De todos os trabalhadores do sexo masculino que migraram para outros setores, 22,5% tiveram a construção civil como destino, enquanto que entre as mulheres esse percentual representou somente 4,5% do total de migrações.

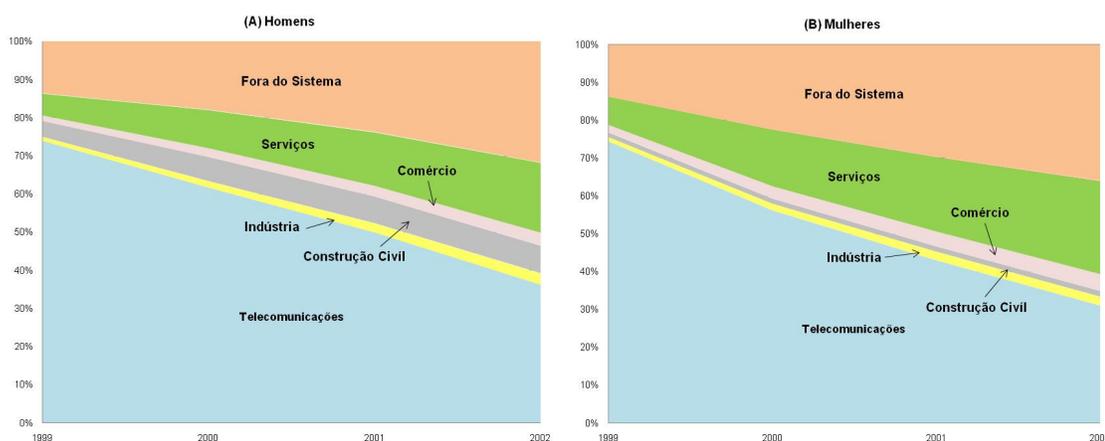


Figura 13 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por sexo - coorte 1998.

Nota: (A): N = 88.542; (B): N = 50.269

Fonte: RAIS Migra/MTE

Considerando a variável sexo na análise das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores das telecomunicações, é possível afirmar que os homens apresentaram maior índice de permanência no mercado de trabalho das telecomunicações e que as mulheres estiveram mais sujeitas a migrar para fora do mercado de trabalho formal, embora os índices de migração sejam elevados para ambos os sexos. Levando em consideração as características do período analisado, pode-se concluir que a reestruturação das telecomunicações atingiu de modo mais

negativo as mulheres, visto que elas permaneceram em menor percentual no setor e migraram em maior percentual para fora do mercado de trabalho formal.

Se homens e mulheres tiveram percursos diferentes, o mesmo pode ser dito em relação aos trabalhadores, segundo a faixa de idade, como mostra a **Figura 14**. O índice mais elevado de permanência no mercado de trabalho das telecomunicações, ao final da trajetória considerada, foi constatado entre os trabalhadores com idades na faixa dos 30 aos 39 anos (39,7%). Já os índices menos elevados de permanência são observados nos dois extremos, entre os jovens na faixa etária até 24 anos, que apresentaram índice de permanência de 24,7%, e entre os trabalhadores com 50 anos ou mais, que apresentaram índice de permanência de 24,5% ao final da trajetória considerada.

É possível supor que os motivos que levaram os jovens e os trabalhadores mais velhos a permanecer em menor percentual no mercado de trabalho das telecomunicações, comparativamente às demais faixas etárias, são diferentes. Os trabalhadores mais velhos, em grande medida, oriundos das antigas empresas estatais, estiveram mais suscetíveis aos efeitos da reestruturação do setor nos primeiros anos posteriores à privatização. Muitos não possuíam a qualificação necessária para lidar com as novas tecnologias empregadas no processo de trabalho. Os jovens com idade até 24 anos encontravam-se no início da sua vida produtiva, o que sugere maiores incertezas sobre a escolha da profissão e sobre o desejo de seguir carreira no setor. Ademais, os jovens também apresentaram os mais elevados índices de migração para outros setores de atividade ao final da trajetória considerada (52,3%).

Já os índices mais elevados de migração para fora do mercado de trabalho formal foram observados entre os trabalhadores situados nas duas faixas de idade mais elevadas. Entre os trabalhadores com 50 anos ou mais esse índice atingiu o percentual de 63,8% ao final da trajetória. Percebe-se que, já na passagem de 1998 para 1999, aproximadamente 38% dos referidos trabalhadores haviam migrado para fora do mercado de trabalho formal. Desse modo, os elevados índices encontrados sustentam a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre os condicionantes deste elevado índice de migração.

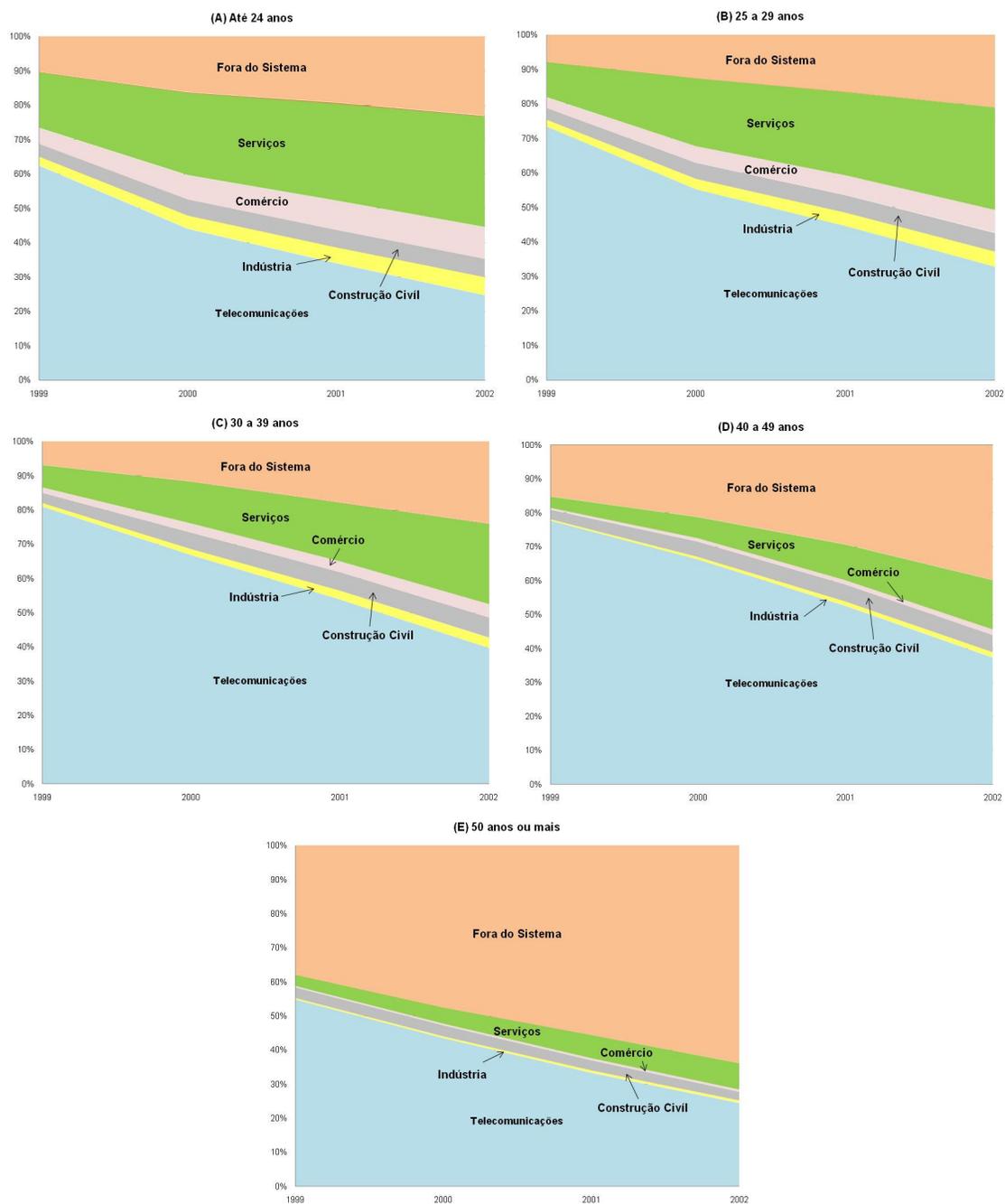


Figura 14 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa etária - coorte 1998.

Nota: (A): N = 18.281; (B): N = 17.540; (C): N = 39.109; (D): N = 49.184; (E): N = 14.659; Ignorado: N = 38.

Fonte: RAIS Migra/MTE

Nesse sentido, um primeiro passo foi consultar na Base RAIS Migra para conhecer o peso das aposentadorias na composição dos desligamentos do setor de telecomunicações no período investigado. A **Figura 15** mostra que os desligamentos por aposentadoria representaram uma parcela pequena do total de desligamentos do setor de telecomunicações. De uma população de 14.659 trabalhadores com 50 anos ou mais, somente 830 se desligaram por motivo de aposentadoria ³⁸ durante o período analisado. Os números mais expressivos foram registrados nos anos de 1998 e 1999, mesmo que tais índices representem respectivamente somente 11,4% e 5,9% dos desligamentos. Mas se as aposentadorias explicam somente uma pequena parcela da migração dos trabalhadores com 50 anos ou mais para fora do mercado de trabalho formal, que outros aspectos poderiam ter influenciado tal fato?



Figura 15 – Número total de aposentadorias e percentual de aposentadorias no total de desligamentos de trabalhadores com 50 anos ou mais (anos selecionados) – coorte 1998.
Fonte: RAIS Migra/MTE

Como já foi mencionado, a realização de Programas de Desligamento Voluntário (PDV), que foram empreendidos desde meados da década de 1990, permaneceram vigentes mesmo após a privatização do antigo monopólio estatal. Estatais como TELESP, TELERJ e CRT realizaram programas de desligamento que visavam a enxugar os quadros de pessoal das empresas, para que se tornassem atraentes à iniciativa privada. Após a privatização, empresas como a Telemar, Telefonica e Brasil Telecom, vencedoras dos leilões das estatais,

³⁸ Para a composição dos dados foram computadas somente as aposentadorias com encerramento do vínculo empregatício.

mantiveram Programas de Demissão Incentivada, mesmo que não abrangessem trabalhadores considerados estratégicos para a eficiência do negócio.

No caso específico da Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, da qual os dados encontram-se disponíveis no trabalho de Silva (2002:109), somente em 1996 aproximadamente 25% dos empregados aderiram ao PDV, totalizando 1.449 trabalhadores em números absolutos. Os incentivos oferecidos aos trabalhadores para que aderissem ao PDV incluíam pagamento dos direitos trabalhistas de praxe, como aviso prévio, 13º salário proporcional, FGTS e multa de 40% sobre o saldo do FGTS, bem como era concedida uma bonificação adicional que correspondia a 60% do salário atual para cada ano trabalhado, até o máximo de 15 anos, acrescidos de percentuais que poderiam atingir até 25% do total a ser pago, quanto antes o trabalhador decidisse pela adesão ao PDV.

Contudo, a inexistência de dados confiáveis, para todo o sistema TELEBRÁS, sobre a quantidade de trabalhadores que aderiram aos Programas de Demissão Incentivada/Voluntária dificultam a mensuração do peso deste evento no elevado percentual de trabalhadores com 50 anos ou mais que migraram para fora do mercado de trabalho formal. É possível supor também que os 24,5% de trabalhadores com 50 anos ou mais que permaneceram no setor de telecomunicações tivessem qualificações valorizadas pelas empresas que adquiriram as antigas estatais. De todo modo, mais adiante, a realização de regressões logísticas apontam para novas evidências sobre a condição ocupacional dos trabalhadores mais idosos.

A escolaridade mostrou-se um indicador relevante para explicar a permanência do trabalhador no mercado de trabalho do setor de telecomunicações ou no mercado de trabalho formal como um todo. Conforme indica a **Figura 16**, quanto mais elevada a faixa de escolaridade, maior o percentual de trabalhadores que permaneceu no mercado de trabalho das telecomunicações.

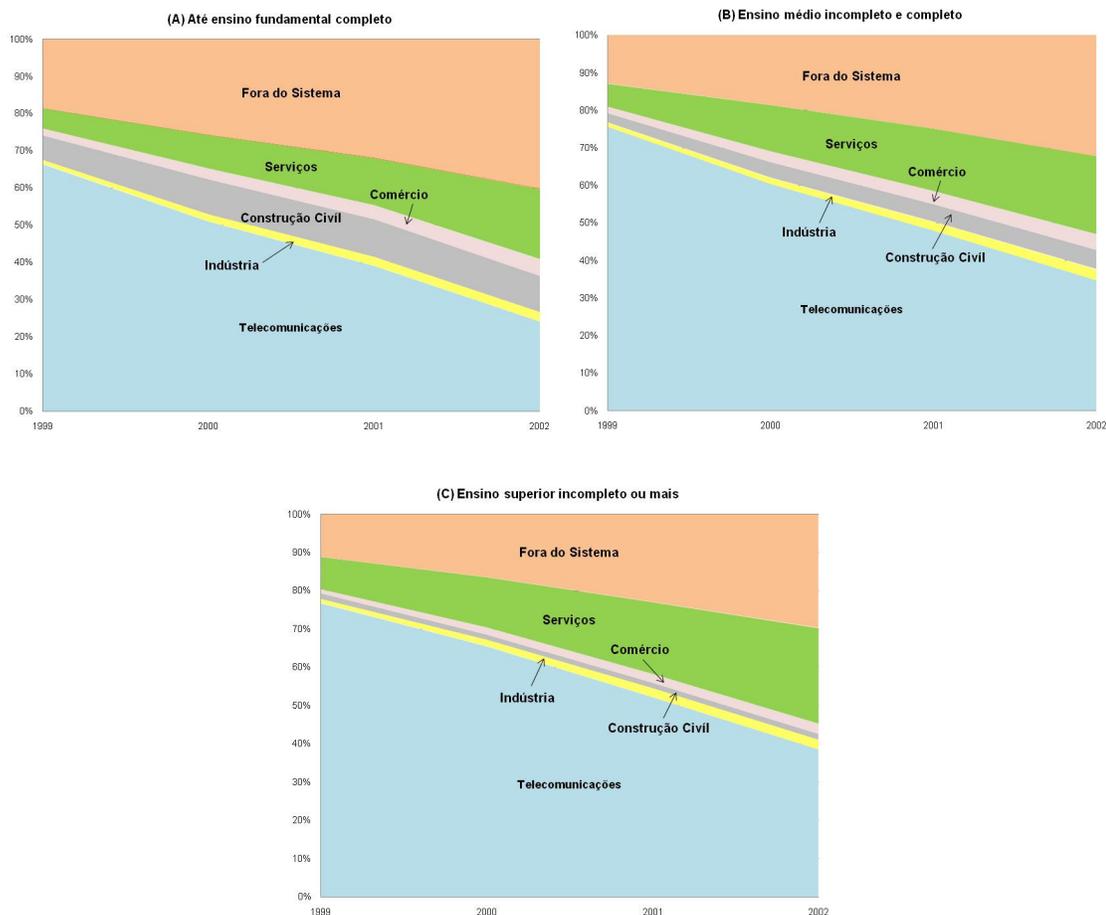


Figura 16 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa de escolaridade - coorte 1998.

Nota: (A): N = 30.840; (B): N = 68.833; (C): N = 39.028; Ignorado: N = 110.

Fonte: RAIS Migra/MTE

Entre os trabalhadores com até ensino fundamental completo o índice de permanência no mercado de trabalho das telecomunicações foi de 24,1%, inferior aos índices obtidos pelos trabalhadores com ensino médio incompleto ou completo (34,8%) e com ensino superior incompleto e completo (38,6%). No que se refere à migração para outros setores de atividade, percebe-se que as outras atividades de serviços são os principais destinos empregatícios para todas as faixas de escolaridade. No caso dos trabalhadores com ensino fundamental, a construção civil também se configura num importante setor de destino dos demitidos.

Os percentuais mais elevados de migração para fora do mercado de trabalho formal foram observados entre os trabalhadores com ensino fundamental: 40%, contra 32,1% dos trabalhadores com ensino médio e 29,7% dos trabalhadores com ensino superior. O elevado índice de trabalhadores com ensino fundamental que migraram para fora do mercado de

trabalho formal reflete a natureza do processo de reestruturação tecnológica e gerencial vivenciado pelo setor. Após a privatização, o antigo sistema analógico de tráfego de dados foi substituído por outro, baseado em tecnologia digital, bem como a concorrência tornou-se realidade no setor. Tais mudanças tornaram necessária uma mão-de-obra preparada a lidar com a nova realidade. Neste sentido, a escolaridade parece ter contribuído de modo significativo para a permanência, seja no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, seja no mercado de trabalho formal como um todo.

No contexto das transformações acima mencionadas, é possível supor que a privatização, e a conseqüente reestruturação do setor de telecomunicações, tornaram obsoletas as qualificações de diversas categorias ocupacionais. Os trabalhadores da base da estrutura ocupacional parece terem sido os mais afetados negativamente pelas transformações observadas no primeiro período pós-privatização, e eram também os que possuíam os baixos níveis de escolaridade.

Outra variável importante na análise da trajetória ocupacional dos trabalhadores das telecomunicações refere-se ao tempo de emprego, que foi dividido em quatro diferentes faixas para efeito de análise. Os percentuais mais elevados de permanência no mercado de trabalho das telecomunicações podem ser observados nas duas faixas superiores de tempo de emprego, que congregam trabalhadores que possuíam entre 60 e 119,9 meses de atividade laboral (39,6%) e 120 meses ou mais (37,9%). Os trabalhadores com até 23,9 meses de trabalho foram os que menos permaneceram no mercado de trabalho das telecomunicações ao final da trajetória considerada, correspondendo a somente 28,2%. Contudo, os trabalhadores com menor tempo de emprego foram também os que mais migraram para outros setores de atividade (45,5%).

Em relação à migração para fora do mercado de trabalho formal, constatou-se índices mais elevados entre os trabalhadores com maior tempo de emprego (41,8%). Neste sentido, cabe destacar novamente o papel dos Programas de Demissão Voluntária ou Incentivada, que distribuíram maiores vantagens econômicas para os trabalhadores com mais tempo de emprego.

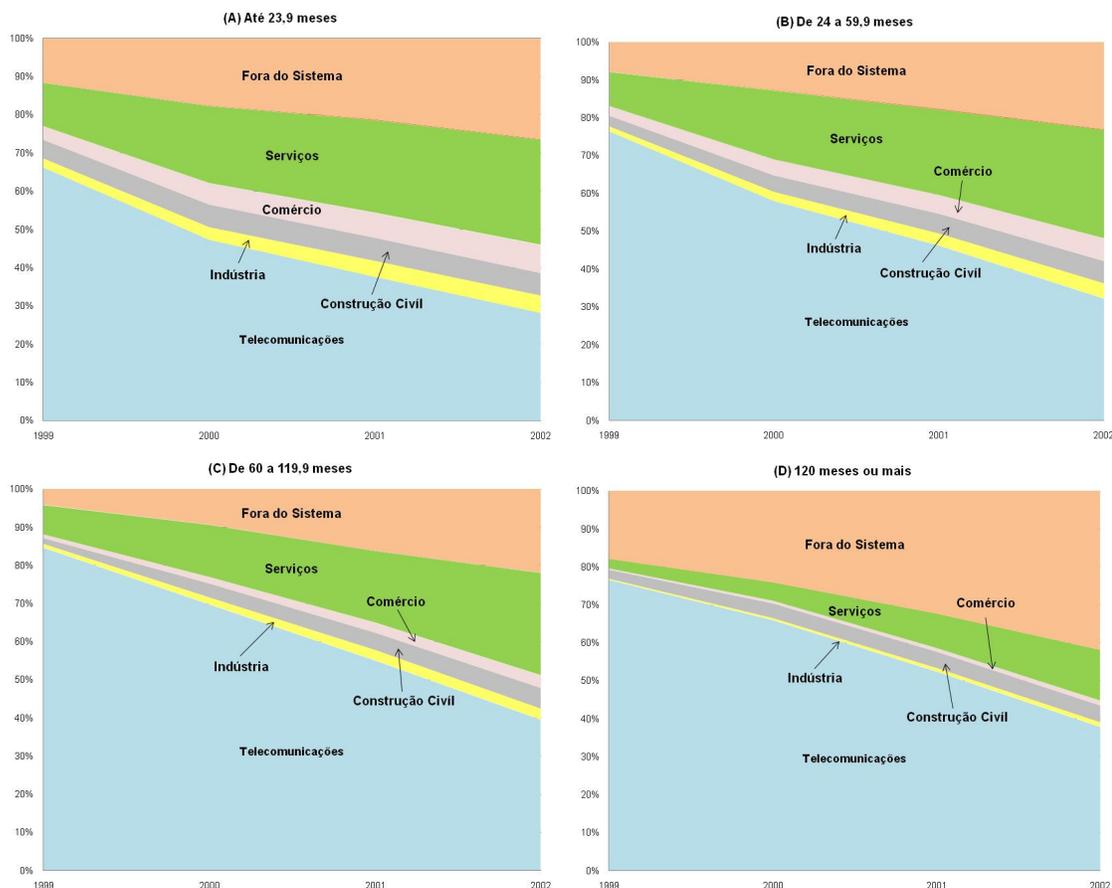


Figura 17 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa de tempo de emprego - coorte 1998.

Nota: (A): N = 41.785; (B): N = 16.616; (C): N = 11.568; (D): N = 68.733; Ignorado: N = 109.

Fonte: RAIS Migra/MTE

Paradoxalmente, os trabalhadores com 120 meses de emprego ou mais situaram-se tanto entre os que mais permaneceram no setor de telecomunicações, como também entre os que mais migraram para fora do mercado de trabalho formal. Tal dado reflete, por um lado, o fato de que uma parcela dos trabalhadores optou pela aposentadoria ou pelos Programas de Demissão Voluntárias ou Incentivada, e outra parcela, devido à qualificação e experiência que possuía, permaneceu exercendo atividades no setor em expansão.

A variável faixa de remuneração apresentou dados semelhantes ao que foi observado na variável tempo de emprego. A **Figura 18** mostra que a faixa salarial mais elevada também apresentou percentuais elevados de trabalhadores que permaneceram no mercado de trabalho das telecomunicações e que migraram para fora do mercado de trabalho formal.

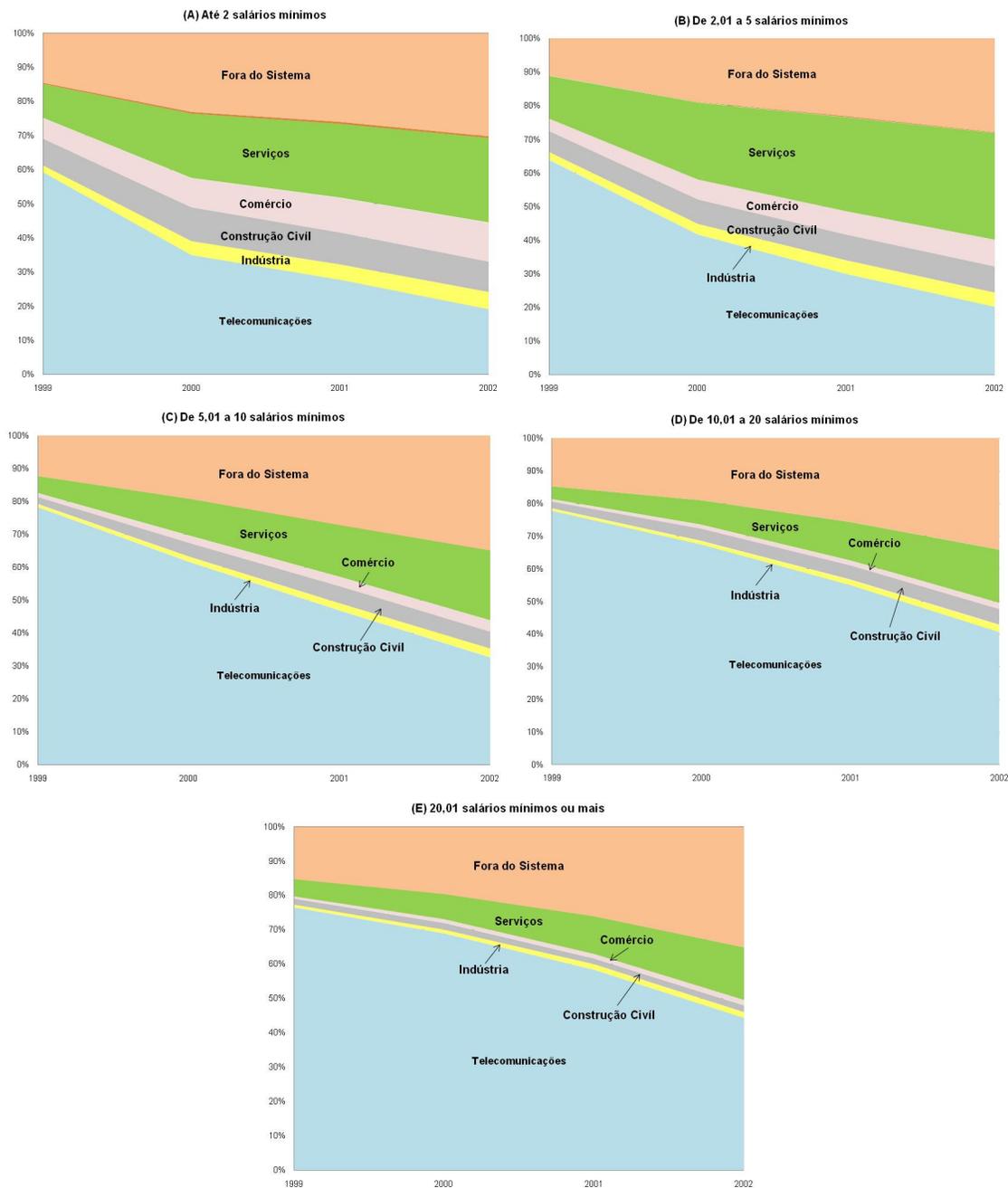


Figura 18 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa salarial - coorte 1998.

Nota: (A): N = 8.346; (B): N = 23.702 ; (C): N = 38.342; (D): N = 41.639; (E): N = 25.187.

Fonte: RAIS Migra/MTE

Os menores percentuais de permanência no mercado de trabalho das telecomunicações foram constatados entre os trabalhadores inseridos nas duas faixas de remuneração mais baixas, correspondendo a 19,1% na faixa de remuneração de até 2 salários mínimos e a 20,3%

na faixa de 2,01 a 5 salários mínimos. Os trabalhadores dessas faixas de remuneração foram também os que mais migraram para outro setor de atividade. Seus destinos preferenciais foram os serviços, o comércio e a construção civil.

Já os maiores índices de migração para fora do mercado de trabalho formal foram observados entre os trabalhadores que possuíam remuneração mais elevada. Do mesmo modo que entre os trabalhadores com maior tempo de emprego, a remuneração elevada apresentava-se como uma importante credencial para a obtenção de maiores vantagens econômicas na adesão ao PDV, pois o salário era considerado parâmetro de cálculo do valor da indenização. Tal constatação indica que o percentual dos trabalhadores que migraram para fora do mercado de trabalho formal é mais elevado entre os situados nas faixas salariais intermediárias do que entre os trabalhadores de menor remuneração.

Nas faixas de remuneração que vão de 5,01 a 10 salários mínimos e de 10,01 a 20 salários mínimos observa-se percentuais de migração para fora do mercado de trabalho formal de respectivamente 34,8% e 34,1%, enquanto entre os trabalhadores situados nas duas faixas inferiores de remuneração, até 2 salários mínimos e de 2,01 a 5 salários mínimos, tais índices representam respectivamente 30,1% e 27,8% dos trabalhadores. Neste caso, uma explicação possível é a própria estrutura de remuneração do mercado de trabalho brasileiro, que possui grande quantidade de postos de trabalhos com baixa remuneração, aspecto que facilita a reinserção ocupacional em caso de demissão.

Do mesmo modo que nas demais variáveis analisadas, estabeleceu-se também uma divisão das empresas por faixas de tamanho na qual os trabalhadores da coorte analisada exerciam atividades. Tal iniciativa teve como objetivo permitir uma análise mais adequada dos percursos ocupacionais dos trabalhadores segundo o porte do empregador. Observa-se na **Figura 19**, que os trabalhadores inseridos nas empresas situadas nas faixas de tamanho de “250 a 999 empregados” e “1000 ou mais empregados” apresentaram os índices mais elevados de permanência no setor de telecomunicações ao final da trajetória examinada, alcançando respectivamente 36,9% e 35,8%.

Em relação à migração para outros setores, encontrou-se percentual mais elevado entre os trabalhadores que exerciam atividades nas empresas de menor porte. No caso das empresas com até 49 empregados, esse índice alcançou 40,2%, enquanto que nas empresas com 1000 ou mais empregados verificou-se o índice de 26,6%. Outros segmentos dos serviços são o principal destino dos trabalhadores inseridos em todas as faixas de tamanho de empresa, mas

a migração para a construção civil configura-se em destino mais recorrente nas empresas de menor porte.

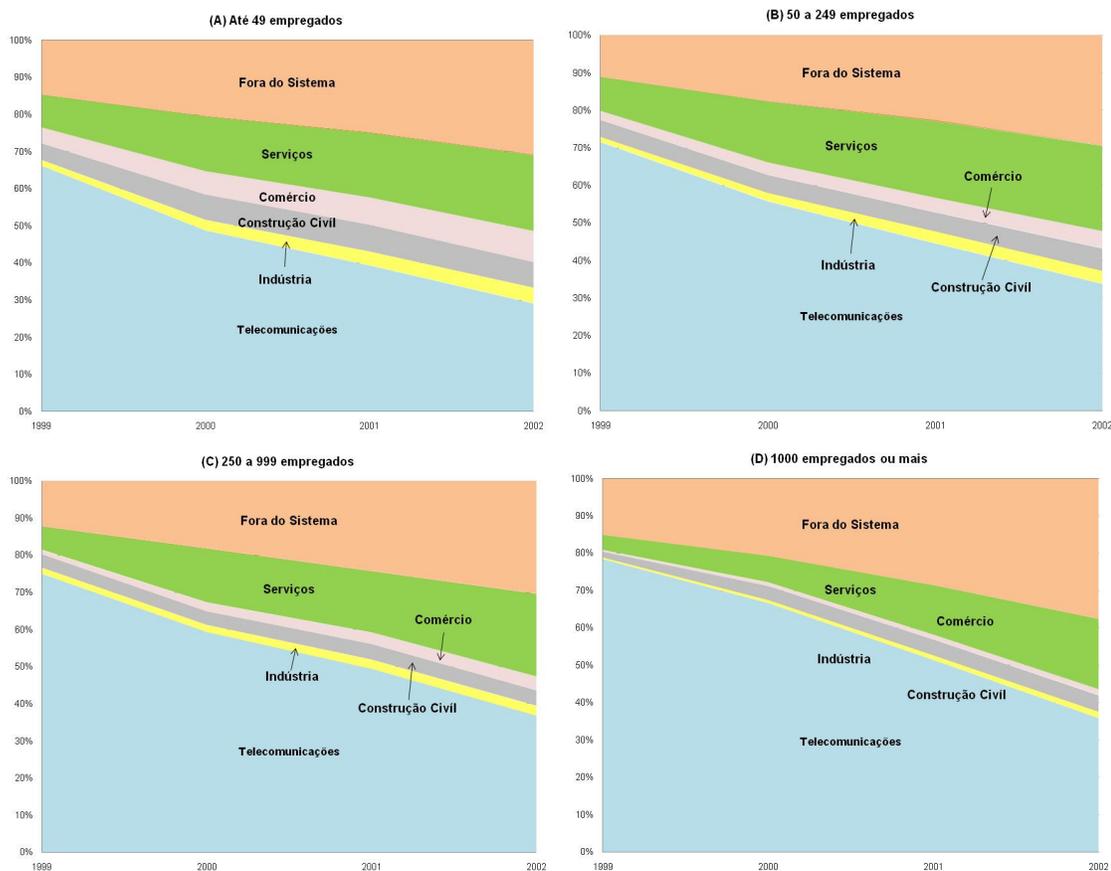


Figura 19 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa de tamanho da empresa - coorte 1998.

Nota: (A): N = 26.000; (B): N = 25.997; (C): N = 29.196; (D): N = 57.618.

Fonte: RAIS Migra/MTE

A migração para fora do mercado de trabalho formal mostrou-se mais recorrente entre os trabalhadores inseridos em empresas com 1000 ou mais empregados. Pode-se observar no gráfico “D”, da **Figura 19**, que 37,6% dos trabalhadores que estavam empregados na última faixa de tamanho da empresa migraram para fora do mercado de trabalho formal ao final da trajetória considerada. Nesse sentido, cabe destacar que o processo de reestruturação do setor de telecomunicações iniciou-se por transformações institucionais e tecnológicas nas grandes empresas do setor, sobretudo, a partir da privatização das estatais do sistema TELEBRÁS. No ano de 1998, as grandes empresas empregavam aproximadamente 41% da mão-de-obra do

setor, bem como nas grandes empresas ocorreram os PDV, que como já foi mencionado, acarretaram em demissões mesmo após a privatização do setor.

Mesmo que os efeitos da reestruturação tenham atingido toda a cadeia produtiva do setor de telecomunicações, como indicam os percentuais de trabalhadores que migraram para fora do mercado de trabalho em todas as faixas de tamanho de empresas, os efeitos da reestruturação não demonstram a mesma intensidade nas demais faixas como nas empresas de maior porte.

Em relação às trajetórias ocupacionais segundo a região do Brasil, pode-se observar que os maiores percentuais de permanência no setor de telecomunicações foram encontrados entre os trabalhadores das Regiões Sul, Sudeste e Nordeste, ao apresentarem, respectivamente, índices de 38,2%, 36,3% e 35%.

Já os trabalhadores da Região Centro-Oeste apresentaram o índice mais baixo de permanência no mercado de trabalho das telecomunicações (19,7%) e o maior índice de migração para outro setor de atividade (46,5%). De modo inverso, a Região Sul, que no âmbito da telefonia fixa ficou, assim como a Região Centro-Oeste sob o controle da Telecom Itália após a privatização, apresentou o maior índice de permanência no mercado de trabalho das telecomunicações. Segundo o DIEESE (1998), a Telecom Itália desenvolveu um projeto de reestruturação nas duas regiões entre os anos de 1998 e 2000 que envolvia a dispensa de 15 mil trabalhadores. Contudo, os efeitos de tal programa foram distribuídos de modo desigual entre as duas regiões, desfavorecendo fortemente os trabalhadores da Região Centro-Oeste.

Os dados das trajetórias ocupacionais segundo a Região do Brasil, indicam que a Região Norte apresentou o percentual mais elevado de migração para fora do mercado de trabalho formal (37,9%), seguida pelas Regiões Nordeste e Sudeste (34,4% e 34,3%, respectivamente). A Região Sul foi a que apresentou o menor percentual de migração para fora do mercado de trabalho formal, totalizando 25,7% ao final da trajetória ocupacional considerada.

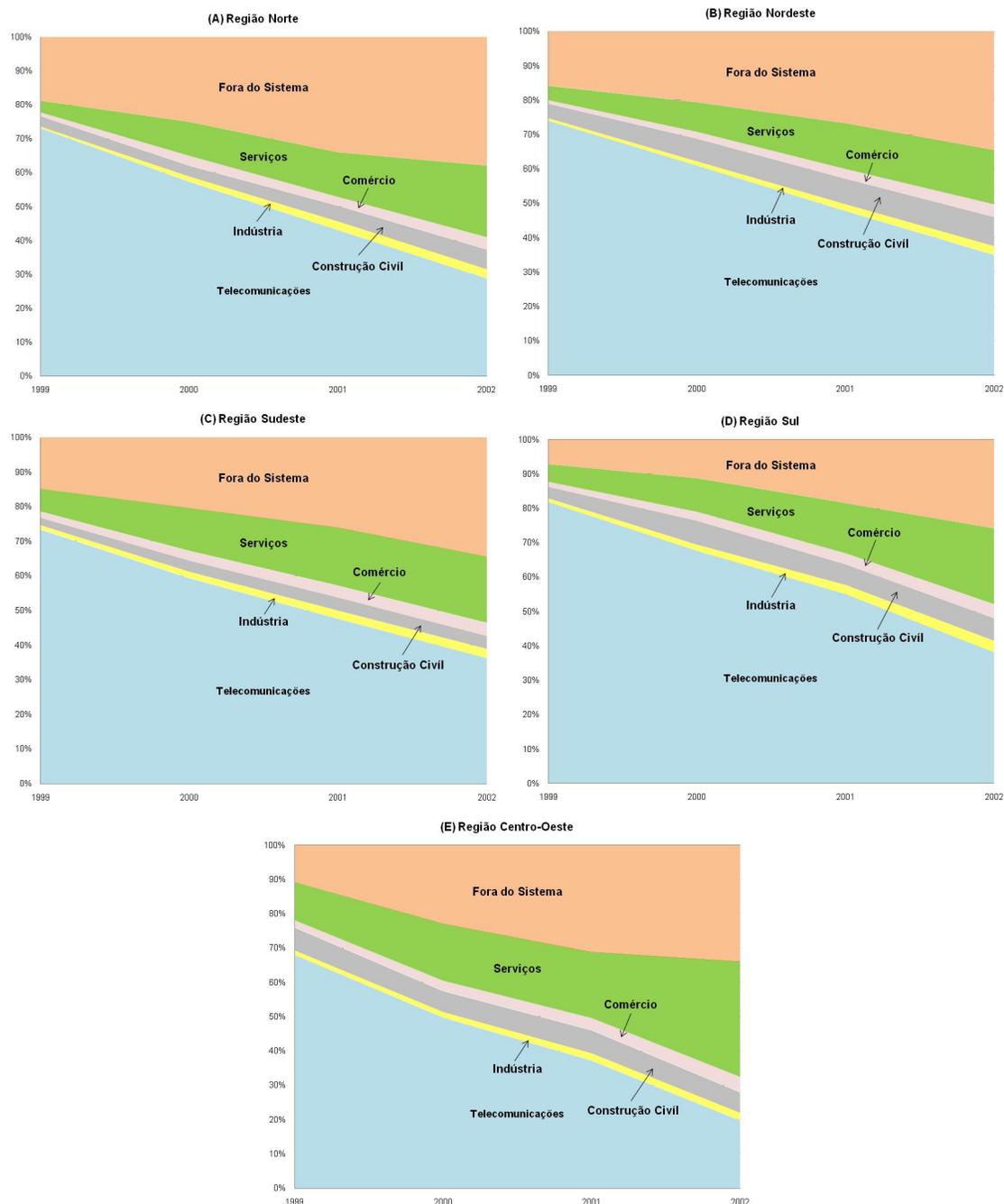


Figura 20 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por Região do Brasil - coorte 1998.

Nota: (A): N = 6.026; (B): N = 20.366 ; (C): N = 79.394; (D): N = 19.482; (E): N = 13.541; Ignorado: N = 2.

Fonte: RAIS Migra/MTE

Portanto, a dimensão geográfica influenciou de modo significativo os percursos realizados pelos trabalhadores da coorte analisada. Os trabalhadores da Região Sul permaneceram em maior medida no mercado de trabalho das telecomunicações, enquanto que

os trabalhadores da Região Centro-Oeste apresentaram percentuais mais elevados de migração para outros setores e os trabalhadores da Região Norte estiveram mais propensos a migrar para fora do mercado de trabalho formal.

Para avaliar a influência da categoria ocupacional dos trabalhadores sobre as suas trajetórias ocupacionais, utilizou-se o recurso metodológico de separar as ocupações do setor de telecomunicações em dois grupos distintos: “Ocupações específicas” e “Ocupações não-específicas”. As ocupações consideradas específicas do setor de telecomunicações constam na **Tabela 4** que segue abaixo.

Tabela 4 – Ocupações específicas do setor de telecomunicações - coorte 1998

Grupo base CBO 94	Frequência
Engenheiros eletricitas e engenheiros eletrônicos	4.311
Técnicos de eletricidade, eletrônica e telecomunicações	23.738
Instaladores e reparadores de linhas elétricas e de telecomunicações, equipamentos e aparelhos de telecomunicações	19.479
Total	47.528

Fonte: RAIS Migra/MTE - Classificação Brasileira de Ocupações, 1994

Nota: Telefonistas, telegrafistas e trabalhadores assemelhados não foram incluídos entre as ocupações específicas do setor de telecomunicações, visto que os mesmo possuem um tipo de qualificação que permite inserção com maior facilidade em outros segmentos de mercado.

Entende-se por ocupações específicas as ocupações relacionadas às atividades-fim do setor de telecomunicações, as quais estão relacionadas aos objetivos centrais do negócio desenvolvido em um determinado setor de atividade. No caso das empresas de telecomunicações, as tarefas desempenhadas por engenheiros eletricitas e engenheiros eletrônicos, técnicos em eletricidade, eletrônica e telecomunicações e instaladores de linhas elétricas e de telecomunicações, equipamentos e aparelhos de telecomunicações, possibilitam o desenvolvimento do negócio das empresas.

Por outro lado, as ocupações não-específicas do setor de telecomunicações estão relacionadas à noção de atividades meio, que se refere ao conjunto de ocupações acessórias aos objetivos centrais das empresas, mesmo que garantindo as condições básicas para o desenvolvimento do negócio das empresas. No setor de telecomunicações, as atividades meio abarcam um variado conjunto de ocupações, que envolvem desde atividades administrativas, serviços de limpeza e portaria e venda de produtos e serviços.

Constata-se mediante a análise dos dados da **Figura 21**, que os trabalhadores que exerciam atividades específicas de telecomunicações obtiveram um índice mais elevado de

permanência no mercado de trabalho do setor. Os trabalhadores que realizavam atividades específicas alcançaram um índice de 39,8% de permanência, enquanto que os trabalhadores inseridos em ocupações não-específicas permaneceram no setor de telecomunicações a um percentual de 31,6%. Tais dados refletem a realidade de expansão dos serviços de telecomunicações no primeiro período pós-privatização. É possível que a demanda por profissionais possuidores de qualificações específicas de telecomunicações tenha aumentado no contexto da reestruturação do setor, tendo em vista a criação de novas empresas e a expansão do mercado atendido, bem como da estrutura física que lhe oferece suporte.

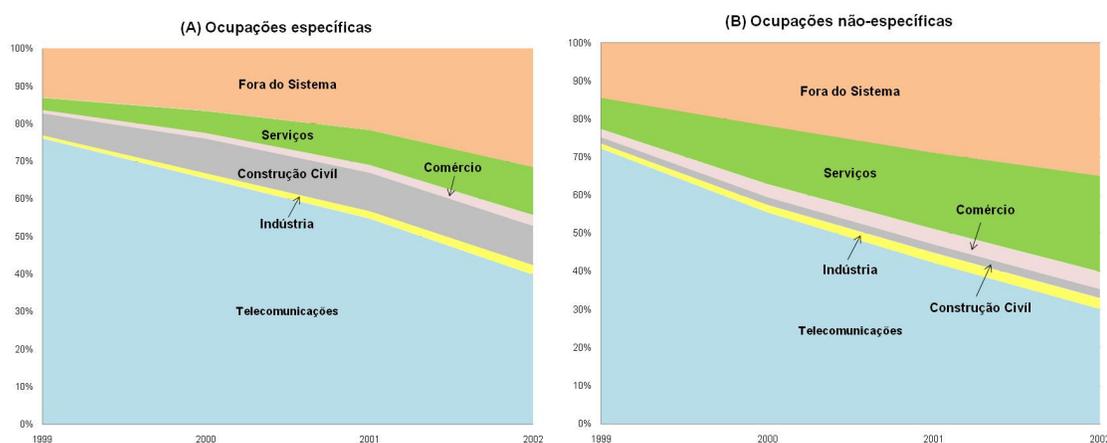


Figura 21 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por natureza da ocupação - coorte 1998.

Nota: (A): N = 47.528; (B): N = 87.223; Ignorado: N = 4.060.

Fonte: RAIS Migra/MTE

Ao analisar a **Figura 21**, observa-se que a migração para o setor de serviços foi maior entre os trabalhadores de ocupações não-específicas do setor de telecomunicações, ao passo que o destino mais recorrente, nos anos 1999, 2000 e 2001, dos trabalhadores das ocupações específicas do setor de telecomunicações foi a construção civil. Já em 2002, no final da trajetória considerada, a migração para o setor de serviços ultrapassa levemente a migração para a construção civil. O peso relativo da migração para a construção civil decorre do amplo processo de ampliação da rede de telecomunicações no país e de sua estrutura física. Neste sentido, a construção civil, no segmento de telecomunicações, ganhou forte impulso, disputando mão-de-obra especializada com as empresas de serviços de telecomunicações.

A migração para fora do mercado de trabalho formal foi levemente mais intensa entre os trabalhadores das ocupações não-específicas do setor de telecomunicações. Os

trabalhadores das ocupações específicas migraram na proporção de 31,4% para fora do mercado de trabalho formal, enquanto que os trabalhadores das ocupações não-específicas apresentaram um índice de 34,2%. Portanto, percebe-se que o impacto da reestruturação do setor, no tocante à migração para fora do mercado de trabalho formal, foi semelhante para ambas as classes de trabalhadores. É possível também supor que muitos trabalhadores de ocupações específicas do setor de telecomunicações não tiveram acesso ou não realizaram cursos de capacitação para lidar com as novas tecnologias incorporadas às rotinas de trabalho.

Tendo em vista a heterogeneidade de qualificação exigida nas ocupações específicas do setor de telecomunicações, decidiu-se também analisar as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores de modo independente. A **Figura 22** apresenta as trajetórias dos trabalhadores inseridos nas três ocupações específicas que integram o setor de telecomunicações.

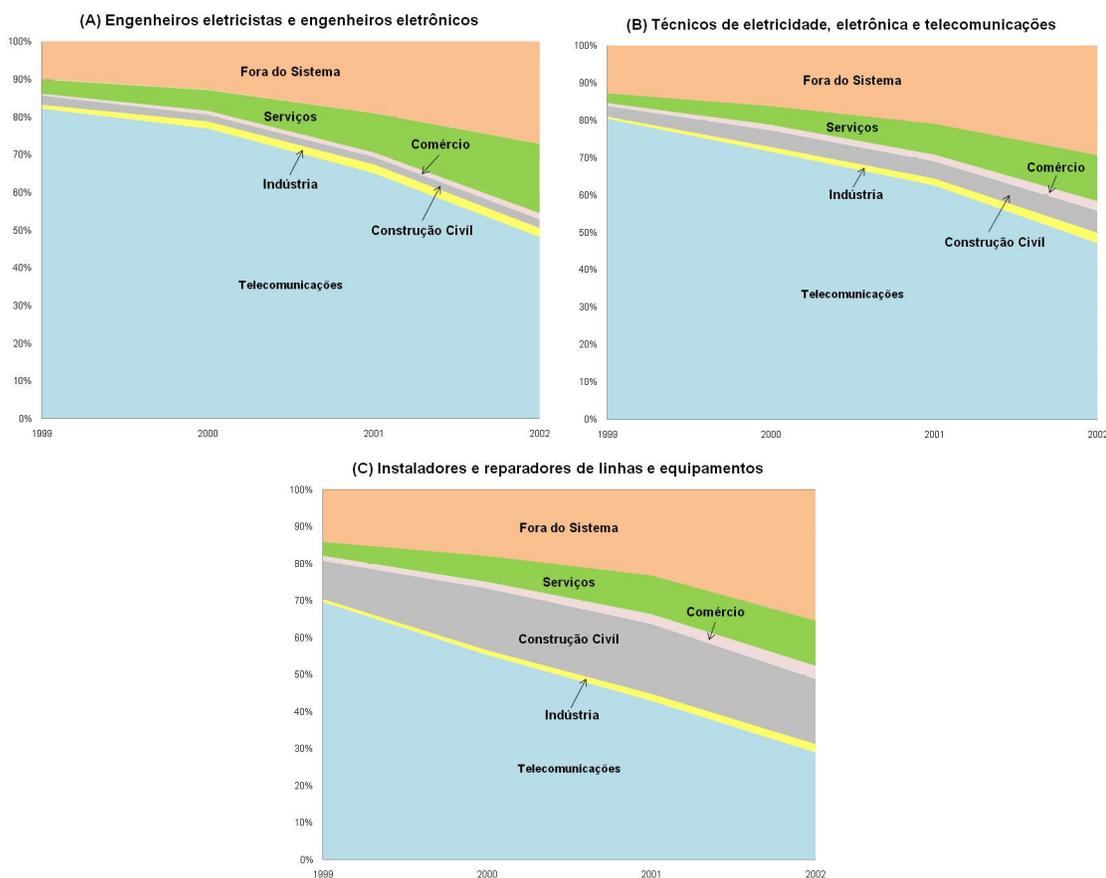


Figura 22 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por ocupações específicas (Grupo base CBO 94) - coorte 1998.

Nota: (A): N = 4.311; (B): N = 23.738; (C): N = 19.479.

Fonte: RAIS Migra/MTE

A análise dos dados indica que os engenheiros permaneceram no mercado de trabalho do setor de telecomunicações em maior proporção (48,2%) do que técnicos (47,2%) e instaladores e reparadores (29%). Observa-se que os instaladores e reparadores migraram em grande medida para a construção civil, pelos motivos já mencionados anteriormente. Aliás, percebe-se que os instaladores e reparadores são responsáveis pelos elevados índices de migração para a construção civil observados entre os trabalhadores inseridos em ocupações específicas do setor de telecomunicações.

Todavia, os instaladores e reparadores foram os que mais migraram para fora do mercado de trabalho formal. O índice observado entre os instaladores e reparadores foi de 35,2%, enquanto que os engenheiros migraram numa proporção de 26,9% e os técnicos 29,1%.

Para tornar mais detalhada a análise das ocupações não-específicas do setor de telecomunicações, selecionou-se três famílias ocupacionais representativas desse segmento³⁹.

Tabela 5 – Ocupações não-específicas do setor de telecomunicações selecionadas, coorte 1998

Grupo base CBO 94	Frequência
Analista de sistemas	2.193
Agentes administrativos	16.813
Telefonistas, telegrafistas e trabalhadores assemelhados	15.325
Total	34.331

Fonte: RAIS Migra - Classificação Brasileira de Ocupações, 1994

Constata-se que os analistas de sistemas permaneceram em percentual mais elevado no setor de telecomunicações ao final da trajetória investigada (38,1%), seguidos por agentes administrativos (33,9%) e telefonistas (19,5%). No caso das (os) telefonistas, no mesmo período ocorreu a disseminação do teleatendimento no mercado de telecomunicações do Brasil. O baixo percentual de permanência dos (as) telefonistas sugere que poucos foram aproveitados nas centrais de teleatendimento, tendo em vista que os pré-requisitos para ingresso nesse tipo de atividade envolviam o ensino médio completo.

Já em termos de migração para outros setores de atividade, constatou-se que a migração para os serviços foi a mais recorrente em todas as categorias analisadas. As telefonistas apresentaram o mais elevado percentual de migração para outros setores de

³⁹ A escolha das ocupações não-específicas analisadas obedeceu aos critérios de: nível de qualificação exigido para desempenhá-la (que corresponde aos níveis de escolaridade superior, médio e fundamental) e representatividade da ocupação no mercado de trabalho do setor de telecomunicações.

atividade ao final da trajetória considerada, totalizando 43,4%. Já o menor percentual de migração para outro setor de atividade foi constatado entre os agentes administrativos, que somaram 31,4%.

No que concerne à migração para fora do mercado de trabalho formal, as telefonistas apresentam o percentual mais elevado ao final da trajetória analisada (37,2%). Os agentes administrativos também apresentaram elevado percentual de migração para fora do mercado de trabalho formal (34,7%), enquanto que os analistas de sistemas migraram em menor percentual (25,9%).

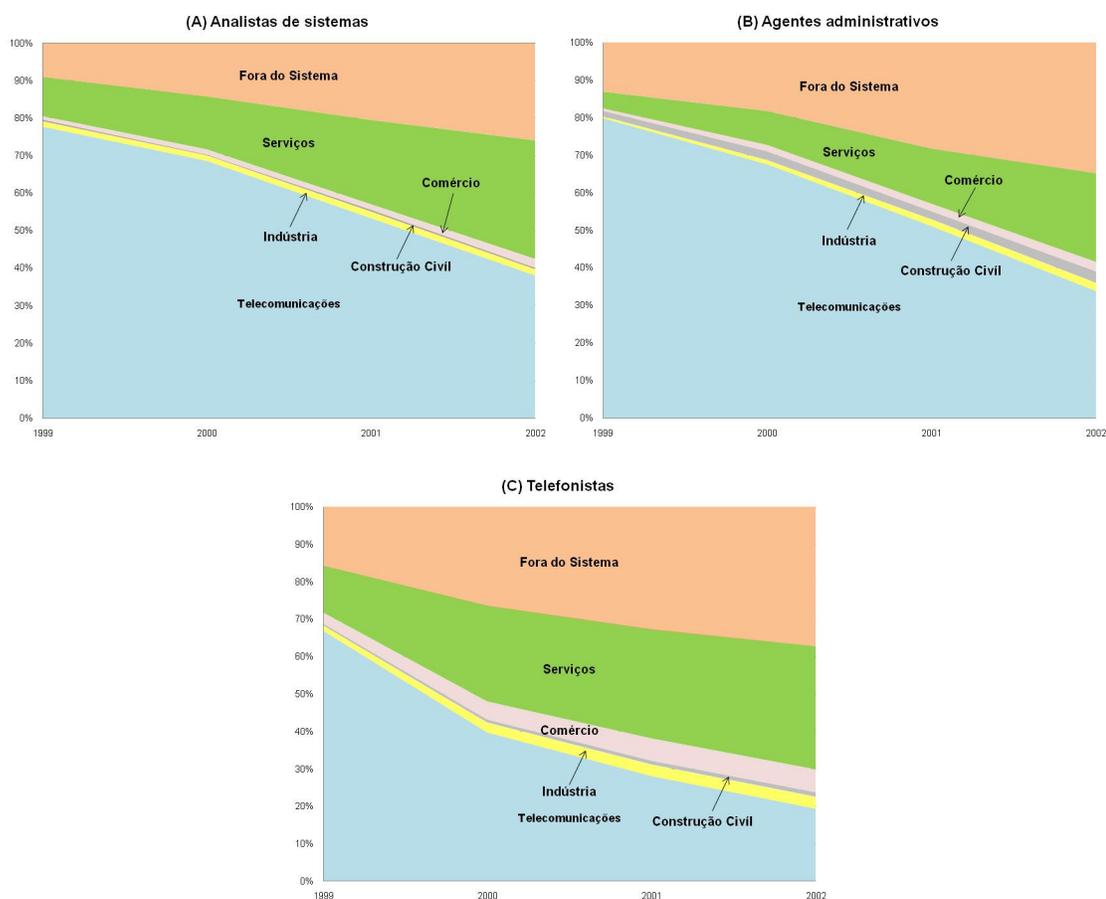


Figura 23 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por ocupações não-específicas selecionadas (Grupo base CBO 94) - coorte 1998.

Nota: (A): N = 2.193; (B): N = 16.813; (C): N = 15.325.

Fonte: RAIS Migra/MTE

Os profissionais de análise de sistemas que possuíam curso superior permaneceram em maior proporção no setor de telecomunicações e migraram em percentual menos elevado para

fora do mercado de trabalho formal, comparativamente aos agentes administrativos e telefonistas. Portanto, comprova-se novamente a importância da escolaridade como credencial de sobrevivência à reestruturação do setor de telecomunicações, aspecto valorizado no contexto da reestruturação do setor.

A **Tabela 6** sistematiza as informações apresentadas.

Tabela 6 – Distribuição percentual dos indicadores de permanência no setor de telecomunicações, migração para outro setor de atividade e migração para fora do mercado de trabalho formal ao final da trajetória considerada, indicadores selecionados – coorte 1998

Indicadores	Permanência	Migração (Outro setor)	Migração (Fora do sistema)
Geral do setor de telecomunicações	34,4	32,4	33,2
Sexo			
Masculino	36,3	32,1	31,6
Feminino	31,1	32,9	36,0
Faixa etária			
Até 24 anos	24,7	52,3	23,0
25 a 29 anos	32,8	46,4	20,9
30 a 39 anos	39,7	36,4	23,9
40 a 49 anos	37,4	22,9	39,7
50 anos ou mais	24,5	11,7	63,8
Faixa de escolaridade			
Até ensino fundamental completo	24,1	35,9	40,0
Ensino médio incompleto e completo	34,8	33,1	32,1
Ensino superior incompleto ou mais	38,6	31,7	29,7
Faixa de tempo de emprego			
Até 23,9 meses	28,2	45,5	26,3
De 24 a 59,9 meses	32,2	44,9	22,9
De 60 a 119,9 meses	39,6	38,5	21,9
120 meses ou mais	37,9	20,3	41,8

Faixa salarial			
Até 2 salários mínimos	19,1	50,8	30,1
De 2,01 a 5 salários mínimos	20,3	51,9	27,8
De 5,01 a 10 salários mínimos	32,6	32,6	34,8
De 10,01 a 20 salários mínimos	40,7	25,2	34,1
20,01 salários mínimos ou mais	44,4	20,5	35,1
Faixa de tamanho da empresa			
Até 49 empregados	29,1	40,2	30,7
50 a 249 empregados	33,8	36,9	29,3
250 a 999 empregados	36,9	32,7	30,4
1000 empregados ou mais	35,8	26,6	37,6
Região do Brasil			
Norte	28,8	33,3	37,9
Nordeste	35,0	30,6	34,4
Sudeste	36,3	29,4	34,3
Sul	38,2	36,1	25,7
Centro-Oeste	19,7	46,5	33,8
Natureza da ocupação			
Específica	39,8	28,8	31,4
Não-específica	30,1	35,0	34,9

Fonte: RAIS Migra/MTE

De modo geral, a análise dos dados estatísticos descritivos relativos às trajetórias ocupacionais dos trabalhadores do setor de telecomunicações, da coorte de 1998, permite afirmar que:

- No primeiro período pós-privatização, identificam-se três tipos de trajetórias ocupacionais, com pesos percentuais equilibrados: a) permanência no setor de telecomunicações; b) migração para outro setor de atividade; c) migração para fora do mercado de trabalho formal. A migração para o setor de serviços apresentou-se como a mais recorrente entre os trabalhadores que migraram para outro setor de atividade.
- Os trabalhadores do sexo masculino permaneceram em percentual mais elevado no setor de telecomunicações e migraram menos que as trabalhadoras do sexo feminino para fora do mercado de trabalho formal. O setor de serviços se mostrou o principal destino entre ambos os sexos. No caso dos homens, outro destino importante foi a construção civil.
- Trabalhadores situados nas faixas de idade entre 30 e 39 anos e entre 40 e 49 anos permaneceram em maior proporção no mercado de trabalho do setor de telecomunicações comparativamente aos trabalhadores jovens (com até 29 anos) e trabalhadores situados na faixa dos 50 anos ou mais. Os percentuais de migração para outro setor de atividade foram decrescentes, ou seja, quanto mais elevada a faixa etária, menor a migração para outro setor de atividade. O índice mais elevado de migração para fora do mercado de trabalho foi observado entre os trabalhadores com 50 anos ou mais. Aspectos como a manutenção de PDV no período pós-privatização contribuíram para a efetivação desta realidade. Contudo, o percentual de aposentadorias entre os trabalhadores da faixa dos 50 anos ou mais não representa a principal explicação para a acentuada migração para fora do mercado de trabalho formal.

- A escolaridade foi um aspecto decisivo para a permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações. Quanto mais elevada a faixa de escolaridade, maior o percentual de permanência do trabalhador no mercado de trabalho das telecomunicações, bem como menor a migração para fora do mercado de trabalho formal. Além da importância do setor de serviços como principal destino para todas as faixas de escolaridade, constatou-se também a importância da construção civil como setor de migração para os trabalhadores com até ensino fundamental completo.
- Os trabalhadores situados nas faixas de tempo de emprego mais elevadas, respectivamente entre 60 e 119,9 meses e 120 meses ou mais, apresentaram os percentuais mais elevados de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações. Já o menor índice de permanência no mercado de trabalho das telecomunicações foi observado entre os trabalhadores com menor tempo de emprego. Paradoxalmente, os trabalhadores situados na faixa de maior tempo de emprego também apresentaram os índices mais elevados de migração para fora do mercado de trabalho formal. Nesse sentido, os PDV devem ter peso explicativo maior, pois distribuíram maiores vantagens econômicas para os trabalhadores com maior tempo de emprego.
- Em relação à remuneração, constatou-se que os trabalhadores da faixa mais elevada de remuneração (20,01 salários mínimos ou mais) foram os que mais permaneceram no mercado de trabalho das telecomunicações, bem como foram os que mais migraram para fora do mercado de trabalho formal. Os trabalhadores das duas faixas inferiores de remuneração (até 2 salários mínimos e entre 2,01 e 5 salários mínimos) foram os que menos permaneceram no setor de telecomunicações e os que mais migraram para outros setores de atividade, sobretudo, para os serviços, comércio e construção civil.
- O tamanho da empresa na qual o trabalhador exercia suas atividades influenciou o tipo de trajetória ocupacional realizada. Trabalhadores vinculados às empresas de maior porte, com 1000 ou mais empregados, estiveram mais suscetíveis a

permanecer no setor de telecomunicações, bem como a migrar para fora do mercado de trabalho formal. Cabe destacar que a privatização envolveu empresas de grande porte, bem como o início da reestruturação do setor ocorreu primeiramente nas empresas de maior envergadura. Os trabalhadores inseridos em empresas de menor porte, com até 49 empregados, migraram em maior percentual para outros setores de atividade, sobretudo os serviços, o comércio e a construção civil.

- Os trabalhadores da Região Sul permaneceram em percentual mais elevado no setor de telecomunicações e os trabalhadores da Região Centro-Oeste permaneceram em percentual menos elevado. Todavia, os trabalhadores da Região Centro-Oeste foram os que mais migraram para outros setores de atividade, principalmente para os serviços e para a construção civil. Os trabalhadores da Região Norte migraram em maior proporção para fora do mercado de trabalho formal.
- Observou-se que os trabalhadores inseridos em ocupações específicas do setor de telecomunicações, que envolvem as atividades-fim das empresas, permaneceram em maior proporção que os trabalhadores que desenvolvem atividades não-específicas do setor de telecomunicações. Ademais, os trabalhadores inseridos em atividades não-específicas do setor de telecomunicações migraram em maior percentual para outros setores de atividade e também para fora do mercado de trabalho formal.

4.2. Chances de permanência no setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal no primeiro período pós-privatização

A análise realizada no tópico anterior, de natureza univariada, utilizou a distribuição de frequências como forma de apresentação das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores, obedecendo ao recorte das variáveis que compõem o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores. Se, por um lado, a análise da distribuição de frequências fornece subsídios importantes para a interpretação das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores, por outro, apresenta limites se utilizada como método isolado,

especialmente em pesquisas que comportem duas ou mais variáveis explicativas, como é o caso.

Logo, decidiu-se realizar a análise multivariada dos dados relativos às trajetórias ocupacionais dos trabalhadores do setor de telecomunicações no período pós-privatização, de modo a colocar em relação todas as variáveis independentes que compõem o perfil sócio-ocupacional. Tal empreendimento assenta-se na ideia de que o efeito de cada variável independente é controlado pelo efeito das demais⁴⁰. Assim, é possível isolar o efeito independente de cada variável explicativa, levando em conta as demais variáveis que compõem o perfil sócio-ocupacional do trabalhador.

Como as variáveis dependentes do estudo são de natureza binária (permanece ou não permanece no mercado de trabalho do setor de telecomunicações e permanece ou não permanece no mercado de trabalho formal), optou-se por realizar regressões logísticas multivariadas para determinar a razão de chances⁴¹ comparada de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal, segundo as características do perfil sócio-ocupacional do trabalhador.

Para tornar possível a comparação, optou-se por utilizar variáveis de tipo *dummy*⁴², compostas das mesmas categorias empregadas na análise univariada do tópico anterior. A vantagem da variável *dummy* na regressão logística, comparativamente às variáveis contínuas, reside na possibilidade de perceber as nuances de grupos agregados segundo faixas de interesse (faixa de idade, de escolaridade, de tempo de emprego, de remuneração, região, entre outros), utilizando uma variável de referência para estimar as razões de chance comparadas por faixas, situadas no interior de uma mesma variável⁴³.

Cabe esclarecer sobre a utilização das variáveis independentes no modelo de regressão. Sabe-se que variáveis como faixa etária e faixa de tempo de emprego

⁴⁰ Segundo Rodrigues e Paulo (2009:3), “a análise multivariada pode ser definida como o conjunto de métodos que permite a análise simultânea dos dados recolhidos para um ou mais conjuntos de indivíduos (populações ou amostras) caracterizados por duas ou mais variáveis correlacionadas entre si (...). Somente as técnicas de estatística multivariada permitem que se explore a *performance* conjunta das variáveis e se determine a influência ou importância de cada uma, estando as demais presentes”. Nesse estudo, por exemplo, a variável “sexo” passa a ser controlada pelo efeito das demais variáveis que compõem o perfil sócio-ocupacional do trabalhador. O mesmo ocorre em relação à idade, à escolaridade, ao tempo de emprego, e a todas as demais variáveis independentes que integram o modelo de regressão logística.

⁴¹ Razão de chances refere-se à “razão entre a probabilidade de um evento ocorrer em um grupo comparado com outro” (FIELDS, 2009:654).

⁴² Chama-se variável *dummy* a recodificação de uma “variável categórica com mais de duas categorias em uma série de variáveis dicotômicas e que podem assumir apenas os valores 0 ou 1” (FIELDS, 2009:660).

⁴³ Por exemplo, a variável “idade” pode ser organizada em diferentes faixas, de acordo com os interesses teóricos do pesquisador. Cria-se então uma nova variável, que se chama “faixa etária” e possui diferentes “faixas” que podem ser comparadas entre si.

necessariamente sofrem variação ao longo da trajetória ocupacional do trabalhador. Já variáveis como faixa de escolaridade, faixa salarial, faixa de tamanho da empresa, Região do Brasil e natureza da ocupação podem vir a sofrer, mas não obrigatoriamente. Nesse sentido, como se trata de um estudo de coorte, foi considerado como referência o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores no ano de 1998 e tratou-se de acompanhar ao longo do tempo somente sua condição empregatícia, se: a) permaneceu ou não no mercado de trabalho do setor de telecomunicações; b) permaneceu ou não no mercado de trabalho formal. Para efeito de organização do banco de dados, tais condições podem ser expressas nos seguintes termos:

a) Modelo para permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações

$$\boxed{\begin{array}{c} \text{Permanência no mercado de trabalho} \\ \text{do setor de telecomunicações} \end{array}} = \boxed{\begin{array}{c} \text{Permanência no Grupo 642} \\ \text{da CNAE 1998} \end{array}}$$

b) Modelo para permanência no mercado de trabalho formal

$$\boxed{\begin{array}{c} \text{Permanência no mercado} \\ \text{de trabalho formal} \end{array}} = \boxed{\begin{array}{c} \text{Permanência no Grupo 642} \\ \text{da CNAE 1998} \end{array}} + \boxed{\begin{array}{c} \text{Migração para outro Grupo} \\ \text{da CNAE 1998} \end{array}}$$

Seguindo a recomendação de Field (2009:256), primeiramente realizou-se regressão linear múltipla para estimar os coeficientes de colinearidade⁴⁴ das variáveis independentes. Conforme mostra a **Tabela 7**, os índices obtidos indicam que não há colinearidade que torne o modelo inapropriado para estimar as chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal.

⁴⁴ Fields (2009:182-183) argumenta que, nos modelos de regressão múltipla, a multicolinearidade ocorre quando temos uma forte correlação entre duas ou mais variáveis independentes. Segundo o autor, a multicolinearidade dificulta a avaliação da contribuição de cada variável independente para o efeito observado na variável dependente. Um modelo com uma alta multicolinearidade possui índice de tolerância inferior a 0,1 e índice de Fator de Inflação da Variância superior a 10.

Os índices de tolerância obtidos são todos superiores a 0,1 e os índices do Fator de Inflação da Variância (FIV) são todos inferiores a 10.

Tabela 7 - Coeficientes de colinearidade estatística das variáveis independentes – coorte 1998.

Modelo	Colinearidade estatística	
	Tolerância	FIV
Sexo	0,739	1,353
Faixa etária	0,503	1,986
Faixa de escolaridade	0,766	1,306
Faixa de tempo de emprego	0,434	2,305
Faixa salarial	0,486	2,059
Faixa de tamanho da empresa	0,799	1,251
Região do Brasil	0,986	1,014
Natureza da ocupação	0,723	1,384

Fonte: RAIS Migra, tabulações próprias.

Por seu turno, a **Tabela 8** apresenta os coeficientes de razão de chances [Exp (b)] e a razão de chances líquida, expressa em termos percentuais, para a **permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações**, segundo as variáveis que compõem o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores. Apresenta-se também o R^2 de cada modelo, segundo o ano ao qual se refere⁴⁵.

Para efeito desse estudo, o R^2 indica o ajuste geral do modelo, bem como permite visualizar a intensidade geral nas diferenças de chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal. Portanto, quanto mais elevado o R^2 , maior a desigualdade entre as faixas que compõem as variáveis.

Cabe ressaltar também que a **Tabela 8** não apresenta a significância estatística dos coeficientes estimados, visto que tal teste não faz sentido na análise de dados populacionais⁴⁶. Por outro lado, devido ao caráter pretérito do estudo, o que aqui se denomina por razão de chances, ou chances líquidas, na verdade, deve ser entendido

⁴⁵ Utilizou-se como referência o R^2 de Nagelkerke, que propôs um coeficiente de determinação para a regressão logística que supera o problema que possui o modelo original proposto por Cox e Snell, de não atingir o valor máximo (equivalente a 1). Assim como na regressão linear múltipla, este coeficiente expressa a força da relação entre as variáveis independentes e a variável dependente (FIELS, 2009:654).

⁴⁶ Todos os coeficientes obtidos nas análises de regressão estão disponíveis no apêndice desse trabalho.

como estimativa de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações ou no mercado de trabalho formal.

Um primeiro olhar sobre os dados da **Tabela 8** indica que as diferenças nas chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações diminuíram sucessivamente ao longo do tempo para as variáveis: faixa etária, faixa de escolaridade, faixa de tempo de emprego e faixa de tamanho da empresa. No caso da faixa etária, percebe-se que os indivíduos situados nas faixas entre 25 e 29 anos e 30 a 39 anos, apresentam as maiores chances relativas de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, controlados pelos demais fatores, comparativamente à variável de referência (50 anos ou mais). Para cada chance de permanência dos trabalhadores com 50 anos ou mais, os trabalhadores com idade entre 30 e 39 anos possuíam 4,563 chances em 1999, o que representa percentualmente uma chance líquida superior de 356,3%.

Do mesmo modo, o impacto da escolaridade sobre as chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações são maiores nos primeiros anos após a reestruturação. Em 1999, um trabalhador com ensino médio possuía 37,7% mais chances de permanência no setor de telecomunicações do que um trabalhador com ensino fundamental; um trabalhador com ensino superior possuía 50,9% mais chances que o trabalhador com ensino fundamental.

Contudo, a escolaridade perde importância relativa ao longo dos anos para explicar as chances de permanência no setor de telecomunicações. Em 2002, por exemplo, trabalhadores com ensino médio e ensino superior possuíam chances de permanência muito semelhantes, apesar dos trabalhadores com ensino fundamental ainda apresentarem chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações inferiores às demais faixas de escolaridade.

Em relação à variável faixa de tempo de emprego, constatou-se que os trabalhadores com menor tempo de emprego foram os mais atingidos pela reestruturação, controlados os demais fatores. A partir dos dados obtidos através das regressões logísticas multivariadas, observou-se que os trabalhadores situados na faixa de tempo de emprego de 60 a 119,9 meses possuíam as chances relativas mais elevadas de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, correspondendo a valores entre 45,3% e 134,6% ao longo da trajetória quando comparados à variável de referência (Até 23,9 meses de tempo de emprego).

Tabela 8 – Coeficientes de regressões logísticas multivariadas para chances de permanência no setor de telecomunicações – coorte 1998

Indicadores	1999		2000		2001		2002	
	Exp (b)	[Exp (b) – 1] x 100	Exp (b)	[Exp (b) – 1] x 100	Exp (b)	[Exp (b) – 1] x 100	Exp (b)	[Exp (b) – 1] x 100
Sexo								
Feminino*	1	-	1	-	1	-	1	-
Masculino	0,942	- 5,8	1,037	3,7	1,027	2,7	0,959	- 4,1
Faixa etária								
Até 24 anos	3,850	285	3,365	236,5	2,932	193,2	2,567	156,7
25 a 29 anos	4,108	310,8	3,689	268,9	3,292	229,2	2,843	184,3
30 a 39 anos	4,563	356,3	4,057	305,7	3,424	242,4	2,857	185,7
40 a 49 anos	2,976	197,6	2,820	182	2,432	143,2	1,966	96,6
50 anos ou mais*	1	-	1	-	1	-	1	-
Faixa de escolaridade								
Até ensino fundamental*	1	-	1	-	1	-	1	-
Ensino médio	1,377	37,7	1,340	34	1,316	31,6	1,185	18,5
Ensino superior	1,509	50,9	1,500	50	1,442	44,2	1,216	21,6
Faixa de tempo de emprego								
Até 23,9 meses*	1	-	1	-	1	-	1	-
De 24 a 59,9 meses	1,604	60,4	1,455	45,5	1,382	38,2	1,211	21,1
De 60 a 119,9 meses	2,346	134,6	1,932	93,2	1,621	62,1	1,453	45,3
120 meses ou mais	1,840	84	1,846	84,6	1,578	57,8	1,419	41,9

Faixa salarial								
Até 2 salários mínimos*	1	-	1	-	1	-	1	-
De 2,01 a 5 salários mínimos	1,033	3,3	1,189	18,9	1,008	0,8	1,004	0,4
De 5,01 a 10 salários mínimos	1,686	68,6	2,067	106,7	1,820	82	1,857	85,7
De 10,01 a 20 salários mínimos	1,509	50,9	2,352	135,2	2,281	128,1	2,536	153,6
20,01 salários mínimos ou mais	1,586	58,6	2,776	177,6	2,860	186	3,331	233,1
Faixa de tamanho da empresa								
Até 49 empregados*	1	-	1	-	1	-	1	-
50 a 249 empregados	1,086	8,6	1,044	4,4	1,008	0,8	1,013	1,3
250 a 999 empregados	1,331	33,1	1,221	22,1	1,261	26,1	1,147	14,7
1000 empregados ou mais	1,416	41,6	1,334	33,4	1,063	6,3	0,860	- 14
Região do Brasil								
Centro-Oeste*	1	-	1	-	1	-	1	-
Nordeste	1,389	38,9	1,777	77,7	1,669	66,9	2,502	150,2
Norte	1,312	31,2	1,477	47,7	1,247	24,7	1,592	59,2
Sudeste	1,237	23,7	1,437	43,7	1,522	52,2	2,468	146,8
Sul	2,270	127	2,262	126,2	2,165	116,5	2,655	165,5
Natureza da ocupação								
Específica	1,268	26,8	1,381	38,1	1,534	53,4	1,401	40,1
Não-específica*	1	-	1	-	1	-	1	-
R² do Modelo	0,110		0,140		0,120		0,097	

Fonte: RAIS Migra

(*) Variáveis de referência

Nota: (N = 133.002)

As diferenças nas chances de permanência entre as faixas de tamanho da empresa também apresentaram redução ao longo do tempo. Os trabalhadores que exerciam atividades em empresas com 1000 ou mais empregados passaram de uma situação de maior chance relativa de permanência no mercado de trabalho das telecomunicações em 1999 (41,6%), para uma situação de menor chance relativa de permanência em 2002 (- 14%), quando comparado com as chances dos trabalhadores situados na variável de referência (Até 49 empregados).

De modo inverso às variáveis acima citadas, as chances de permanência no setor de telecomunicações aumentam sucessivamente, comparativamente à variável de referência e ao longo do tempo, para as variáveis: faixa salarial, Região do Brasil e natureza da ocupação. Os trabalhadores situados nas faixas salariais mais elevadas possuem também as maiores chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, ou seja, os altos salários potencializam as chances de permanência no setor de telecomunicações ao longo dos anos. Trabalhadores situados na faixa salarial de 20,01 salários mínimos ou mais possuíam 58,6% mais chances de permanência em 1999 do que os trabalhadores situados na variável de referência (até 2 salários mínimos), ao passo que, em 2002, a diferença percentual entre as chances aumentaram para 233,1%.

Em relação à variável Região do Brasil, constatou que os trabalhadores da Região Sul apresentaram as chances relativas mais elevadas de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, variando entre 116,5% e 165,5%, comparativamente à variável de referência (Região Centro-Oeste). O mesmo ocorre com as chances relativas comparadas dos trabalhadores da Região Sudeste, que apresentaram índice de 23,7% em 1999 e saltaram para 146,8%, quando comparados aos trabalhadores da Região Centro-Oeste.

Assim como as variáveis “faixa salarial” e “Região do Brasil”, a variável natureza da ocupação também apresentou incremento ao longo do tempo na diferença entre as chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações. Em 1999, os trabalhadores vinculados às ocupações específicas do setor de telecomunicações possuíam 26,8% mais chances comparadas de permanência, ao passo que ao final da trajetória considerada, este percentual havia aumentado para 40,1%. Tal quadro aponta para a valorização dos trabalhadores das atividades-fim das telecomunicações no contexto da reestruturação do setor, aspecto que já havia sido identificado no tópico anterior.

Dentre as variáveis que compõem o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores, a variável “sexo”, controlada pelo efeito das demais, foi a única que não apresentou diferença significativa nas chances relativas de permanência no mercado de trabalho do setor de

telecomunicações ao longo do tempo. Tampouco as chances relativas de permanência de homens e mulheres foram discrepantes, pois constatou-se uma variação entre menos 5,8% e 3,7% nos anos analisados.

Por fim, constatou-se que o R^2 dos modelos apresentou variação entre 0,097 e 0,140, dependendo do ano em questão. Pode-se perceber que a influência do perfil sócio-ocupacional sobre as chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações aumenta do ano de 1999 (0,110) para o ano de 2000 (0,140), mas volta diminuir em 2001 (0,120) e apresenta seu índice menos elevado em 2002 (0,097). Desse modo, conclui-se que a maior desigualdade entre as faixas que compõem as variáveis foram observadas nos primeiros anos do período posterior à privatização. Os índices de R^2 obtidos sugerem que, sobretudo, no ano de 2000, o perfil sócio-ocupacional se mostrou uma credencial importante na explicação da permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações.

A **Tabela 9** apresenta os coeficientes de razão de chances [Exp (b)] e a razão de chances líquida de cada coeficiente, expressa em termos percentuais, para a **permanência no mercado de trabalho formal**, segundo as variáveis que compõem o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores.

Em relação à variável “sexo”, constatou-se que os homens apresentam chances relativas mais elevadas de permanência no mercado de trabalho formal, do que as mulheres ao longo de todos os anos considerados.

Entre os anos 1999 e 2002, os homens apresentaram chances de permanecer no mercado de trabalho formal entre 22,9% e 42,1% mais elevadas comparativamente às mulheres. Controlados os demais fatores, é possível afirmar que as mulheres tiveram maiores dificuldades em permanecer no mercado de trabalho formal, após a reestruturação do setor de telecomunicações, aspecto que já havia sido constatado nos tópicos de descrição das trajetórias.

Tabela 9 – Coeficientes de regressões logísticas multivariadas para chances de permanência no mercado de trabalho formal – coorte 1998

Indicadores	1999		2000		2001		2002	
	Exp (b)	[Exp (b) – 1] x 100	Exp (b)	[Exp (b) – 1] x 100	Exp (b)	[Exp (b) – 1] x 100	Exp (b)	[Exp (b) – 1] x 100
Sexo								
Feminino*	1	-	1	-	1	-	1	-
Masculino	1,229	22,9	1,421	42,1	1,405	40,5	1,341	34,1
Faixa etária								
Até 24 anos	7,228	622,8	7,927	692,7	7,159	615,9	7,090	609
25 a 29 anos	7,598	659,8	8,111	711,1	7,099	609,9	6,757	575,7
30 a 39 anos	8,445	744,5	8,060	706	6,513	551,3	5,894	489,4
40 a 49 anos	3,690	269	3,805	280,5	3,387	238,7	2,904	190,4
50 anos ou mais*	1	-	1	-	1	-	1	-
Faixa de escolaridade								
Até ensino fundamental *	1	-	1	-	1	-	1	-
Ensino médio	1,195	19,5	1,229	22,9	1,176	17,6	1,144	14,4
Ensino superior	1,608	60,8	1,537	53,7	1,421	42,1	1,375	37,5
Faixa de tempo de emprego								
Até 23,9 meses*	1	-	1	-	1	-	1	-
De 24 a 59,9 meses	1,680	68	1,552	55,2	1,342	34,2	1,302	30,2
De 60 a 119,9 meses	3,386	238,6	2,066	106,6	1,460	46	1,414	41,4
120 meses ou mais	1,137	13,7	0,987	- 1,3	0,837	- 16,3	0,834	- 16,6

Faixa salarial								
Até 2 salários mínimos*	1	-	1	-	1	-	1	-
De 2,01 a 5 salários mínimos	1,174	17,4	1,174	17,4	1,104	10,4	1,078	7,8
De 5,01 a 10 salários mínimos	1,274	27,4	1,523	52,3	1,252	25,2	1,129	12,9
De 10,01 a 20 salários mínimos	1,077	7,7	1,618	61,8	1,461	46,1	1,345	34,5
20,01 salários mínimos ou mais	1,191	19,1	1,807	80,7	1,657	65,7	1,507	50,7
Faixa de tamanho da empresa								
Até 49 empregados*	1	-	1	-	1	-	1	-
50 a 249 empregados	1,486	48,6	1,190	19	1,169	16,9	1,115	11,5
250 a 999 empregados	1,430	43	1,232	23,2	1,128	12,8	1,125	12,5
1000 empregados ou mais	1,294	29,4	1,189	18,9	1,047	4,7	1,008	0,8
Região do Brasil								
Centro-Oeste*	1	-	1	-	1	-	1	-
Nordeste	0,623	- 37,7	1,251	25,1	1,344	34,4	1,034	3,4
Norte	0,475	- 52,9	0,914	- 8,6	0,872	- 12,8	0,837	- 16,3
Sudeste	0,652	- 34,8	1,154	15,4	1,312	31,2	0,993	- 0,7
Sul	1,654	65,4	2,576	157,6	2,117	111,7	1,519	51,9
Natureza da ocupação								
Específica	1,394	39,4	1,520	52	1,594	59,4	1,280	28
Não-específica*	1	-	1	-	1	-	1	-
R² do Modelo	0,147		0,149		0,141		0,134	

Fonte: RAIS Migra

(*) Variáveis de referência

Nota: (N = 133.002)

Em relação à faixa etária, o tempo de serviço colaborou para a redução das diferenças nas chances relativas de permanência no mercado de trabalho formal. Em 1999, trabalhadores situados nas três primeiras faixas de idade possuíam entre 622,8% e 744,5% mais chances de permanecer no mercado de trabalho formal do que trabalhadores inseridos na variável de referência (50 anos ou mais). Em 2002, mesmo que tais percentuais tenham permanecido elevados, a variação observada nas chances de permanência no mercado de trabalho formal dos trabalhadores mais jovens variaram entre 489,4% e 609% superiores às chances dos trabalhadores situados na faixa de idade de 50 anos ou mais. Os trabalhadores de idade mais elevada estiveram mais suscetíveis à perda do emprego nos primeiros anos pós-privatização, mas os que permaneceram empregados no setor de telecomunicações, lograram permanência por mais tempo no emprego, comparativamente aos trabalhadores das demais faixas de idade. A idade mostrou-se uma credencial importante para a permanência no mercado de trabalho formal, visto que os trabalhadores situados nas duas faixas mais elevadas de idade tiveram mais comprometidas suas chances de permanecer na formalidade.

Do mesmo modo que ocorreu em relação à faixa etária, as diferenças nas chances de permanência no mercado de trabalho formal sofreram redução segundo o nível de escolaridade do trabalhador. Comparativamente à variável de referência (ensino fundamental), os trabalhadores com ensino superior possuíam 60,8% de chances relativas de permanência, ao passo que esse percentual diminuiu para 37,5%, em 2002. As chances relativas de permanência no mercado de trabalho formal de um trabalhador com ensino médio eram somente 14,4% maiores que de um trabalhador com ensino fundamental, no último ano da trajetória analisada, mas reduziram-se sensivelmente as diferenças nas chances de trabalhadores com ensino médio e ensino fundamental permanecerem no mercado de trabalho formal.

Controlada pelas demais variáveis, o tempo de emprego também apresentou redução das diferenças nas chances de permanência no mercado de trabalho formal ao longo dos anos considerados. Os trabalhadores situados na faixa mais elevada, de 120 meses ou mais de trabalho, tinham 13,7% mais chances de permanecer no mercado de trabalho formal, no ano de 1999, comparativamente aos trabalhadores situados na faixa de referência (Até 23,9 meses), ao passo que em 2002 tais chances passaram a ser 16,6% menores. Os trabalhadores situados na faixa de 60 a 119,9 meses de emprego apresentaram os índices mais elevados de permanência no mercado de trabalho formal, mesmo que tal índice tenha variado fortemente

ao longo da trajetória considerada (de 238,6% em 1999, para 41,4%, comparativamente à variável de referência).

Em relação à faixa salarial, os trabalhadores das faixas salariais mais elevadas lograram maiores chances relativas de permanência no mercado de trabalho formal. Por mais que as diferenças nas chances de permanência não tenham apresentado variação tão acentuada, como no caso da permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, os trabalhadores situados na faixa salarial de 20,01 salários mínimos ou mais sempre tiveram entre 19,1% e 80,7% mais chances de permanência do que os trabalhadores situados na faixa salarial de até 2 salários mínimos, variável de referência para a faixa de tempo de emprego. Seja qual for o ano considerado na trajetória, quanto menos elevada for a faixa salarial na qual o trabalhador está inserido, menores serão as suas chances de permanência no mercado de trabalho formal.

As chances de permanência no mercado de trabalho formal também foram influenciadas pelo tamanho da empresa empregadora. Constatou-se que os trabalhadores situados nas duas faixas intermediárias de tamanho de empresa (50 a 249 empregados e 250 a 999 empregados) lograram as chances de permanência mais elevadas, obtendo respectivamente chances que variavam entre 11,5% e 48,6% maiores que a faixa de referência (até 49 trabalhadores). Já os trabalhadores situados nas empresas de 1000 ou mais empregados, possuíam 29,4% mais chances de permanecer no mercado de trabalho formal que os trabalhadores da variável de referência em 1999, índice que regrediu sucessivamente ao longo da trajetória, até atingir 0,8% em 2002. Concluí-se que os trabalhadores inseridos em empresas de menor e de maior porte foram os que apresentam as menores chances de permanência no mercado de trabalho formal, controladas as demais variáveis.

Constatou-se também que, se os trabalhadores da Região Centro-Oeste apresentaram as menores chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, o mesmo não pode ser dito em relação à permanência no mercado de trabalho formal. Nesse quesito, os trabalhadores da Região Norte apresentaram as menores chances de permanência, variando negativamente entre 8,6% e 52,9% ao longo da trajetória comparativamente aos trabalhadores da Região Centro-Oeste, variável de referência para a Região do Brasil. Já os trabalhadores da Região Sul lograram as chances relativas mais elevadas de permanência no mercado de trabalho formal, atingindo índices que variaram entre 51,9% e 157,6% frente à região de referência (Região Centro-Oeste). Desse modo, é correto afirmar que os trabalhadores da Região Sul lograram não só os índices de permanência mais elevados no

mercado de trabalho do setor de telecomunicações, mas também no mercado de trabalho formal.

Os trabalhadores inseridos em ocupações específicas do setor tiveram maiores chances de permanência no mercado de trabalho formal, comparativamente aos trabalhadores inseridos em ocupações não-específicas do setor. As chances relativas de permanência no mercado de trabalho formal variaram a favor dos trabalhadores inseridos em ocupações específicas na proporção de 28% a 59,4% ao longo da trajetória considerada. Cabe destacar a importância empregatícia da construção civil em telecomunicações no primeiro período pós-privatização, que, conforme apresentado na **Figura 22**, foi o destino mais recorrente dos instaladores e reparadores de linhas e equipamentos de telecomunicações. A necessidade de ampliação do acesso aos serviços demandou a ampliação e a modernização da estrutura física que dá suporte aos serviços, aspecto que pode explicar as chances de permanência mais elevadas desses trabalhadores.

Em relação ao R^2 obtido nos modelos, verificou-se índices muito próximos em todos os anos da trajetória considerada. Nota-se que a influência do perfil sócio-ocupacional sobre as chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações variou entre 0,134 (em 2002, menor índice) e 0,149 (em 2000, maior índice). A proximidade em tais coeficientes indica uma manutenção constante dos níveis de desigualdade nas chances de permanência no mercado de trabalho formal durante o período analisado.

Conclusão

O primeiro período pós-privatização foi marcado por importantes mudanças no setor de telecomunicações. A necessidade de expansão do mercado, para absorver a demanda reprimida, bem como de estender a sua estrutura física, levaram as empresas a alterar o perfil da força de trabalho. Havia uma nova realidade dali por diante: sistemas digitais de transmissão de dados e voz, convergência tecnológica e pressão concorrencial em determinados segmentos. Desse modo, parte substantiva da força de trabalho disponível no setor foi considerada obsoleta, tanto que ao final do ano de 2002, apenas aproximadamente um terço dos trabalhadores empregados em 1998 permanecia no setor de telecomunicações.

Como foi referido anteriormente, também um terço dos trabalhadores empregados no setor de telecomunicações no ano de 1998 migraram para outros setores de atividade ao longo

da trajetória considerada. O setor de destino mais recorrente foi o de serviços, embora entre alguns trabalhadores, como os que possuíam o ensino fundamental e exerciam a atividade de instaladores e reparadores de linhas e equipamentos, a construção civil tenha sido um destino igualmente importante.

Nesse contexto, como foi possível observar ao longo do capítulo, as chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, bem como no mercado de trabalho formal, foram distribuídas de modo desigual entre os perfis sócio-ocupacionais dos trabalhadores.

Dentre todas as variáveis analisadas, a faixa salarial constitui-se na mais significativa para explicar as chances de permanência no setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal segundo. Nessa variável, reside a desigualdade mais flagrante na distribuição da segurança no mercado de trabalho, visto que os trabalhadores que possuíam salários mais elevados e, por isso, encontravam-se em melhores condições econômicas para lidar com trajetórias ocupacionais mais fragmentadas, foram também os que lograram as maiores chances de permanecer empregados.

A idade mais elevada reservou um destino menos seguro para quem pretensamente mais necessita de segurança. Por mais difícil que seja estimar a influência dos PDV no total de demissões, tampouco os pedidos de aposentaria demonstrem capacidade explicativa para os elevados índices de migração para fora do mercado de trabalho formal, observou-se que as menores chances de permanência no mercado de trabalho, do setor de telecomunicações e formal, foram distribuídas entre os trabalhadores de maior idade. Contudo, quando se incorpora o tempo à análise das chances de permanência, percebe-se que os trabalhadores situados nas faixas etárias de maior idade tenderam a reduzir sua diferença comparativamente às demais faixas. É possível que os trabalhadores de idade mais elevada que permanecem no setor de telecomunicações sejam também os que possuem qualificações imprescindíveis às empresas.

A escolaridade se constitui numa variável de diferenciação no curto prazo, mas as vantagens que conferiam aos trabalhadores situados nas faixas mais elevadas diminuíram ao longo dos anos. Entre os trabalhadores com escolaridade equivalente ao ensino fundamental e ao ensino médio, encontrou-se níveis muito semelhantes de segurança no mercado de trabalho, seja do setor de telecomunicações, seja no formal como um todo. Contudo, em todos os cenários analisados, os trabalhadores com ensino fundamental apresentaram os menores níveis de segurança no mercado de trabalho.

As diferenças na segurança no mercado de trabalho, segundo o sexo, foram mais marcantes no que tange à permanência no mercado de trabalho formal. Em 2002, os homens da coorte em estudo possuíam 34,1% mais chances de permanecer no mercado de trabalho formal do que as mulheres. De todo modo, a desigualdade de gênero constatada não chega a ser uma novidade, já que as mulheres estavam inseridas predominantemente em ocupações que sofreram profundas transformações após o processo de privatização do setor, como as que envolviam serviços administrativos e de telefonista.

Os trabalhadores com mais tempo de emprego, de 120 meses ou mais, lograram chances relativas mais elevadas de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, comparativamente à variável de referência (até 23,9 meses), mas não obtiveram o mesmo êxito em relação ao mercado de trabalho formal. Tal achado mostra-se compreensível, visto que as empresas recém privatizadas necessitavam de trabalhadores com experiência no setor, conhecedores dos processos técnicos e administrativos. Por outro lado, os trabalhadores empregados por 120 meses ou mais que foram alvo do enxugamento, tiveram maiores dificuldades para se reinserir no mercado de trabalho formal.

Os trabalhadores inseridos nas empresas de maior e menor porte, respectivamente de até 49 empregados e de 1000 ou mais empregados, apresentaram chances semelhantes de permanência no setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal como um todo.

Os trabalhadores da Região Sul lograram os níveis mais elevados de segurança no mercado de trabalho, bem como as maiores chances de permanecer no setor de telecomunicações. Os trabalhadores da Região Norte possuíam as menores chances de permanecer no mercado de trabalho formal e, logo, os menores níveis de segurança no mercado de trabalho, ao passo que os trabalhadores da Região Centro-Oeste vivenciaram a mesma situação em relação ao setor de telecomunicações.

Os trabalhadores inseridos em ocupações específicas do setor de telecomunicações lograram chances de permanência mais elevadas que os trabalhadores das ocupações não-específicas, seja no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, seja no mercado de trabalho formal como um todo. É importante novamente ressaltar as especificidades dos contornos mais gerais do setor de telecomunicações no primeiro período pós-privatização, quando diversas empresas foram criadas e outras tantas foram reestruturadas. Havia demanda no mercado de trabalho por empregados com qualificações específicas do setor de telecomunicações, mesmo com o aumento da produtividade por trabalhador, como foi demonstrado na **Figura 3**, do **Capítulo III**.

Dialogando com as reflexões de Manuel Castells (2000), pode-se concluir que a segurança no mercado de trabalho esteve desigualmente distribuída entre trabalhadores **permanentes** e **disponíveis**, no primeiro período pós-privatização. Mesmo que tenha sido constatada uma grande heterogeneidade nas chances de permanência no setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal, os trabalhadores **permanentes** são jovens, sobretudo entre 24 e 39 anos, possuem ensino superior, salários elevados e realizam atividades altamente lucrativas para as empresas. Já os trabalhadores **disponíveis** possuem idade elevada e escolaridade equivalente ao ensino fundamental, bem como recebem baixos salários e realizam atividades acessórias aos objetivos centrais das empresas.

Nesse sentido, pertencer à força de trabalho disponível também significa estar mais sujeito à **vulnerabilidade social**, visto que tais trabalhadores possuem recursos econômicos e culturais limitados. Constatou-se que os trabalhadores situados na faixa de remuneração de até 2 salários mínimos, que possuíam os recursos econômicos mais limitados, apresentaram os níveis menos elevados de segurança no mercado de trabalho formal (CASTEL, 2005).

Contudo, mesmo que seja possível constatar duas trajetórias ocupacionais típicas, que representam pólos opostos em relação aos níveis de segurança no mercado de trabalho, constatou-se uma diversidade de percursos que expõem os limites da tese da polarização da estrutura do mercado de trabalho, especialmente nos moldes daquela sugerida por Beck (2000). Há também classes intermediárias, que são compostas por técnicos e demais trabalhadores de nível médio que igualmente desempenham atividades fundamentais para o desenvolvimento das atividades de telecomunicações, e que, mesmo em caso de demissão, possuem chances relativamente elevadas de permanecer no mercado de trabalho formal.

Realizado o diagnóstico dos percursos no primeiro período pós-privatização, resta agora saber que tipos de trajetórias realizaram os trabalhadores do segundo período pós-privatização, de modo que se torne possível a análise comparada dos dois períodos que integram esse estudo.

CAPÍTULO V

Trajetórias ocupacionais no segundo período pós-privatização (2003 – 2007)

Esse capítulo analisa as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores do setor de telecomunicações no segundo período pós-privatização. Para tanto, foram selecionados os trabalhadores com vínculo empregatício no setor de telecomunicações no ano de 2003 (*coorte* de 2003). Assim como no capítulo anterior, interessa saber que trajetórias ocupacionais percorreram tais trabalhadores, levando-se em consideração as características que compõem seus perfis sócio-ocupacionais, no período que compreende os anos de 2003 a 2007.

Em um primeiro momento, realiza-se a análise de estatísticas descritivas das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores do setor de telecomunicações. Para tanto, empreendeu-se a análise de dados populacionais da coorte de 2003 de todos os empregados no setor de telecomunicações neste ano. Os dados analisados provêm da base RAIS Migra, do MTE. Após, realiza-se regressão logística na população da coorte em estudo, de modo a identificar, segundo o perfil sócio-ocupacional do trabalhador, quais as suas chances comparadas de:

- Permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações;
- Permanência no mercado de trabalho formal como um todo;

Tais procedimentos estatísticos foram acompanhados da reconstituição da trajetória do setor de telecomunicações ao longo do período entre os anos de 2003 e 2007. Ademais, nesse capítulo também será realizada a análise comparativa dos dois períodos pós-privatização, de modo a identificar possíveis diferenças e similaridades nos percursos das coortes de trabalhadores selecionadas.

5.1. O segundo período pós-privatização e as trajetórias dos trabalhadores.

O segundo momento pós-privatização teve início no ano de 2003, quando as empresas que anteciparam as metas de universalização, estabelecidas pelo Decreto Presidencial 2.592, de 15 de maio de 1998, passaram a atuar fora da sua região original de concessão, bem como estavam aptas a prestar novos serviços. Ao final de 2001, a maioria das empresas concessionárias havia antecipado as metas de universalização propostas em 1998. Assim, a partir de 2002, empresas como Telefonica, Embratel, CTBC Telecom, GVT e Sercomtel passaram a pleitear o direito de atuar fora de suas respectivas regiões de origem. Do mesmo modo, havia o interesse em oferecer serviços e produtos que até então eram de exclusividade de outras empresas⁴⁷, devido aos marcos regulatórios estabelecidos antes da privatização do setor. Assim, o ano de 2003 configurou-se como um marco inicial do segundo período pós-privatização, visto que a concorrência inter-empresarial passou a se estabelecer de modo mais efetivo somente a partir desse ano.

O segundo período pós-privatização do setor de telecomunicações manteve características distintas do primeiro: a reestruturação do setor chegou ao seu fim, com a modificação por completo da base tecnológica do setor e alteração do perfil da força de trabalho; o número de telefones celulares em operação ultrapassou o número de telefones fixos; os Programas de Desligamento Voluntário (PDV) foram encerrados; a produtividade média por trabalhador atingiu seu ápice.

A telefonia móvel celular configurou-se no melhor exemplo de concorrência, no segundo momento pós-privatização. No ano de 2003 a operadora Vivo, fruto da fusão no mercado de telefonia celular das empresas Telefonica de Espanha e Portugal Telecom, foi

⁴⁷ O caso mais emblemático dizia respeito aos serviços de chamadas de longa distância, que num primeiro momento ficaram sob domínio da Embratel, privatizada em 1998, e de sua concorrente, a Intelig. A partir da antecipação das metas de universalização, as empresas regionais passaram a operar também no segmento de chamadas de longa distância.

lançada no mercado. No mesmo ano, a Brasil Telecom, concessionária no âmbito da telefonia fixa nas regiões Sul e Centro-Oeste, recebeu autorização para atuar em todo o território brasileiro. Desde então, o mercado de telefonia móvel celular passou a contar com mais de duas operadoras em todas as regiões do País, aspecto que promoveu uma maior concorrência neste segmento.

A **Figura 24** apresenta os percentuais de participação na composição do mercado das quatro principais operadoras de telefonia móvel do Brasil. Percebe-se uma maior concorrência inter-empresarial especialmente nos anos de 2006 e 2007, mas, mesmo nos anos anteriores, o percentual de participação da líder de mercado nunca atingiu 50%. Tal quadro é bastante distinto do verificado na telefonia fixa, que em nenhum momento contou com concorrência significativa. As operadoras privatizadas, que contavam (e ainda contam) com a herança das antigas estatais, sempre predominaram amplamente no mercado, em detrimento das chamadas empresas-espelho, que em nenhum momento tiveram percentual de penetração que fomentasse a concorrência. No âmbito da telefonia fixa, a disputa por clientes nos serviços de chamadas de longa distância foi responsável pela presença de alguma concorrência no segundo período pós-privatização.

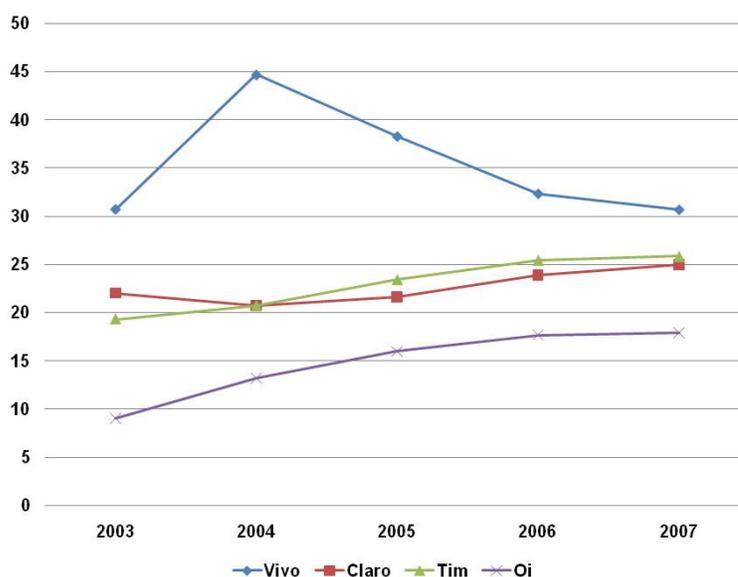


Figura 24 – Participação percentual no mercado brasileiro das principais empresas prestadoras de serviços de telefonia celular (anos selecionados).

Fonte: Anatel

Outro aspecto que merece destaque é a modificação do ambiente macroeconômico, no Brasil, durante o segundo período pós-privatização. A **Figura 25** mostra que, a partir de 2004, o País passou a crescer de modo mais consistente que no período anterior.

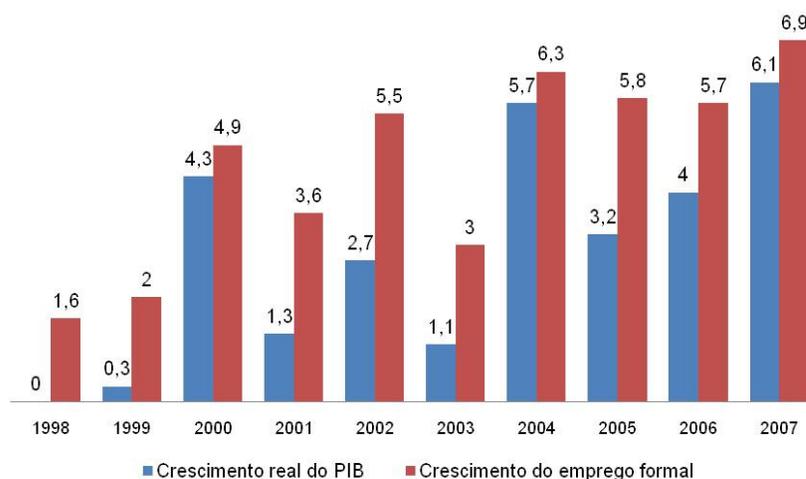


Figura 25 – Crescimento real do PIB e crescimento do emprego formal no Brasil – anos selecionados (%).

Fonte: Banco Central do Brasil; RAIS/MTE.

No mesmo período, o mercado de trabalho formal sofreu ampliação significativa. No segundo período pós-privatização do setor de telecomunicações, o mercado de trabalho formal, no Brasil, cresceu em média 5,54% ao ano, enquanto que no primeiro período pós-privatização o crescimento médio foi de 3,52%. A melhoria nas condições macroeconômicas gerais, bem como o crescimento do mercado de trabalho formal, no Brasil, são considerados aspectos importantes para a explicação das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores da coorte de 2003, sobretudo no que diz respeito às possibilidades de reinserção do trabalhador em caso de demissão.

Em relação ao mercado de trabalho do setor, o segundo período pós-privatização apresentou também características distintas do período anterior. Ao final do período de reestruturação era possível perceber a modificação do perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores. Comparativamente ao primeiro período pós-privatização, o setor de telecomunicações passou a contar com trabalhadores mais jovens e mais escolarizados, ao passo que a média salarial foi reduzida, bem como o tempo médio de emprego.

No segundo período pós-privatização do setor de telecomunicações, as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores sofreram significativas mudanças. Como mostra a **Figura 26**,

43,2% dos trabalhadores da coorte de 2003 permaneceram no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, ao final da trajetória analisada. Já a migração para outros setores de atividade apresentou percentual total de 37,8%. Os principais destinos empregatícios foram o setor de serviços (52,1% de todas as migrações para outros setores de atividade), seguido pela construção civil (18,2%), comércio (17,6%) e pela indústria (11,7%)⁴⁸.

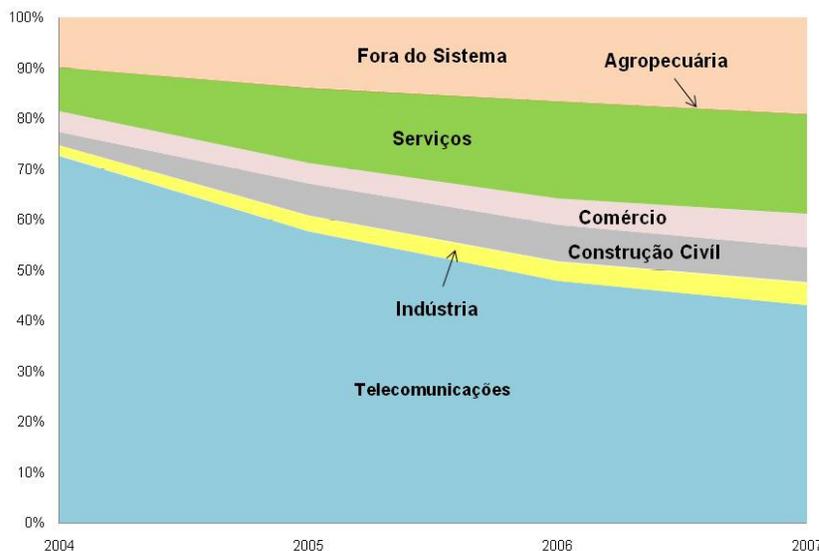


Figura 26 – Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, coorte 2003.

Nota: N = 120.361

Fonte: RAIS Migra/MTE

O índice geral de migração para fora do mercado de trabalho formal foi bastante inferior ao observado no primeiro período pós-privatização. Diferentemente do que ocorreu entre os anos de 1998 e 2002, o período seguinte não contou com o processo de reestruturação técnica e gerencial, que havia iniciado no final da década de 1990 e se encerrou no início da década de 2000. Do mesmo modo, nesse período ocorreu a redução dos índices de informalidade nas relações de trabalho, no Brasil, aspecto que depõe a favor da segurança no mercado de trabalho. Do total dos trabalhadores que exerciam atividades no setor de telecomunicações em 2003, 19% migraram para fora do mercado de trabalho formal, percentual bem abaixo dos 33,2% verificados no período anterior.

Assim como no Capítulo IV, procedeu-se a análise das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores segundo o seu perfil sócio-ocupacional. As características que compõem o

⁴⁸ Assim como no primeiro momento pós-privatização, a migração para a Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca não apresentou percentual significativo.

perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores constam na **Tabela 10**, bem como seus indicadores e frequência.

Tabela 10 – Perfis sócio-ocupacionais analisados, indicadores e frequência – coorte 2003

Perfil Sócio-ocupacional	Indicadores	Frequência
Sexo	Masculino	78.445
	Feminino	41.916
Faixa etária	Até 24 anos	23.087
	25 a 29 anos	26.937
	30 a 39 anos	35.116
	40 a 49 anos	25.721
	50 anos ou mais	9.484
	Ignorado	16
Faixa de escolaridade	Até ensino fundamental completo	12.500
	Ensino médio incompleto e completo	53.813
	Ensino superior incompleto ou mais	54.048
Faixa de tempo de emprego	Até 23,9 meses	63.565
	24 a 59,9 meses	32.080
	60 a 119,9 meses	7.650
	120 meses ou mais	16.996
	Ignorado	70
Faixa salarial	Até 2 salários mínimos	22.267
	De 2,01 a 5 salários mínimos	34.263
	De 5,01 a 10 salários mínimos	25.029
	De 10,01 a 20 salários mínimos	23.209
	20,01 salários mínimos ou mais	14.007
	Ignorado	1.586
Faixa de tamanho da empresa	Até 49 empregados	24.149
	50 a 249 empregados	20.216
	250 a 999 empregados	36.416
	1000 empregados ou mais	39.580
Região do Brasil	Norte	4.017
	Nordeste	13.198
	Sudeste	78.688
	Sul	17.468
	Centro-Oeste	6.990
Natureza da ocupação	Ocupações específicas	33.694
	Ocupações não-específicas	73.438
	Ignorado	13.229
Nível de competência	Competência “2”	54.218
	Competência “3”	25.529
	Competência “4”	17.500
	Competência “não definido”	9.885
	Ignorado	13.229

Fonte: RAIS Migra/MTE.

A análise das trajetórias ocupacionais relativas ao recorte por sexo indica que homens e mulheres permaneceram na mesma proporção no setor de telecomunicações, obtendo respectivamente índices de 43,2% e 43,1% ao final da trajetória. Entre os trabalhadores que migraram para outro setor de atividade, os serviços foram o destino mais recorrente de homens e mulheres. Entretanto, entre os homens, a migração para a construção civil apresentou participação expressiva, como o segundo destino mais frequente, enquanto que entre as mulheres, o comércio ocupou essa mesma posição.

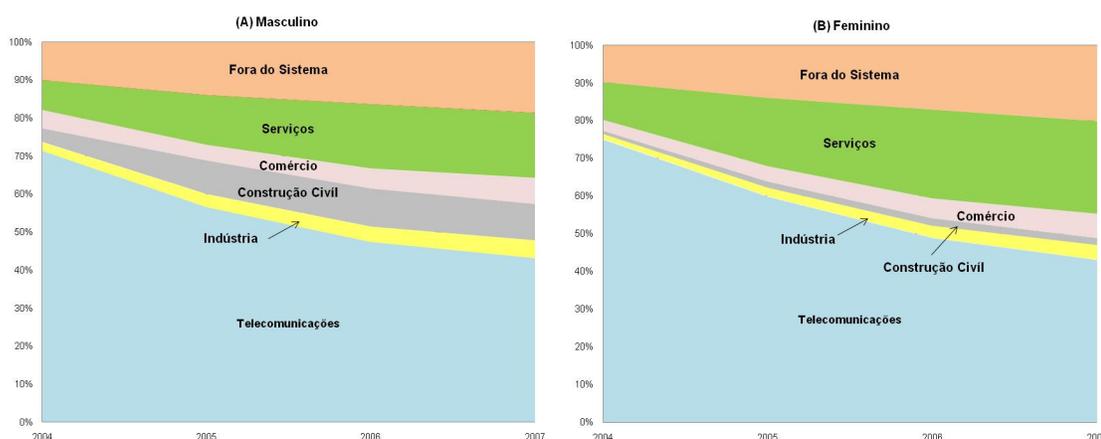


Figura 27 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por sexo - coorte 2003.

Nota: (A): N = 78.445 ; (B): N = 41.916

Fonte: RaisMIGRA/MTE

Por outro lado, constatou-se que as mulheres estiveram mais sujeitas a migrar para fora do mercado de trabalho formal, embora se trate de uma diferença relativamente pouco elevada. O percentual observado entre os homens foi de 18,5%, enquanto que entre as mulheres o índice foi de 20%. Contudo, os dados relativos ao segundo período pós-privatização indicam diminuição nas desigualdades observadas no período anterior.

No que concerne às trajetórias ocupacionais segundo a faixa etária, observou-se que os trabalhadores que obtiveram os índices mais elevados de permanência no setor de telecomunicações são os situados nas faixas etárias de 50 anos ou mais (49,7%) e entre 40 e 49 anos (56,8%). De modo inverso, os trabalhadores mais jovens, situados na faixa de idade de até 24 anos apresentaram o menor índice de permanência no mercado de trabalho das telecomunicações (26,4%).

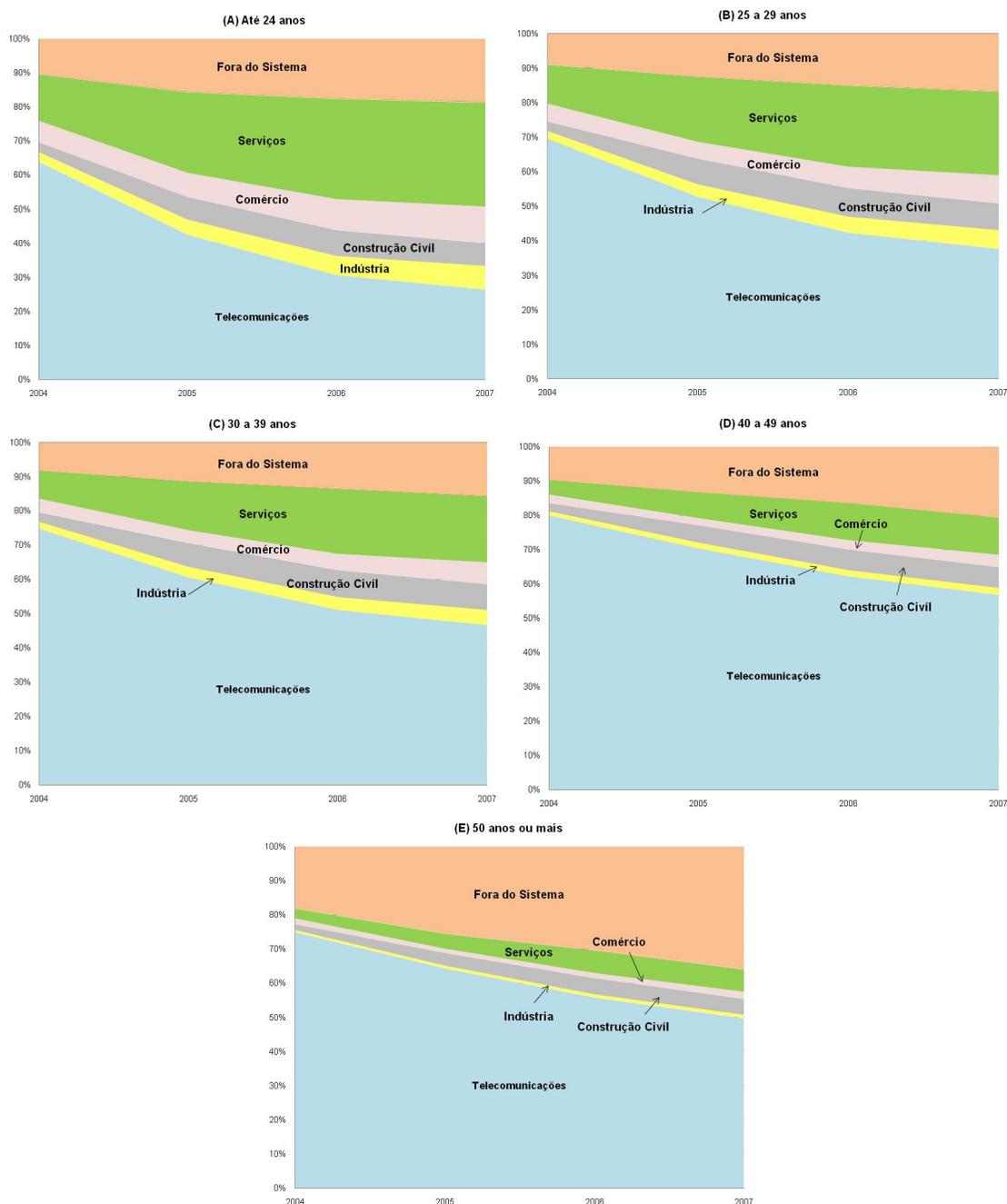


Figura 28 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa etária - coorte 2003.

Nota: (A): N = 23.087 ; (B): N = 26.937 (C): N = 35.116; (D): N = 25.721; (E): N = 9.484; Ignorado: N = 16.

Fonte: RAIS Migra/MTE

A migração para outros setores de atividade estabeleceu uma relação inversa com a faixa etária, visto que quanto menos elevada a faixa etária, mais elevado o percentual de

migração para outro setor de atividade. Os trabalhadores inseridos na faixa de até 24 anos de idade migraram na proporção de 55,2% para outros setores de atividade, predominantemente para os serviços e para o comércio, ao passo que os trabalhadores da faixa etária mais elevada, de 50 anos ou mais, migraram para outros setores de atividade na proporção de 14,4%.

Já os percentuais mais elevados de migração para fora do mercado de trabalho formal foram observados entre os trabalhadores das duas faixas superiores de idade. Os trabalhadores da faixa de 50 anos ou mais apresentaram índice de migração para fora do mercado de trabalho formal de 35,9%. Mesmo que tal índice possa ser considerado elevado, percebe-se que comparativamente ao primeiro período pós-privatização houve uma redução significativa na migração para fora do mercado de trabalho formal entre os trabalhadores da faixa de idade mais elevada. Outro aspecto que merece destaque é o fato dos trabalhadores da faixa de até 24 anos apresentarem índice de migração para fora do mercado de trabalho formal inferior (18,4%) ao dos trabalhadores das duas faixas intermediárias de idade, entre 25 e 29 anos (16,6%) e 30 a 39 anos (15,6%).

Em relação à escolaridade, constatou-se índices semelhantes nas faixas que compreendem o ensino fundamental e o ensino médio. Entretanto, dentre os trabalhadores que migraram para outro setor de atividade, constatou-se que o destino mais recorrente dos trabalhadores com ensino fundamental foi a construção civil, enquanto que os trabalhadores com ensino médio migraram em maior proporção para o setor de serviços. Comparativamente ao primeiro período pós-privatização, houve redução do percentual de trabalhadores com ensino fundamental. Se esses trabalhadores representavam 22,2% da força de trabalho em 1998, em 2003, representavam somente 10,4%.

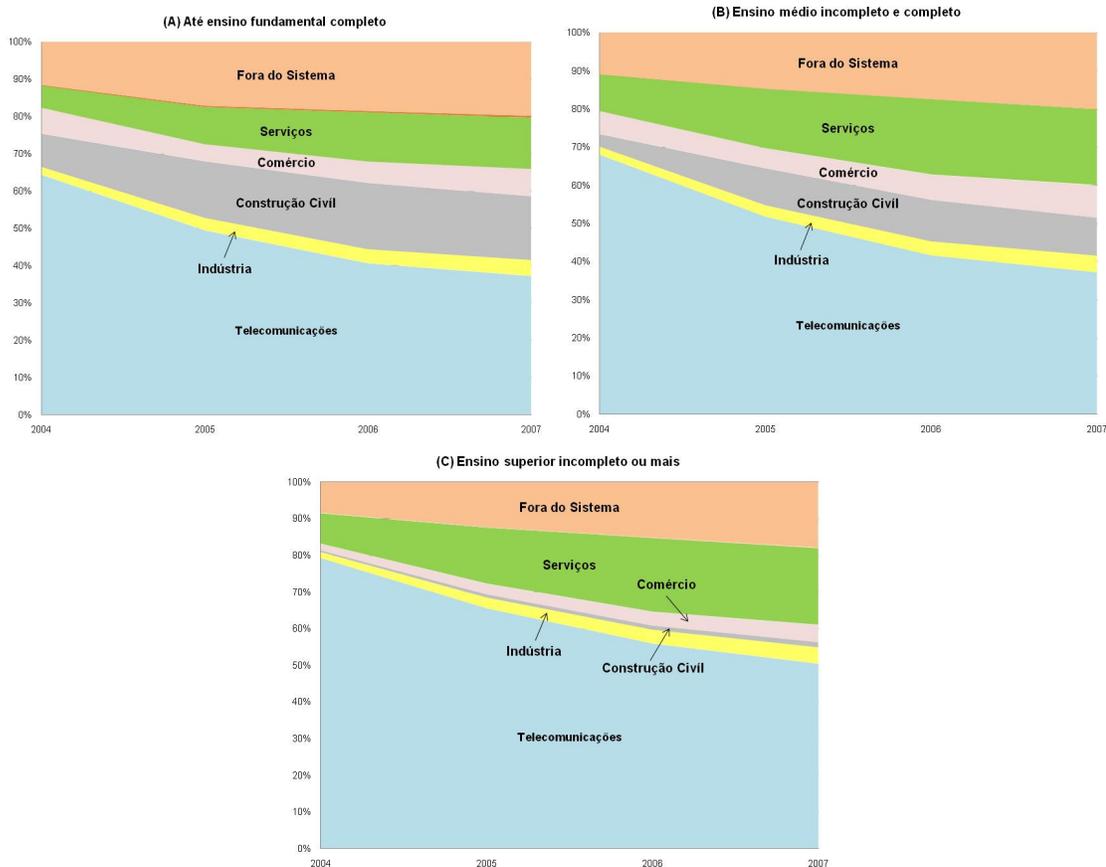


Figura 29 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa de escolaridade - coorte 2003.

Nota: (A): N = 12.500; (B): N = 53.813; (C): N = 54.048.

Fonte: RAIS Migra/MTE

Os trabalhadores situados na faixa de escolaridade correspondente ao ensino superior obtiveram percentual mais elevado de permanência no setor de telecomunicações (50,4%) e menor índice de migração para fora do mercado de trabalho formal (18%). Observa-se, em ambos os períodos analisados, o fato de possuir um diploma de curso superior se constituiu em uma das principais credenciais de permanência no setor de telecomunicações. Nesse caso, supõem-se que o próprio acirramento da concorrência inter-empresarial pode ter contribuído para a permanência dos trabalhadores com ensino superior, tendo em vista a necessidade de pessoal qualificado.

Assim como ocorreu no primeiro período pós-privatização, a faixa de tempo de emprego também se constituiu numa importante variável explicativa da trajetória ocupacional dos trabalhadores do setor de telecomunicações. Constatou-se que quanto mais elevada a faixa de tempo de emprego, mais elevado o percentual de trabalhadores que permaneceram no

mercado de trabalho do setor de telecomunicações ao final da trajetória analisada. O percentual de permanência mais elevado foi obtido pelos trabalhadores situados na faixa de tempo de emprego de 120 meses ou mais (72,3%).

Os empregados por 120 meses ou mais obtiveram o índice mais elevado de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, entre todas as variáveis que compõem o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores. Todos esses trabalhadores (empregados por 120 meses ou mais) são remanescentes das antigas estatais do Sistema Telebrás. Tal aspecto reforça o argumento de que alguns trabalhadores remanescentes do período estatal foram considerados estratégicos para o negócio das empresas, visto que possuíam conhecimentos acumulados altamente valorizados pelas empresas recentemente privatizadas, muitas delas sem experiência de funcionamento do setor, no Brasil.

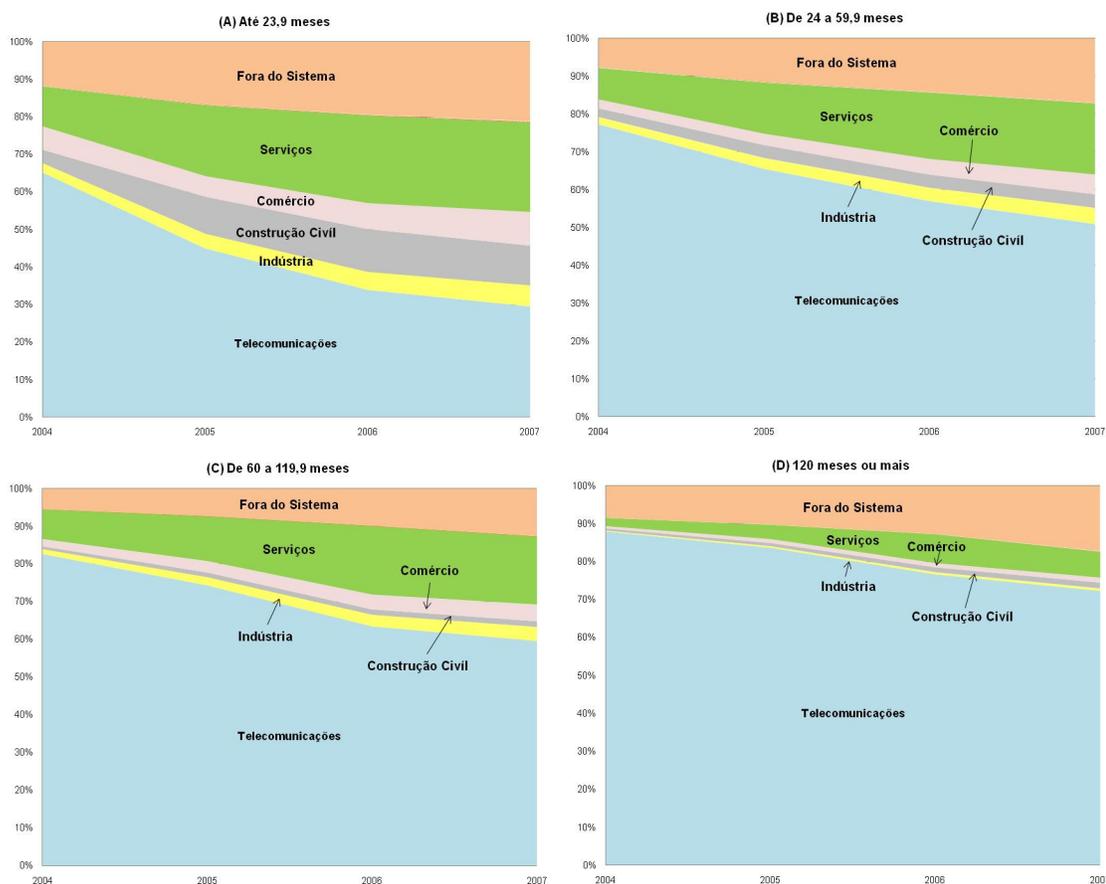


Figura 30 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa de tempo de emprego - coorte 2003.

Nota: (A): N = 63.565; (B): N = 32.080; (C): N = 7.650; (D): N = 16.996; Ignorado: N = 70.

Fonte: RAIS Migra/MTE

Já os percentuais mais elevados de migração para outros setores de atividade foram observados entre os trabalhadores das faixas inferiores de tempo de emprego. Quase a metade dos trabalhadores empregados por até 23,9 meses (49,3%) migrou para outros setores de atividade. Seus destinos empregatícios mais recorrentes foram o setor de serviços e a construção civil.

Do mesmo modo, os trabalhadores com até 23,9 meses de emprego foram os que mais migraram para fora do mercado de trabalho formal (21,2%). Inversamente, os trabalhadores situados na faixa que vai dos 60 aos 119,9 meses de emprego foram os que menos migraram para fora do mercado de trabalho, obtendo um índice superior inclusive ao dos trabalhadores da faixa dos 120 ou mais (12,6% contra 17,4%). Tais dados reforçam o argumento de que os trabalhadores mais vulneráveis são também os que estão mais sujeitos a trajetórias ocupacionais instáveis. Percebe-se que os trabalhadores empregados a menos tempo são também os que migram em maior proporção para a construção civil, sabidamente um segmento de mercado mais instável e de menor qualidade do emprego.

Em relação às trajetórias ocupacionais segundo as faixas salariais, constatou-se que os trabalhadores situados na faixa de até 2 salários mínimos obtiveram o menor percentual (16%) de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações. Tais trabalhadores também apresentaram o maior percentual de migração para outro setor de atividade (60,9%), dentre os quais destacam-se os serviços, a construção civil e o comércio.

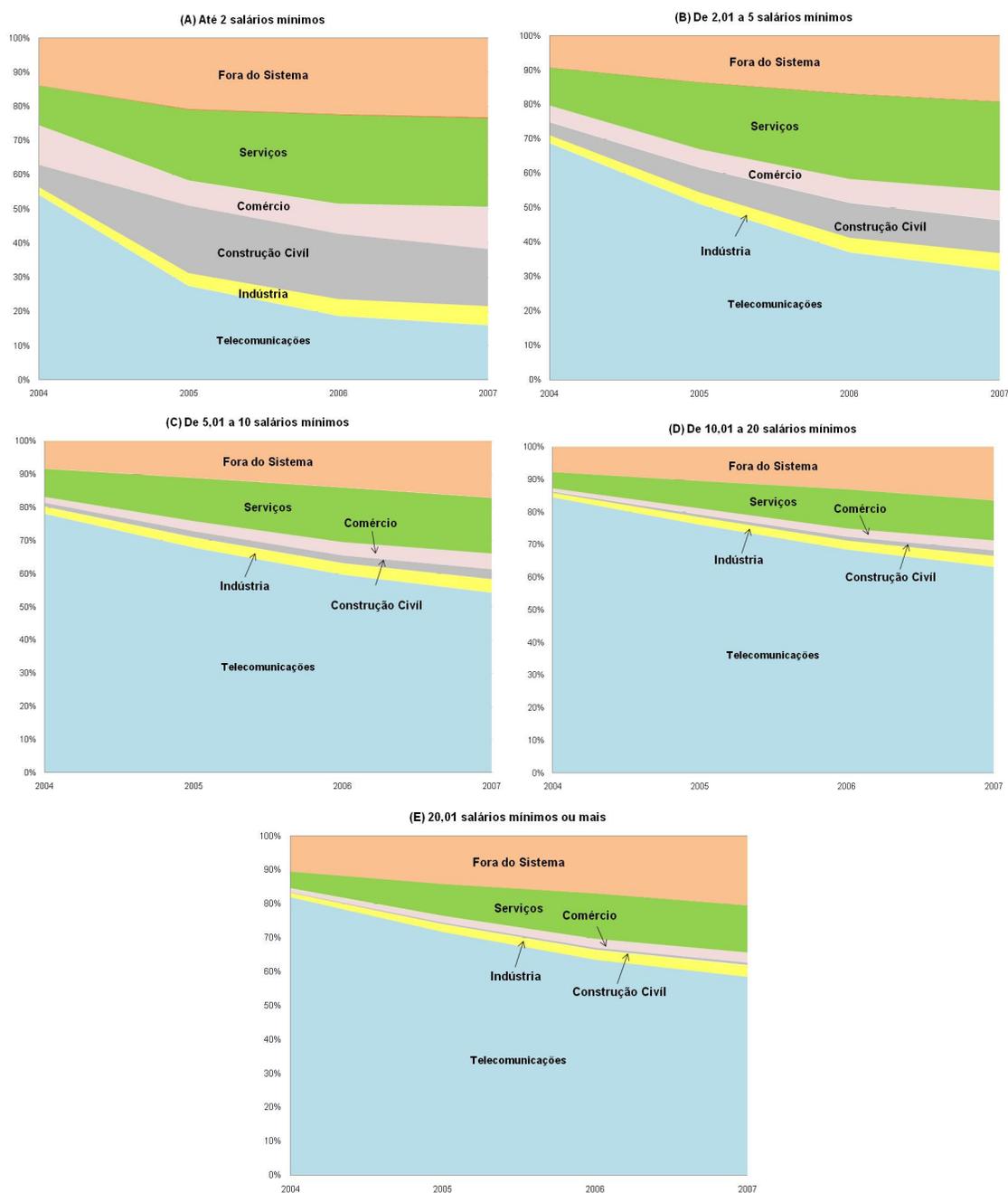


Figura 31 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa salarial - coorte 2003.

Nota: (A): N = 22.267; (B): N = 34.263; (C): N = 25.029; (D): N = 23.209; (E): N = 14.007; Ignorado: N = 1.586.

Fonte: RAIS Migra/MTE

Os trabalhadores situados nas duas faixas salariais mais elevadas apresentaram os índices mais elevados de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, totalizando 63,3% na faixa entre 10,01 a 20 salários mínimos e 58,5% na faixa de remuneração de 20,01 salários mínimos ou mais.

Portanto, seja nos dados relativos ao primeiro período pós-privatização, seja nos dados relativos ao segundo, houve forte relação entre a faixa de remuneração e a permanência no setor de telecomunicações, o que permite afirmar que os trabalhadores que se encontram em melhores condições econômicas para lidar com as oscilações no emprego são também os que possuem maior segurança no mercado de trabalho do setor de telecomunicações.

A **Figura 32** apresenta as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores do setor de telecomunicações segundo o tamanho da empresa empregadora. Levando em consideração o último ano da trajetória analisada, constatou-se que os trabalhadores que exerciam atividades em empresas situadas na faixa dos 250 a 999 empregados (49,5%) permaneceram em maior proporção no setor de telecomunicações. Já os trabalhadores das empresas situadas na faixa de até 49 empregados apresentaram o menor percentual de permanência no mercado de trabalho das telecomunicações (35,3%), seguidos pelos trabalhadores das empresas da faixa dos 1000 ou mais empregados (40,8%).

Entre os trabalhadores que migraram para outros setores de atividade, destacam-se os que exerciam atividades em empresas de até 49 empregados, bem como os empregados nas companhias de maior porte, com 1000 empregados ou mais. Os serviços foram o destino mais recorrente entre os trabalhadores situados em todos os tamanhos de empresas, mas destaca-se a importância da construção civil para os trabalhadores que migraram das empresas com 1000 ou mais empregados. Cabe destacar o papel relevante da terceirização dos serviços no setor de telecomunicações. As concessionárias dos serviços de telecomunicações externalizam determinadas etapas dos seus processos, como a instalação de linhas, cabeamento de redes, reparação, entre outros, mediante contratos de terceirização de serviços firmados com empresas prestadoras de serviços. No segundo período pós-privatização, ocorreu o surgimento de grandes empresas prestadoras de serviços, que por sua vez empregavam profissionais com qualificação híbrida, capaz de atuar tanto no segmento de serviços de telecomunicações, como no segmento de construção civil em telecomunicações. Tais trabalhadores estiveram mais sujeitos às oscilações de mercado no segundo período pós-privatização, e por isso migraram em percentual significativo para a construção civil.

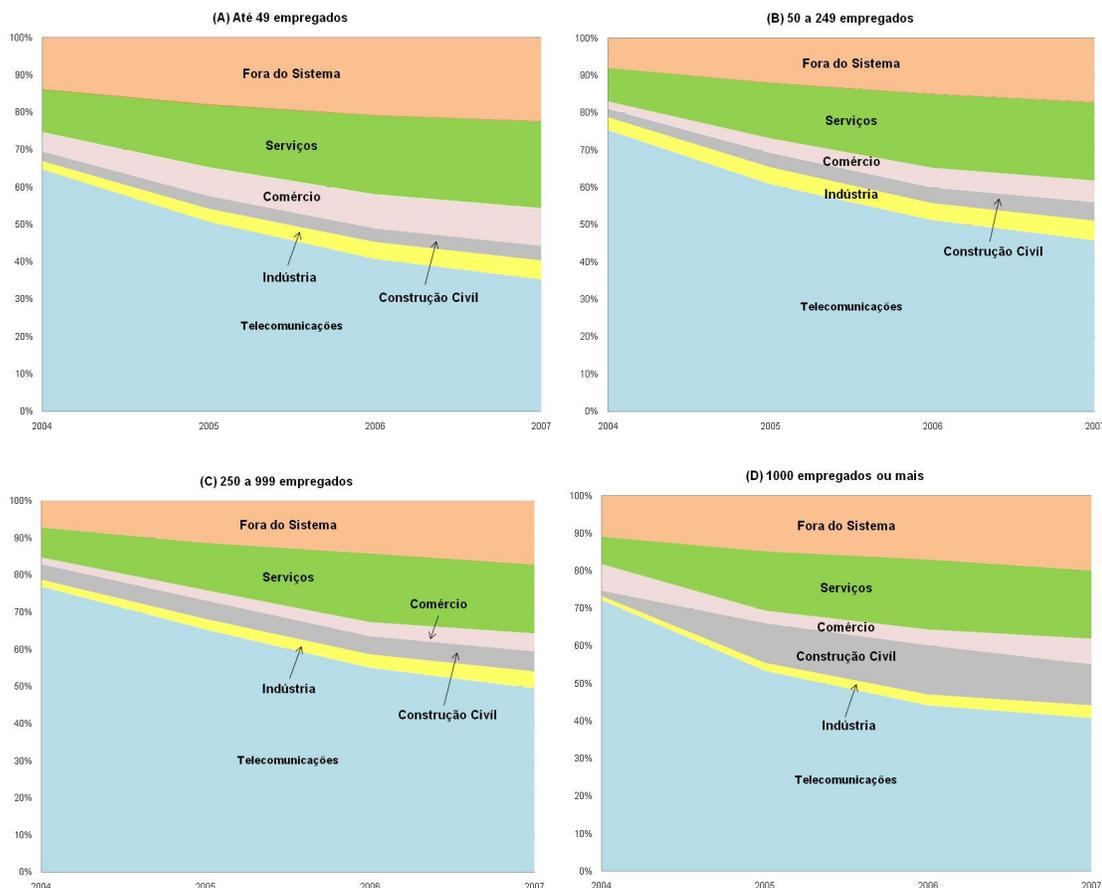


Figura 32 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por faixa de tamanho da empresa - coorte 2003.

Nota: (A): N = 24.149 (B): N = 20.216; (C): N = 36.416; (D): N = 39.580.

Fonte: RAIS Migra/MTE

Em relação à migração para fora do mercado de trabalho formal, constatou-se índices mais elevados entre os trabalhadores das empresas com até 49 empregados (22,3%), comparativamente aos demais. Tal quadro difere do primeiro período pós-privatização, quando os trabalhadores empregados nas corporações de maior porte foram os que apresentaram o índice mais elevado de migração para fora do mercado de trabalho formal.

Em relação às trajetórias ocupacionais segundo a Região do Brasil, observa-se que o percentual mais elevado de permanência no setor de telecomunicações foi encontrado entre os trabalhadores das Regiões Sul (50,8). As Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram índices muito semelhantes de permanência, somando, respectivamente 49,7%, 49,2% e 49,1% ao final da trajetória analisada. A Região Sudeste apresentou o índice menos elevado de permanência no setor de telecomunicações (39,6%). Como a Região Sudeste representa aproximadamente dois terços do mercado de trabalho do setor de telecomunicações

do Brasil no ano de 2003, seu peso relativo condiciona todas as demais variáveis analisadas nesse capítulo.

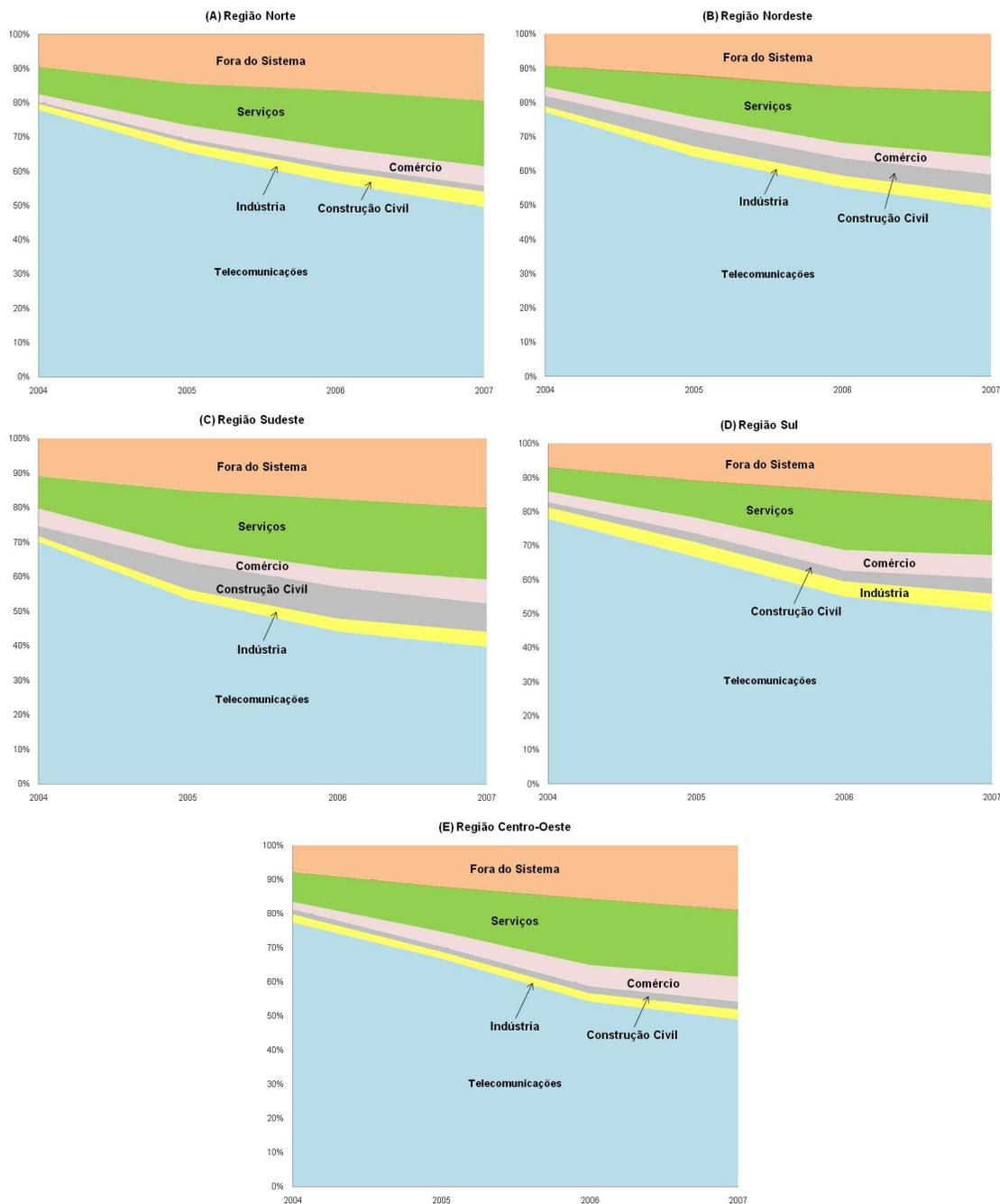


Figura 33 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por Região do Brasil - coorte 2003.

Nota: (A): N = 4.017; (B): N = 13.198; (C): N = 78.688; (D): N = 17.468; (E): N = 6.990.

Fonte: RAIS Migra/MTE

Como observado no “Gráfico (C)” da **Figura 33**, os trabalhadores da Região Sudeste foram os que mais migraram para outros setores de atividade. Seus principais destinos foram os serviços e a construção civil. Apesar da importância do emprego industrial para a Região Sudeste, tal destino foi o que menos recebeu trabalhadores oriundos do setor de telecomunicações.

Ainda com relação aos dados relativos às trajetórias ocupacionais segundo a Região do Brasil, constatou-se que todas as regiões apresentaram índices próximos de migração para fora do mercado de trabalho formal. O índice mais elevado foi observado na Região Sudeste (19,9%) e os índices menos elevados foram observados nas Regiões Nordeste e Sul (ambas 16,8%).

Do mesmo modo que no capítulo anterior, buscou-se avaliar a influência da categoria ocupacional dos trabalhadores sobre as suas trajetórias ocupacionais. Contudo, para a análise do segundo período pós-privatização, utilizou-se dois recursos metodológicos. No primeiro, idêntico ao utilizado para a coorte de 1998, tratou-se de separar as ocupações do setor de telecomunicações em dois grupos distintos: “Ocupações específicas” e “Ocupações não-específicas”. No segundo, as ocupações do setor de telecomunicações foram agregadas segundo o nível de competência da CBO 2002⁴⁹.

As ocupações consideradas específicas do setor de telecomunicações constam na **Tabela 11**, que segue abaixo. Todas as demais ocupações foram consideradas não-específicas do setor de telecomunicações, visto que não integram as atividades-fim do mesmo.

Tabela 11 – Ocupações específicas do setor de telecomunicações, coorte 2003

Famílias Ocupacionais CBO 2002	Frequência
Engenheiros eletricitas, eletrônicos e afins	5.459
Técnicos em telecomunicações	13.418
Instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos e telefônicos	14.817
Total	33.694

Fonte: RAIS Migra/MTE - Classificação Brasileira de Ocupações, 2002

Nota: Operadores de telefonia e operadores de telemarketing não foram incluídos entre as ocupações específicas do setor de telecomunicações, visto que os mesmos possuem um tipo de qualificação que permite inserção em outros segmentos de mercado.

Observa-se na **Figura 34**, que trabalhadores inseridos em ocupações específicas e não-específicas do setor de telecomunicações tiveram trajetórias ocupacionais muito semelhantes,

⁴⁹ Tal iniciativa não foi realizada para a coorte de 1998 porque as variáveis ocupacionais disponíveis na RAIS Migra não possibilitaram a agregação dos dados.

no segundo período pós-privatização. Os índices de permanência observados em ambas as categorias foram semelhantes, mesmo que os trabalhadores das ocupações de natureza específica do setor de telecomunicações tenham obtido um índice de permanência um pouco superior, de 39,7%, contra 38% dos trabalhadores de ocupações não-específicas.

Em relação à migração para outros setores de atividade, os percentuais gerais de ambas as categorias também foram semelhantes, totalizando 40,3% entre as ocupações específicas e 40,8% entre as ocupações não-específicas. Entretanto, os destinos dos trabalhadores que migraram para outros setores foram distintos: enquanto os trabalhadores de ocupações específicas migraram em maior percentual para a construção civil, o destino predominante entre os trabalhadores das ocupações não-específicas foi os serviços.

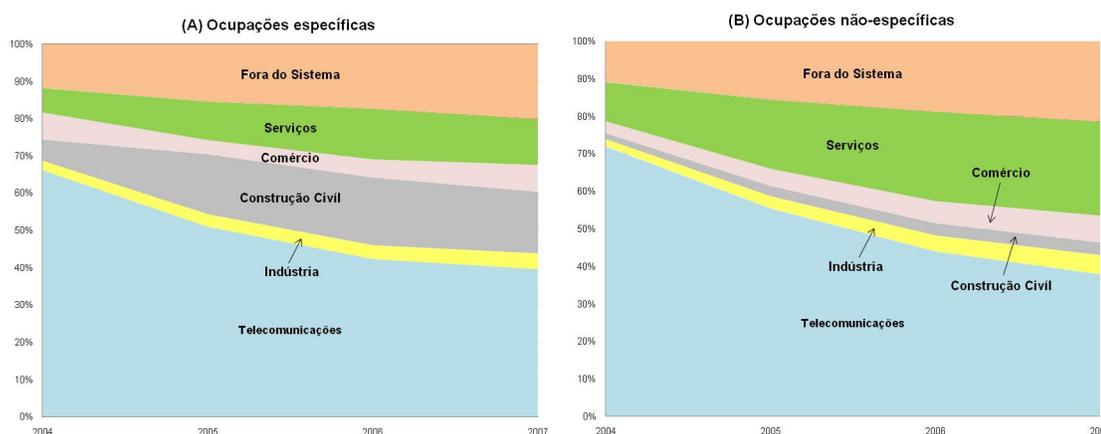


Figura 34 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por natureza da ocupação - coorte 2003.

Nota: (A): N = 33.694; (B): N = 73.438 Ignorado: N = 13.229.

Fonte: RAIS Migra/MTE

A migração para fora do mercado de trabalho formal foi levemente mais elevada entre os trabalhadores das ocupações não-específicas do setor de telecomunicações, que apresentaram um percentual de 21,2%, enquanto os trabalhadores das ocupações específicas migraram na proporção de 20% para fora do mercado de trabalho formal. Supõe-se que a necessidade de mão-de-obra especializada, para enfrentar o crescimento da concorrência inter-empresarial, pode ter influenciado uma maior permanência no mercado de trabalho formal dos trabalhadores que possuíam qualificação específica do setor de telecomunicações.

Para uma melhor compreensão dos dados relativos aos trabalhadores de ocupações específicas do setor de telecomunicações, realizou-se a análise individualizada das famílias ocupacionais que compuseram tal categoria. Assim como ocorreu no primeiro período pós-

privatização, os engenheiros permaneceram em percentual mais elevado no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, comparativamente aos técnicos e instaladores e reparadores. Considerando a permanência ao final da trajetória analisada, os engenheiros lograram um percentual de 71,3%, enquanto os técnicos 55,1% e os instaladores e reparadores 14,1%.

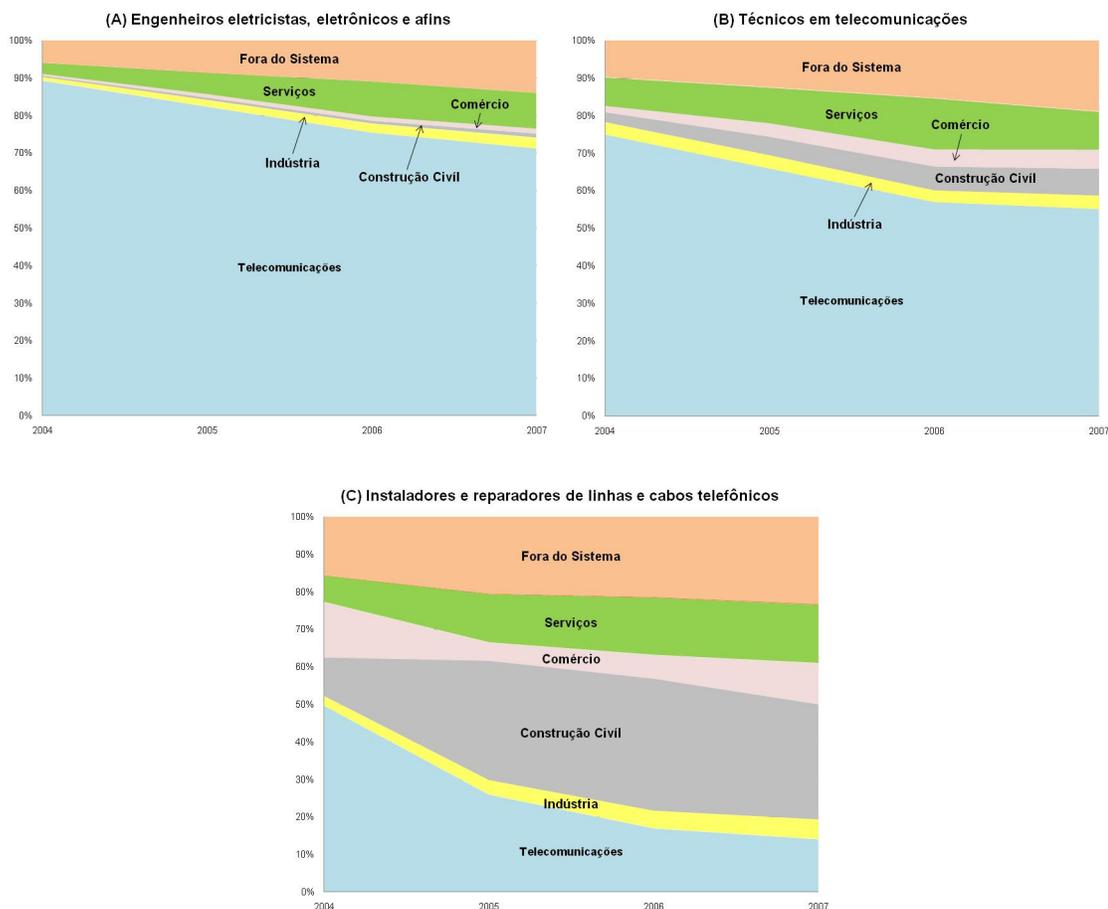


Figura 35 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por ocupações específicas (Famílias ocupacionais CBO 2002) - coorte 2003.

Nota: (A): N = 5.459; (B): N = 13.418; (C): N = 14.817; Ignorado: N = 13.229.

Fonte: RAIS Migra/MTE

Tais dados também refletem a importância das ocupações situadas no topo da estrutura de emprego do setor, como as de engenheiro e técnico, no contexto de acirramento da concorrência. Possuir uma qualificação específica de telecomunicações, em atividade situada no topo da estrutura ocupacional, constituiu-se numa importante credencial de permanência no setor de telecomunicações no segundo período pós-privatização.

O percentual mais elevado de migração para outros setores de atividade foi observado entre os instaladores e reparadores (62,7%), cujo destino mais recorrente foi a construção civil. Considerando somente os trabalhadores que migraram para outros setores de atividade, 49% lograram reinserção ocupacional na construção civil. Em relação aos técnicos, nota-se que o principal destino ocupacional foi os serviços.

No caso dos reparadores e instaladores, percebe-se que a construção civil passou a disputar mão-de-obra especializada com o setor de telecomunicações. Mesmo que a ocupação de instalador e reparador envolva atividade-fim do setor de serviços em telecomunicações, as qualificações desses trabalhadores permitem que sejam realizadas atividades no segmento de obras em telecomunicações.

Em termos dos dados de migração para fora do mercado de trabalho formal, constatou-se percentuais mais elevados entre os instaladores e reparadores (23,2%), do que entre engenheiros (13,9%) e técnicos (18,9%). Tais dados confirmam a suposição de que os trabalhadores que se encontram na base da estrutura ocupacional do setor de telecomunicações são também os mais vulneráveis no mercado de trabalho formal.

Assim como no capítulo anterior, realizou-se a análise das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores inseridos em ocupações não-específicas do setor de telecomunicações. A escolha das famílias ocupacionais obedeceu os mesmos critérios utilizados no Capítulo IV.

Tabela 12 – Ocupações não-específicas do setor de telecomunicações selecionadas, coorte 2003

Famílias ocupacionais CBO 2002	Frequência
Analista de sistemas computacionais	3.566
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	12.784
Operadores de telemarketing	9.901
Total	26.251

Fonte: RAIS Migra/MTE - Classificação Brasileira de Ocupações, 2002.

A análise dos dados relativos às ocupações não-específicas do setor de telecomunicações indica que, ao final da trajetória considerada, 48,8% dos analistas de sistemas computacionais permaneceram no mercado de trabalho das telecomunicações, bem como 42,3% dos escriturários e 18,7% dos operadores de telemarketing. O elevado percentual de migração dos operadores de telemarketing deve-se ao perfil de tal segmento, que apresenta percentuais significativos de rotatividade e abrange variados segmentos de mercado, como

bancos, operadoras de cartão de crédito, distribuidoras de energia elétrica, vendas de seguros, cobrança, suporte de produtos e serviços, entre outros.

Os operadores de telemarketing foram os que mais migraram para outros setores de atividades (58,7%), bem como apresentaram o maior percentual de migração para fora do mercado de trabalho (22,6%). No caso específico dos operadores de telemarketing, o ensino médio completo, requisito solicitado para contratação, parece não ter contribuído para taxas menos elevadas de migração para fora do mercado de trabalho formal.

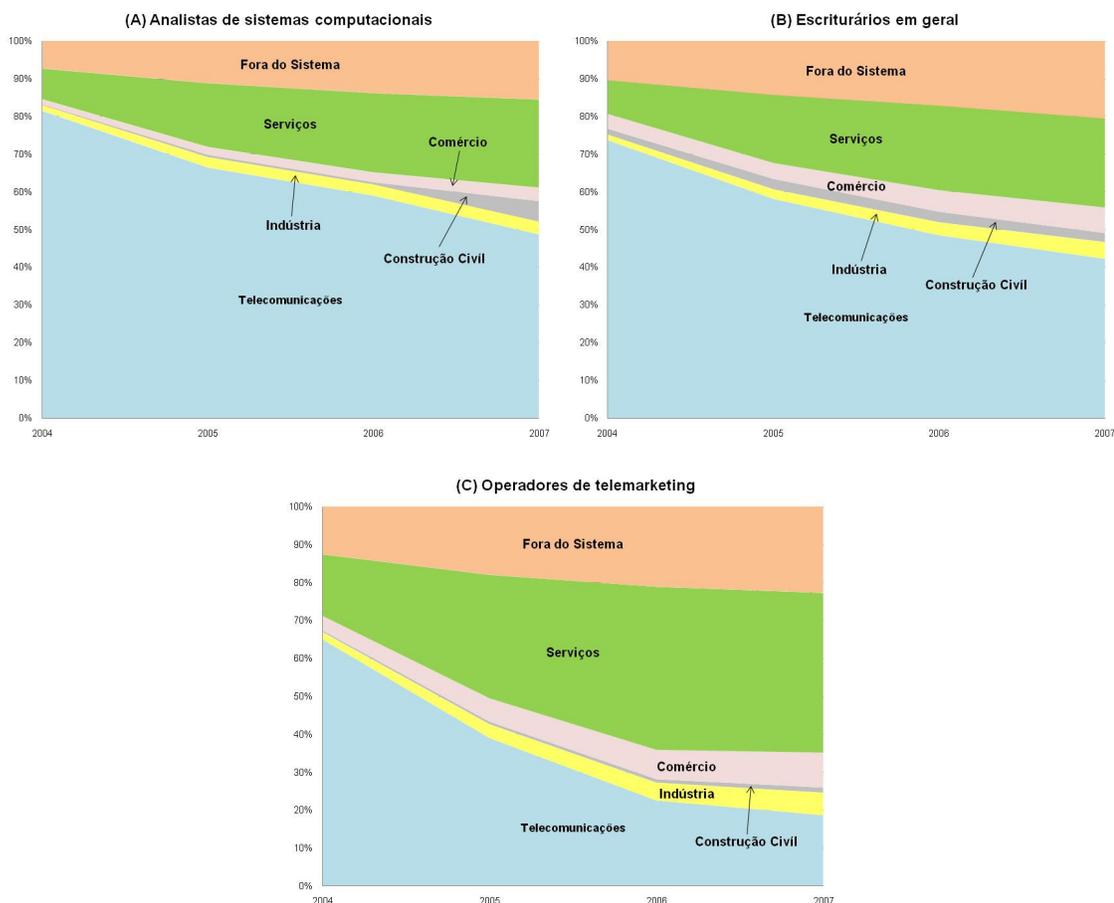


Figura 36 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por ocupações específicas (Famílias ocupacionais CBO 2002) - coorte 2003.

Nota: (A): N = 3.566; (B): N = 12.784; (C): N = 9.901.

Fonte: RAIS Migra/MTE

Os analistas de sistemas computacionais foram os que menos migraram para fora do mercado de trabalho formal (15,4%). Já os escriturários apresentaram percentual intermediário de migração para fora do mercado de trabalho formal, totalizando 20,5%.

Portanto, novamente observa-se que os trabalhadores situados no topo da estrutura ocupacional apresentam percentuais mais elevados de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, bem como os percentuais menos elevados de migração para fora do mercado de trabalho formal. Tal fato confere a esses profissionais os níveis mais elevados de segurança no mercado de trabalho, comparativamente aos demais.

Por outro lado, a Classificação Brasileira de Ocupações de 2002 (CBO 2002) inovou ao estabelecer a divisão dos grandes grupos ocupacionais por nível de competência requerido pelas ocupações. O nível de competência foi definido a partir da complexidade das atividades exercidas e da escolaridade que requer a sua realização⁵⁰. A **Tabela 13** apresenta a divisão instituída na CBO 2002.

Tabela 13 – Grandes grupos ocupacionais e nível de competência – CBO 2002

Nome do Grande Grupo Ocupacional	Nível de Competência
Forças armadas, policiais e bombeiros militares	Não definido
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	Não definido
Profissionais das ciências e das artes	4
Técnicos de nível médio	3
Trabalhadores de serviços administrativos	2
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	2
Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	2
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2
Trabalhadores de manutenção e reparação	2

Fonte: RAIS Migra/MTE - Classificação Brasileira de Ocupações, Livro 1, pág. 10.

Segundo o Livro 1 da CBO 2002, o nível de competência “2” agrega trabalhadores de rotina dos serviços, da indústria, da construção civil e da agropecuária. Já o nível de competência “3” abrange os técnicos de nível médio de todas as áreas e o nível de

⁵⁰ Como tal inovação metodológica foi incorporada à RAIS Migra somente no ano de 2002, não foi possível realizar tal análise na coorte de 1998.

competência “4” inclui os trabalhadores de nível superior que compõem as profissões científicas e artísticas. Por outro lado, os dois grupos que apresentam nível de competência “não definido” apresentam elevado grau de heterogeneidade nas situações de emprego e no nível de escolaridade dos seus ocupantes, por isso não foram incorporado nas demais classificações. De todo modo, no caso de setor de telecomunicações, os trabalhadores inseridos nessas categorias encontram-se no topo da estrutura ocupacional, tendo em vista que ocupam cargos de direção e gerência (CBO 2002: 10).

Considerando o final da trajetória analisada, pode-se afirmar que quanto mais elevado o nível de competência, mais elevado apresenta-se o tempo de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações. Os trabalhadores do nível de competência “4” permaneceram no mercado de trabalho do setor de telecomunicações a um percentual de 56,4%, contra 47% dos trabalhadores do nível de competência “3” e 26,3% dos trabalhadores do nível de competência “2”. O percentual verificado entre os trabalhadores do nível de competência “não definido” foi de 51,9%, o que sugere que, mesmo inseridos em ocupações situadas no topo da estrutura ocupacional, tais trabalhadores lograram um índice de permanência levemente inferior ao observado entre os trabalhadores do nível de competência “4”.

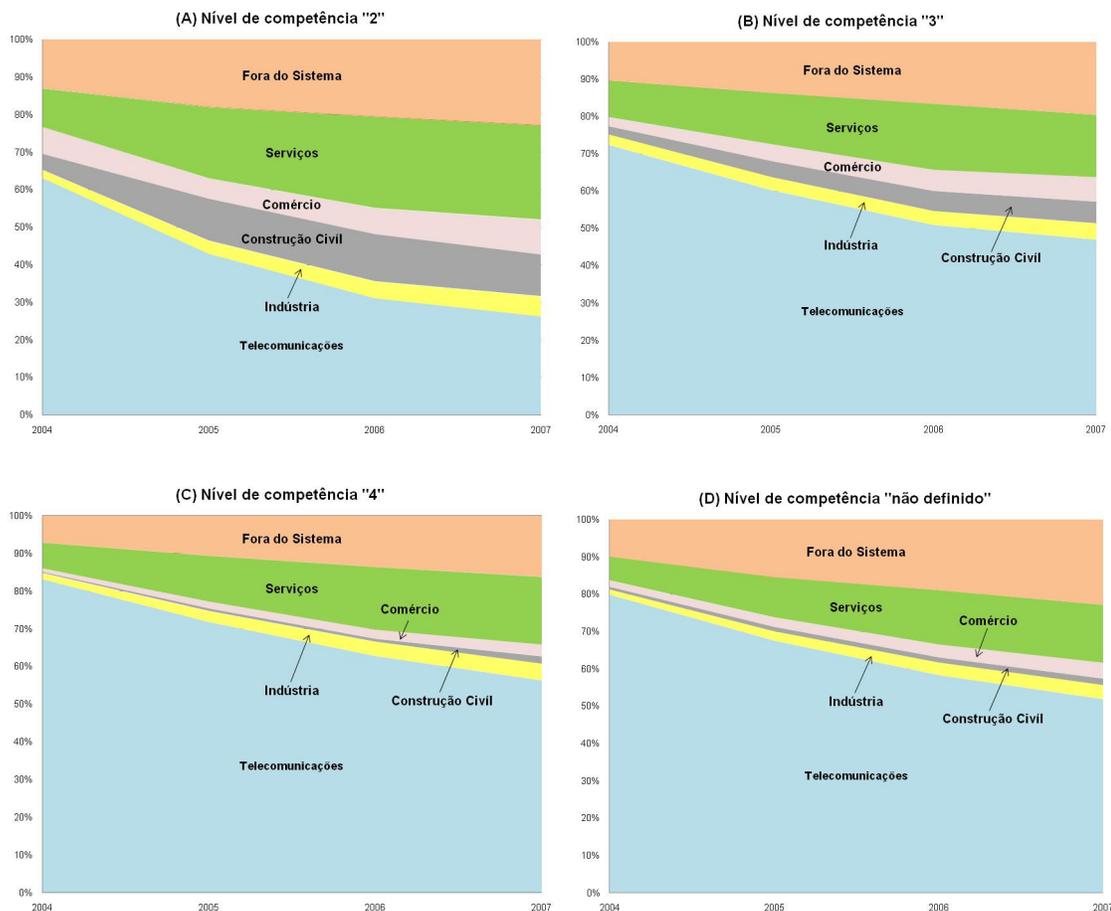


Figura 37 - Trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações, por nível de competência (CBO 2002) - coorte 2003.

Nota: (A): N = 54.218; (B): N = 25.529; (C): N = 17.500; (D): N = 9.885.

Fonte: RAIS Migra/MTE

Os trabalhadores do nível de competência “2” foram os que mais migraram para outros setores de atividades (51%), tendo como destinos mais recorrentes os serviços e a construção civil. Por seu turno, os trabalhadores do nível de competência “não definido” foram os que menos migraram para outros setores de atividades (25,3%).

Em relação à migração para fora do mercado de trabalho formal, constatou-se índices mais expressivos entre os trabalhadores dos níveis de competência “2” e “não definido”, que alcançaram respectivamente percentuais de 22,7% e 22,8% ao final da trajetória considerada. Nesse caso, cabe distinguir os possíveis destinos de ambos os grupos, pois enquanto os trabalhadores do nível de competência “não definido” encontram-se em melhores condições para lidar com o desemprego, considerando as vantagens econômicas auferidas no vínculo empregatício anterior, os trabalhadores do nível de competência “2” são os que possuem as

piores condições para lidar com o desemprego, visto que dependem dos benefícios diretos e indiretos fornecidos pelo vínculo formal de trabalho.

A **Tabela 14** sistematiza as informações apresentadas.

Tabela 14 – Distribuição percentual dos indicadores de permanência no setor de telecomunicações, migração para outro setor e migração para fora do mercado de trabalho formal ao final da trajetória considerada, indicadores selecionados – coorte 2003.

Indicadores	Permanência	Migração (Outro setor)	Migração (Fora do sistema)
Geral do setor de telecomunicações	43,2	37,8	19,0
Sexo			
Masculino	43,2	38,3	18,5
Feminino	43,1	36,9	20,0
Faixa etária			
Até 24 anos	26,4	55,2	18,4
25 a 29 anos	37,7	45,7	16,6
30 a 39 anos	46,7	37,7	15,6
40 a 49 anos	56,8	22,6	20,6
50 anos ou mais	49,7	14,4	35,9
Faixa de escolaridade			
Até ensino fundamental completo	37,2	43,0	19,8
Ensino médio incompleto e completo	37,2	42,9	19,9
Ensino superior incompleto ou mais	50,4	31,6	18,0
Faixa de tempo de emprego			
Até 23,9 meses	29,5	49,3	21,2
De 24 a 59,9 meses	51,0	32,0	17,0
De 60 a 119,9 meses	59,6	27,8	12,6
120 meses ou mais	72,3	10,3	17,4

Faixa salarial			
Até 2 salários mínimos	16,0	60,9	23,1
De 2,01 a 5 salários mínimos	31,7	49,3	19,0
De 5,01 a 10 salários mínimos	54,3	28,6	17,1
De 10,01 a 20 salários mínimos	63,3	20,4	16,3
20,01 salários mínimos ou mais	58,5	21,0	20,5
Faixa de tamanho da empresa			
Até 49 empregados	35,3	42,4	22,3
50 a 249 empregados	45,8	37,1	17,1
250 a 999 empregados	49,5	33,4	17,1
1000 empregados ou mais	40,8	39,4	19,8
Região do Brasil			
Norte	49,7	31,1	19,2
Nordeste	49,2	34,0	16,8
Sudeste	39,6	40,5	19,9
Sul	50,8	32,4	16,8
Centro-Oeste	49,1	32,1	18,8
Natureza da ocupação			
Específica	39,7	40,3	20,0
Não-específica	38,0	40,8	21,2
Nível de competência			
Nível de competência “2”	26,3	51,0	22,7
Nível de competência “3”	47,0	33,6	19,4
Nível de competência “4”	56,4	27,5	16,1
Nível de competência “não definido”	51,9	25,3	22,8

Fonte: RAIS Migra/MTE

De modo geral, a análise dos dados estatísticos relativos às trajetórias ocupacionais dos trabalhadores do setor de telecomunicações, da coorte de 2003, permite afirmar que:

- Diferentemente do que ocorreu no primeiro período pós-privatização, os índices de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações e os índices de migração para outros setores de atividade foram significativamente superiores ao índice de migração para fora do mercado de trabalho formal. Supõem-se que o ambiente de maior concorrência inter-empresarial tenha contribuído para a elevação do percentual de permanência no setor de telecomunicações, bem como o crescimento do emprego formal tenha acarretado em percentual mais elevado de permanência no mercado de trabalho formal, comparativamente ao período anterior.
- Homens e mulheres lograram percentuais semelhantes de permanência no setor de telecomunicações. Os serviços foram o destino mais recorrente de homens e mulheres que migraram para outro setor de atividade, mas destaca-se também a migração de homens para a construção civil. Contudo, constatou-se que as mulheres estiveram mais sujeitas a migrar para fora do mercado de trabalho formal, embora se trate de uma diferença relativamente pouco elevada. Tal quadro, de redução das desigualdades entre os sexos, decorre da modificação do perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores do setor de telecomunicações, ocorrida no período anterior. É possível supor que a modificação da estrutura de emprego, promovida durante a reestruturação gerencial dos primeiros anos pós-privatização, tenha contribuído para o surgimento de ocupações de serviços administrativos que demandam qualificações elevadas, e que predominantemente são ocupadas por mulheres.
- As faixas etárias de maior idade, respectivamente “40 a 49 anos” e “50 anos ou mais”, apresentaram os maiores percentuais de permanência no setor de telecomunicações. A faixa etária que corresponde aos trabalhadores mais jovens, com idade até 24 anos, apresentou o menor índice de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações. Constatou-se também que quanto menos elevada a faixa etária, mais elevado é o percentual de migração para outro setor de atividade. A migração para outros setores de atividade mais recorrente foi observada entre os jovens de até

24 anos. Já em relação à migração para fora do mercado de trabalho formal, constatou-se que os trabalhadores da faixa dos 50 anos ou mais apresentaram os percentuais mais elevados, mesmo que significativamente inferior ao observado no primeiro período pós-privatização. Tais achados permitem supor que os trabalhadores de idade mais elevada lograram maior segurança no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, mas, em caso de demissão, encontraram maiores dificuldades de reinserção ocupacional.

- Trabalhadores das faixas de ensino fundamental e médio lograram percentuais semelhantes de permanência no setor de telecomunicações, bem como de migração para outros setores de atividade e de migração para fora do mercado de trabalho. Entretanto, constatou-se que o destino mais recorrente dos trabalhadores com ensino fundamental foi a construção civil, enquanto que os trabalhadores com ensino médio migraram em maior proporção para o setor de serviços. Os trabalhadores situados na faixa de escolaridade correspondente ao ensino superior foram os que obtiveram maior percentual de permanência no setor de telecomunicações e menor percentual de migração para fora do mercado de trabalho formal. Os percentuais encontrados indicam que os trabalhadores mais escolarizados encontravam-se em melhores condições de permanecer no setor de telecomunicações no contexto de crescimento dos níveis de concorrência, enquanto os trabalhadores menos escolarizados estiveram mais propensos a migrar para a construção civil ou para fora do mercado de trabalho formal.
- Constatou-se que quanto mais elevada o tempo de emprego, mais elevado será o percentual de trabalhadores que permaneceu no mercado de trabalho do setor de telecomunicações. Os empregados situados na faixa de tempo de emprego de 120 meses ou mais obtiveram o índice mais elevado de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações entre todas as variáveis que compõem o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores. Todos os trabalhadores inseridos nessa faixa de tempo de emprego são remanescentes das antigas estatais do Sistema Telebrás, o que sugere a importância de seu capital qualificacional para o desenvolvimento do setor de telecomunicações, mesmo que passados cinco anos da privatização. Já os

trabalhadores situados na faixa de até 23,9 meses de emprego foram os que mais migraram para outros setores de atividade e para fora do mercado de trabalho formal. Portanto, os trabalhadores a menos tempo no emprego são também os que possuem os níveis menos elevados de segurança no mercado de trabalho. Tais trabalhadores estão mais sujeitos às trocas de vínculos empregatícios, ao desemprego e à informalidade, mesmo que a opção por uma trajetória errática seja de natureza individual, resultado da busca por uma melhor colocação no mercado de trabalho.

- Em relação à remuneração, observou-se que os trabalhadores inseridos na faixa de até 2 salários mínimos apresentaram o percentual menos elevado de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações e o percentual mais elevado de migração para fora do mercado de trabalho formal. Inversamente, trabalhadores situados nas faixas mais elevadas de remuneração são também os que possuem índices mais elevados de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal. Nesse caso, confirma-se novamente o argumento de que os trabalhadores que encontram-se em melhores condições econômicas para lidar com as oscilações do mercado de trabalho são os que possuem maiores níveis de segurança no mercado de trabalho.
- Constatou-se que os trabalhadores inseridos em empresas de pequeno e de grande porte foram os que apresentaram os percentuais menos elevados de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, bem como os percentuais mais elevados de migração para fora do mercado de trabalho formal. Pode-se concluir que os trabalhadores das empresas de médio porte lograram maior segurança no mercado de trabalho formal, comparativamente aos demais.
- Como no primeiro período pós-privatização, os trabalhadores da Região Sul obtiveram o percentual mais elevado de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações. Contudo, no segundo período pós-privatização, a Região Sudeste apresentou o índice menos elevado de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, bem como o percentual mais elevado de migração para fora do mercado de trabalho formal. Os trabalhadores da Região Sudeste também migraram

em maior proporção para outros setores de atividade, dos quais se destacam os serviços e a construção civil. Como a Região Sudeste concentra a maior parcela do setor de telecomunicações, no Brasil, pode-se supor que grande parte das ocupações que se situam na base da estrutura ocupacional do setor também se concentram na região, como serviços administrativos de rotina, centrais de teletendimento, entre outros.

- Trabalhadores inseridos em ocupações específicas e não-específicas do setor de telecomunicações percorreram trajetórias ocupacionais muito semelhantes no segundo período pós-privatização. Entretanto, os trabalhadores das ocupações de natureza específica apresentaram um percentual de permanência no setor de telecomunicações um pouco mais elevado. Em relação à migração para outros setores de atividade, constatou-se que o destino mais recorrente dos trabalhadores inseridos em ocupações específicas do setor de telecomunicações foi a construção civil, enquanto que os trabalhadores de ocupações não-específicas migraram em maior proporção para os serviços. No caso dos reparadores e instaladores de linhas e cabos telefônicos, a construção civil passou a disputar mão-de-obra especializada com o setor de telecomunicações, tendo em vista que a qualificação dos mesmos é de caráter híbrido, pois permite que sejam realizadas atividades no segmento de obras em telecomunicações.
- Inovação metodológica da CBO 2002, o nível de competência da ocupação se mostrou uma importante variável explicativa da trajetória ocupacionais dos trabalhadores. A análise dos dados permitiu constatar-se que quanto mais elevado o nível de competência exigido pela ocupação, mais elevado o índice de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações e menos elevado o percentual de migração para fora do mercado de trabalho formal, ao final da trajetória considerada. Num contexto de concorrência inter-empresarial mais elevada, pode-se supor que as empresas passem a disputar profissionais com qualificações específicas do setor de telecomunicações e escassas no mercado de trabalho, como técnicos e engenheiros de telecomunicações, entre outros profissionais.

5.2. Chances de permanência no setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal no segundo período pós-privatização.

Assim como no capítulo anterior, decidiu-se realizar a análise multivariada dos dados relativos às trajetórias ocupacionais dos trabalhadores, de modo a colocar em relação todas as variáveis independentes que compõem o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores do setor de telecomunicações no segundo período pós-privatização.

Primeiramente, realizou-se regressão linear múltipla para estimar os coeficientes de colinearidade das variáveis independentes. Conforme mostra a **Tabela 15**, os índices obtidos indicam que não há colinearidade que torne o modelo inapropriado para estimar as chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal. Os índices de tolerância obtidos são todos superiores a 0,1 e os índices do Fator de Inflação da Variância (FIV) são todos inferiores a 10.

Tabela 15 - Coeficientes de colinearidade estatística das variáveis independentes – coorte 2003.

Modelo	Colinearidade estatística	
	Tolerância	FIV
Sexo	0,816	1,226
Faixa etária	0,734	1,363
Faixa de escolaridade	0,628	1,594
Faixa de tempo de emprego	0,794	1,259
Faixa salarial	0,535	1,871
Faixa de tamanho da empresa	0,915	1,093
Região do Brasil	0,947	1,056
Natureza da ocupação	0,779	1,284

Fonte: Microdados da base RAIS Migra, tabulações próprias.

A **Tabela 16** apresenta os coeficientes de razão de chances [Exp (b)] e a razão de chances líquida, expressa em termos percentuais, para a **permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações**, segundo as variáveis que compõem o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores. Apresenta-se também R^2 de cada modelo, segundo o ano ao qual se refere.

Controlada pelas demais variáveis independentes, as chances de homens e mulheres de permanecer no mercado de trabalho do setor de telecomunicações são bastante semelhantes ao

longo do segundo período pós-privatização. Contudo, as chances dos homens são entre 5% e 10,4% menores do que as chances das mulheres entre os anos de 2004 e 2007.

Já a análise da variável faixa etária permite constatar que as diferenças nas chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, quando comparadas com a variável de referência, aumentaram sucessivamente ao longo do tempo. Tal achado difere do padrão encontrado no primeiro período pós-privatização, em que o tempo agia como redutor das diferenças entre a variável de referência e as demais variáveis. Os trabalhadores situados na faixa etária de 30 a 39 anos tinham as maiores chances relativas de permanência, que variavam entre 66,4% e 168,1% ao longo da trajetória, comparadas às chances dos trabalhadores de 50 anos ou mais. Tal movimento decorre da modificação geral do perfil da força de trabalho do setor, que se tornou mais jovem ao longo dos anos.

O observado em relação à variável faixa etária, repete-se em relação à variável faixa de escolaridade. Se no primeiro período pós-privatização as diferenças entre as faixas de escolaridade nas chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações se reduziam quanto maior a escolaridade, no segundo período pós-privatização tais diferenças se acentuaram. Comparado com a variável de referência (ensino fundamental), o ensino médio possibilitava entre 29% e 58,5% mais chances de permanência, enquanto que o ensino superior proporcionava uma vantagem entre 43,4% e 78,1% ao longo da trajetória considerada. Neste caso, percebe-se que há uma correlação que se intensifica ao longo do tempo entre níveis mais elevados de escolaridade e permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações. É possível supor que o setor de telecomunicações, num cenário de maior concorrência inter-empresarial, passou a valorizar os trabalhadores mais escolarizados e, logo, mais qualificados, mantendo-os no emprego.

O tempo também agiu como potencializador das chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações na variável tempo de emprego. Isto significa que os trabalhadores que ultrapassaram os 23,9 meses de emprego (variável de referência), possuíam mais chances de permanecer nas telecomunicações. As duas faixas de tempo de emprego mais elevadas, que congregam os trabalhadores empregados de 60 a 119,9 meses e 120 meses ou mais apresentaram as maiores chances relativas de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações. No ano de 2007, por exemplo, trabalhadores situados na faixa de tempo de emprego de 120 meses ou mais tinham 68,9% mais chances de permanecer nas telecomunicações do que os trabalhadores situados na faixa de tempo de emprego de até 23,9 meses.

Tabela 16 – Coeficientes de regressões logísticas multivariadas para chances de permanência no setor de telecomunicações – coorte 2003.

Indicadores	2004		2005		2006		2007	
	Exp (b)	[Exp (b) – 1] x 100	Exp (b)	[Exp (b) – 1] x 100	Exp (b)	[Exp (b) – 1] x 100	Exp (b)	[Exp (b) – 1] x 100
Sexo								
Feminino*	1	-	1	-	1	-	1	-
Masculino	0,925	- 7,5	0,896	- 10,4	0,921	- 7,9	0,950	- 5
Faixa etária								
Até 24 anos	1,508	50,8	1,615	61,5	1,715	71,5	2,155	115,5
25 a 29 anos	1,492	49,2	1,688	68,8	1,882	88,2	2,376	137,6
30 a 39 anos	1,664	66,4	1,848	84,8	2,108	110,8	2,681	168,1
40 a 49 anos	1,745	74,5	1,973	97,3	2,233	123,3	2,604	160,4
50 anos ou mais*	1	-	1	-	1	-	1	-
Faixa de escolaridade								
Até ensino fundamental*	1	-	1	-	1	-	1	-
Ensino médio	1,327	32,7	1,290	29	1,466	46,6	1,585	58,5
Ensino superior	1,729	72,9	1,434	43,4	1,622	62,2	1,781	78,1
Faixa de tempo de emprego								
Até 23,9 meses*	1	-	1	-	1	-	1	-
De 24 a 59,9 meses	1,285	28,5	1,428	42,8	1,548	54,8	1,481	48,1
De 60 a 119,9 meses	1,461	46,1	1,832	83,2	1,571	57,1	1,666	66,6
120 meses ou mais	1,321	32,1	2,047	104,7	1,817	81,7	1,689	68,9

Faixa salarial								
Até 2 salários mínimos*	1	-	1	-	1	-	1	-
De 2,01 a 5 salários mínimos	1,656	65,6	2,774	177,4	2,806	180,6	2,905	190,5
De 5,01 a 10 salários mínimos	2,259	125,9	4,783	378,3	6,236	523,6	6,582	558,2
De 10,01 a 20 salários mínimos	3,361	236,1	7,141	614,1	8,902	790,2	9,289	828,9
20,01 salários mínimos ou mais	2,699	169,9	5,966	496,6	7,544	654,4	8,425	742,5
Faixa de tamanho da empresa								
Até 49 empregados*	1	-	1	-	1	-	1	-
50 a 249 empregados	1,266	26,6	1,035	3,5	1,031	3,1	1,063	6,3
250 a 999 empregados	1,629	62,9	1,532	53,2	1,524	52,4	1,557	55,7
1000 empregados ou mais	1,627	62,7	1,078	7,8	1,008	0,8	1,119	11,9
Região do Brasil								
Centro-Oeste*	1	-	1	-	1	-	1	-
Nordeste	1,112	11,2	1,083	8,3	1,312	31,2	1,199	19,9
Norte	1,193	19,3	1,241	24,1	1,640	64	1,527	52,7
Sudeste	0,688	- 31,2	0,653	- 34,7	0,822	- 17,8	0,819	- 18,1
Sul	1,004	0,4	0,980	- 2	1,014	1,4	1,043	4,3
Natureza da ocupação								
Específica	0,883	- 11,7	1,017	1,7	1,128	12,8	1,345	34,5
Não-específica*	1	-	1	-	1	-	1	-
R² do Modelo	0,117		0,219		0,244		0,237	

Fonte: Microdados da base RAIS Migra, tabulações próprias.

(*) Variáveis de referência

Nota: (N = 106.442)

Por outro lado, dentre todas as variáveis que compõem o modelo de regressão logística multivariada, a faixa salarial é a que apresenta maior variação ao longo do tempo. Pode-se afirmar que quanto mais elevada é a faixa salarial na qual o trabalhador está inserido, maiores suas chances de permanecer no mercado de trabalho do setor de telecomunicações. Por exemplo, os trabalhadores situados na faixa salarial de 10,01 a 20 salários mínimos possuíam, ao longo da trajetória considerada, entre 236,1% e 828,9% mais chances de permanecer no mercado de trabalho do setor de telecomunicações que os trabalhadores situados na faixa de até 2 salários mínimos. Controlada pelos demais fatores, a faixa salarial representa uma importante variável explicativa da permanência no setor de telecomunicações, do mesmo modo que expressa, ao lado da variável faixa de escolaridade, a valorização dos trabalhadores situados no topo da estrutura ocupacional do setor no segundo período pós-privatização.

Em relação à faixa de tamanho da empresa, pode-se afirmar que os trabalhadores inseridos na faixa de 250 a 999 trabalhadores possuíam as maiores chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, comparativamente aos trabalhadores situados na faixa que corresponde à variável de referência (até 49 trabalhadores). Constatou-se também que os trabalhadores que exerciam atividade nas empresas de maior porte (1000 ou mais empregados) tiveram suas chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações reduzidas ao longo do tempo. No ano de 2004, tais trabalhadores possuíam 62,7% mais chances líquidas de permanecer no mercado de trabalho das telecomunicações, ao passo que nos anos seguintes esse índice despencou para 7,8% (2005), 0,8% (2006) e em 2007 ensaiou uma tímida elevação para 11,9%. Desse modo, pode-se constatar que os trabalhadores inseridos nas grandes empresas do setor de telecomunicações, ao longo do tempo, passaram a apresentar chances de permanência semelhantes a dos trabalhadores que exerciam atividades nas empresas de pequeno e médio porte do setor.

Em relação à variável Região do Brasil, constatou que os trabalhadores da Região Nordeste apresentaram as chances relativas mais elevadas de permanência no setor de telecomunicações no segundo período pós-privatização, superiores entre 19,3% e 52,7% à variável de referência (Região Centro-Oeste). Chama a atenção também as chances relativas dos trabalhadores da Região Sudeste, que comparativamente às demais Regiões do Brasil apresentaram as menores chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, variando sempre negativamente quando comparadas às chances dos trabalhadores situados na variável de referência.

Por outro lado, constatou-se que os trabalhadores das ocupações específicas do setor de telecomunicações lograram maiores chances relativas de permanência no mercado de trabalho do setor, comparativamente aos trabalhadores das ocupações não-específicas. Se em 2004, primeiro ano em questão, as chances relativas dos primeiros era inferior a dos segundos em 11,7%, essa tendência se inverteu no ano seguinte e se manteve inalterada até 2007, quando atingiu um índice 34,5% superior. Portanto, o tempo agiu como potencializador das chances de permanência dos trabalhadores que exerciam atividades específicas do setor de telecomunicações, em face da elevação do patamar de concorrência, mas também devido à natureza das qualificações que possuíam, centrais aos objetivos das empresas.

Em relação ao R^2 dos modelos, constatou-se uma maior variação comparativamente ao primeiro período pós-privatização. Os coeficientes encontrados variaram entre 0,117 em 2004 e 0,244 em 2006. Observa-se que a influência do perfil sócio-ocupacional sobre as chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações aumenta entre o ano de 2004 (0,117) para os anos de 2005 (0,219) e 2006 (0,244), e sofre uma leve queda em 2007 (0,237). Os índices obtidos no segundo período pós-privatização sugerem uma maior seletividade nas chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, mas ao mesmo tempo revela uma maior desigualdade no interior das variáveis, quando comparada sua segmentação em faixas afins. É provável que, ao longo do tempo, os trabalhadores que possuem o perfil mais valorizado no setor de telecomunicações, quais sejam, jovens, escolarizados e possuídos de qualificações imprescindíveis ao funcionamento dos negócios, sejam considerados cada vez mais estratégicos para o desenvolvimento das empresas.

A **Tabela 17** apresenta os coeficientes de razão de chances [Exp (b)] e a razão de chances líquida de cada coeficiente, expressa em termos percentuais, para a **permanência no mercado de trabalho formal**, conforme as variáveis que compõem o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores, no segundo período pós-privatização

Em relação à variável “sexo”, constatou-se que os homens apresentaram chances relativas mais elevadas de permanência no mercado de trabalho formal que as mulheres ao longo de todos os anos considerados. Entre os anos 2004 e 2007, os homens apresentaram chances de permanecer no mercado de trabalho formal entre 14,3% e 24,7% maiores comparativamente às mulheres. Tal quadro é semelhante ao verificado no primeiro período pós-privatização, em que os homens possuíam maiores chances de permanência no mercado de trabalho formal. Contudo, no segundo período pós-privatização, constatou-se uma redução

nas diferenças das chances de permanência de homens e mulheres, apesar dos homens terem se mantido em vantagem.

Em relação à faixa etária, pode-se afirmar que, assim como ocorreu no modelo que possuía a permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações como variável independente, o tempo colaborou para o acirramento das diferenças nas chances relativas de permanência no mercado de trabalho formal. Em 2004, trabalhadores situados nas três primeiras faixas etárias possuíam entre 223,9% e 242,1% mais chances de permanecer no mercado de trabalho formal do que os trabalhadores inseridos na variável de referência (50 anos ou mais). Em 2004, tais percentuais sofreram sensível elevação, com variação situada entre 456,1% e 473,9%. Conforme observou-se, os trabalhadores de idade mais elevada têm maior dificuldade de retornar ao mercado de trabalho formal, em caso de demissão. Tal quadro se assevera quando constata-se que a aposentadoria não se constitui em destino para a maioria.

Já as diferenças nas chances de permanência no mercado de trabalho formal sofreram redução ao longo do tempo, segundo as faixas de escolarização do trabalhador. Comparativamente à variável de referência (ensino fundamental), os trabalhadores com ensino superior possuíam 63,2% mais chances relativas de permanência em 2004, ao passo que esse percentual diminuiu para 28,4% em 2007. Do mesmo modo, as chances relativas de permanência no mercado de trabalho formal dos trabalhadores com ensino médio eram 22,5% maiores que de um trabalhador com ensino fundamental em 2004, e reduziram-se para 13,5% em 2007.

O contexto macroeconômico do País, caracterizado por crescimento do emprego formal, parece ter beneficiado os trabalhadores mais jovens e menos escolarizados, em termos de suas chances de permanência no mercado de trabalho formal, mesmo que a reinserção ocupacional, destino dos trabalhadores demitidos do setor de telecomunicações, ocorra em segmentos de mercado que possuem níveis menos elevados de qualidade do emprego, como a construção civil.

As diferenças nas chances de permanência no mercado de trabalho formal também sofreram redução ao longo do tempo na variável tempo de emprego. Os trabalhadores situados na faixa mais elevada, de 120 meses ou mais, tinham 12,1% menos chances de permanecer no mercado de trabalho formal no ano de 2004 comparativamente aos trabalhadores situados na faixa de referência (Até 23,9 meses), ao passo que em 2007 tais chances sofreram pouca variação e passaram a ser de 11,7%. Por seu turno, os trabalhadores

situados na faixa de 60 a 119,9 meses de emprego apresentaram chances mais elevadas de permanência no mercado de trabalho formal, apresentando, em 2007, um índice de chances relativas superior em 44,3% à variável de referência.

Em relação à faixa salarial, observa-se que os trabalhadores com remuneração entre 10,01 a 20 salários mínimos lograram maiores chances relativas de permanência no mercado de trabalho formal. A passagem do ano de 2004 para 2005 trouxe um incremento considerável nas chances de permanência de todas as faixas salariais analisadas. Entretanto, entre os anos de 2005 e 2007, constatou-se uma diminuição sucessiva dos percentuais de chances, comparativamente à variável de referência. Assim como no primeiro período pós-privatização, seja qual for o ano considerado na trajetória, pode-se afirmar que os trabalhadores inseridos na faixa salarial menos elevada (até 2 salários mínimos) possuíam as menores chances de permanência no mercado de trabalho formal.

Tabela 17 – Coeficientes de regressões logísticas multivariadas para chances de permanência no mercado de trabalho formal – coorte 2003.

Indicadores	2004		2005		2006		2007	
	Exp (b)	[Exp (b) – 1] x 100	Exp (b)	[Exp (b) – 1] x 100	Exp (b)	[Exp (b) – 1] x 100	Exp (b)	[Exp (b) – 1] x 100
Sexo								
Feminino*	1	-	1	-	1	-	1	-
Masculino	1,170	17	1,143	14,3	1,158	15,8	1,247	24,7
Faixa etária								
Até 24 anos	3,239	223,9	4,024	302,4	4,841	384,1	5,739	473,9
25 a 29 anos	3,280	228	4,378	337,8	4,876	387,6	5,586	458,6
30 a 39 anos	3,421	242,1	4,357	335,7	4,949	394,9	5,561	456,1
40 a 49 anos	2,571	157,1	3,006	200,6	3,189	218,9	3,310	231
50 anos ou mais*	1	-	1	-	1	-	1	-
Faixa de escolaridade								
Até ensino fundamental *	1	-	1	-	1	-	1	-
Ensino médio	1,225	22,5	1,346	34,6	1,210	21	1,135	13,5
Ensino superior	1,632	63,2	1,516	51,6	1,344	34,4	1,284	28,4
Faixa de tempo de emprego								
Até 23,9 meses*	1	-	1	-	1	-	1	-
De 24 a 59,9 meses	1,337	33,7	1,257	25,7	1,257	25,7	1,186	18,6
De 60 a 119,9 meses	1,496	49,6	1,689	68,9	1,608	60,8	1,443	44,3
120 meses ou mais	0,879	- 12,1	1,036	3,6	1,046	4,6	0,883	- 11,7

Faixa salarial								
Até 2 salários mínimos*	1	-	1	-	1	-	1	-
De 2,01 a 5 salários mínimos	1,320	32	1,543	54,3	1,342	34,2	1,256	25,6
De 5,01 a 10 salários mínimos	1,354	35,4	1,804	80,4	1,599	59,9	1,445	44,5
De 10,01 a 20 salários mínimos	1,493	49,3	2,039	103,9	1,863	86,3	1,643	64,3
20,01 salários mínimos ou mais	1,022	2,2	1,556	55,6	1,515	51,5	1,369	36,9
Faixa de tamanho da empresa								
Até 49 empregados*	1	-	1	-	1	-	1	-
50 a 249 empregados	1,732	73,2	1,417	41,7	1,348	34,8	1,321	32,1
250 a 999 empregados	2,072	107,2	1,615	61,5	1,539	53,9	1,416	41,6
1000 empregados ou mais	1,477	47,7	1,333	33,3	1,310	31	1,208	20,8
Região do Brasil								
Centro-Oeste*	1	-	1	-	1	-	1	-
Nordeste	0,792	- 20,8	1,019	1,9	1,003	0,3	1,084	8,4
Norte	0,831	- 16,9	0,842	- 15,8	0,999	- 0,1	1,009	0,9
Sudeste	0,746	- 25,4	0,819	- 18,1	0,912	- 8,8	0,980	- 2
Sul	0,955	- 4,5	0,990	- 1	1,009	0,9	0,996	- 0,4
Natureza da ocupação								
Específica	1,013	1,3	1,154	15,4	1,240	24	1,205	20,5
Não-específica*	1	-	1	-	1	-	1	-
R² do Modelo	0,060		0,070		0,069		0,074	

Fonte: Microdados da base RAIS Migra, tabulações próprias.

(*) Variáveis de referência

Nota: (N = 106.442)

Por outro lado, as chances de permanência no mercado de trabalho formal também foram influenciadas pela faixa de tamanho da empresa na qual o trabalhador estava inserido. Constatou-se novamente que os trabalhadores situados nas duas faixas intermediárias de tamanho de empresa (50 a 249 empregados e 250 a 999 empregados) lograram as chances mais elevadas de permanência no mercado de trabalho formal, obtendo respectivamente percentuais que são de 32,1% a 107,2% maiores que a faixa de referência (até 49 trabalhadores). Já em 2004, os trabalhadores situados nas empresas de 1000 ou mais empregados, possuíam 47,7% mais chances de permanecer no mercado de trabalho formal que os trabalhadores da variável de referência, índice que regrediu sucessivamente ao longo da trajetória, até atingir 20,8% em 2007. Nota-se que os trabalhadores das empresas de porte médio possuíam uma condição privilegiada, em termos de segurança no mercado de trabalho, visto que nos dois períodos analisados, seja o primeiro ou o segundo pós-privatização, apresentaram maiores chances de permanência no mercado de trabalho formal que os trabalhadores inseridos nas duas faixas limítrofes.

No que tange à Região do Brasil como variável explicativa da trajetória ocupacional dos trabalhadores, constatou-se ao longo do tempo o incremento nas chances relativas de permanência no mercado de trabalho formal em todas as regiões, comparativamente à variável de referência (Região Centro-Oeste). Contudo, os trabalhadores da Região Sudeste apresentaram as menores chances de permanência no mercado de trabalho formal, variando entre menos 2% e menos 25,4% ao longo da trajetória, comparativamente à variável de referência. Já os trabalhadores da Região Nordeste, com exceção feita ao primeiro ano da trajetória, lograram as chances relativas mais elevadas de permanência no mercado de trabalho formal, atingindo em 2007 um índice 8,4% superior à Região Centro-Oeste. De todo modo, no que se refere à variável Região do Brasil, o tempo agiu como um fator de nivelamento das chances de permanência no mercado de trabalho formal.

Assim como ocorreu em relação à permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, os trabalhadores inseridos em ocupações específicas do setor tiveram maiores chances de permanência no mercado de trabalho formal, comparativamente aos trabalhadores inseridos em ocupações não-específicas do setor. As chances relativas de permanência no mercado de trabalho formal variaram a favor dos trabalhadores inseridos em ocupações específicas do setor de telecomunicações na proporção de 1,3% a 24% no decorrer do segundo período pós-privatização. Supõe-se que a intensa migração de instaladores e

reparadores de linhas e cabos de telecomunicações para a construção civil tenha influenciado tais percentuais.

Em relação ao R^2 dos modelos, foram observados índices muito próximos em todos os anos do período. Nota-se que a influência do perfil sócio-ocupacional sobre as chances de permanência no mercado de trabalho formal variou entre 0,060 (em 2004) e 0,074 (em 2000). É possível supor que o crescimento econômico vivenciado pelo Brasil no período, e a consequente ampliação do emprego formal, contribuíram para os índices discretos de influência do conjunto de variáveis que compõem o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores sobre as chances de permanência no mercado de trabalho formal. É possível supor que tal processo tenha contribuído para a redução das desigualdades entre as faixas de perfil dos trabalhadores, comparativamente ao primeiro período pós-privatização.

5.3. Análise comparada dos períodos pós-privatização.

A possibilidade de controlar o efeito de cada variável independente que compõe o perfil sócio-ocupacional do trabalhador pelo efeito das demais, mediante a realização de regressões logísticas multivariadas, bem como a inclusão do mesmo conjunto de variáveis nos modelos relativos aos dois períodos pós-privatização, viabilizaram a comparação das duas coortes de trabalhadores estudadas. Por meio de tal iniciativa, pretende-se saber que aspectos se alteram nas trajetórias ocupacionais dos trabalhadores do setor de telecomunicações na transição de um período para o outro, em termos dos seus destinos empregatícios.

A análise comparada, dos coeficientes de regressão logística, do primeiro e do segundo períodos pós-privatização, permite afirmar que:

- Não se constatou efeito significativo do sexo do trabalhador nas suas chances de permanência no setor de telecomunicações. As chances comparadas de permanência de homens e mulheres, no setor de telecomunicações, apresentaram índices muito próximos, seja no primeiro período pós-privatização, seja no segundo. Já em relação à permanência no mercado de trabalho formal, os homens apresentaram chances mais elevadas em ambos os períodos. Contudo, a diferença nas chances de permanência no mercado de trabalho formal foi mais acentuada, a favor dos homens, no contexto da

reestruturação do setor, durante o primeiro período pós-privatização (1998 a 2002). Ao alterar a estrutura ocupacional do setor de telecomunicações, a reestruturação gerencial promoveu a destruição de ocupações rotineiras que incorporavam predominantemente mulheres, bem como fomentou a criação de empregos em ocupações que requerem níveis mais elevados de qualificação, especialmente nos serviços administrativos. Tal aspecto pode ter contribuído para a redução da desigualdade de gênero em termos da permanência no setor de telecomunicações.

- Os trabalhadores situados na faixa etária de 50 anos ou mais apresentaram as menores chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, em ambos os períodos pós-privatização. O mesmo ocorreu em relação à permanência no mercado de trabalho formal. Em ambos os períodos analisados, as maiores chances de permanência no mercado de trabalho formal se concentraram predominantemente entre os trabalhadores das faixas intermediárias de idade, de 25 a 29 anos e de 30 a 39 anos. Portanto, trabalhadores adultos jovens lograram os níveis mais elevados de segurança no setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal.
- No primeiro período pós-privatização, a escolaridade diminuiu de importância ao longo dos anos para explicar a permanência no setor de telecomunicações. Ao contrário, no segundo período pós-privatização a escolaridade aumentou sua importância ao longo dos anos, configurando-se numa credencial significativa para elevar as chances de permanência no setor de telecomunicações. Por outro lado, para explicar a permanência no mercado de trabalho formal, a escolaridade perde importância ao longo do tempo, visto que as diferenças entre as faixas que a compõem diminuem com o passar dos anos. Contudo, mesmo diagnosticado tal quadro, os trabalhadores com ensino superior possuíam as maiores chances de permanência no setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal em todas as comparações realizadas. A escolaridade, entendida como dimensão importante da qualificação profissional, potencializa as oportunidades de reinserção ocupacional em caso de demissão, sobretudo para os profissionais de segmentos com carência de mão-de-obra especializada.

- Em relação ao tempo de emprego, constatou-se que os trabalhadores empregados há menos tempo possuem também as menores chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, bem como no mercado de trabalho formal como um todo, em ambos os períodos pós-privatização. Enquanto no primeiro período pós-privatização o tempo favorece a diminuição das diferenças nas chances de permanência no setor de telecomunicações entre as faixas de tempo de emprego, no segundo período pós-privatização essas diferenças se acentuam ao longo do tempo. Já em relação à permanência no mercado de trabalho formal, em ambos os períodos pós-privatização o tempo age como redutor das diferenças nas chances das faixas de tempo de emprego examinadas. A análise dos dados permite afirmar que os trabalhadores há menos tempo empregados estão mais sujeitos a trajetórias marcadas por insegurança no mercado de trabalho.
- Em ambos os períodos analisados, a faixa salarial foi uma importante variável explicativa da permanência no setor de telecomunicações. Constatou-se que os trabalhadores com remuneração de até 2 salários mínimos possuíam as menores chances de permanência no setor de telecomunicações, comparativamente às demais faixas salariais. Do mesmo modo, o tempo favorece a ampliação das diferenças nas chances de permanência no setor de telecomunicações entre as faixas salariais. No primeiro período pós-privatização percebeu-se que os trabalhadores com remuneração de 20,01 salários mínimos ou mais lograram maiores chances de permanência no mercado de trabalho formal, enquanto que no segundo período a mesma posição foi ocupada pelos trabalhadores com remuneração entre 10,01 a 20 salários mínimos. Constatou-se que, em ambos os períodos analisados, os trabalhadores que logravam vantagens econômicas mais elevadas no emprego possuíam também os níveis mais elevados de segurança no mercado de trabalho⁵¹
- As chances de permanência no setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal foram maiores para os trabalhadores que exerciam atividades nas empresas de médio porte, em ambos os períodos pós-privatização. As diferenças nas chances de

⁵¹ A remuneração relaciona-se a outros aspectos do perfil sócio-ocupacional do trabalhador, como o nível de escolaridade, qualificação profissional e posição na estrutura ocupacional das empresas. Contudo, no modelo de regressão logística, a variável faixa salarial é considerada de modo independente, tendo o seu efeito controlado pelo efeito das demais variáveis que compõem o modelo.

permanência no setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal, entre as faixas de tamanho de empresa, sofreram redução ao longo do tempo. Durante ambos os períodos pós-privatização, diversas empresas de telecomunicações, de porte médio, foram criadas para prestar serviços diversos às empresas concessionárias do setor. Supõe-se que em tais empresas os trabalhadores lograram níveis mais elevados de segurança no mercado de trabalho, comparativamente aos trabalhadores das empresas de pequeno e grande porte.

- No primeiro período pós-privatização, os trabalhadores da Região Sul lograram as maiores chances de permanência no setor de telecomunicações e os trabalhadores da Região Centro-Oeste, as menores. Já no segundo período pós-privatização, os trabalhadores da Região Nordeste tinham mais chances de permanecer no setor de telecomunicações, ao passo de que os trabalhadores da Região Norte tinham menos chances. Em relação às chances de permanência no mercado de trabalho formal, no primeiro período pós-privatização os trabalhadores da Região Sul apresentaram os percentuais mais elevados, comparativamente à variável de referência (Região Centro-Oeste). Já no segundo período pós-privatização, as regiões analisadas não apresentaram diferenças significativas nas chances de permanência no mercado de trabalho formal.
- O fato de estar inserido em uma ocupação específica do setor de telecomunicações conferiu ao trabalhador maiores chances de permanência no setor de telecomunicações em ambos os períodos pós-privatização. Entretanto, no segundo período pós-privatização, as diferenças nas chances de permanência nas telecomunicações foram potencializadas pelo tempo. Do mesmo modo, os trabalhadores inseridos em ocupações específicas do setor de telecomunicações possuíam maiores chances de permanência no mercado de trabalho formal, em ambos os períodos pós-privatização, comparativamente aos trabalhadores inseridos em ocupações não-específicas do setor de telecomunicações. Os trabalhadores que possuíam qualificação específica do setor de telecomunicações, em ambos os períodos analisados, situavam-se entre os mais valorizados o desenvolvimento dos negócios das empresas, seja devido à necessidade de expandir os serviços de telecomunicações no País, no primeiro período pós-

privatização, seja em face do acirramento da concorrência inter-empresarial, no segundo período pós-privatização.

Apesar da permanência geral no setor de telecomunicações ter sido menos elevada no primeiro período pós-privatização, é no segundo período pós-privatização que as credenciais dos trabalhadores apresentaram maior peso na explicação das chances de permanência no setor de telecomunicações, o que denota maior desigualdade entre as faixas internas das variáveis que compõem o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores. Tal achado remete à conclusão de que o mercado de trabalho do setor de telecomunicações, num contexto de elevação dos níveis de concorrência, se tornou mais seletivo no que se refere às características demandadas para a permanência do trabalhador. Contudo, essa conclusão não deve conduzir a um entendimento equivocado do primeiro período pós-privatização, que recuse a ocorrência de seletividade nas chances de permanência no setor de telecomunicações. Assim como no segundo período pós-privatização, o primeiro período também apresentou seletividade nas chances de permanência no setor de telecomunicações, mas a reestruturação gerencial pode ter acarretado na diminuição de tal seletividade, visto que o setor de telecomunicações ainda possuía muitos trabalhadores remanescentes do período estatal, de perfis sócio-ocupacionais diversos.

Em relação à permanência no mercado de trabalho formal, o segundo período pós-privatização apresentou menor diferença entre as faixas que compõem as variáveis do perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores. Portanto, não foi constatada variação expressiva nas chances de permanência no mercado de trabalho formal, exceção feita à variável faixa etária.

A quantidade de trabalhadores com qualificação obsoleta e a reestruturação do setor parecem ter contribuído para a consolidação para um quadro de maior insegurança no mercado de trabalho formal no primeiro período pós-privatização. Por seu turno, no segundo período pós-privatização, o Brasil voltou a crescer a taxas constantes e o aumento no emprego formal foi uma das suas consequência, o que se supõe que tenha contribuído para os níveis inferiores de migração para fora do mercado de trabalho formal encontrados.

O **Quadro 7** sistematiza as informações apresentadas acima:

Quadro 7 – Características do setor de telecomunicações nos períodos pós-privatização

	Primeiro período pós-privatização	Segundo período pós-privatização	
+	-	- Concorrência inter-empresarial; - Crescimento acentuado do emprego formal no País.	+
Seletividade no mercado de trabalho do setor de telecomunicações	- Reestruturação tecnológica e gerencial; - Crescimento moderado do emprego formal no País.	-	Segurança no mercado de trabalho formal
-	-	-	-
	-	Crescimento econômico	+

Fonte: Elaboração própria

No setor de telecomunicações do primeiro período pós-privatização, a combinação reestruturação tecnológica e gerencial, crescimento econômico e do emprego formal moderados, resultaram em níveis menos elevados de seletividade no mercado de trabalho do setor de telecomunicações – visto que todos os perfis sócio-ocupacionais foram afetados em alguma medida pela reestruturação do setor -, bem como em menores níveis de segurança no mercado de trabalho formal. Já no segundo período pós-privatização, a combinação entre acirramento da concorrência, crescimento econômico e do emprego formal acentuados, resultaram em níveis mais elevados de seletividade no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, do mesmo modo que níveis mais elevados de segurança no mercado de trabalho formal.

É importante destacar que o esquema apresentado no **Quadro 7** refere-se aos achados do presente estudo, não permitindo generalização atemporal ou para outros mercados de trabalho no mesmo período.

Conclusão

O segundo período pós-privatização do setor de telecomunicações contou com mudanças expressivas em relação ao primeiro. Já no início do período a reestruturação do setor havia chegado a termo, a produtividade média por trabalhador havia chegado ao seu auge e as metas de universalização na telefonia fixa haviam sido atingidas em sua ampla maioria. Nesse contexto, consolidou-se um ambiente de maior concorrência inter-empresarial, especialmente no segmento de telefonia móvel.

Ao atingirem as metas de universalização na telefonia fixa, as empresas passaram a pleitear o direito de atuar em outros segmentos, bem como de operar fora de suas respectivas regiões de origem. Portanto, 2003 foi um ano emblemático para o setor de telecomunicações, pois se constituiu no início de um novo período para o mercado como um todo, em face do crescimento dos níveis de concorrência inter-empresarial.

No mesmo período, o Brasil passou a crescer de modo sustentado, o que levou à ampliação do mercado de trabalho formal. Por mais que o efeito das condições macroeconômicas sobre as trajetórias dos trabalhadores não seja passível de mensuração, nos modelos de análise propostos, é importante que se destaque a ampliação do emprego formal como possível variável explicativa de uma maior segurança no mercado de trabalho constatada no período.

Em relação às trajetórias ocupacionais dos trabalhadores, constatou-se que aproximadamente dois quintos dos trabalhadores da coorte de 2003 permaneceram no setor de telecomunicações, aproximadamente dois quintos migraram para outro setor de atividade e um quinto migrou para fora do mercado de trabalho formal. O setor de serviços foi o destino mais recorrente dos trabalhadores que migraram para outro setor de atividade, seguido da construção civil, que recebeu significativa migração dos trabalhadores com ensino fundamental e do ramo de instalação e reparação de linhas e cabos telefônicos.

Do conjunto de variáveis analisadas, a faixa salarial constituiu-se na mais significativa para explicar as chances de permanência no setor de telecomunicações, bem como a faixa etária cumpriu o mesmo papel na explicação da permanência no mercado de trabalho formal. Outro aspecto que merece destaque é a importância do ensino superior como credencial de permanência no setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal. Seja qual for a circunstância, os trabalhadores da faixa de escolaridade equivalente ao ensino superior

possuíam níveis mais elevados de segurança no mercado de trabalho que trabalhadores com escolaridade equivalente ao ensino fundamental ou ao ensino médio. Logo, do mesmo modo que no primeiro período pós-privatização, os níveis mais elevados de segurança no mercado de trabalho foram observados entre os trabalhadores que possuem as melhores condições de lidar com trajetórias ocupacionais fragmentadas, ou seja, trabalhadores jovens, com ensino superior e possuidores de salários elevados.

Assim como ocorreu no primeiro período pós-privatização, as diferenças na segurança no mercado de trabalho, segundo o sexo, foram mais marcantes no que tange à permanência no mercado de trabalho formal. O segundo período pós-privatização foi marcado por crescimento da economia e dos níveis de formalidade nas relações de trabalho. Mesmo assim, as trajetórias de homens e mulheres ainda guardavam diferenças no que tange a sua segurança no mercado de trabalho.

No âmbito das variáveis que não apresentaram variação tão significativa entre as faixas que as compõem, cabe destacar que os maiores níveis de segurança no mercado de trabalho foram constatados entre os trabalhadores que exerciam atividades em empresas de médio porte. Em relação à região, trabalhadores do Nordeste tinham mais chances de permanecer no setor de telecomunicações, bem como trabalhadores situados na faixa de tempo de emprego entre 60 e 119,9 meses apresentaram as maiores chances de permanecer no mercado de trabalho formal.

No segundo período pós-privatização, estar inserido em ocupações específicas do setor de telecomunicações garantiu ao trabalhador maiores chances de permanência no mercado de trabalho do setor, bem como no mercado de trabalho formal como um todo. É possível supor que o ambiente de maior concorrência conduziu à valorização dos profissionais que possuíam qualificação específica do setor de telecomunicações, comparativamente aos profissionais que realizavam atividades periféricas.

A análise comparativa dos dois períodos pós-privatização permitiu concluir que o mercado de trabalho do setor de telecomunicações, num contexto de elevação dos níveis de concorrência, se tornou mais seletivo no que se refere às características demandadas para a permanência do trabalhador. No entanto, assim como no segundo período pós-privatização, o primeiro período também apresentou seletividade nas chances de permanência no setor de telecomunicações, mesmo que em menor intensidade.

Em relação à permanência no mercado de trabalho formal, o segundo período pós-privatização apresentou menor diferença entre as faixas que compõem as variáveis do perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores e, logo, menor desigualdade no acesso ao emprego em caso de demissão. Tal realidade pode ser explicada em decorrência do crescimento dos postos de trabalho formal no período. A variação mais elevada nas chances de permanência no mercado de trabalho formal foi constatada na variável faixa etária.

No segundo período pós-privatização, constatou-se valorização ainda mais acentuada das credenciais de pertencimento à força de trabalho **permanente** do setor de telecomunicações. Se no primeiro período pós-privatização trabalhadores jovens, escolarizados, bem remunerados e inseridos em ocupações-chave para o mercado de trabalho do setor de telecomunicações lograram maiores chances de permanência no setor de telecomunicações, Contudo, no segundo período pós-privatização, os níveis de segurança no mercado de trabalho para os trabalhadores **disponíveis** do setor de telecomunicações sofreram sensível elevação, visto que, no período, o crescimento do emprego formal ocasionou elevação das chances de reinserção ocupacional em caso de demissão (CASTELLS, 2000).

Novamente, constatou-se os limites de teorias generalizantes sobre as transformações na estrutura de emprego das sociedades contemporâneas. No segundo período pós-privatização do setor de telecomunicações, aspectos relativos à dinâmica setorial, como o acirramento da concorrência, do mesmo modo que mudanças de ordem macroeconômica, como o crescimento do emprego formal, condicionaram as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores. Nesse sentido, conclui-se que a generalização das condições do mercado de trabalho do Brasil, proposta por Beck (2000), encontram respaldo sequer no caso particular de um importante segmento de mercado do próprio País.

A seguir, na conclusão desse estudo, retoma-se a unidade do texto, para resumir os principais resultados encontrados, mediante debate com os aspectos teóricos que forneceram subsídios à realização do estudo.

CONCLUSÃO

A segurança social vem se constituindo em um dos principais valores da humanidade desde o início da modernidade. Se no período pré-moderno a segurança estava relacionada ao controle dos riscos naturais, na modernidade falar em segurança conduz a um entendimento mais amplo, visto que abrange o conjunto de relações sociais que também são produtores de riscos. Como projeto socialmente compartilhado, a modernidade estabeleceu para si a tarefa de eliminar os riscos inerentes à condição humana, bem como de produzir segurança coletiva.

Na modernidade, a propriedade e o trabalho se tornaram as principais fontes de segurança social. Contudo, dado o caráter individualizante da propriedade, a segurança compartilhada por todos os não-proprietários estava vinculada ao trabalho, que em seu formato moderno recebeu o nome de emprego assalariado. Nesse contexto, o emprego se tornou condição necessária à inserção do indivíduo na estrutura social, bem como assumiu centralidade como um valor socialmente compartilhado e fomentou o surgimento de identidades vinculadas às profissões (CASTEL, 2005; BAUMAN, 1998).

Entretanto, nas sociedades ocidentais contemporâneas, a demanda por segurança social tem se mostrado ilimitada, ao passo que a capacidade dos sistemas de proteção social em supri-la apresenta limites que variam conforme cada contexto social específico. Seja qual for o entendimento de segurança social que se possui, a inclusão da variável contextual é fundamental, visto que nem todos os países contaram com sistemas de proteção social avançados, e, sequer na Europa do Estado de bem-estar social, a distribuição dos benefícios chegou a alcançar a todos de modo igualitário e uniforme.

No âmbito do mercado de trabalho, o desemprego se tornou sinônimo de vulnerabilidade social, mesmo que os níveis de vulnerabilidade experimentados pelos indivíduos dependam de diversos aspectos, como o contexto social em questão, as condições macroeconômicas gerais e o acesso a suportes sociais, como, no caso do mercado de trabalho, os programas de requalificação profissional e de intermediação de mão-de-obra.

A noção de segurança que fundamenta a realização desse estudo assenta-se no entendimento de que, no Brasil, a permanência no mercado de trabalho formal garante uma segurança mínima à imensa maioria dos trabalhadores, porque permite a realização de uma atividade sob condições contratuais bem definidas, o acesso à previdência social, ao FGTS e à organização sindical. Entretanto, entende-se que a segurança no mercado de trabalho, conceito empregado para a compreensão da capacidade de permanência do trabalhador no mercado de trabalho formal, encontra-se desigualmente distribuída entre os grupos sociais que compõem o mercado de trabalho.

Ao longo do estudo, procurou-se demonstrar que a segurança no mercado de trabalho não pode ser entendida como uma categoria sociológica genérica, passível de generalização para todos os indivíduos e grupos sócio-ocupacionais de uma determinada época, região ou setor da economia. Ao contrário, a segurança no mercado de trabalho estabelece laços estreitos às características que integram o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores. Nesse sentido, é por meio da análise das trajetórias ocupacionais que se torna possível visualizar de modo mais claro a distribuição desigual de segurança no mercado de trabalho.

Como dimensão empírica observável da segurança no mercado de trabalho, trajetória ocupacional remete à construção processual do percurso de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos no mercado de trabalho. Em termos operacionais, nos estudos de trajetórias ocupacionais destaca-se a possibilidade de incorporar o tempo como elemento endógeno do modelo de análise, visto que permite visualizar os padrões de inserção, reinserção e migração ocupacional ao longo do tempo (GUIMARÃES, 2004).

Para a realização do estudo, selecionou-se o setor de telecomunicações pós-privatização como objeto de análise. No Brasil, o setor de telecomunicações encontrava-se sob controle estatal que até meados da década de 1990, quando teve a sua estrutura profundamente alterada por mudanças institucionais, tecnológicas e gerenciais. No período pós-privatização, o perfil sócio-ocupacional predominante no setor de telecomunicações foi alterado: a força de trabalho se tornou mais jovem e mais escolarizada, enquanto que o tempo de emprego e a média salarial diminuíram sensivelmente.

A análise dos dados permitiu identificar os aspectos que condicionaram as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores no período analisado, bem como foi possível saber de que modo as características relativas ao perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores influenciaram suas chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal como um todo. Para efeito de análise, a primeira década do setor de telecomunicações pós-privatização foi dividida em dois períodos: a) primeiro período pós-privatização (1998 a 2002); e b) segundo período pós-privatização (2003 a 2007).

No primeiro período pós-privatização foram realizadas mudanças expressivas no setor de telecomunicações. Havia o imperativo de expandir o mercado, de modo a tornar o telefone fixo acessível à população. Nesse contexto, de modificação do perfil sócio-ocupacional predominante até então, as qualificações de uma parte considerável dos trabalhadores tornaram-se obsoleta. Como foi possível constatar, ao final do primeiro período pós-privatização somente um terço dos trabalhadores empregados em 1998 manteve-se empregado no setor.

Do mesmo modo, um terço dos trabalhadores que integravam a coorte examinada migrou para outros setores de atividade no decorrer dos anos. As demais atividades de serviços foram o destino mais recorrente, ainda que alguns trabalhadores tenham migrado para a construção civil em maior proporção, como aqueles que possuíam o ensino fundamental e exerciam a atividade de instaladores e reparadores de linhas e equipamentos.

Ainda no que concerne à migração para a construção civil, deve-se atentar para o fato de que os serviços de instalação e reparação são terceirizados pela maioria das empresas do setor. Portanto, é provável que um número considerável de trabalhadores que supostamente migrou para a construção civil tenha na verdade permanecido no setor de telecomunicações, visto que, de fato, migraram de uma empresa que atua exclusivamente no setor de telecomunicações, para empresas que atuam em diversos segmentos de mercado, mas que declaram como atividade-fim, na RAIS, a construção civil.

Mediante a análise das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores no primeiro período pós-privatização, constatou-se que as chances de permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações, bem como no mercado de trabalho formal, foram distribuídas de modo desigual entre os perfis sócio-ocupacionais dos trabalhadores. Nesse sentido, a faixa salarial na qual o trabalhador encontrava-se inserido se constituiu na variável mais importante para explicar as chances de permanência no setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal. Nos diferenciais de rendimentos dos trabalhadores encontravam-se a

desigualdade mais evidente na distribuição da segurança no mercado de trabalho, visto que os trabalhadores que possuíam os salários mais elevados e, por isso, encontravam-se em melhores condições econômicas para lidar com as oscilações do mercado de trabalho, eram também os que logravam as maiores chances de permanecer empregados.

Assim como a faixa salarial, a faixa etária também condicionou um destino menos seguro para quem pretensamente encontra-se em piores condições para lidar com trajetórias fragmentadas, ou seja, os trabalhadores de idade mais elevada. Constatou-se que as menores chances de permanência no mercado de trabalho, do setor de telecomunicações e formal, foram observadas entre os trabalhadores situados na faixa etária mais elevada.

Do mesmo modo, foi possível observar que a escolaridade é uma variável de diferenciação no curto prazo, mas que as vantagens que conferia aos trabalhadores situados nas faixas mais elevadas diminuíram ao longo dos anos. Entre as faixas de escolaridade que equivaliam ao ensino fundamental e ao ensino médio, encontraram-se níveis muito semelhantes de segurança no mercado de trabalho, seja do setor de telecomunicações, seja no formal como um todo, entre os trabalhadores da coorte em estudo.

Trabalhadores inseridos em ocupações específicas do setor de telecomunicações lograram chances de permanência mais elevadas que os trabalhadores inseridos em ocupações não-específicas do setor de telecomunicações, tanto em relação ao mercado de trabalho do setor, como no mercado de trabalho formal como um todo. Assim, pode-se concluir que a expansão do mercado de telecomunicações proporcionou maior segurança no mercado de trabalho aos trabalhadores inseridos em atividades-fim do setor.

Por outro lado, no segundo período pós-privatização outros aspectos contextuais se encontravam em evidência, visto que a reestruturação do setor já estava encerrada, a produtividade média por trabalhador alcançou seu nível mais elevado e a maioria das metas de universalização na telefonia fixa haviam sido cumpridas. É nesse contexto que se consolidou um ambiente de maior concorrência inter-empresarial, sobretudo no segmento de telefonia móvel, mas também no âmbito dos serviços, como nas chamadas de longa distância e nos serviços de conexão por banda larga.

As empresas, ao atingirem as metas de universalização na telefonia fixa, passaram a pleitear o direito de atuar em outros segmentos, bem como de operar fora de suas respectivas regiões de origem. Assim, o ano de 2003 se tornou um marco para o setor de telecomunicações, porque foi o início de um novo período para o mercado no Brasil.

No que tange às trajetórias ocupacionais dos trabalhadores, constatou-se que aproximadamente dois quintos dos trabalhadores da coorte de 2003 permaneceram no setor de telecomunicações, enquanto aproximadamente dois quintos migraram para outro setor de atividade e um quinto migrou para fora do mercado de trabalho formal. Do mesmo modo que no período anterior, o setor de serviços foi o principal destino dos trabalhadores que migraram para outro setor de atividade e a construção civil permaneceu como um importante destino para os trabalhadores com ensino fundamental, bem como do ramo de instalação e reparação de linhas e cabos telefônicos.

Como já havia sido constatado no primeiro período pós-privatização, a faixa salarial se constituiu na mais importante variável para explicar as chances de permanência no setor de telecomunicações, bem como a faixa etária cumpriu o mesmo papel na explicação da permanência no mercado de trabalho formal. Por seu turno, o ensino superior foi uma credencial fundamental de permanência no setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal. Em todas as circunstâncias examinadas, trabalhadores inseridos na faixa de escolaridade equivalente ao ensino superior possuíam níveis mais elevados de segurança no mercado de trabalho comparativamente aos trabalhadores com escolaridade equivalente ao ensino fundamental ou ao ensino médio. Portanto, do mesmo modo que no primeiro período pós-privatização, os níveis mais elevados de segurança no mercado de trabalho foram observados entre os trabalhadores adultos jovens, com ensino superior e possuidores de salários elevados.

Assim como verificado no primeiro período pós-privatização, as diferenças na segurança no mercado de trabalho, segundo o sexo, foram mais marcantes no que tange à permanência no mercado de trabalho formal. O segundo período pós-privatização foi marcado por crescimento da economia e dos níveis de formalidade nas relações de trabalho. Mesmo assim, as trajetórias de homens e mulheres ainda guardavam diferenças no que se refere à segurança no mercado de trabalho.

Constatou-se também que os maiores níveis de segurança no mercado de trabalho podiam ser observados entre os trabalhadores que exerciam atividades em empresas de médio porte. Por outro lado, no que tange à região, trabalhadores do Nordeste tinham mais chances de permanecer no setor de telecomunicações, bem como trabalhadores situados na faixa de tempo de emprego entre 60 e 119,9 meses apresentaram as maiores chances de permanecer no mercado de trabalho formal.

No segundo período pós-privatização, estar inserido em ocupações específicas do setor de telecomunicações garantiu ao trabalhador maiores chances de permanência no mercado de trabalho do setor, bem como no mercado de trabalho formal como um todo. É possível supor que o ambiente de maior concorrência conduziu à valorização dos profissionais que possuíam qualificação específica do setor de telecomunicações, comparativamente aos profissionais que realizavam atividades periféricas aos objetivos centrais das empresas.

A análise comparativa dos dois períodos pós-privatização permitiu concluir que o mercado de trabalho do setor de telecomunicações, num contexto de elevação dos níveis de concorrência, se tornou mais seletivo no que se refere às características demandadas para a permanência do trabalhador. No entanto, assim como no segundo período pós-privatização, o primeiro período também apresentou seletividade nas chances de permanência no setor de telecomunicações, mesmo que em menor intensidade.

No que se refere à permanência no mercado de trabalho formal, o segundo período pós-privatização apresentou menor diferença entre as faixas que compõem as variáveis do perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores e, logo, menor desigualdade no acesso ao emprego em caso de demissão. Tal realidade pode ser explicada em decorrência da maior formalização das relações de trabalho constatada no período.

Em síntese, a passagem do primeiro período pós-privatização (1998 a 2002), marcado por reestruturação tecnológica e gerencial, para o segundo período pós-privatização (2003 a 2007), caracterizado por maior concorrência inter-empresarial, resultou em maior permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações e no mercado de trabalho formal. Entretanto, padrões de desigualdades entre os perfis sócio-ocupacionais se mantiveram presentes, aprofundando-se no segundo período no que tange à permanência no mercado de trabalho do setor de telecomunicações e reduzindo-se no que diz respeito à permanência no mercado de trabalho formal.

O aspecto que perpassa os dois períodos pós-privatização analisados sustenta-se no fato de que os níveis mais elevados de segurança no mercado de trabalho foram observados entre os trabalhadores que supostamente encontram-se em melhores condições de lidar com as oscilações do mercado de trabalho, ou seja, jovens, com remuneração e escolaridade elevadas, inseridos em ocupações situadas no topo da estrutura ocupacional do setor e possuidores de qualificação valorizada no mercado de trabalho formal como um todo.

Tais conclusões remetem à reflexão sobre as considerações realizadas por Manuel Castells (2000). No caso específico do setor de telecomunicações, a segurança no mercado de trabalho está desigualmente distribuída entre trabalhadores **permanentes** e **disponíveis**, mesmo que seja possível constatar uma certa heterogeneidade nas chances de permanência no mercado de trabalho formal. Os trabalhadores permanentes são adultos jovens, sobretudo entre 24 e 39 anos, possuem ensino superior, salários elevados e realizam atividades altamente lucrativas para as empresas. Já os trabalhadores disponíveis possuem idade elevada e escolaridade equivalente ao ensino fundamental, bem como recebem baixos salários e realizam atividades acessórias aos objetivos centrais das empresas.

Contudo, deve-se ainda considerar que tais classes de trabalhadores não são as únicas que compõem o mercado de trabalho do setor de telecomunicações. Há também classes intermediárias, que são compostas por técnicos e demais trabalhadores de nível médio que igualmente desempenham atividades fundamentais para o desenvolvimento das atividades de telecomunicações. Mesmo que seja possível observar duas trajetórias típicas, que representam pólos opostos em relação aos seus níveis de segurança no mercado de trabalho, constatou-se uma diversidade de percursos que expõem os limites da tese da polarização da estrutura do mercado de trabalho, especialmente nos moldes daquela sugerida por Beck (2000).

Do mesmo modo, entende-se que a tese da individualização do trabalho necessita de maior precisão. Como foi ressaltada no Capítulo I, a tese da individualização do trabalho constitui-se no ponto de convergência entre as quatro perspectivas teóricas analisadas. Contudo, mesmo que seja possível observar na atualidade uma maior tendência à fragmentação ocupacional, crise da representação sindical e formas de trabalho individualizantes, são também passíveis de constatação trajetórias ocupacionais recorrentes para indivíduos situados em categorias ou possuidores de perfis sócio-ocupacionais semelhantes.

Nesse quesito reside o principal limite das quatro abordagens teóricas. Entende-se que assumir a individualização do trabalho como uma característica dos tempos atuais não deve acarretar na fragmentação da interpretação sociológica sobre as trajetórias dos trabalhadores, visto que, por vezes, a individualização é subentendida como a atomização do indivíduo, aspecto que reforça o entendimento de que não mais existem padrões de trajetórias compartilhadas coletivamente por trabalhadores situados numa mesma categoria, seja ela ocupacional, de sexo, de faixa etária, de escolaridade, de remuneração, e assim por diante.

Por outro lado, os achados da pesquisa suscitam o debate sobre os novos contornos da proteção social em tempos de maior flexibilidade nas relações de trabalho. Primeiramente, deve-se lembrar que esse debate é fundamentalmente europeu, mediante o diálogo aberto após a derrocada do Estado de bem-estar social. No Brasil, as condições estruturais do mercado de trabalho não reproduziram o modelo típico de inserção no emprego, caracterizado por contratação formalizada, tempo integral e perspectiva de permanência por um longo período. O emprego industrial, sabidamente mais estável, nunca abrigou a maioria da força de trabalho do País, e, como indicam dados governamentais, o mercado de trabalho brasileiro sempre conviveu com elevados índices de informalidade, mesmo que tal quadro tenha apresentado modificações nos últimos anos. Assim, o emprego formal e estável sempre foi para poucos no Brasil.

Tal fato não invalida o debate sobre o conteúdo propositivo das teorias de Castel e Beck, mas atenta para as peculiaridades dos mercados de trabalho não-europeus. Entende-se que as teorias que tomam a Europa como referência devem ser instrumentalizadas com parcimônia para analisar os demais contextos sociais, devido à importância dos aspectos conjunturais locais que interferem na conformação dos padrões de seguridade social. De todo modo, alguns questionamentos permanecem válidos: Qual a viabilidade de sistemas de proteção social centrados na condição de trabalhador? Em que medida é possível repensar os sistemas de proteção social de caráter universal, visto que nem todos os trabalhadores possuem as mesmas oportunidades no mercado de trabalho? Como conceber um sistema de proteção social que integre os indivíduos mais vulneráveis ao mercado de trabalho, por meio do trabalho comunitário, sem que isso produza discriminações e estigmas? Como garantir simultaneamente a flexibilidade do sistema produtivo e a proteção social do trabalhador? Certamente tais respostas não são simples e merecem uma reflexão mais aprofundada por parte daqueles que elaboram políticas públicas (CASTEL, 1998; BECK, 2000; FREYSSINET, 2007).

Por fim, cabe acrescentar que a realização desse estudo suscitou novos questionamentos, que merecem atenção em investigações futuras. Um deles remete à análise mais detalhada sobre a qualidade do novo vínculo de emprego dos trabalhadores demitidos do setor de telecomunicações que lograram reinserção no mercado de trabalho formal. Outro questionamento envolve a realização de estudo qualitativo, de modo a conhecer a importância de aspectos não contemplados na base de dados RAIS Migra do Ministério do Trabalho e Emprego, dentre os quais se destacam: a importância das redes de contato dos trabalhadores

nas suas chances de reinserção no emprego formal, o papel desempenhado por agências de intermediação de mão-de-obra e o peso da realização de cursos de capacitação sobre as chances de retorno ao mercado de trabalho formal. Por outro lado, mostra-se também necessário conhecer, mediante a realização de estudos qualitativos, os percursos realizados por trabalhadores que não retornam ao mercado de trabalho formal após a demissão. Estudos fundamentados em tais indagações permitiriam compor um quadro mais amplo acerca das chances de reinserção no mercado de trabalho dos trabalhadores mais vulneráveis.

BIBLIOGRAFIA

ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. **Relatório Anual da Anatel**, diversos anos. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>. Acessado em: 18 de junho de 2009.

AUER, P. Empleo y trabajo decente: protegiendo la movilidad en un mundo globalizado. In: **Revista de Trabajo**. Año 2, número 2, Buenos Aires: Ministério De Trabajo, Empleo y Seguridad Social de la Republica Argentina, 2006. p. 11-25.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BATT, R. Strategic segmentation in front-line services: matching customers, employees and human resource systems. In.: **International Journal of Human Resource Management**. Vol. 11 n. 3, 2000. p. 540-561.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. **Vidas desperdiçadas**: La modernidad y sus parias. Buenos Aires: Paidós, 2008.

BECK, U. **La sociedad del riesgo**: hacia una nueva modernidad. Madrid, Paidós, 1998.

_____. **O que é globalização?** Equívocos da globalização: respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Un nuevo mundo feliz:** la precariedad del trabajo en la era de la globalización. Buenos Aires: Paidós, 2000.

_____. **La sociedad del riesgo mundial:** em busca de la seguridad perdida. Barcelona: Paidós, 2008.

BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial:** uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1977.

BLANCO, M.; PACHECO, E. Trayectorias laborales em la ciudad del México: un acercamiento exploratório a la articulación de las perspectivas cualitativa y cuantitativa. In.: **Latinoamericana de Estudios del Trabajo.** Trayectorias ocupacionales y mercado de trabajo. Buenos Aires, ano 7, n.º 13, 2001. p. 105-137.

BRASIL. Lei 9.468 de 10 de julho de 1997.

_____. Lei 9.472 de 16 de julho de 1997.

_____. Decreto 2.592 de 15 de maio de 1998.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações.** Livro 1 – Códigos, Títulos e Descrições. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 08 de Novembro de 2010.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações.** Livro III – Estrutura, Tábua de Conversão e Índice de Títulos. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 08 de Novembro de 2010.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Folheto de divulgação da RAIS.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2010.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Bases de dados RAIS Migra:** orientações para uso. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2006.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3º ed. Rio de Janeiro Editora Guanabara, 1987.

BRYNIN, M. e LONGHI, S. The transformation of work? Occupational change in Europe, In.: **Work organization and restructuring in the knowledge society** – WORKS project, 2007.

CARDOSO, A. M. **Trabalhar, verbo transitivo**: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CARDOSO, A.; COMIN, Á. e GUIMARÃES, N. A. Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais dos trabalhadores demitidos da indústria brasileira. In: GUIMARÃES, N. A. e HIRATA, H. **Desemprego**: trajetórias, identidades, mobilizações. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006.

CARUSO, L. A. e PERO, V. Trajetórias intersetoriais, empregabilidade e reconversão profissional dos trabalhadores desligados da indústria. **São Paulo em Perspectiva**, Revista da Fundação SEADE, vol.11, n.1, jan/mar de 1997.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

_____. **A insegurança social**: o que é ser protegido? Porto Alegre: Editora Vozes, 2005.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 1 – A sociedade em rede. 3º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, M.; HIMANEN, P. **La sociedad de la información y el Estado del bienestar**: El modelo finlandés. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

CASTILLO, J. J.. **El trabajo fluido em la sociedad de la información**: organización y división del trabajo en las fábricas de software. Buenos Aires : Niño y Dávila Editores, 2007.

CASTRO, N.; CARDOSO, A.; CARUSO, L. Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade: há algo de novo na agenda dos estudos do trabalho no Brasil? **Contemporaneidade e Educação**. Ano II, nº 1. Maio de 1997.

DEMAZIÈRE, D. Uma abordagem sociológica sobre a categoria do desemprego. In: GUIMARÃES, N. A. e HIRATA, H. **Desemprego**: trajetórias, identidades, mobilizações. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006.

DEMAZIÈRE, D.; DUBAR, C. Trajetórias profissionais e formas identitárias: uma teorização. In: GUIMARÃES, N. A. e HIRATA, H. **Desemprego**: trajetórias, identidades, mobilizações. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006.

DEL BONO, A. **Telefônica**: trabajo degradado em La era de La información. Buenos Aires : Niño y Dávila Editores, 2002.

DIEESE. Perfil dos novos controladores do Sistema Telebrás. In.: **Boletim do DIEESE**, Set/2008. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/bol/esp/estset98.xml>. Acessado em 20 de dezembro de 2010.

_____. O emprego no setor de telecomunicações 10 anos após a privatização. In.: **Estudos e pesquisas - nº 46**. São Paulo: DIEESE, 2009. Disponível em: <http://d.yimg.com/kq/groups/21205291/670137147/name/Privatiza%C3%A7a%C3%B5.pdf>. Acessado em 19 de novembro de 2010.

DRUCK, M. da G. **Terceirização**: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico. Salvador: Edubra, 1999.

DURKHEIM, É. Método para determinar a função da divisão do trabalho. In: Rodrigues, José Albertino. **Durkheim**: Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 2008.

FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FILHO, J. M. D.; CORRAR, L. J. Regressão logística. In.: CORRAR, L. J.; PAULO, E.; FILHO, J. M. D. (Coord.). **Análise multivariada**: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia. São Paulo, Atlas, 2009. p. 281 – 323.

FORRESTER, V. **El horror económico**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico, 2006.

FREYSSINET, J. **El desafío de las políticas del empleo en el siglo XXI**: la experiência reciente de los países de Europa occidental. Buenos Aires : Niño y Dávila Editores, 2007.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

_____. **Mundo em descontrolo**: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2010.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S.. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

GUIMARÃES, N. A. **Caminhos cruzados**: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Editora 34, 2004.

GUIMARÃES, S. As telecomunicações no Brasil após a privatização. In.: **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea**: persistências e inovações. Orgs. PICCININI, Valmíria; HOLZMANN, Lorena; KOVÁCS, Ilona; GUIMARÃES, Valeska. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p.147-175.

GUZMÁN, V.; MAURO, A. Las trayectorias laborales de mujeres de tres generaciones: coacción y autonomía. In.: TODARO, R.; YÁÑEZ, S. (Orgs.) **El trabajo se transforma**: relaciones de producción y relaciones de género. Santiago: CEM editores, 2004. p. 207-245.

_____. Trayectorias laborales masculinas y ordem de género. In.: TODARO, R.; YÁÑEZ, S. (Orgs.) **El trabajo se transforma**: relaciones de producción y relaciones de género. Santiago: CEM editores, 2004. p. 246-280.

HABERMAS, J. A Nova Intransparência: a crise do bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 18, setembro de 1987. p. 103-114.

HIRATA, H. Os mundos do trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos. In: CASALI, Alípio et al. **Empregabilidade e educação**: novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo: EDUC, 1997. p. 23 – 42.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 2007.

KOVÁCS, I. **As metamorfoses do emprego**: ilusões e problemas da sociedade da informação. Lisboa: Celta Editora, 2002.

_____. Empresa flexível: problemas sociais do pós-taylorismo. In: Pereira, Antônio Garcia et al. **Globalização**: novos rumos no mundo do trabalho. Florianópolis: Ed. da UFSC, SOCIUS, 2001, p. 43-68.

LARANGEIRA, S. M. G. Reestruturação produtiva nos anos 90: aspectos do contexto internacional no setor de serviços. In.: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Vol. 12, n. 33 (fev. 1997), p. 35-47.

_____. Reestruturação no Setor de Telecomunicações: aspectos da realidade internacional. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. Relações Industriais, Análises Comparativas. São Paulo, ano 4, n.º. 8, 1998.

_____. **Sindicatos frente à reestruturação**: Crise ou novas estratégias? Texto apresentado no XXIII Congresso Internacional da LASA. Washington, 6-8 de setembro de 2001.

_____. **Telecomunicações no Brasil**: relações de trabalho e emprego pós-privatização. Projeto Integrado de Pesquisa apresentado ao CNPq, 2002 (Impresso).

LAUTIER, B. Por uma sociologia da heterogeneidade do trabalho. In: **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. ano 5, número 9, São Paulo: Alast, 1999. p. 7-32.

LEITE, M. P. Qualificação, Desemprego e Empregabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 1, 1997. p. 64-69.

LIVRO VERDE. **Modernizar o direito do trabalho para enfrentar os desafios do século XXI**. Comissão das Comunidades Européias: Bruxelas, 2006.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 4 volumes, 1986.

MÉDA, D. **O Trabalho**: um valor em vias de extinção. Lisboa: Fim de Século, 1999.

MOCELIN, D. **Qualidade do emprego em contexto de mudança tecnológica: o caso das operadoras de telefonia móvel celular**. Dissertação de Mestrado: PPG Sociologia, UFRGS, 2006.

NOVAES, Ana. Privatização do setor de telecomunicações no Brasil. In: PINHEIRO, Armando Castelar; Fukasaku, Kiichiro (Org.) **A privatização no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

OFFE, C. Trabalho: a categoria chave da Sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 10, junho de 1989. p. 5-20.

_____. O Crescimento do Trabalho nos Serviços: quatro explicações sociológicas. In.: OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio e Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1991. p. 77-109.

OIT. **O perfil do trabalho decente no Brasil**. Brasília: Escritório da Organização Internacional do Trabalho, 2009.

PEDROSO, P.; FERREIRA, A. C.; DORNELAS, A.; ESTANQUE, E.; CENTENO, M.; NOVO, A.; HENRIQUES, M. **Acesso ao emprego e mercado de trabalho: formulação de políticas públicas no horizonte de 2013 (Relatório Final)**. Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, 2005. Disponível em: <http://www.qren.pt/download.php?id=70> Acessado em 07 de julho de 2010.

PICANÇO, F. O Brasil que Sobe e Desce: uma análise da mobilidade socioocupacional e realização de êxito no mercado de trabalho urbano. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Vol. 50, nº 2, 2007. p.393-433.

POCHMANN, M. **Reestruturação produtiva e relações de trabalho: um mapa da produção acadêmica no Brasil**. São Paulo, Atchip, 1999.

_____. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

PROCHNIK, V.; FREITAS, F.; ESTEVES, L. A. Emprego e salários na evolução recente do setor de serviços de telecomunicações. In.: NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. **Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Brasil**. Brasília: IPEA, 2006. p. 465-501.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

RODRIGUES, A; PAULO, E. Introdução à análise multivariada. In.: **Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 1 – 72.

RUDUIT, S. **Relações Interfirmas e Emprego: estudo de uma rede de empresas em telecomunicações**. Dissertação de Mestrado: PPG Sociologia, UFRGS, 2001.

SCHNAPPER, Dominique. **Contra o Fim do Trabalho**. Lisboa: Terramar, 1998.

SILVA, L. F. S. C. da. **Relações de trabalho em Call Centers**: flexibilidade laboral e perfis sócio-ocupacionais em novo cenário de emprego. Dissertação de Mestrado: PPG Sociologia, UFRGS, 2006.

_____. Pensando la heterogeneidad del trabajo em la sociedad de la información: el caso de las empresas de call center. In: **Anais del VI Congreso Regional de Las Américas - IIRA**, Buenos Aires, 2008.

SILVA, P. H. C. da. **Trajetória ocupacionais de trabalhadores desligados do setor de telecomunicações**. Dissertação de Mestrado: PPG Sociologia, UFRGS, 2003.

STANDING, G. La inseguridad laboral. In: **Revista Latinoamericana de estudios del trabajo**. Ano 6, número 11, 2000. p. 47 – 105.

VALENDUC, G.; VENDRAMIN, P.; PEDACI, M.; PIERSANTI, M.. Changing careers and trajectories: how individuals cope with organizational change and restructuring. In.: **Work organization and restructuring in the knowledge society – WORKS project**, 2008. Disponível em: www.worksproject.com.be. Acessado em 28 de setembro de 2008.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

WITHAGEN, T.; TROS, F.; LIESHOUT, H. **Towards “flexicurity”?: balancing flexibility and security in EU member states**. Trabalho apresentado no 13º Congresso Mundial da IIRA. Berlim, 2003. Disponível em: http://www.tilburguniversity.nl/faculties/law/research/reflect/publications/papers/fxp2020_3.pdf Acessado em 07 de julho de 2010.

WOHLERS, M. A Reforma do Modelo de Telecomunicações: O menu internacional e a opção brasileira. In: TAPIA, J. R. B. e RALLET, A. **Telecomunicações, desregulamentação e convergência tecnológica**: uma análise comparada. Campinas, UNICAMP – IE (Coleção Pesquisas, 2), 1999. p. 43-74.

Apêndice A

Regressões logísticas para permanência no setor de telecomunicações – coorte 1998

Case Processing Summary

Unweighted Cases		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	133002	95,8
Missing Cases		5809	4,2
Total		138811	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		138811	100,0

a If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Ano: 1999

Omnibus Tests of Model Coefficients

Step 1		Chi-square	df	Sig.
	Step	10398,171	22	,000
	Block	10398,171	22	,000
	Model	10398,171	22	,000

Model Summary

Step 1	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
	142895,572	,075	,110

Classification Table

Step 1	Observed	Predicted		Percentage Correct
		Permanência telecom 1999		
	Permanência telecom 1999	,00	3101	8,9
		1,00	3254	96,7
	Overall Percentage			73,6

a The cut value is ,500

Variables in the Equation

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I. for EXP(B)	
								Lower	Upper
Step 1	SEXO(1)	-,060	,016	14,338	1	,000	,942	,913	,972
	FXIDADE			4016,666	4	,000			
	FXIDADE(1)	1,348	,031	1893,896	1	,000	3,850	3,623	4,091
	FXIDADE(2)	1,413	,031	2115,017	1	,000	4,108	3,868	4,363
	FXIDADE(3)	1,518	,025	3736,772	1	,000	4,563	4,346	4,791
	FXIDADE(4)	1,091	,021	2680,061	1	,000	2,976	2,856	3,102
	FXESCOLA			465,837	2	,000			
	FXESCOLA(1)	,320	,017	366,725	1	,000	1,377	1,333	1,423
	FXESCOLA(2)	,411	,021	377,254	1	,000	1,509	1,448	1,573
	FXTEMPEM			1119,682	3	,000			
	FXTEMPEM(1)	,472	,022	442,680	1	,000	1,604	1,535	1,676
	FXTEMPEM(2)	,853	,031	753,379	1	,000	2,346	2,207	2,493
	FXTEMPEM(3)	,610	,024	654,478	1	,000	1,840	1,756	1,928
	FXSALARI			606,620	4	,000			
	FXSALARI(1)	,032	,028	1,301	1	,254	1,033	,977	1,091
	FXSALARI(2)	,522	,030	303,994	1	,000	1,686	1,590	1,788
	FXSALARI(3)	,411	,032	164,068	1	,000	1,509	1,417	1,607
	FXSALARI(4)	,461	,036	162,749	1	,000	1,586	1,477	1,702
	FXTAMEMP			371,347	3	,000			
	FXTAMEMP(1)	,083	,021	15,971	1	,000	1,086	1,043	1,131
	FXTAMEMP(2)	,286	,021	184,680	1	,000	1,331	1,277	1,387
	FXTAMEMP(3)	,348	,021	284,907	1	,000	1,416	1,360	1,474
	REGIÃO			1019,494	4	,000			
REGIÃO(1)	,329	,026	157,234	1	,000	1,389	1,320	1,462	
REGIÃO(2)	,272	,037	53,319	1	,000	1,312	1,220	1,412	
REGIÃO(3)	,213	,021	98,256	1	,000	1,237	1,186	1,290	
REGIÃO(4)	,820	,028	871,199	1	,000	2,270	2,150	2,397	
OCUPAÇÃO(1)	,237	,016	213,694	1	,000	1,268	1,228	1,309	
Constant	-1,683	,041	1662,743	1	,000	,186			

a Variable(s) entered on step 1: SEXO, FXIDADE, FXESCOLA, FXTEMPEM, FXSALARI, FXTAMEMP, REGIÃO, OCUPAÇÃO.

Ano: 2000

Omnibus Tests of Model Coefficients

Step 1		Chi-square	df	Sig.
	Step	14555,442	22	,000
	Block	14555,442	22	,000
	Model	14555,442	22	,000

Model Summary

Step 1	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
	165464,064	,104	,140

Classification Table

Step 1	Observed		Predicted		Percentage Correct
	permanência telecom 2000	1,00	Permanência telecom 2000	1,00	
	,00	24521	29972	45,0	
	1,00	15132	63377	80,7	
	Overall Percentage			66,1	

a The cut value is ,500

Variables in the Equation

Step 1		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I. for EXP(B)	
								Lower	Upper
	SEXO(1)	,036	,014	6,301	1	,012	1,037	1,008	1,066
	FXIDADE			3685,301	4	,000			
	FXIDADE(1)	1,213	,030	1625,271	1	,000	3,365	3,172	3,569
	FXIDADE(2)	1,305	,029	2003,734	1	,000	3,689	3,484	3,906
	FXIDADE(3)	1,400	,024	3531,788	1	,000	4,057	3,874	4,249
	FXIDADE(4)	1,037	,021	2514,519	1	,000	2,820	2,708	2,937
	FXESCOLA			491,611	2	,000			
	FXESCOLA(1)	,293	,016	351,820	1	,000	1,340	1,300	1,382
	FXESCOLA(2)	,406	,019	439,156	1	,000	1,500	1,444	1,558
	FXTEMPEM			1046,143	3	,000			
	FXTEMPEM(1)	,375	,020	345,417	1	,000	1,455	1,399	1,514
	FXTEMPEM(2)	,659	,026	650,136	1	,000	1,932	1,837	2,033
	FXTEMPEM(3)	,613	,022	807,941	1	,000	1,846	1,769	1,925
	FXSALARI			1513,031	4	,000			
	FXSALARI(1)	,173	,028	37,600	1	,000	1,189	1,125	1,256
	FXSALARI(2)	,726	,029	624,242	1	,000	2,067	1,953	2,188
	FXSALARI(3)	,855	,031	763,704	1	,000	2,352	2,213	2,499
	FXSALARI(4)	1,021	,035	876,078	1	,000	2,776	2,595	2,971
	FXTAMEMP			310,640	3	,000			
	FXTAMEMP(1)	,043	,019	4,917	1	,027	1,044	1,005	1,085
	FXTAMEMP(2)	,199	,020	104,421	1	,000	1,221	1,175	1,268
	FXTAMEMP(3)	,288	,019	235,696	1	,000	1,334	1,286	1,384
	REGIÃO			1226,776	4	,000			
	REGIÃO(1)	,575	,024	552,109	1	,000	1,777	1,694	1,864
	REGIÃO(2)	,390	,034	129,748	1	,000	1,477	1,381	1,580
	REGIÃO(3)	,363	,020	322,162	1	,000	1,437	1,382	1,495
	REGIÃO(4)	,816	,025	1077,789	1	,000	2,262	2,154	2,375
	OCUPAÇÃO(1)	,323	,015	478,423	1	,000	1,381	1,342	1,422
	Constant	-2,763	,041	4535,029	1	,000	,063		

a Variable(s) entered on step 1: SEXO, FXIDADE, FXESCOLA, FXTEMPEM, FXSALARI, FXTAMEMP, REGIÃO, OCUPAÇÃO.

Ano: 2001

Omnibus Tests of Model Coefficients

Step 1		Chi-square	df	Sig.
	Step	12571,018	22	,000
	Block	12571,018	22	,000
	Model	12571,018	22	,000

Model Summary

Step 1	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
	171201,051	,090	,120

Classification Table

Step 1	Observed	Predicted		Percentage Correct	
		Permanência telecom 2001	1,00		
	Permanência telecom 2001	,00	47822	23173	67,4
		1,00	25774	36233	58,4
	Overall Percentage				63,2

a The cut value is ,500

Variables in the Equation

Step 1		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I. for EXP(B)	
								Lower	Upper
	SEXO(1)	,027	,014	3,660	1	,056	1,027	,999	1,056
	FXIDADE			2749,181	4	,000			
	FXIDADE(1)	1,076	,031	1205,683	1	,000	2,932	2,759	3,115
	FXIDADE(2)	1,192	,030	1627,834	1	,000	3,292	3,107	3,488
	FXIDADE(3)	1,231	,024	2696,898	1	,000	3,424	3,269	3,587
	FXIDADE(4)	,889	,021	1748,556	1	,000	2,432	2,333	2,535
	FXESCOLA			417,987	2	,000			
	FXESCOLA(1)	,275	,016	310,464	1	,000	1,316	1,277	1,357
	FXESCOLA(2)	,366	,019	371,818	1	,000	1,442	1,389	1,497
	FXTEMPEM			601,875	3	,000			
	FXTEMPEM(1)	,324	,020	253,139	1	,000	1,382	1,328	1,438
	FXTEMPEM(2)	,483	,025	380,276	1	,000	1,621	1,545	1,702
	FXTEMPEM(3)	,456	,021	459,699	1	,000	1,578	1,513	1,645
	FXSALARI			1884,076	4	,000			
	FXSALARI(1)	,008	,030	,067	1	,796	1,008	,951	1,068
	FXSALARI(2)	,599	,030	394,076	1	,000	1,820	1,715	1,931
	FXSALARI(3)	,825	,032	672,990	1	,000	2,281	2,144	2,428
	FXSALARI(4)	1,051	,035	903,598	1	,000	2,860	2,670	3,063
	FXTAMEMP			202,182	3	,000			
	FXTAMEMP(1)	,008	,020	,147	1	,702	1,008	,969	1,047
	FXTAMEMP(2)	,232	,020	140,748	1	,000	1,261	1,213	1,310
	FXTAMEMP(3)	,061	,019	10,996	1	,001	1,063	1,025	1,103
	REGIAO			1090,946	4	,000			
	REGIAO(1)	,512	,024	437,727	1	,000	1,669	1,591	1,752
	REGIAO(2)	,220	,034	41,105	1	,000	1,247	1,165	1,334
	REGIAO(3)	,420	,021	416,941	1	,000	1,522	1,462	1,585
	REGIAO(4)	,773	,025	992,380	1	,000	2,165	2,064	2,272
	OCUPAÇÃO(1)	,428	,014	894,268	1	,000	1,534	1,491	1,577
	Constant	-2,942	,042	4821,117	1	,000	,053		

a Variable(s) entered on step 1: SEXO, FXIDADE, FXESCOLA, FXTEMPEM, FXSALARI, FXTAMEMP, REGIAO, OCUPAÇÃO.

Ano: 2002

Omnibus Tests of Model Coefficients

Step 1		Chi-square	df	Sig.
	Step	9676,622	22	,000
	Block	9676,622	22	,000
	Model	9676,622	22	,000

Model Summary

Step 1	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
	159747,999	,070	,097

Classification Table

Step 1			Predicted		
			Permanência telecom 2002		Percentage Correct
	Observed		,00	1,00	
	Permanência telecom 2002	,00	82843	5746	93,5
		1,00	35699	8714	19,6
	Overall Percentage				68,8

a The cut value is ,500

Variables in the Equation

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I. for EXP(B)	
								Lower	Upper
Step 1	SEXO(1)	-,042	,015	7,723	1	,005	,959	,932	,988
	FXIDADE			1770,423	4	,000			
	FXIDADE(1)	,943	,034	788,399	1	,000	2,567	2,403	2,741
	FXIDADE(2)	1,045	,032	1093,491	1	,000	2,843	2,672	3,024
	FXIDADE(3)	1,050	,025	1725,533	1	,000	2,857	2,719	3,002
	FXIDADE(4)	,676	,023	864,784	1	,000	1,966	1,880	2,057
	FXESCOLA			121,565	2	,000			
	FXESCOLA(1)	,170	,017	104,885	1	,000	1,185	1,147	1,224
	FXESCOLA(2)	,196	,020	96,261	1	,000	1,216	1,169	1,265
	FXTPEM			301,070	3	,000			
	FXTPEM(1)	,191	,022	76,834	1	,000	1,211	1,160	1,264
	FXTPEM(2)	,374	,026	210,202	1	,000	1,453	1,382	1,529
	FXTPEM(3)	,350	,022	244,851	1	,000	1,419	1,358	1,483
	FXSALARI			2148,506	4	,000			
	FXSALARI(1)	,004	,034	,017	1	,895	1,004	,940	1,073
	FXSALARI(2)	,619	,033	342,439	1	,000	1,857	1,739	1,983
	FXSALARI(3)	,931	,035	708,662	1	,000	2,536	2,368	2,716
	FXSALARI(4)	1,203	,038	1006,895	1	,000	3,331	3,092	3,587
	FXTAMEMP			281,604	3	,000			
	FXTAMEMP(1)	,013	,021	,393	1	,531	1,013	,973	1,055
	FXTAMEMP(2)	,137	,020	44,827	1	,000	1,147	1,102	1,194
	FXTAMEMP(3)	-,151	,019	59,934	1	,000	,860	,828	,894
	REGIÃO			1635,715	4	,000			
REGIÃO(1)	,917	,028	1065,016	1	,000	2,502	2,368	2,644	
REGIÃO(2)	,465	,039	145,546	1	,000	1,592	1,477	1,718	
REGIÃO(3)	,903	,024	1361,485	1	,000	2,468	2,352	2,589	
REGIÃO(4)	,977	,028	1219,888	1	,000	2,655	2,514	2,805	
OCUPAÇÃO(1)	,337	,015	516,779	1	,000	1,401	1,361	1,442	
Constant	-3,458	,048	5277,229	1	,000	,032			

a Variable(s) entered on step 1: SEXO, FXIDADE, FXESCOLA, FXTPEM, FXSALARI, FXTAMEMP, REGIÃO, OCUPAÇÃO.

Regressões logísticas para permanência no mercado de trabalho formal – coorte 1998

Case Processing Summary

Unweighted Cases		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	133002	95,8
Missing Cases		5809	4,2
Total		138811	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		138811	100,0

a If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Ano: 1999

Omnibus Tests of Model Coefficients

Step 1		Chi-square	df	Sig.
	Step	11276,558	22	,000
	Block	11276,558	22	,000
	Model	11276,558	22	,000

Model Summary

Step 1	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
	95261,426	,081	,147

Classification Table

Step 1	Observed	Predicted		Percentage Correct	
		Segurança 1999	1,00		
	Segurança 1999	,00	864	17432	4,7
		1,00	1036	113670	99,1
	Overall Percentage				86,1

a The cut value is ,500

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I. for EXP(B)	
							Lower	Upper
Step 1								
SEXO(1)	,206	,021	100,162	1	,000	1,229	1,180	1,279
FXIDADE			5752,089	4	,000			
FXIDADE(1)	1,978	,040	2410,329	1	,000	7,228	6,679	7,822
FXIDADE(2)	2,028	,041	2422,447	1	,000	7,598	7,009	8,237
FXIDADE(3)	2,134	,030	5007,875	1	,000	8,445	7,960	8,959
FXIDADE(4)	1,305	,023	3313,144	1	,000	3,690	3,529	3,857
FXESCOLA			307,349	2	,000			
FXESCOLA(1)	,178	,021	71,530	1	,000	1,195	1,146	1,245
FXESCOLA(2)	,475	,027	304,490	1	,000	1,608	1,524	1,696
FXTEMPEM			698,810	3	,000			
FXTEMPEM(1)	,519	,035	219,513	1	,000	1,680	1,569	1,799
FXTEMPEM(2)	1,220	,054	518,237	1	,000	3,386	3,049	3,761
FXTEMPEM(3)	,129	,032	16,404	1	,000	1,137	1,069	1,210
FXSALARI			77,251	4	,000			
FXSALARI(1)	,161	,040	15,898	1	,000	1,174	1,085	1,271
FXSALARI(2)	,242	,042	33,638	1	,000	1,274	1,174	1,383
FXSALARI(3)	,074	,044	2,827	1	,093	1,077	,988	1,174
FXSALARI(4)	,175	,049	12,937	1	,000	1,191	1,083	1,310
FXTAMEMP			230,554	3	,000			
FXTAMEMP(1)	,396	,029	185,730	1	,000	1,486	1,404	1,573
FXTAMEMP(2)	,358	,028	159,337	1	,000	1,430	1,353	1,511
FXTAMEMP(3)	,258	,027	93,914	1	,000	1,294	1,229	1,364
REGIÃO			1160,356	4	,000			
REGIÃO(1)	-,474	,037	168,085	1	,000	,623	,579	,669
REGIÃO(2)	-,744	,048	243,531	1	,000	,475	,433	,522
REGIÃO(3)	-,428	,032	182,195	1	,000	,652	,612	,693
REGIÃO(4)	,503	,042	143,239	1	,000	1,654	1,523	1,796
OCUPAÇÃO(1)	,332	,021	245,861	1	,000	1,394	1,337	1,453
Constant	-,319	,054	34,569	1	,000	,727		

a Variable(s) entered on step 1: SEXO, FXIDADE, FXESCOLA, FXTEMPEM, FXSALARI, FXTAMEMP, REGIÃO, OCUPAÇÃO.

Ano: 2000

Omnibus Tests of Model Coefficients

Step 1		Chi-square	df	Sig.
	Step	13084,532	22	,000
	Block	13084,532	22	,000
	Model	13084,532	22	,000

Model Summary

Step 1	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
	119007,921	,094	,149

Classification Table

Step 1			Predicted		Percentage Correct
			Segurança 2000		
	Observed		,00	1,00	
	Segurança 2000	,00	3261	22975	12,4
		1,00	2489	104277	97,7
	Overall Percentage				80,9

a The cut value is ,500

Variables in the Equation

Step 1		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I. for EXP(B)	
								Lower	Upper
	SEXO(1)	,351	,018	393,898	1	,000	1,421	1,372	1,471
	FXIDADE			6747,401	4	,000			
	FXIDADE(1)	2,070	,035	3437,503	1	,000	7,927	7,397	8,495
	FXIDADE(2)	2,093	,036	3460,804	1	,000	8,111	7,565	8,697
	FXIDADE(3)	2,087	,027	6130,782	1	,000	8,060	7,650	8,492
	FXIDADE(4)	1,336	,021	3872,734	1	,000	3,805	3,649	3,969
	FXESCOLA			329,266	2	,000			
	FXESCOLA(1)	,206	,019	122,915	1	,000	1,229	1,185	1,274
	FXESCOLA(2)	,430	,024	328,890	1	,000	1,537	1,467	1,610
	FXTEMPM			648,508	3	,000			
	FXTEMPM(1)	,439	,029	233,558	1	,000	1,552	1,467	1,642
	FXTEMPM(2)	,725	,039	350,126	1	,000	2,066	1,914	2,229
	FXTEMPM(3)	-,013	,027	,221	1	,638	,987	,936	1,042
	FXSALARI			250,630	4	,000			
	FXSALARI(1)	,161	,034	22,774	1	,000	1,174	1,099	1,254
	FXSALARI(2)	,421	,036	140,491	1	,000	1,523	1,421	1,633
	FXSALARI(3)	,481	,038	161,507	1	,000	1,618	1,503	1,743
	FXSALARI(4)	,592	,042	197,205	1	,000	1,807	1,664	1,963
	FXTAMEMP			84,906	3	,000			
	FXTAMEMP(1)	,174	,025	48,963	1	,000	1,190	1,133	1,249
	FXTAMEMP(2)	,209	,025	71,993	1	,000	1,232	1,174	1,293
	FXTAMEMP(3)	,174	,024	54,511	1	,000	1,189	1,136	1,246
	REGIÃO			1142,068	4	,000			
	REGIÃO(1)	,224	,029	58,565	1	,000	1,251	1,182	1,325
	REGIÃO(2)	-,090	,040	5,100	1	,024	,914	,845	,988
	REGIÃO(3)	,143	,024	34,975	1	,000	1,154	1,100	1,210
	REGIÃO(4)	,946	,033	828,563	1	,000	2,576	2,415	2,748
	OCUPAÇÃO(1)	,418	,019	495,282	1	,000	1,520	1,465	1,577
	Constant	-1,507	,046	1065,863	1	,000	,222		

a Variable(s) entered on step 1: SEXO, FXIDADE, FXESCOLA, FXTEMPM, FXSALARI, FXTAMEMP, REGIÃO, OCUPAÇÃO.

Ano: 2001

Omnibus Tests of Model Coefficients

Step 1		Chi-square	df	Sig.
	Step	13487,294	22	,000
	Block	13487,294	22	,000
	Model	13487,294	22	,000

Model Summary

Step 1	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
	139264,129	,096	,141

Classification Table

Step 1			Predicted		Percentage Correct
			Segurança 2001		
	Observed		,00	1,00	
	Segurança 2001	,00	6600	28132	19,0
		1,00	4545	93725	95,4
	Overall Percentage				75,4

a The cut value is ,500

Variables in the Equation

Step 1		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I. for EXP(B)	
								Lower	Upper
	SEXO(1)	,340	,016	453,546	1	,000	1,405	1,362	1,450
	FXIDADE			6266,414	4	,000			
	FXIDADE(1)	1,968	,033	3536,375	1	,000	7,159	6,709	7,639
	FXIDADE(2)	1,960	,033	3598,146	1	,000	7,099	6,659	7,569
	FXIDADE(3)	1,874	,025	5804,525	1	,000	6,513	6,206	6,834
	FXIDADE(4)	1,220	,021	3430,096	1	,000	3,387	3,251	3,528
	FXESCOLA			267,995	2	,000			
	FXESCOLA(1)	,162	,017	89,306	1	,000	1,176	1,137	1,216
	FXESCOLA(2)	,351	,021	267,678	1	,000	1,421	1,362	1,482
	FXTEMPEM			534,609	3	,000			
	FXTEMPEM(1)	,294	,025	133,190	1	,000	1,342	1,276	1,410
	FXTEMPEM(2)	,379	,032	141,003	1	,000	1,460	1,372	1,554
	FXTEMPEM(3)	-,177	,025	51,958	1	,000	,837	,798	,879
	FXSALARI			244,576	4	,000			
	FXSALARI(1)	,099	,032	9,674	1	,002	1,104	1,037	1,175
	FXSALARI(2)	,225	,033	46,237	1	,000	1,252	1,174	1,336
	FXSALARI(3)	,379	,035	115,681	1	,000	1,461	1,364	1,566
	FXSALARI(4)	,505	,039	167,463	1	,000	1,657	1,535	1,789
	FXTAMEMP			61,620	3	,000			
	FXTAMEMP(1)	,156	,023	46,875	1	,000	1,169	1,118	1,222
	FXTAMEMP(2)	,121	,022	28,916	1	,000	1,128	1,080	1,179
	FXTAMEMP(3)	,046	,021	4,605	1	,032	1,047	1,004	1,092
	REGIÃO			960,256	4	,000			
	REGIÃO(1)	,296	,027	123,222	1	,000	1,344	1,276	1,416
	REGIÃO(2)	-,137	,036	14,210	1	,000	,872	,812	,936
	REGIÃO(3)	,272	,022	152,675	1	,000	1,312	1,257	1,370
	REGIÃO(4)	,750	,028	707,963	1	,000	2,117	2,003	2,237
	OCUPAÇÃO(1)	,466	,017	756,972	1	,000	1,594	1,542	1,648
	Constant	-1,510	,043	1215,573	1	,000	,221		

a Variable(s) entered on step 1: SEXO, FXIDADE, FXESCOLA, FXTEMPEM, FXSALARI, FXTAMEMP, REGIÃO, OCUPAÇÃO.

Ano: 2002

Omnibus Tests of Model Coefficients

Step 1		Chi-square	df	Sig.
	Step	13558,628	22	,000
	Block	13558,628	22	,000
	Model	13558,628	22	,000

Model Summary

Step 1	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
	156248,650	,097	,134

Classification Table

Step 1			Predicted		
			Segurança 2002		Percentage Correct
	Observed		,00	1,00	
	Segurança 2002	,00	13023	31669	29,1
		1,00	7946	80364	91,0
	Overall Percentage				70,2

a. The cut value is ,500

Variables in the Equation

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I. for EXP(B)	
								Lower	Upper
Step 1	SEXO(1)	,293	,015	383,366	1	,000	1,341	1,302	1,381
	FXIDADE			6120,116	4	,000			
	FXIDADE(1)	1,959	,032	3836,809	1	,000	7,090	6,664	7,544
	FXIDADE(2)	1,911	,031	3821,582	1	,000	6,757	6,360	7,179
	FXIDADE(3)	1,774	,024	5572,436	1	,000	5,894	5,626	6,175
	FXIDADE(4)	1,066	,021	2638,986	1	,000	2,904	2,788	3,024
	FXESCOLA			256,781	2	,000			
	FXESCOLA(1)	,134	,016	70,101	1	,000	1,144	1,108	1,180
	FXESCOLA(2)	,318	,020	253,522	1	,000	1,375	1,322	1,430
	FXTEMPEM			582,814	3	,000			
	FXTEMPEM(1)	,264	,023	129,546	1	,000	1,302	1,244	1,362
	FXTEMPEM(2)	,346	,029	146,152	1	,000	1,414	1,337	1,496
	FXTEMPEM(3)	-,181	,023	63,668	1	,000	,834	,798	,872
	FXSALARI			232,338	4	,000			
	FXSALARI(1)	,076	,030	6,327	1	,012	1,078	1,017	1,144
	FXSALARI(2)	,121	,031	15,230	1	,000	1,129	1,062	1,200
	FXSALARI(3)	,296	,033	80,322	1	,000	1,345	1,260	1,435
	FXSALARI(4)	,410	,036	126,744	1	,000	1,507	1,403	1,618
	FXTAMEMP			64,125	3	,000			
	FXTAMEMP(1)	,109	,021	26,821	1	,000	1,115	1,070	1,162
	FXTAMEMP(2)	,118	,021	32,006	1	,000	1,125	1,080	1,172
	FXTAMEMP(3)	,008	,020	,161	1	,688	1,008	,970	1,048
	REGIÃO			556,899	4	,000			
	REGIÃO(1)	,033	,025	1,726	1	,189	1,034	,984	1,087
	REGIÃO(2)	-,178	,035	25,444	1	,000	,837	,781	,897
	REGIÃO(3)	-,007	,021	,098	1	,754	,993	,953	1,036
REGIÃO(4)	,418	,026	253,007	1	,000	1,519	1,443	1,599	
OCUPAÇÃO(1)	,247	,015	256,011	1	,000	1,280	1,242	1,320	
Constant	-1,345	,041	1049,802	1	,000	,261			

a Variable(s) entered on step 1: SEXO, FXIDADE, FXESCOLA, FXTEMPEM, FXSALARI, FXTAMEMP, REGIÃO, OCUPAÇÃO.

Apêndice B

Regressões logísticas para permanência no setor de telecomunicações – coorte 2003

Case Processing Summary

Unweighted Cases		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	106442	88,4
Missing Cases		13919	11,6
Total		120361	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		120361	100,0

a If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Ano: 2004

Omnibus Tests of Model Coefficients

Step 1		Chi-square	df	Sig.
	Step	9128,268	22	,000
	Block	9128,268	22	,000
	Model	9128,268	22	,000

Model Summary

Step 1	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
	120235,838	,082	,117

Classification Table

Step 1	Observed	Predicted		Percentage Correct	
		Permanência telecom 2004	1,00		
	Permanência telecom 2004	,00	5562	25974	17,6
		1,00	4237	70669	94,3
	Overall Percentage				71,6

a The cut value is ,500

Variables in the Equation

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I. for EXP(B)	
								Lower	Upper
Step 1	SEXO(1)	-,078	,017	21,631	1	,000	,925	,895	,956
	FXIDADE			344,370	4	,000			
	FXIDADE(1)	,411	,034	147,406	1	,000	1,508	1,411	1,611
	FXIDADE(2)	,400	,033	150,079	1	,000	1,492	1,399	1,590
	FXIDADE(3)	,509	,031	265,443	1	,000	1,664	1,565	1,769
	FXIDADE(4)	,557	,032	296,674	1	,000	1,745	1,638	1,859
	FXESCOLA			388,765	2	,000			
	FXESCOLA(1)	,283	,025	125,209	1	,000	1,327	1,263	1,395
	FXESCOLA(2)	,547	,029	351,422	1	,000	1,729	1,633	1,830
	FXTEMPOE			289,969	3	,000			
	FXTEMPOE(1)	,251	,018	197,436	1	,000	1,285	1,241	1,330
	FXTEMPOE(2)	,379	,036	110,883	1	,000	1,461	1,361	1,568
	FXTEMPOE(3)	,278	,032	76,359	1	,000	1,321	1,241	1,406
	FXSALARI			1892,561	4	,000			
	FXSALARI(1)	,504	,020	641,833	1	,000	1,656	1,593	1,722
	FXSALARI(2)	,815	,025	1091,817	1	,000	2,259	2,153	2,371
	FXSALARI(3)	1,212	,029	1747,988	1	,000	3,361	3,175	3,557
	FXSALARI(4)	,993	,034	843,897	1	,000	2,699	2,524	2,886
	FXTAMEMP			713,538	3	,000			
	FXTAMEMP(1)	,236	,023	102,184	1	,000	1,266	1,210	1,326
	FXTAMEMP(2)	,488	,020	567,034	1	,000	1,629	1,565	1,695
	FXTAMEMP(3)	,487	,022	501,968	1	,000	1,627	1,559	1,698
	REGIÃO			598,026	4	,000			
REGIÃO(1)	,106	,039	7,383	1	,007	1,112	1,030	1,200	
REGIÃO(2)	,176	,052	11,676	1	,001	1,193	1,078	1,320	
REGIÃO(3)	-,374	,034	124,550	1	,000	,688	,644	,735	
REGIÃO(4)	,004	,037	,013	1	,911	1,004	,933	1,081	
OCUPAÇÃO(1)	-,124	,017	51,350	1	,000	,883	,854	,914	
Constant	-,682	,051	177,301	1	,000	,506			

a Variable(s) entered on step 1: SEXO, FXIDADE, FXESCOLA, FXTEMPOE, FXSALARI, FXTAMEMP, REGIÃO, OCUPAÇÃO.

Ano: 2005

Omnibus Tests of Model Coefficients

Step 1		Chi-square	df	Sig.
	Step	19075,956	22	,000
	Block	19075,956	22	,000
	Model	19075,956	22	,000

Model Summary

Step 1	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
	127725,487	,164	,219

Classification Table

Step 1	Observed		Predicted		Percentage Correct
	Permanência telecom 2005	1,00	Permanência telecom 2005	1,00	
	Observed		,00	1,00	
	Permanência telecom 2005	,00	27641	21090	56,7
		1,00	12520	45191	78,3
	Overall Percentage				68,4

a The cut value is ,500

Variables in the Equation

Step 1		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I. for EXP(B)	
								Lower	Upper
	SEXO(1)	-,110	,016	48,752	1	,000	,896	,868	,924
	FXIDADE			541,177	4	,000			
	FXIDADE(1)	,479	,034	204,233	1	,000	1,615	1,512	1,725
	FXIDADE(2)	,512	,032	256,450	1	,000	1,668	1,567	1,776
	FXIDADE(3)	,614	,030	407,722	1	,000	1,848	1,741	1,962
	FXIDADE(4)	,680	,031	474,521	1	,000	1,973	1,856	2,098
	FXESCOLA			140,478	2	,000			
	FXESCOLA(1)	,254	,028	84,459	1	,000	1,290	1,222	1,362
	FXESCOLA(2)	,360	,031	138,831	1	,000	1,434	1,350	1,522
	FXTEMPOE			1039,017	3	,000			
	FXTEMPOE(1)	,356	,016	477,107	1	,000	1,428	1,383	1,475
	FXTEMPOE(2)	,606	,033	344,048	1	,000	1,832	1,719	1,954
	FXTEMPOE(3)	,716	,030	587,917	1	,000	2,047	1,932	2,169
	FXSALARI			5275,370	4	,000			
	FXSALARI(1)	1,020	,022	2192,890	1	,000	2,774	2,658	2,895
	FXSALARI(2)	1,565	,025	3831,302	1	,000	4,783	4,552	5,026
	FXSALARI(3)	1,966	,029	4752,379	1	,000	7,141	6,753	7,552
	FXSALARI(4)	1,786	,033	2926,018	1	,000	5,966	5,592	6,365
	FXTAMEMP			673,123	3	,000			
	FXTAMEMP(1)	,034	,022	2,302	1	,129	1,035	,990	1,081
	FXTAMEMP(2)	,427	,020	462,436	1	,000	1,532	1,474	1,593
	FXTAMEMP(3)	,075	,022	12,155	1	,000	1,078	1,033	1,124
	REGIÃO			796,106	4	,000			
	REGIÃO(1)	,079	,037	4,692	1	,030	1,083	1,008	1,163
	REGIÃO(2)	,216	,047	20,766	1	,000	1,241	1,131	1,362
	REGIÃO(3)	-,427	,032	183,298	1	,000	,653	,614	,694
	REGIÃO(4)	-,020	,035	,337	1	,562	,980	,915	1,050
	OCUPAÇÃO(1)	,017	,017	1,058	1	,304	1,017	,984	1,052
	Constant	-1,871	,052	1303,700	1	,000	,154		

a Variable(s) entered on step 1: SEXO, FXIDADE, FXESCOLA, FXTEMPOE, FXSALARI, FXTAMEMP, REGIÃO, OCUPAÇÃO.

Ano: 2006

Omnibus Tests of Model Coefficients

Step 1		Chi-square	df	Sig.
	Step	21369,647	22	,000
	Block	21369,647	22	,000
	Model	21369,647	22	,000

Model Summary

Step 1	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
	124460,189	,182	,244

Classification Table

Step 1	Observed	Predicted		Percentage Correct	
		Permanência telecom 2006	1,00		
	Permanência telecom 2006	,00	42541	17456	70,9
		1,00	15687	30758	66,2
	Overall Percentage				68,9

a The cut value is ,500

Variables in the Equation

Step 1		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I. for EXP(B)	
								Lower	Upper
	SEXO(1)	-,082	,016	26,393	1	,000	,921	,893	,951
	FXIDADE			779,004	4	,000			
	FXIDADE(1)	,540	,035	240,346	1	,000	1,715	1,602	1,836
	FXIDADE(2)	,632	,033	375,495	1	,000	1,882	1,765	2,006
	FXIDADE(3)	,746	,031	583,929	1	,000	2,108	1,984	2,240
	FXIDADE(4)	,803	,031	658,138	1	,000	2,233	2,100	2,374
	FXESCOLA			204,667	2	,000			
	FXESCOLA(1)	,383	,031	148,759	1	,000	1,466	1,379	1,560
	FXESCOLA(2)	,484	,034	204,459	1	,000	1,622	1,518	1,733
	FXTEMPOE			1012,627	3	,000			
	FXTEMPOE(1)	,437	,016	724,683	1	,000	1,548	1,500	1,598
	FXTEMPOE(2)	,452	,031	214,492	1	,000	1,571	1,479	1,669
	FXTEMPOE(3)	,597	,028	463,516	1	,000	1,817	1,721	1,918
	FXSALARI			5954,993	4	,000			
	FXSALARI(1)	1,032	,026	1617,439	1	,000	2,806	2,668	2,951
	FXSALARI(2)	1,830	,028	4249,267	1	,000	6,236	5,902	6,589
	FXSALARI(3)	2,186	,031	5077,156	1	,000	8,902	8,383	9,454
	FXSALARI(4)	2,021	,035	3353,858	1	,000	7,544	7,046	8,078
	FXTAMEMP			741,105	3	,000			
	FXTAMEMP(1)	,030	,023	1,739	1	,187	1,031	,985	1,078
	FXTAMEMP(2)	,421	,020	430,532	1	,000	1,524	1,465	1,586
	FXTAMEMP(3)	,008	,023	,139	1	,709	1,008	,965	1,054
	REGIÃO			581,220	4	,000			
	REGIÃO(1)	,271	,036	56,392	1	,000	1,312	1,222	1,408
	REGIÃO(2)	,494	,047	112,395	1	,000	1,640	1,496	1,797
	REGIÃO(3)	-,196	,031	40,682	1	,000	,822	,774	,873
	REGIÃO(4)	,014	,034	,172	1	,679	1,014	,948	1,085
	OCUPAÇÃO(1)	,120	,017	49,843	1	,000	1,128	1,091	1,166
	Constant	-2,969	,055	2867,827	1	,000	,051		

a Variable(s) entered on step 1: SEXO, FXIDADE, FXESCOLA, FXTEMPOE, FXSALARI, FXTAMEMP, REGIÃO, OCUPAÇÃO.

Ano: 2007

Omnibus Tests of Model Coefficients

Step 1		Chi-square	df	Sig.
	Step	20451,352	22	,000
	Block	20451,352	22	,000
	Model	20451,352	22	,000

Model Summary

Step 1	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
	121522,992	,175	,237

Classification Table

Step 1		Predicted		Percentage Correct
		Permanência telecom 2007		
	Observed	,00	1,00	
	Permanência telecom 2007	,00	50928	77,9
		1,00	17982	56,2
	Overall Percentage			69,5

a The cut value is ,500

Variables in the Equation

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I. for EXP(B)	
								Lower	Upper
Step 1	SEXO(1)	-,051	,016	9,958	1	,002	,950	,921	,981
	FXIDADE			1070,420	4	,000			
	FXIDADE(1)	,768	,036	444,556	1	,000	2,155	2,007	2,315
	FXIDADE(2)	,865	,034	649,689	1	,000	2,376	2,223	2,540
	FXIDADE(3)	,986	,032	943,899	1	,000	2,681	2,517	2,855
	FXIDADE(4)	,957	,032	874,812	1	,000	2,604	2,444	2,774
	FXESCOLA			257,646	2	,000			
	FXESCOLA(1)	,460	,034	186,014	1	,000	1,585	1,483	1,693
	FXESCOLA(2)	,577	,036	256,597	1	,000	1,781	1,660	1,912
	FXTEMPOE			848,337	3	,000			
	FXTEMPOE(1)	,393	,016	574,344	1	,000	1,481	1,434	1,530
	FXTEMPOE(2)	,510	,031	272,410	1	,000	1,666	1,568	1,770
	FXTEMPOE(3)	,524	,027	363,626	1	,000	1,689	1,601	1,783
	FXSALARI			5733,677	4	,000			
	FXSALARI(1)	1,066	,028	1461,680	1	,000	2,905	2,750	3,068
	FXSALARI(2)	1,884	,030	3973,623	1	,000	6,582	6,207	6,979
	FXSALARI(3)	2,229	,032	4783,874	1	,000	9,289	8,721	9,895
	FXSALARI(4)	2,131	,036	3435,783	1	,000	8,425	7,846	9,047
	FXTAMEMP			653,326	3	,000			
	FXTAMEMP(1)	,061	,024	6,832	1	,009	1,063	1,015	1,114
	FXTAMEMP(2)	,442	,021	451,695	1	,000	1,557	1,494	1,621
	FXTAMEMP(3)	,113	,023	23,575	1	,000	1,119	1,070	1,171
	REGIÃO			447,479	4	,000			
	REGIÃO(1)	,181	,036	24,791	1	,000	1,199	1,116	1,287
	REGIÃO(2)	,423	,047	81,572	1	,000	1,527	1,393	1,674
	REGIÃO(3)	-,200	,031	41,910	1	,000	,819	,771	,870
	REGIÃO(4)	,042	,034	1,484	1	,223	1,043	,975	1,116
OCUPAÇÃO(1)	,296	,017	296,847	1	,000	1,345	1,300	1,391	
Constant	-3,646	,059	3847,698	1	,000	,026			

a Variable(s) entered on step 1: SEXO, FXIDADE, FXESCOLA, FXTEMPOE, FXSALARI, FXTAMEMP, REGIÃO, OCUPAÇÃO.

Regressões logísticas para permanência no mercado de trabalho formal – coorte 2003

Case Processing Summary

Unweighted Cases		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	106442	88,4
Missing Cases		13919	11,6
Total		120361	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		120361	100,0

a If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Ano: 2004

Omnibus Tests of Model Coefficients

Step 1		Chi-square	df	Sig.
	Step	3217,416	22	,000
	Block	3217,416	22	,000
	Model	3217,416	22	,000

Model Summary

Step 1	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
	69825,475	,030	,060

Classification Table

Step 1		Predicted		Percentage Correct
		Segurança 2004		
	Observed		1,00	
	Segurança 2004	,00	4	,0
		1,00	12	100,0
	Overall Percentage			89,2

a The cut value is ,500

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I. for EXP(B)	
							Lower	Upper
Step 1								
SEXO(1)	,157	,024	42,138	1	,000	1,170	1,116	1,226
FXIDADE			1238,200	4	,000			
FXIDADE(1)	1,175	,041	810,745	1	,000	3,239	2,987	3,511
FXIDADE(2)	1,188	,039	907,921	1	,000	3,280	3,036	3,543
FXIDADE(3)	1,230	,037	1122,648	1	,000	3,421	3,183	3,676
FXIDADE(4)	,944	,037	664,006	1	,000	2,571	2,393	2,763
FXESCOLA			171,228	2	,000			
FXESCOLA(1)	,203	,035	34,385	1	,000	1,225	1,144	1,311
FXESCOLA(2)	,490	,041	143,002	1	,000	1,632	1,506	1,768
FXTEMPOE			201,336	3	,000			
FXTEMPOE(1)	,290	,027	118,753	1	,000	1,337	1,269	1,408
FXTEMPOE(2)	,402	,054	54,678	1	,000	1,496	1,344	1,664
FXTEMPOE(3)	-,129	,038	11,326	1	,001	,879	,815	,947
FXSALARI			214,433	4	,000			
FXSALARI(1)	,278	,029	91,867	1	,000	1,320	1,247	1,397
FXSALARI(2)	,303	,036	72,650	1	,000	1,354	1,263	1,452
FXSALARI(3)	,401	,041	97,770	1	,000	1,493	1,379	1,616
FXSALARI(4)	,022	,047	,216	1	,642	1,022	,933	1,120
FXTAMEMP			645,811	3	,000			
FXTAMEMP(1)	,549	,034	262,135	1	,000	1,732	1,620	1,851
FXTAMEMP(2)	,728	,030	603,091	1	,000	2,072	1,955	2,196
FXTAMEMP(3)	,390	,030	173,572	1	,000	1,477	1,394	1,566
REGIÃO			70,569	4	,000			
REGIÃO(1)	-,233	,056	17,142	1	,000	,792	,709	,885
REGIÃO(2)	-,185	,073	6,395	1	,011	,831	,720	,959
REGIÃO(3)	-,292	,050	34,670	1	,000	,746	,677	,823
REGIÃO(4)	-,046	,056	,693	1	,405	,955	,856	1,065
OCUPAÇÃO(1)	,013	,025	,279	1	,598	1,013	,965	1,064
Constant	,190	,068	7,942	1	,005	1,210		

a Variable(s) entered on step 1: SEXO, FXIDADE, FXESCOLA, FXTEMPOE, FXSALARI, FXTAMEMP, REGIÃO, OCUPAÇÃO.

Ano: 2005

Omnibus Tests of Model Coefficients

Step 1		Chi-square	df	Sig.
	Step	4389,286	22	,000
	Block	4389,286	22	,000
	Model	4389,286	22	,000

Model Summary

Step 1	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
	86340,169	,040	,070

Classification Table

Step 1			Predicted		
			Segurança 2005		Percentage Correct
	Observed		,00	1,00	
	Segurança 2005	,00	190	15991	1,2
		1,00	319	89942	99,6
	Overall Percentage				84,7

a The cut value is ,500

Variables in the Equation

Step 1		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I. for EXP(B)	
								Lower	Upper
	SEXO(1)	,134	,021	41,385	1	,000	1,143	1,098	1,191
	FXIDADE			2222,255	4	,000			
	FXIDADE(1)	1,392	,037	1444,020	1	,000	4,024	3,745	4,324
	FXIDADE(2)	1,477	,035	1754,432	1	,000	4,378	4,086	4,692
	FXIDADE(3)	1,472	,033	1999,606	1	,000	4,357	4,085	4,648
	FXIDADE(4)	1,101	,033	1118,822	1	,000	3,006	2,818	3,206
	FXESCOLA			138,632	2	,000			
	FXESCOLA(1)	,297	,030	95,844	1	,000	1,346	1,268	1,428
	FXESCOLA(2)	,416	,035	137,409	1	,000	1,516	1,414	1,625
	FXTEMPOE			190,715	3	,000			
	FXTEMPOE(1)	,229	,023	100,607	1	,000	1,257	1,202	1,314
	FXTEMPOE(2)	,524	,049	113,434	1	,000	1,689	1,533	1,859
	FXTEMPOE(3)	,036	,035	1,030	1	,310	1,036	,967	1,110
	FXSALARI			553,184	4	,000			
	FXSALARI(1)	,434	,025	300,497	1	,000	1,543	1,469	1,621
	FXSALARI(2)	,590	,031	356,497	1	,000	1,804	1,697	1,918
	FXSALARI(3)	,712	,035	404,184	1	,000	2,039	1,902	2,185
	FXSALARI(4)	,442	,041	117,069	1	,000	1,556	1,437	1,686
	FXTAMEMP			363,703	3	,000			
	FXTAMEMP(1)	,349	,030	139,279	1	,000	1,417	1,337	1,501
	FXTAMEMP(2)	,480	,026	350,117	1	,000	1,615	1,536	1,699
	FXTAMEMP(3)	,288	,026	118,285	1	,000	1,333	1,266	1,404
	REGIÃO			78,633	4	,000			
	REGIÃO(1)	,019	,048	,158	1	,691	1,019	,927	1,121
	REGIÃO(2)	-,172	,061	7,861	1	,005	,842	,747	,950
	REGIÃO(3)	-,199	,042	22,821	1	,000	,819	,755	,889
	REGIÃO(4)	-,010	,047	,047	1	,828	,990	,904	1,085
	OCUPAÇÃO(1)	,143	,022	42,110	1	,000	1,154	1,105	1,205
	Constant	-,631	,059	114,805	1	,000	,532		

a Variable(s) entered on step 1: SEXO, FXIDADE, FXESCOLA, FXTEMPOE, FXSALARI, FXTAMEMP, REGIÃO, OCUPAÇÃO.

Ano: 2006

Omnibus Tests of Model Coefficients

Step 1		Chi-square	df	Sig.
	Step	4584,338	22	,000
	Block	4584,338	22	,000
	Model	4584,338	22	,000

Model Summary

Step 1	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
	95811,572	,042	,069

Classification Table

Step 1			Predicted Segurança 2006		Percentage Correct
	Observed		,00	1,00	
	Segurança 2006	,00	512	18662	2,7
		1,00	703	86565	99,2
	Overall Percentage				81,8

a The cut value is ,500

Variables in the Equation

Step 1		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I. for EXP(B)	
								Lower	Upper
	SEXO(1)	,147	,019	57,873	1	,000	1,158	1,115	1,203
	FXIDADE			2874,121	4	,000			
	FXIDADE(1)	1,577	,035	2016,200	1	,000	4,841	4,519	5,186
	FXIDADE(2)	1,584	,034	2236,790	1	,000	4,876	4,566	5,207
	FXIDADE(3)	1,599	,031	2591,378	1	,000	4,949	4,653	5,263
	FXIDADE(4)	1,160	,031	1376,471	1	,000	3,189	2,999	3,390
	FXESCOLA			76,039	2	,000			
	FXESCOLA(1)	,190	,030	41,515	1	,000	1,210	1,142	1,282
	FXESCOLA(2)	,295	,034	75,484	1	,000	1,344	1,257	1,436
	FXTEMPOE			205,218	3	,000			
	FXTEMPOE(1)	,228	,021	117,413	1	,000	1,257	1,206	1,310
	FXTEMPOE(2)	,475	,044	115,702	1	,000	1,608	1,475	1,754
	FXTEMPOE(3)	,045	,033	1,891	1	,169	1,046	,981	1,115
	FXSALARI			399,460	4	,000			
	FXSALARI(1)	,294	,024	152,587	1	,000	1,342	1,281	1,406
	FXSALARI(2)	,469	,029	255,597	1	,000	1,599	1,509	1,693
	FXSALARI(3)	,622	,033	350,754	1	,000	1,863	1,745	1,988
	FXSALARI(4)	,415	,039	115,990	1	,000	1,515	1,404	1,633
	FXTAMEMP			333,772	3	,000			
	FXTAMEMP(1)	,299	,027	118,808	1	,000	1,348	1,277	1,422
	FXTAMEMP(2)	,431	,024	325,903	1	,000	1,539	1,468	1,613
	FXTAMEMP(3)	,270	,025	116,019	1	,000	1,310	1,247	1,376
	REGIÃO			22,183	4	,000			
	REGIÃO(1)	,003	,044	,004	1	,947	1,003	,921	1,093
	REGIÃO(2)	-,001	,057	,000	1	,991	,999	,893	1,118
	REGIÃO(3)	-,092	,038	5,953	1	,015	,912	,847	,982
	REGIÃO(4)	,009	,042	,048	1	,827	1,009	,929	1,096
	OCUPAÇÃO(1)	,215	,021	108,276	1	,000	1,240	1,191	1,292
	Constant	-,855	,056	236,939	1	,000	,425		

a Variable(s) entered on step 1: SEXO, FXIDADE, FXESCOLA, FXTEMPOE, FXSALARI, FXTAMEMP, REGIÃO, OCUPAÇÃO.

Ano: 2007

Omnibus Tests of Model Coefficients

Step 1		Chi-square	df	Sig.
	Step	5186,022	22	,000
	Block	5186,022	22	,000
	Model	5186,022	22	,000

Model Summary

Step 1	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
	103312,027	,048	,074

Classification Table

Step 1		Predicted		Percentage Correct
		Segurança 2007		
	Observed	,00	1,00	
	Segurança 2007	,00	1590	7,2
		1,00	1581	98,1
	Overall Percentage			79,3

a The cut value is ,500

Variables in the Equation

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I. for EXP(B)	
								Lower	Upper
Step 1	SEXO(1)	,220	,018	144,119	1	,000	1,247	1,203	1,292
	FXIDADE			3597,891	4	,000			
	FXIDADE(1)	1,747	,034	2598,946	1	,000	5,739	5,366	6,137
	FXIDADE(2)	1,720	,033	2797,657	1	,000	5,586	5,241	5,954
	FXIDADE(3)	1,716	,030	3176,552	1	,000	5,561	5,239	5,903
	FXIDADE(4)	1,197	,030	1578,905	1	,000	3,310	3,120	3,511
	FXESCOLA			65,694	2	,000			
	FXESCOLA(1)	,126	,029	19,053	1	,000	1,135	1,072	1,201
	FXESCOLA(2)	,250	,033	57,191	1	,000	1,284	1,204	1,370
	FXTEMPOE			188,842	3	,000			
	FXTEMPOE(1)	,171	,020	73,370	1	,000	1,186	1,141	1,233
	FXTEMPOE(2)	,367	,040	82,281	1	,000	1,443	1,333	1,562
	FXTEMPOE(3)	-,124	,030	16,799	1	,000	,883	,833	,937
	FXSALARI			276,154	4	,000			
	FXSALARI(1)	,228	,023	96,397	1	,000	1,256	1,200	1,315
	FXSALARI(2)	,368	,028	170,678	1	,000	1,445	1,367	1,526
	FXSALARI(3)	,496	,032	246,649	1	,000	1,643	1,544	1,747
	FXSALARI(4)	,314	,037	72,818	1	,000	1,369	1,274	1,471
	FXTAMEMP			245,115	3	,000			
	FXTAMEMP(1)	,278	,026	111,219	1	,000	1,321	1,254	1,391
	FXTAMEMP(2)	,348	,023	231,160	1	,000	1,416	1,354	1,481
	FXTAMEMP(3)	,189	,024	60,686	1	,000	1,208	1,152	1,266
	REGIÃO			12,172	4	,016			
	REGIÃO(1)	,080	,041	3,763	1	,052	1,084	,999	1,175
	REGIÃO(2)	,009	,054	,031	1	,861	1,009	,908	1,122
	REGIÃO(3)	-,020	,036	,321	1	,571	,980	,914	1,051
	REGIÃO(4)	-,004	,039	,008	1	,927	,996	,922	1,076
OCUPAÇÃO(1)	,187	,020	90,214	1	,000	1,205	1,160	1,253	
Constant	-1,021	,054	363,643	1	,000	,360			

a Variable(s) entered on step 1: SEXO, FXIDADE, FXESCOLA, FXTEMPOE, FXSALARI, FXTAMEMP, REGIÃO, OCUPAÇÃO.